

JÚNIA MARQUES CALDEIRA

PRAÇA: TERRITÓRIO DE SOCIABILIDADE

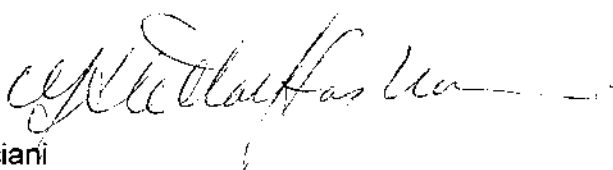
Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação da
Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins
Bresciani.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 20 / 03 / 98.

Banca:

Prof.^a Dr.^a Maria Stella Martins Bresciani



Prof. Dr. José Roberto do Amaral Lapa



Prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Silva Leme

Fevereiro, 1998

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	camp
V.	Er.
FONTO BC	34008
PROC.	395/98
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	28/05/98
N.º CPD	

CM-00113036-4

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Caldeira, Júnia Marques
C 127 p **Praça: território de sociabilidade - uma leitura sobre o processo
de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte /**
Júnia Marques Caldeira . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Maria Stella Martins Bresciani.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

**1. Praças - Aspectos sociais. 2. Urbanização - Belo
Horizonte (MG) - Aspectos sociais. 3. Sociologia urbana.**
**I. Bresciani, Maria Stella Martins. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

"Como descrever a Praça da Liberdade? Um conjunto paisagístico de François Villon, nos moldes dos jardins de Versailles, eu poderia dizer, com seus canteiros, palmeiras, lagos, estátuas de mármore de Carrara, bustos de bronze de personagens notáveis. No coreto, palco de tradição musical, audições da banda de música da Polícia Militar, "Uma banda preta, vermelha retinta", "bate um dobrado batuta na doçura do jardim", como bem versejou o poeta Carlos Drummond de Andrade. Do lado da Secretaria da Educação, rosinhas de Santa Terezinha em buquês, rosas-chá, as sangüíneas e também as alvas, como as hóstias do Sacrário. Ficus frondosos formavam uma cerca viva de copas verdes que juntavam suas ramagens, recanto predileto de canários chapinhas, pardais e rolinhas.

.....

A Praça de hoje não é a mesma, mas nunca deixou de existir para mim, habitando o meu presente como antigamente. Porque eu a recrio, com todos os meus sentidos. Sua mensagem visual, como um livro ilustrado de flores coloridas, pararam nos meus olhos. A atmosfera perfumada das magnólias, cravos e cravinas, pairam no ar. O gostinho azedo da haste tenra do capim brotado depois das chuvas, ainda me enche a boca d'água.

A maciez de veludo do amor-perfeito, o desfolhar das rosas púrpura e chá e o contato excitante com a água da fonte impregnaram minha pele.

Os sons retumbantes dos dobrados tocados no coreto continuam a vibrar em meus ouvidos. Posso ainda escutar o ritmo das botinas pretas, desfilando nas paradas cívicas; os gritos de susto com o apito do guarda, no roubo de amor-perfeito; o pio da cambaxirra e das rolinhas nos fios de luz e a zoeira das cigarras nas tardes mornas, preguiçosas e violáceas Armazeno as múltiplas e longínquas ressonâncias de seus sons. Tudo é poético, lírico, lúdico, jamais se perdendo dentro de mim..." (Eunice Vivacqua).

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	05
INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I	
PRAÇAS: da <i>Ágora</i> à Praça Contemporânea (um roteiro)	
I. 1 Origem	16
A praça na antigüidade	17
A praça pública na cidade medieval	18
<i>A cidade Ideal</i>	21
I. 2 Arquétipos	29
<i>A Piazza Italiana</i>	29
<i>A Place Royale Francesa</i>	32
<i>A Square Inglesa</i>	36
I. 3 A praça do século XIX e a cidade contemporânea	43
I. 4 A Praça Brasileira	51
I. 5 A redescoberta da praça	57
CAPÍTULO II	
PRAÇA DA LIBERDADE: a construção de um marco na fundação de Belo Horizonte.	
II. 1 Belo Horizonte: um espaço para a modernidade	60
II. 2 A Utopia da cidade moderna	65
II. 3 Surge uma praça	75
II. 4 Considerações finais	81

CAPÍTULO III

A MEMÓRIA DE UM LUGAR: o espaço da Praça da Liberdade visto na sua historicidade.

III. 1 Os primeiros anos	85
III .2 Uma Reforma nos “moldes de Versailles”: a década de 20	94
III. 3 A Modernidade do Governo JK – a década de 40	106
III. 4 “ <i>Pois passou o tempo das praças</i> ” – a década de 60	109
“ <i>A praça da feiras</i> ”	115
III. 5 ‘A praça é do povo’: a polêmica sobre o processo de restauração	124

CONCLUSÃO IV

IV. 1 O Processo de restauração da Praça da Liberdade	134
IV. 2 “O <i>mito</i> da ressurreição”	135
IV. 3 Considerações Finais	143

ANEXO I	147
----------------	-----

ANEXO II	167
-----------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA	196
------------------------------	-----

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Em especial, à minha orientadora, Stella Bresciani, fundamental com suas intervenções precisas e críticas preciosas. Soube, com paciência, estimular e conduzir as leituras de uma pesquisadora iniciante. À ela agradeço às muitas horas de leitura e discussão dos capítulos, e principalmente, a confiança que depositou no meu trabalho.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudo que me permitiram realizar o mestrado e desenvolver esta pesquisa. Aos funcionários das várias instituições que consultei: do Arquivo Público Mineiro; em particular, o tratamento simpático do pessoal do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; da sala Mineiriana da Biblioteca Pública; ao Arnaldo do Museu Histórico Abílio Barreto; da Biblioteca do IEPHA; da Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG e da Biblioteca da CEMIG.

À Marisa Carpintéro, pela troca de opiniões, pela leitura atenciosa dispensada ao pré-projeto e, particularmente, pelo incentivo à realização desta pesquisa. Ao prof. Ítalo Tronca, responsável pela minha incursão no campo da História. Ao colega Fábio, pelas informações precisas e sempre úteis.

Aos amigos que de várias maneiras e em muitos momentos foram cúmplices neste trabalho: Rosana, companheira intelectual à quem compartilhei as idéias que alimentaram este projeto; Maurício e Fernanda, pelo apoio carinhoso e colaboração nos desenhos; Carlinhos, pelas inúmeras discussões filosóficas e, em especial, pela “doação” do livro do Sennet; Mônica e Zé, Sandra, Paula, Mônica e Nilton, Raquel e Rogério, Jô e Bité, Luís Antônio e Flávia, pelo incentivo e pelos inúmeros empréstimos de livros; Júnia e Chico, Tadeu e Andréa, em particular ao Jason; Mabel e Altino, Márcia e Paulinho; e todos aqueles que com palavras de estímulo e amizade me deram força.

Agradeço à arquiteta Jô Vasconcelos, as horas de entrevista concedidas e a atenção dispensada; à amiga Lídia, os esclarecimentos sobre a questão do patrimônio cultural em Belo Horizonte, as dicas de leitura e as conversas, compartilhadas pela mesma paixão; à D. Eunice Vivacqua, o material cedido do seu arquivo pessoal e, principalmente, o seu olhar poético sobre a Praça da Liberdade; à Marilena Bertocco, às correções ortográficas e gramaticais, principalmente, pela paciência desta árdua tarefa.

Três pessoas contribuíram de maneira especial na minha formação pessoal e acadêmica, à elas, o meu obrigado: a amiga Eliana Rodrigues, Lena (*in memoriam*) e a Prof.^a Sônia Viegas (*in memoriam*).

À minha família, que esteve sempre presente, sou grata pelo apoio, especialmente, aos meus pais, pela colaboração na documentação fotográfica da Praça, aos meus irmãos, Rogério e Juliana, ao Gê, Zoé e José Jorge, pela constante busca de informações em Belo Horizonte.

Maurício, nesta página não caberiam as palavras de agradecimento pelo carinho e incentivo, pelas apaixonadas discussões, pelas horas de escuta dos meus devaneios, pela dedicação e sobretudo pela admiração compartilhada. Dedico integralmente esta tese à você.

INTRODUÇÃO

"La ville pétrifie des rêves, incarne des idées, concrétise des fantasmes collectifs. Son instabilité est aussi le gage de sa vitalité. Sans cesse la ville bouge, se transforme, se métamorphose. Rien ne ressemble plus à un être vivant que ce corps de pierre"¹. (Michel RAGON, 1995)

Observando as cidades nos deparamos com fragmentos que sobrevivem às transformações urbanas. Estes espaços possuem uma "aura" própria (*genius locci*), são verdadeiros territórios² que carregam consigo o imaginário coletivo. Segundo ROLNIK (1992), a noção de território reflete um espaço real vivido, ocupado por indivíduos que estabelecem entre si relações que se configuram espacialmente, "é a idéia do espaço como marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais".

Neste sentido, o território é produto da história, "não existe previamente, anteriormente à marca ou ao processo social e coletivo que o produziu". Uma rua, por exemplo, "para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, (...) está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve" (ROLNIK, 1992).

Considerando a cidade como um conjunto de territórios, procuramos apreender a noção desenvolvida por Anne CAUQUELIN (1982), no qual o ambiente urbano, em permanente transformação, se apresenta como um "depositário" de sucessivas camadas simbólicas³.

O trabalho se propõe a analisar o elemento urbano - praça - em seu caráter simbólico e identificar valores que transformaram este espaço num território distinto, importante e

¹ "A cidade consolida sonhos, encarna idéias, concretiza fantasmas coletivos. Sua instabilidade é também a segurança de sua vitalidade. Sem parar, a cidade mexe, transforma-se, metamorfoseia-se. Nada representa mais um ser vivante que este corpo de pedra".

² A noção de território se contrapõe à noção de espaço, pois "há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território." (ROLNIK, 1992:28)

³ Filósofa francesa, Anne CAUQUELIN vem desenvolvendo pesquisas sobre o espaço pictural e urbano. Trabalhando com a noção de "eixo do tempo urbano". "O eixo do tempo urbano" é apreendido como o eixo de construção da memória urbana: a cidade é representada por um corpo simbólico regida por mitos recorrentes. (ANSAY et alli, 1990)

Em sua obra *"Essai de Philosophie Urbaine"*, CAUQUELIN (1982) faz uma leitura do espaço urbano a partir das *"memórias diversas da cidade"*. Defende a hipótese de que o vínculo dos habitantes com seu entorno natural e a sua busca pela apreensão do espaço urbano baseiam-se num frágil sistema de redes simbólicas onde palavras, nomes e ficções têm um importante papel.

diferenciado no contexto da cidade. No entanto, a praça não pode ser pensada como um objeto isolado, mas como um elemento intrínseco à cidade. Por isto se torna importante observar qual o papel da praça nos diferentes momentos de transformação das cidades, ou seja, momentos nos quais a sociedade estabelece uma relação distinta com o território praça.

Em particular, identificam-se dois momentos: meados do século XVII ao final do século XVIII, quando as cidades apresentaram um rápido crescimento populacional, exigindo uma reorganização de sua estrutura, especialmente em Paris e Londres⁴, e no século XIX, quando houve o desenvolvimento de um novo conceito de cidade e o Urbanismo se estabeleceu como disciplina.

No primeiro, segundo SENNETT (1988), a praça surge como um dos elementos que reorganiza o espaço urbano, redefinindo os papéis sociais. No segundo, a praça, enquanto território urbano, será redefinida, a partir de uma nova concepção de cidade, a cidade moderna.

Como afirma BRESCIANI (1992), é na primeira metade do século XIX, que as cidades "associadas à idéia de modernidade (...) são problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas"⁵.

As transformações das cidades, no século XIX, foram a base da nova urbanística moderna. No Brasil, estas transformações passaram a influenciar diversos projetos de reurbanização, como na cidade do Rio de Janeiro e, particularmente, a concepção do plano da nova capital de Minas Gerais: Belo Horizonte. Como demonstra, por exemplo, a declaração da mudança da capital mineira, onde "firma-se oficialmente o caráter conceitual da proposta: deve-

⁴ "Se tivéssemos que percorrer Paris nos anos 1640, ou Londres antes do grande incêndio de 1666, ficaríamos impressionados com a absoluta concentração humana em um pedaço geográfico considerado minúsculo, segundo os padrões modernos. As casas se aglomeravam em ruas que não tinham mais de três ou três metros e meio de largura com inesperados claros de vastos espaços abertos" (SENNETT, 1988:74).

⁵ Partindo da abordagem teórica, proposta por BRESCIANI (1992), é possível identificar "cinco portas de entrada conceituais" para estudar as transformações das cidades, que "se estruturam enquanto problemas a serem solucionados pontualmente". Ela define as seguintes portas conceituais: a questão técnica, a questão social, o espaço de formação de novas identidades sociais, a formação de uma nova sensibilidade e a cidade conceitual como sinônimo de progresso e lugar da história. A terceira porta nos possibilita pensar a cidade como o espaço de formação das "novas identidades sociais". No processo de transformação social, em particular a ascensão da classe burguesa no final do séc. XIX, os territórios urbanos irão ser reformulados e reconcebidos para instituírem uma nova forma de apropriação do espaço, que reflita a consolidação de uma nova classe dominante.

se construir um novo espaço, *higiênico e grandioso*, o que significa *não colonial, limpo*, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, *moderno*." ⁶

A criação dessa nova capital veio reforçar a tendência de descentralização política, que marcou os primeiros anos da República brasileira. Na interpretação de PIMENTEL (1989), "o poder republicano, eivado das concepções de ordem e progresso, apreendidas do ideário positivista, se lançou numa experiência urbanística sem precedentes, num país marcado por uma cultura predominantemente rural, onde os principais centros urbanos haviam surgido como fruto da exploração colonial". Rompendo com o traçado espontâneo da cidade colonial e "respaldados por novos descobrimentos no campo da ciência e da técnica", a cidade moderna propunha novos hábitos e uma nova apreensão dos seus espaços.

Como se estabeleceu o território praça dentro desta concepção moderna de espaço? Qual o papel que a praça desempenhou nas cidades como Londres, Paris e Viena (cidades nas quais estavam ocorrendo transformações urbanas)?

"Agradáveis lembranças de viagens são partes integrantes de nossos mais belos sonhos. Ante nosso olhar espiritual deslizam praças, monumentos, imagens urbanas adoráveis e belas paisagens, e fruimos novamente o prazer de se demorar junto a tudo aquilo de gracioso e sublime que, outrora, nos fizera tão felizes." (SITTE, 1889)

Um dos autores que trabalhou com esta questão foi Camillo SITTE ⁷. Na introdução de sua obra, (citação acima) SITTE nos revela o fio condutor que perpassa sua pesquisa, ele pensa na cidade do habitante, na cidade "apreendida" pelo seu usuário; aquele que caminha por entre ruas e lugares, tecendo uma relação afetiva, captada pelo "olhar" e pelo prazer que sugere a arquitetura; fruindo deste cenário estético constituído pelo *tempo*. A sua preocupação está em resgatar a dimensão fragmentária da cidade, vivenciada pelo cidadão comum e para isso ele elege o território **praça** como um símbolo da paisagem urbana (ANDRADE, *apud* SITTE, 1889). No seu entendimento, a praça é o espaço cívico, a expressão do ideal da comunidade. É o *lugar* do público. Sua obra critica o paradigma da cidade pós-industrial, em particular as transformações urbanas sofridas por Viena no final do século XIX, a partir da análise do espaço da **praça pública**.

⁶ Ver MAGALHÃES e ANDRADE (1989:53)

⁷ "Arquiteto, diretor da Escola Imperial e Real das Artes Industriais de Viena, seus conhecimentos da arqueologia medieval e renascentista inspiraram-lhe uma teoria e um modelo da cidade ideal que ele desenvolveu na obra *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos* (1889)" (CHOAY, 1979).

SITTE (1889) vai buscar imagens das praças antigas, a *Ágora Grega*, o *Fórum de Pompéia*, a praça do mercado, o teatro, o pátio interno da casa, no intuito de caracterizar historicamente a beleza destes territórios. A sua preocupação não é apenas estética, é a busca do sentido da vida pública nos territórios das cidades antigas. Apesar da sua crítica aos espaços públicos modernos⁸, o urbanismo da época irá produzir territórios com forte conteúdo simbólico.

Um exemplo importante deste simbolismo do território praça é o projeto da Praça da Liberdade, inserido no plano de construção de Belo Horizonte, para abrigar a sede do governo de Minas Gerais. Esta praça não é uma praça qualquer, ela foi criada, juntamente com a cidade, sob a "aura" da modernidade. Desde a sua concepção como "palco para um espetáculo maior", ela vem sendo um importante espaço urbano de manifestações políticas e sociais. À época, o geólogo Marcus P. de Mello a descreveu assim:

"numa elevação, em posição de destaque, instala-se o centro do poder executivo: a Praça da Liberdade, com suas secretarias de Estado e sobressaindo, imponente, o Palácio da Liberdade".⁹

Este trabalho visa aprofundar a discussão sobre o papel do espaço público **praça**, analisando as suas novas formas de ocupação e apropriação na cidade contemporânea. A partir da leitura do processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, pretende-se configurar a identidade simbólica do *lugar*, partindo dos elementos de modernidade do projeto original, da sua concepção estética e do seu potencial como espaço de sociabilidade.

Este tema, no entanto, tem sido pouco explorado em trabalhos teóricos, seja na área de Arquitetura e Urbanismo, seja na área de História. Ao mesmo tempo, fica evidente o caráter interdisciplinar que exige a sua abordagem. Uma das poucas referências é a obra de Camillo SITTE, que nos permite analisar a **praça** como um território cívico, como o *locus* do público; o trabalho do arquiteto Paul ZUCKER que realiza um percurso apontando as transformações que perpassa o espaço da praça, a partir da sua concepção estética e funcional, da sua origem até

⁸ "Os locais públicos (fórum, mercado, etc.) não servem, atualmente, nem para as grandes festas populares nem para a vida de todos os dias. Sua única razão de ser consiste em proporcionar mais ar e mais luz e em romper a monotonia dos oceanos de casas ... Que diferença da Antiguidade! As praças eram então uma necessidade de primeira ordem, pois foram o teatro das principais cenas da vida pública, que ocorrem hoje nas salas fechadas. Era ao ar livre, na ágora, que o conselho das cidades gregas se reunia" (SITTE *apud*, CHOAY 1979:206).

⁹ SILVA, e D'AGUIAR, org. (1989).

o século XIX; e Richard SENNETT, que analisa historicamente o processo de declínio da vida pública, estabelecendo uma relação entre os espaços públicos e a sociedade.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A partir de uma perspectiva histórica, procura-se perceber o espaço da praça não apenas na sua concepção estética mas na sua utilização e apropriação como território de sociabilidade.

O trabalho compõem-se de três partes. Na primeira parte busca-se, através da historiografia, perceber os diversos "olhares" que recuperam o elemento urbano **praça**. Numa perspectiva histórica, pretende-se identificar os momentos mais importantes de transformação do espaço praça, no contexto das cidades, procurando destacar os diferentes papéis que este elemento urbano desempenhou; investigar o caráter simbólico do espaço praça nos diversos momentos de ruptura e mudança estrutural no desenho da cidade, analisando as relações de apropriação estabelecidas pela sociedade com este espaço; e analisar a concepção estética das praças, em particular, a mudança da constituição espontânea do espaço (praça) para o espaço projetado, visto como um objeto concebido dentro de um "modelo" de cidade. Trata-se de pontuar estas transformações, estabelecendo um roteiro onde se identificam alguns arquétipos do elemento urbano praça.

Na segunda parte, busca-se situar o projeto arquitetônico da Praça da Liberdade, concebido juntamente com o plano urbano de Belo Horizonte. Pretende-se, no segundo capítulo, investigar a origem, a gênese deste espaço, tomando como referência o momento único da experiência do urbanismo republicano brasileiro, no final do século XIX - a fundação, em tão pouco tempo, de uma cidade-capital. De que forma o contexto histórico e arquitetônico do projeto influenciou a apropriação da praça, direcionando a formação de um *locus* simbólico?

"Muitas praças de tamanhos e formas diversos, cortarão as ruas e avenidas, dando largueza para o effeito architectonico dos edificios publicos, verdadeiros palacios esplendidamente situados.

*Assim o Palacio Presidencial será erguido no centro da **Praça da Liberdade**, para onde convergem cinco avenidas;(...)*

*O Palacio Presidencial, destinado à residencia do Presidente do Estado, vai ser edificado em bellissima situação, n'um alto de onde se avista quasi toda a cidade, e 6 avenidas se cruzarão sobre o edificio, abrindo-lhe francos horisontes para todos os lados."*¹⁰

¹⁰ in A Nova Capital do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte. (Extrahido da *Gazeta de Notícias*, de 30 de janeiro de 1985), Revista Geral dos Trabalhos-I, Comissão Constructora da Nova Capital, 1985:99 e100. mimeo (grifos meus).

Nesta direção, serão abordadas algumas questões fundamentais para o entendimento do projeto da Praça da Liberdade; o urbanista responsável pelo plano da cidade e o contexto sócio político que envolveu a produção deste espaço; o contexto urbano geográfico da praça em relação à planta da cidade e à sua situação local; assim como o caráter simbólico pretendido no projeto.

“La plaza, como tema proyectivo, ha vuelto à estar de actualidad en los últimos treinta años. como símbolo de una nueva atención a la calidad de vida. Se hay multiplicado los concursos (con miles de participantes) y se han retomado los proyectos” (FAVOLE, 1995). ¹¹

Após a construção de Belo Horizonte, a cidade recém inaugurada inicia seu processo de ocupação pelos novos-velhos habitantes. O espaço da Praça da Liberdade se desenvolve construindo sua própria história, legitimando atos e fatos. Práticas cotidianas de sociabilidade vão-se estabelecendo no seu território, resultando na conformação de uma imagem e instituindo uma identidade no imaginário social dos belo-horizontinos.

No terceiro capítulo, a Praça da Liberdade é apreendida enquanto um espaço público da cidade, visto através da sua historicidade. A memória deste território é recuperada a partir dos vários papéis que a praça desempenhou neste espaço-tempo de cem anos, e das transformações arquitetônicas e paisagísticas ocorridas no seu traçado. Dos primeiros anos à contemporaneidade, busca-se estabelecer o significado simbólico da Praça e a sua sobrevivência, enquanto um espaço diferenciado de outros espaços públicos da cidade.

O tombamento do seu conjunto arquitetônico, realizado na década de 70, e o processo de restauração ocorrido em 1991, redimensiona o espaço da Praça enquanto um espaço público, inserido-o em uma apropriação do tempo presente.

Atualmente as praças públicas estão sujeitas a uma política de intervenção e resgate que seja capaz de proporcionar as condições necessárias para a sua apropriação, possibilitando a retomada do seu significado simbólico. Em vários países, sobretudo na Europa, os urbanistas têm-se preocupado com a questão da melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades através do resgate destes espaços. Podemos citar algumas intervenções realizadas nas seguintes praças: Place Vendôme, Place de Stalingrad, Place des Fêtes e Place Maurice-

¹¹ Paolo FAVOLE, é arquiteto formado na Politécnica de Milão. É historiador da arquitetura, autor de diversas ensaios e livros, entre os quais se destacam: *Piazza d'Italia* (Milão, 1972); *Ville dei Navigli Lombardi* (Milão, 1982); *Architettura romanica in Abruzzo e Molise* (Milão, 1990); *La Città Murate di Lombardia* (Como, 1992); *Architettura Romanica nelle Marche* (Como, 1993). Em sua obra *“La Plaza en la Arquitectura Contemporánea”*, FAVOLE (1995), faz uma reflexão sobre o tema da praça contemporânea, pensada como espaço projetado.

Chevalier à Paris; Plaza dels Paisos Catalans (Plaza de Sants), Plaza D'Angel Pestaña, Plaza Francesc Layret à Barcelona; Prager Platz, Mehring Platz, Augsburger Platz à Berlin; Plaza de España, Plaza de Italia, Plazoneta Ambrosio Funes, à Cordoba; Covent Garden em Londres; todas estas reformulações tinham como objetivo a requalificação do espaço.

Na terceira parte, pretende-se analisar o discurso político-urbano que evidencia uma certa preocupação com a requalificação dos espaços públicos; tomando como referência o processo de intervenção e restauração ocorrido na Praça da Liberdade.

Neste sentido, procura-se investigar de que maneira a Praça da Liberdade, enquanto território urbano já consolidado na cidade de Belo Horizonte, se insere no debate contemporâneo de “preservação” da memória histórica e do patrimônio histórico mineiro; e qual a sua importância simbólica como espaço de sociabilidade para a cidade?

A leitura do processo de intervenção e restauração ocorrido na Praça da Liberdade nos permite analisar as práticas cotidianas estabelecidas no seu território, e descobrir as diversas “camadas simbólicas” acumuladas no seu espaço (CAUQUELIN,1982).

A complexidade que envolve a análise de um espaço urbano em um contexto multidisciplinar, exige uma investigação em diversas fontes. Das várias formas de narrativas escritas, sejam os documentos oficiais, as crônicas literárias, os memorialistas; os depoimentos e entrevistas que permitem reconstruir o cenário imaginário do cotidiano; à iconografia, fundamental em um trabalho cujo objeto de análise é um projeto urbano. As imagens serão utilizadas não apenas como ilustração, mas fazem parte do escopo analítico do trabalho, permitindo um maior entendimento das transformações do espaço da praça e do cenário urbano estudado.

CAPÍTULO I

PRAÇAS: DA ÁGORA À PRAÇA CONTEMPORÂNEA (UM ROTEIRO)

"Não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos" (Pausânias apud SITTE, 1889).

I.1 Origem

Praça –[do grego *plateia*, “rua larga”]. lugar público cercado de edifícios; largo; mercado; feira¹²

*Praça, Piazza, Place, Piazza, Platz. Circus ou Square.*¹³

A palavra **praça**, no sentido tradicional do termo, nos remete à idéia de um vazio urbano, aberto, rodeado por edificações, algumas vezes arborizado, por onde podemos ir e vir livremente ou simplesmente permanecer. Este espaço urbano pode ser observado em todos os tipos de cidades, faz parte estrutural do desenho destas. Como observa FERRARA (1993), na “Idade Média, praça era entendida não só como marco zero da cidade, mas sobretudo (...) como seu micromodelo, centro de operações e decisões; vivê-la era participar da vida urbana”. Centro de origem das primeiras aglomerações, *locus* cívico da cultura greco-romana; esta praça “ainda conserva o mesmo mito”, apesar de apresentar um certo descompasso em relação à escala e à dimensão da grande metrópole.

“La plaza contemporánea no tiene casi nunca una función específica ni depende, en sentido estricto, de un edificio o de un monumento. Su finalidad es la de constituir un lugar atractivo de encuentro y reunión; por lo que el objetivo del proyecto es ahora la plaza en sí misma (...)” (FAVOLE, 1995).

Fragmento urbano da grande metrópole, a praça continua sendo um importante objeto do urbanismo contemporâneo; representa o espaço-síntese da cidade. Poucos teóricos abordaram a questão da praça, na sua dimensão simbólica, como espaço de sociabilidade. A partir de uma perspectiva histórica, pretende-se analisar como o espaço da praça vem sendo retomado pela sua historiografia.

Observa-se que as praças tiveram três momentos distintos de transformação funcional: a praça enquanto espaço político, de comércio e espaço de lazer. Na *Ágora* e no *Fórum Romano*, a praça representou sobretudo o espaço das manifestações políticas da democracia Grega e do Império Romano. Na Idade Média e no Renascimento, este espaço se tornou o *locus* do mercado, trazendo para as comunidades locais o desenvolvimento urbano; as praças renascentistas também serviram como palco estético para monumentos e estátuas. E, finalmente, a praça como espaço de lazer, onde o *footing* e outras formas de manifestações cívicas passaram a ocorrer.

¹² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, 1986.

¹³ KATO, Akinori. *Plazas of Southern Europe*. Process Architecture Co., Ltd., Tokyo, 1990.

A praça na antigüidade

A praça, como espaço cívico, surge no século V a.C, na *pólis* Grega¹⁴. Foi na *pólis* que se deu a ruptura na organização das cidades com base no parentesco. ARENDT (1987), identifica na cidade-Estado grega a sua organização através de duas esferas opostas: a privada (representada pela família; *oikós*) e a pública (a vida política; a ação e o discurso), que se relacionavam através da figura do cidadão, o qual possuía a “liberdade” de transitar nesses dois mundos.¹⁵

Sob o nome de *Ágora*, a praça pública grega representou o principal lugar de encontro dos cidadãos. Este conjunto urbano formava o centro político-social da cidade: o centro cívico, onde os cidadãos livres (excluindo as mulheres e os escravos) exerciam sua cidadania¹⁶. Este espaço representava “um mundo compartilhado de significações a partir do qual a ação e a palavra de cada um poderiam ser reconhecidas como algo dotado de sentido e eficácia na construção de uma história” (TELLES,1990)¹⁷

A *Ágora* constituía-se de um pátio aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos. Nela situavam-se o *bouleuterium*, uma espécie de sala de conselho da cidade, e o *prytaneum*, onde funcionava a câmara privada para os chefes oficiais do magistrado. Um dos lados era conformado por uma construção em pórticos, a *Stoa*, onde funcionava uma espécie de mercado.

Assim como a *Ágora*, o *Fórum Romano* desempenhou um papel central na vida da *urbs*. Conjugando as atividades de mercado “com um lugar de assembléia ou de *comitium*”, era o lugar onde se realizavam os encontros políticos. Ali se podia assistir às disputas atléticas,

¹⁴ Segundo, Paul ZUCKER (1959:26) as civilizações Indianas, Egípcias e da Mesopotâmia não tiveram condições políticas, sociais e, mais importante, psicológicas para criar a necessidade de um lugar de encontro (a noção do lugar cívico estaria intimamente ligada à liberdade de expressão). Foi preciso esperar pelo desenvolvimento do modo de vida Grego, com sua concepção de *Pólis*, antes que um lugar de encontro, uma verdadeira praça pudesse se desenvolver.

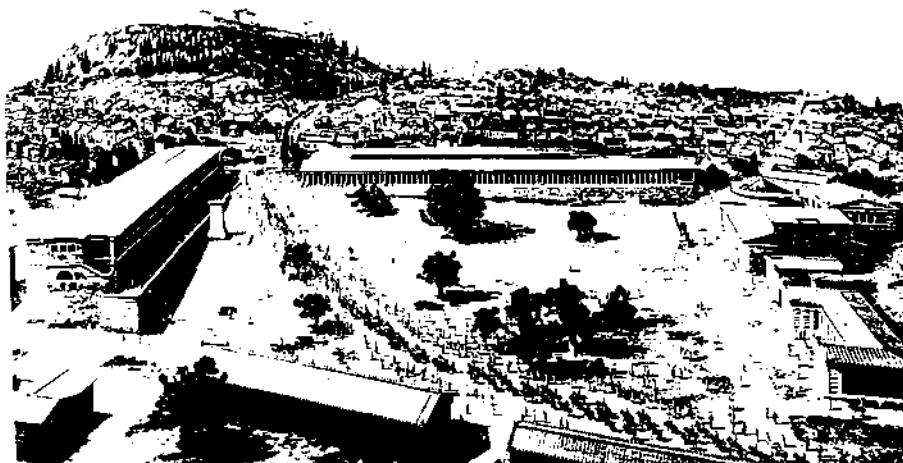
¹⁵ Em sua obra “A Condição Humana”, ARENDT (1987), define a liberdade não como a “liberdade moderna e privada da não-interferência, mas sim a liberdade pública de participação democrática”.

¹⁶ Esta noção de cidadania está relacionada aos direitos, civis e políticos, e aos deveres dos indivíduos para com o Estado. O cidadão é o habitante da cidade, no gozo dos seus direitos e deveres.

¹⁷ TELLES (1990), faz uma leitura da noção de espaço público no pensamento de ARENDT, definindo-o “enquanto espaço significativo no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na construção de um mundo comum”.

oradores dirigiam-se às multidões, comerciantes fechavam negócios, realizavam-se os cultos e, principalmente, administrava-se a cidade, nos tribunais e edifícios públicos (MUNFORD, 1961).

Pensar no espaço da praça, na sua origem, é sem dúvida retomar duas noções representadas na figura da *Ágora* e do *Fórum*: o lugar da 'vida cívica' e o lugar de encontro dos cidadãos. Este espaço, enquanto **centro cívico** da cidade, constituiu-se no primeiro elemento simbólico da **praça**.



ÁGORA DE ATENAS, RECONSTITUIÇÃO

Fonte: THE CITY ASSEMBLED: THE ELEMENTS OF URBAN FORM THROUGH HISTORY (1993)



ROME. FORUM ROMANUM. RECONSTRUCTION

RECONSTITUIÇÃO DO FÓRUM ROMANO

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

A praça pública na cidade medieval

"Na Idade Média e na Renascença, essas praças ricamente adornadas eram o orgulho e a alegria de toda cidade independente; aqui, concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizavam-se as exposições,

empreendiam-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes. De acordo com o tamanho de cada comunidade ou o tipo de sua administração, serviam a essas necessidades práticas duas ou três das praças principais, raramente uma só, pois as praças também eram manifestação da diferença entre autoridade secular e eclesiástica, distinção que a Antiguidade não fazia da mesma maneira.” (SITTE, 1889)

Durante a Idade Média, o *burgo* e a sua estrutura social se distanciaram muito do conceito de cidade presente na *pólis* grega e na *urbs* romana. Centralizada nas atividades comerciais, a cidade medieval, o *burgo*, tinha como demais funções a manufatura e o artesanato. A vida cotidiana da comunidade tinha uma relação distinta com o espaço urbano. A cidade era o lugar da multidão, as atividades de lazer, trabalho e moradia se fundiam nos mesmos territórios; artesãos, artistas, comerciantes e moradores conviviam juntos.¹⁸

Na Idade Média iniciou-se o processo de formação e desenvolvimento urbano na Europa. Segundo MORRIS (1974)¹⁹, este desenvolvimento, influenciado por fatores como o feudalismo, o comércio, o papel da Igreja e da indústria artesanal, produziu cidades de características morfológicas similares. Estas cidades possuíam uma paisagem urbana muito característica. A praça fazia parte de um repertório urbano típico, formado juntamente com as muralhas, as torres e portas, as ruas, os mercados, a Igreja e os edifícios principais.

As cidades medievais desenvolveram-se de diferentes formas. Segundo a análise morfológica realizada por ZUCKER (1959), identificam-se dois tipos de origens: as cidades de crescimento orgânico e as cidades projetadas. Das primeiras, algumas, originárias de antigos assentamentos romanos, preservaram o plano original; outras formaram-se nos arredores de castelos, monastérios ou conjuntos independentes de Igrejas, cuja região tornou-se um núcleo de expansão; ou desenvolveram-se ao longo de importantes percursos, como estradas, cruzamentos ou rios. As demais surgiram de novas fundações: organizações comunitárias ou assentamentos militares (*bastides*), concebidas ou não por um projeto urbano predefinido.

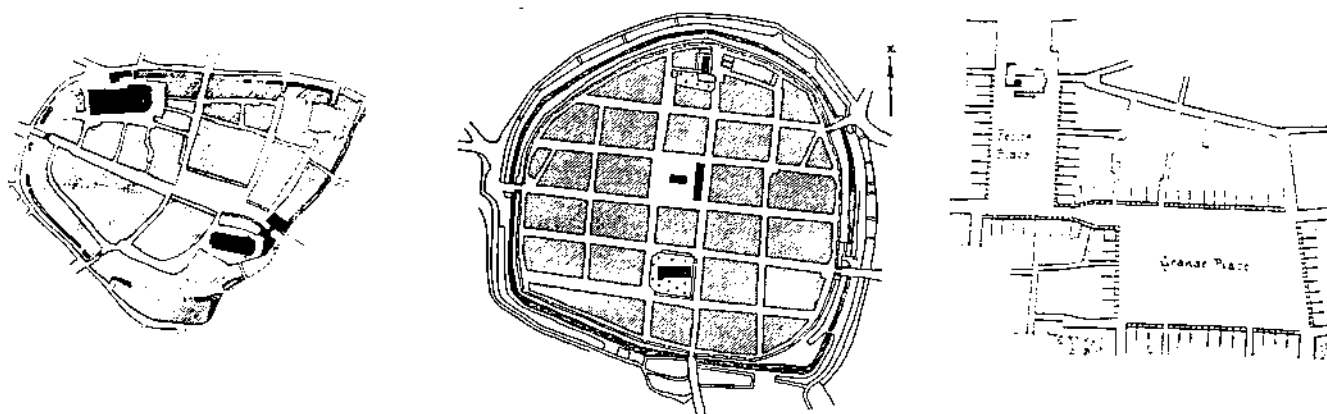
¹⁸ Com o desmoronamento do Império Romano do Ocidente, as cidades sofreram uma retração, seguida de um desenvolvimento gradual do feudalismo. No auge do feudalismo, segundo análise de HOBBSAWM (1977), observa-se o renascimento das cidades medievais. Este período caracterizou-se por um crescimento populacional, comercial e da produtividade (na agricultura e na manufatura).

¹⁹ MORRIS (1974), em seu livro "*Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*" faz um estudo detalhado da formação das cidades, e do seu caráter sócio-econômico.

É interessante perceber a multiplicidade de formas existentes destas praças medievais. Em um estudo detalhado sobre a morfologia das praças, Paul ZUCKER (1959), observa, a partir da forma e do uso do espaço, a diversidade das praças, classificando-as em seis tipos:

- a praça do mercado como um alargamento da rua ou da via principal;²⁰ (A)
- a praça do mercado como uma expansão lateral da rua ou via principal; (B)
- a praça da entrada da cidade, situada próxima ao portão da cidade; (C)
- a praça central, mais comum nas cidades renascentistas; (D)
- o paço da Igreja cuja área faz parte da estrutura arquitetônica e pode ser considerada uma extensão da entrada principal; (E)
- o grupo de praças cuja articulação conjuga muitas vezes, o paço da Igreja à praça de mercado. (F)

As praças medievais representavam o *locus* principal das feiras e mercados.



Estas praças, apesar das suas características distintas, representaram um importante espaço cívico para o homem medieval. Analisando as práticas e o comportamento social da cultura medieval e do Renascimento BAKHTIN (1987)²¹ nos revela a importância da *praça pública* como o espaço popular da cidade:

²⁰ Em relação a localização da praça de mercado, ver também MORRIS (1974:109).

²¹ A partir da análise da obra de Rabelais, BAKHTIN (1987) traça um estudo sobre a cultura popular na Idade Média e no Renascimento.

"Para parodiar e negar os valores, mitos e crenças da sociedade feudal, o povo reunia-se na praça pública em comemorações de carnaval, que pelo seu caráter grotesco, opunha-se à festa "oficial" e constituiu-se a máxima expressão do "popular" (FERRARA, 1993). A praça representava o espaço da multidão, era o campo da feira, do carnaval e das festas.

"A praça pública no fim da Idade Média e no Renascimento formava um mundo único e coeso onde todas as "tomadas de palavra" (desde as interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnadas do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade.

(...) A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de 'exterritorialidade' no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra."
(BAKHTIN, 1987: 132).

Além das feiras, festas, procissões e representações teatrais, outra atividade de grande importância ocupou o espaço da praça: o julgamento e as execuções públicas. Para além de um espaço de sociabilidade, a praça "pública" era o lugar onde se demonstrava o poder das leis.²²



CENA EXECUÇÃO EM PRAÇA PÚBLICA
Fonte: L'HOMMES ET LES VILLES (1995)

A "cidade Ideal"

Apesar do comportamento social em relação à praça "pública" na Idade Média e no Renascimento serem bastante semelhantes, houve uma mudança na forma de apreensão da cidade por parte dos seus construtores. Para o homem medieval, a consciência da cidade era captada pela experiência de vivenciar os espaços. A cidade medieval podia conter limites, crescer, transformar-se a partir da inclusão ou construção de novos elementos, mas a noção de

²² Ver descrição das práticas de julgamento e execuções públicas que eram realizadas no espaço da praça. in Michel FOUCAULT, *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1977.

um espaço formal projetado previamente ou de uma possível urbanização integradora da cidade, só surgiria no período da Renascença.²³

"A cidade com seus habitantes. tornou-se gradativamente um importante elemento de intervenção política. Pensamento teórico e considerações estéticas começaram a influenciar a criação de partes ou da cidade como um todo. (...)

A partir do século XV, design arquitetônico, teoria estética e princípios de urbanização voltam-se para idéias idênticas, o desejo pela ordem e disciplina em contraste com a relativa irregularidade e dispersão do espaço Gótico" (ZUCKER,1959:99).

O desenvolvimento urbano que se seguiu na Europa entre meados do século XV e XVIII, inaugurou uma nova paisagem nas principais cidades, produzindo um novo repertório de lugares distintos. O surgimento dos tratados de arquitetura e urbanismo, relacionados à uma concepção político-social da cidade, influenciaram não apenas as atividades de expansão, reestruturação e intervenção urbanas, mas as propostas para um novo tipo de cidade: a *"cidade ideal"*. Esta concepção da "cidade ideal" apreende o espaço urbano como um objeto de estudo projetável, propondo um modelo de sociedade que seja percebido através do desenho urbano.

Nas intervenções urbanas realizadas e nas propostas teóricas que se seguiram, nota-se a perda da espontaneidade do traçado medieval em função de um desenho rígido e formal;

"O emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai gradativamente sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação - o espaço urbano ganha novas referências com as perspectivas inéditas de avenidas retas; fontes, chafarizes, obeliscos rampas, escadarias, em recintos ao ar livre arquitetonicamente homogeneizados, vão configurar uma cenografia à altura da afluência do absolutismo real, do poder eclesiástico (Século XV) e da nascente burguesia mercantil no panorama europeu (...)" (SEGAWA,1996:48).

Neste momento de transição do espaço espontâneo para o espaço projetado, a figura da **praça formal**, surge como um dos elementos estruturantes de reordenação urbana, concebida dentro de um modelo de cidade.

A Itália foi um importante berço das idéias renascentistas, assim como a França representou o centro das manifestações urbanas do século XIX. A redescoberta dos escritos de

²³ Para ZUCKER (1959:97), a consciência de um planejamento total da cidade estava ausente do mundo medieval, com algumas exceções, como nas novas fundações medievais (as *bastides*).

VITRÚVIO (1412-1414) contribuiu, em muito, no campo da arquitetura e do urbanismo²⁴ (MORRIS, 1974).

Na tradição da estética italiana, o ofício da arte, arquitetura e escultura não estavam separados. O artista influenciava o desenho e intervinha na concepção do espaço citadino, criando verdadeiros cenários urbanos. A *piazza* foi o grande personagem destes cenários, este espaço era fundamental para as práticas cotidianas de sociabilidade desenvolvidas pela cultura italiana.

A praça aparece como espaço esteticamente projetável, segundo MORRIS (1974), em um projeto para a criação de um novo bairro, em Roma, do arquiteto ALBERTI²⁵ - o Borgo Leonino;

"Desejava dispor uma praça em cada extremo da larga superfície retangular, conectada por três amplas avenidas, cuja composição deveria ser enriquecida pela presença de um grande obelisco, situado no centro de uma das praças, (...)"
(MORRIS, 1974:189).

Para ALBERTI (1980) a *piazza* representava a "nova protagonista da estrutura espacial urbana".²⁶

"nella città vanno distribuite grandi piazze; in tempo di pace serviranno per i mercati e per gli esercizi fisici dei giovani; in tempo di guerra vi si ammucchieranno le riserve di legna e di foraggio e altri materiali utili a sostenere gli assedi"
(ALBERTI, 1980, livro IV, cap. VIII:330).

Nas concepções dos tratados renascentistas, segundo ZUCKER (1959), "a cidade tornou-se cada vez mais um símbolo de uma ordem social e governamental. Muitas utopias foram desenvolvidas baseadas em conceitos teológicos e sócio-filosóficos combinados a uma prática sugestiva. Todas tendo como referência a imagem da cidade de Thomas More (Utopia) e

²⁴ Segundo MORRIS (1974:188), as idéias de Vitruvius sobre a cidade nunca foram representadas graficamente, apenas no plano teórico. As interpretações feitas a partir da sua teoria, deram origem à clássica figura da cidade nuclear.

A representação da cidade consiste numa "forma radioconcêntrica, cercada por uma muralha defensiva octogonal; oito ruas radiais conduzem às torres localizadas nos vértices do octógono e em portas situadas no centro de quatro dos lados, opostos dois a dois. (...) A área destinada ao *fórum* deveria ocupar o centro, delimitado por um espaço octogonal, e outros espaços abertos deveriam se distribuir ao longo dos outros setores. (...)".

²⁵ Leon Batista ALBERTI escreveu, em 1449, o primeiro e um dos mais representativos tratados da Renascença. "O tratado de ALBERTI, publicado postumamente, não estava completamente desenvolvido, discutia a localização topográfica ideal da cidade, sua relação com a paisagem, os princípios de organização, e um sistema completo da economia e das condições de tráfego urbano" (ZUCKER, 1959:101).

Tommaso Campanella (a cidade do Sol)".²⁷ As características destas cidades utópicas estavam representadas na organização e ordenação precisa do plano urbano, traduzidos numa rígida geometrização e regularidade de ruas e avenidas.



Piazza ideale (da un dipinto italiano del XV sec.)

A PRAÇA IDEAL (PINTURA DO séc. XV)

Fonte: LA CITÉ IDEALE EN OCCIDENT (1994)

A primeira cidade a consolidar as teorias tratadistas foi a cidade militar de Palma Nuova²⁸ (1593), na Itália. Podemos citar ainda as cidades francesas de Vitry-le-François (1545); Philippeville (1550); Nancy²⁹, e Charleville (1608-1620); Freudenstadt, na Alemanha; Coevorden, na Noruega e Christianshavn (1617), na Dinamarca (ZUCKER, 1959).

Dentro desta concepção estética renascentista, o espaço da praça passou por três momentos de ruptura formal, a partir do qual ela incorporou uma nova simbologia: a **Piazza** Italiana e a preocupação com a estética da praça e a formação de um cenário urbano, a partir do conjunto arquitetônico circundante; a **Place Royal** Francesa com a sua monumentalidade

²⁶ "nuova protagonista della struttura spaziale urbana" (ALBERTI, 1980:327).

²⁷ Alguns importantes tratados merecem ser destacados não apenas pelas suas concepções teóricas, mas, em relação a este trabalho, pela importância dada ao elemento **praça**:

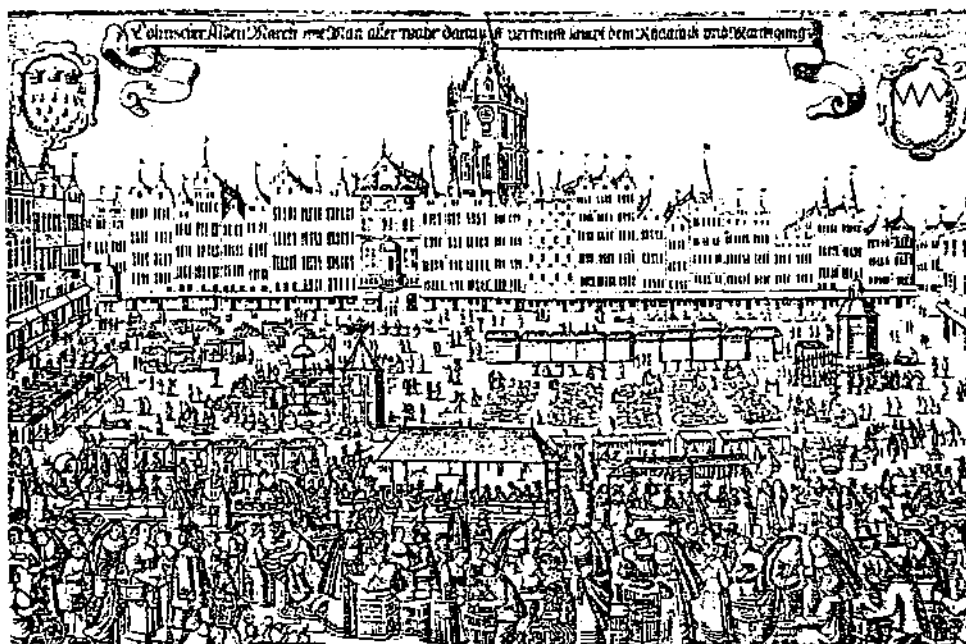
Antônio FILARETE foi o primeiro a apresentar uma cidade ideal globalmente planificada em seu *Trattato d'Architettura*, escrito entre 1457-1464; Francesco di Giorgio MARTINI, ressalta na sua obra *Trattato d'Architettura* (1495), a importância de uma praça central inscrita numa periferia poligonal ou circular fortificada; Pietro CATANEO - *Quattro Libri del L'Architettura*, (1554); Bounaiuto LORINI - *Delle Fortificatione Libri Cinque*, (1592) e por último a obra *Città Ideale*, escrita por Vasari il GIOVANI, destacando-se a presença de pequenas praças situadas no encontro das ruas com as radiais. Esta idéia seria retomada posteriormente em vários projetos de cidades, como Grammichele (1693), Washington D.C. (1791), e Belo Horizonte (1897) (ZUCKER, 1959).

²⁸ Vincenzo SCAMOZZI escreveu em 1615 *L'idea dell'Architettura Universale*. Esta obra inclui um detalhado plano para uma hipotética cidade fortificada, bastante semelhante à Palma Nuova, cujo plano lhe foi atribuído, posteriormente (MORRIS, 1974).

representativa do poder absolutista real; e a *Square* Inglesa criando o conceito de praça residencial.

A diferença funcional que se observa nas praças do Renascimento é que, longe de ser um espaço de livre permanência, passaram a representar um palco para a consolidação de um poder. A praça, enquanto espaço espontâneo de uma sociabilidade popular, perde a sua força, cedendo lugar para as composições estéticas, manifestações monárquicas, cerimônias eclesiásticas, e atividades restritas.

Em consequência, como afirma BAKHTIN (1987:49), "assiste-se a um processo de redução, falsificação, e empobrecimento progressivos das formas dos ritos e espetáculos carnavalescos populares. Por um lado, produz-se uma estatização da vida festiva, que passa a ser uma vida de aparato; por outro, introduz-se a festa no cotidiano, isto é, ela é relegada à vida privada, doméstica e familiar. Os antigos privilégios da praça pública em festa restringem-se cada vez mais".

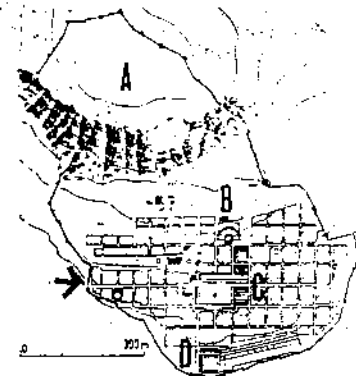
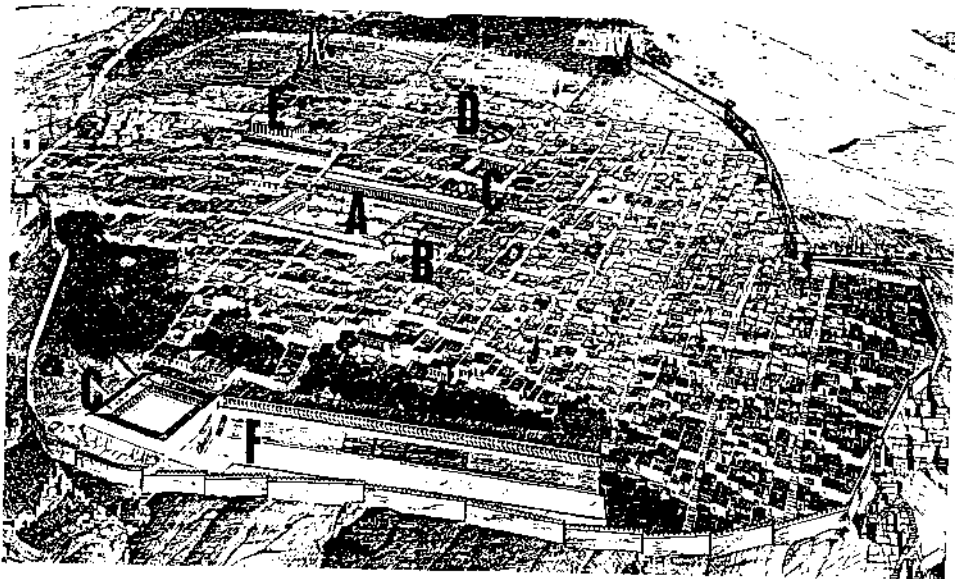


Praça alemã.

TERRITÓRIO DA PRAÇA MEDIEVAL

Fonte: O LUGAR DA ARQUITETURA DEPOIS DOS MODERNOS (1993)

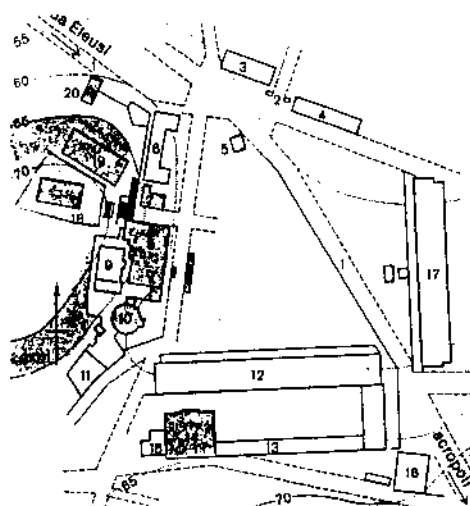
²⁹ A cidade de Nancy realiza a sua expansão em 1588. O projeto desenvolvido pelo arquiteto italiano Jeronimo CITONI, assinala com clareza os princípios formais renascentistas.



RECONSTITUIÇÃO DA CIDADE DE PRIENE

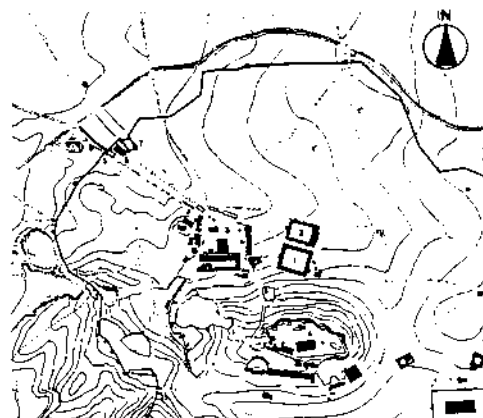
PLANO GERAL

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)



Atene: l'agorà

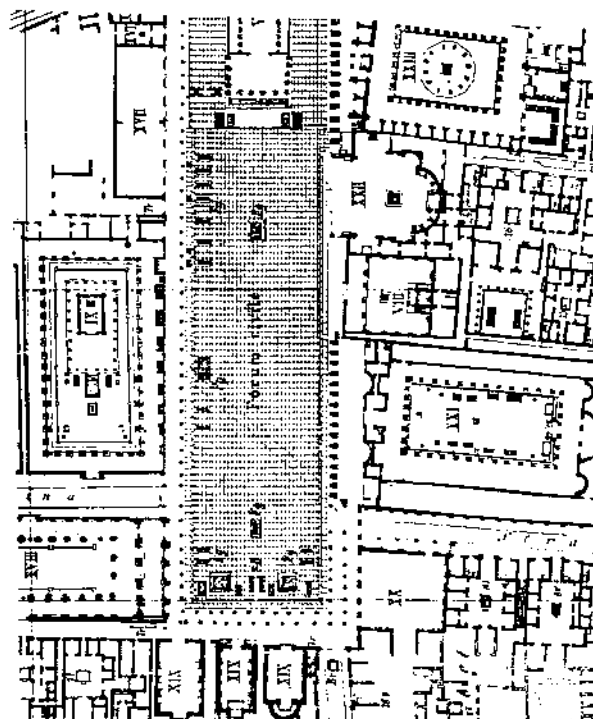
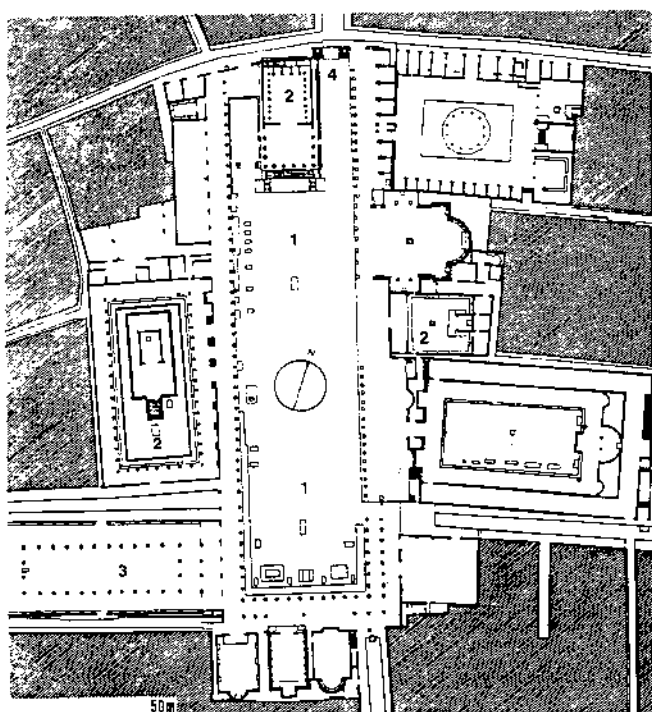
- 1 via sacra
- 2 porta delle strade
- 3 stoa di Ermete
- 4 stoa Poikile
- 5 dodici dei
- 6 stoa di Zeus
- 7 tempio di Apollo
- 8 Metroon
- 9 bouleuterio
- 10 tholos
- 11 strategion
- 12 stoa centrale
- 13 stoa meridionale
- 14 eliaia
- 15 clessidra ad acqua e fontana
- 16 zecca
- 17 stoa di Attalo (v. Tip. VII)
- 18 Elestaiion
- 19 sala delle colonne
- 20 tempio di Afrodite



- 1 Roman Agora
- 2 Library of Hadrian
- 3 Agora
- 4 Acropolis
- 5 Sacred Gate
- 6 Pompeion
- 7 Depylon Gate

ÁGORA DA CIDADE DE ATENAS

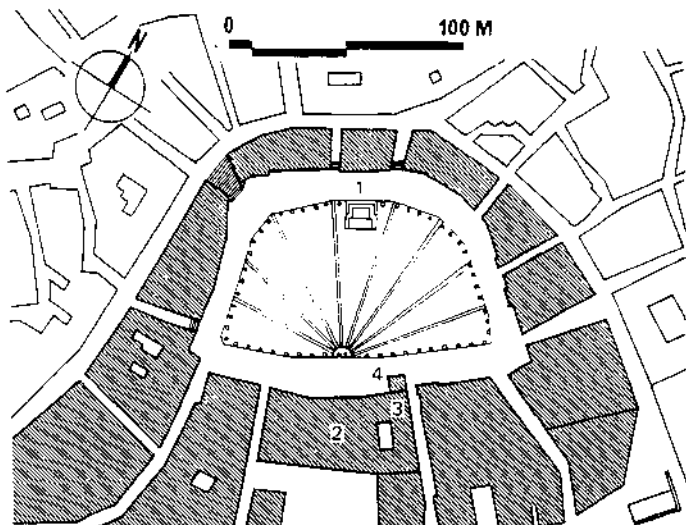
Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



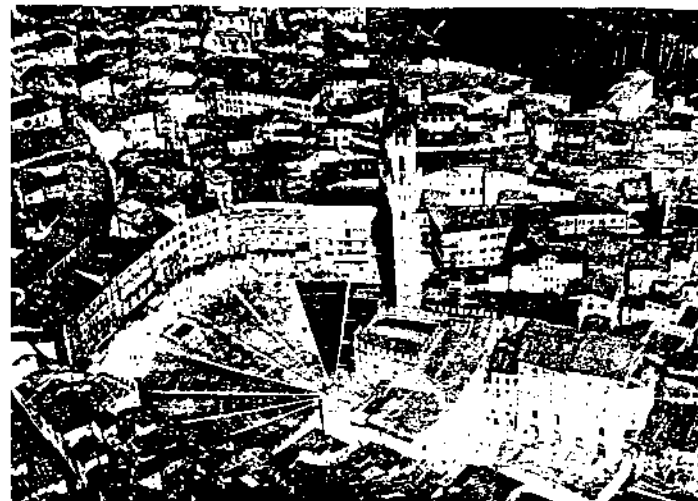
PLANTA DO FÓRUM DE POMPÉIA

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)



PLANTA



E

VISTA

PIAZZA DEL CAMPO (SIENA) – PRAÇA DA IGREJA – (E)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



PRAÇA DO MERCADO DE MANNHEIM

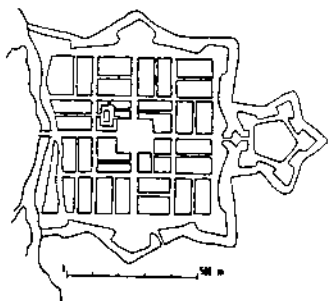


PRAÇA DO MERCADO DE TABOR

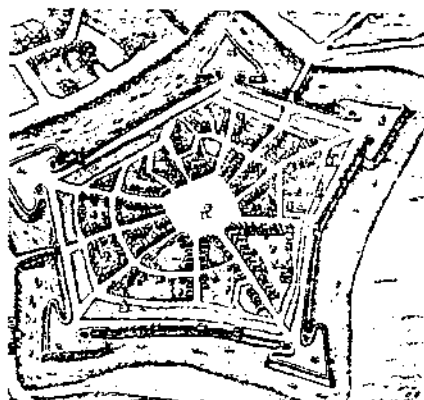
PRAÇAS DE MERCADO (D)

Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)

VITRY-LE-FRANÇOIS



PHILIPPEVILLE

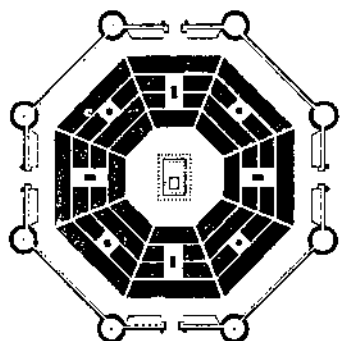
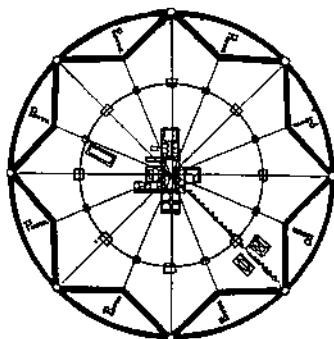
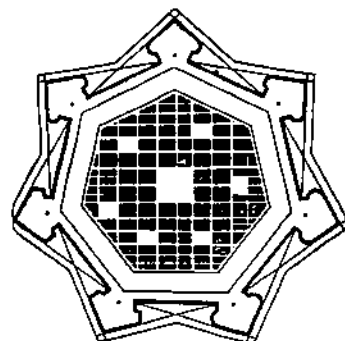
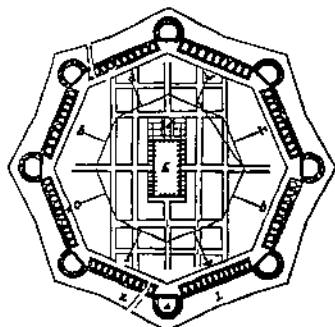


CHARLEVILLE

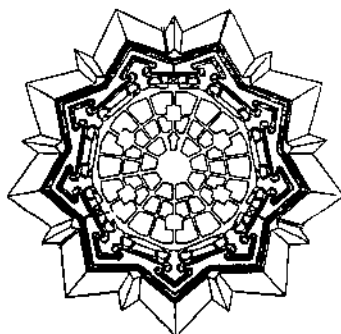
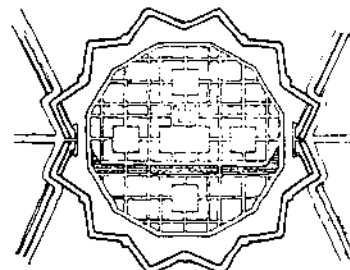


CIDADES FRANCESAS, PRAÇA CENTRAL

Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)

VITRÚVIO
(1412-1414)FILARETE
(1457-1464)CATANEO
(1554)BARBARO
(1567)

LORINI

SCAMOZZI
(1592)DESTAQUE PARA O ESPAÇO ABERTO CENTRAL
PLANOS URBANOS DOS TRATADOS RENASCENTISTAS

Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)

I.2 Arquétipos

"Dans toute culture, il existe certaines idées, certaines images ou certains idéaux qui persistent à travers le temps, parfois à l'insu des hommes." (DEWITTE, 1987)

A praça pode ser considerada um arquétipo urbano que persiste na história da cidade ocidental. Não como um modelo a ser reproduzido, mas como conceitua DEWITTE (1987:160):

"(...) archétype n'est pas un modèle rigide, mais prête à diverses métamorphoses. Il ne suffit pas d'imiter les formes particulières qu'il a reçues dans l'histoire pour être réinventé à chaque époque nouvelle et il est donc nécessaire de saisir son 'idée' dans toutes sa généralité".

A Piazza Italiana

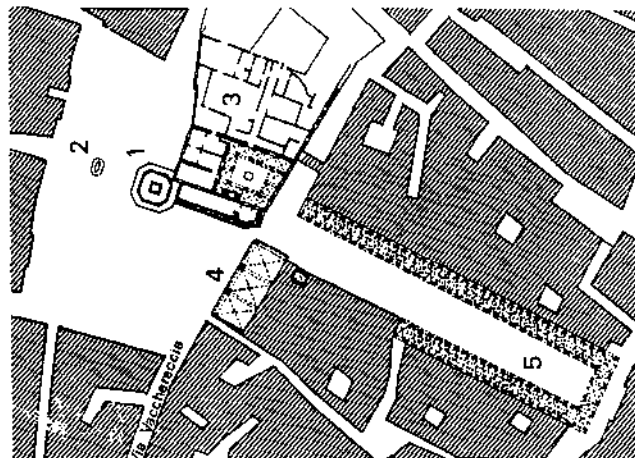
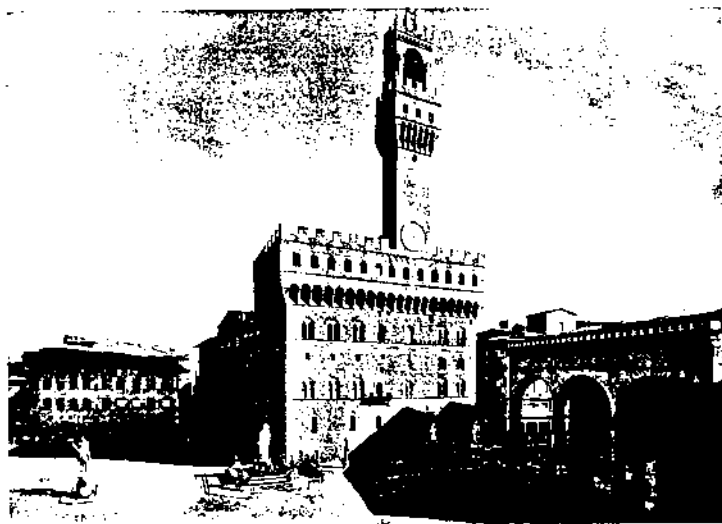
A praça formal teve sua origem nas intervenções urbanas, ocorridas no período de renovação estética das cidades italianas. Este período de apogeu econômico na Itália marcou a expansão urbana de várias cidades, entre as mais importantes: Roma, Florença e Veneza. A escala das intervenções urbanas do século XVI refletiu as transformações sociais, políticas, intelectuais e militares que se instituiu nas cidades e nos homens:

"la ville à cette époque est métamorphosée par les concepts qui président à l'élaboration de son esthétique et de son organisation. Des subtiles mutations rhétoriques affectent le rapport de l'édifice et de la rue; elles finiront par changer la physionomie des villes de façon aussi radicale qu'irréversible" (ADAMS e NUSSDORFER, 1995:205).³⁰

A *Piazza della Signoria*, espaço público dos mais importantes da cidade florentina (centro cívico da Florença medieval), foi palco da primeira intervenção de reestruturação de praças na

³⁰ "A cidade nesta época é transformada pelos conceitos que conduzem a elaboração de sua estética e de sua organização. Mudanças retóricas sutis afetam a relação do edifício e da rua; resultando em uma transformação na fisionomia das cidades, tão radical e quanto irreversível".

Itália.³¹ Em seguida realizou-se a reforma da *Piazza SS. Annunziata*, cujo projeto já havia sido esquematizado por Brunelleschi, em 1426³² (MORRIS, 1974).



PIAZZA DELLA SIGNORIA

FONTE: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959) E PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

A reurbanização dos espaços públicos que se sucedeu em Roma teve sua origem no extenso programa de obras desenvolvido por SIXTO V, entre 1585-1590, sob a coordenação do arquiteto-urbanista Domenico FONTANA. No seu projeto, constavam a criação de uma rede viária global e a inserção de obeliscos em pontos estratégicos, onde posteriormente foram urbanizadas as principais praças romanas.³³

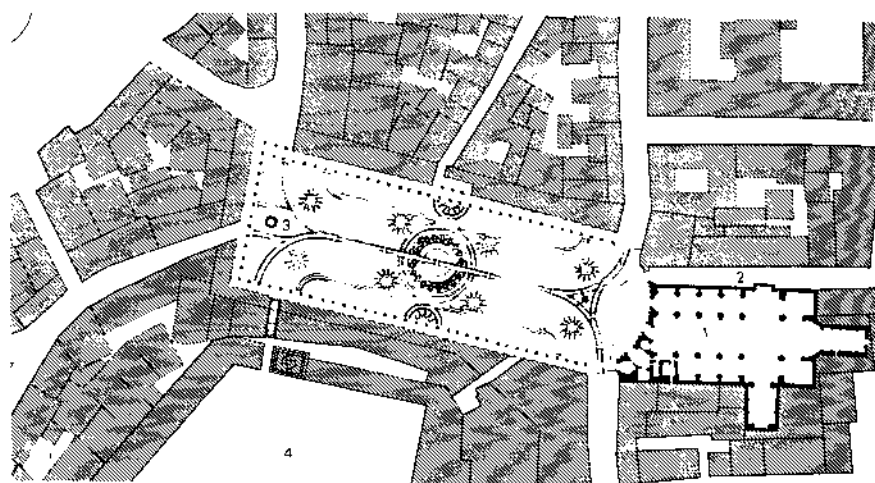
³¹ Esta praça passou por diversas intervenções, a primeira data de 1288, quando se construiu o Palácio Vecchio, a partir de algumas demolições. O seu desenho atual data de 1355; sendo de 1376, a construção da *Loggia dei Lanzi*. Em 1504, a famosa escultura de "David", foi colocada na lateral do Palácio, e no mesmo eixo, em 1557, a estátua de Cosimo I. A sua última intervenção data 1560-1574, com a construção Galeria *Uffizi*, e as suas arcadas conformando a *Piazza dei Uffizi*, projeto do arquiteto Giorgio VASARI (KATO, 1980).

³² A praça, concluída em 1642, relacionava-se com três importantes edifícios: o *Ospedale degli Innocenti*, o colégio *Fraternita dei Servi dei Maria* e a Igreja *della Santíssima Annunziata*. Via de regra as intervenções nas piazzas italianas faziam parte de uma reestruturação estética que tinha como objetivo o diálogo da praça e o conjunto arquitetônico circundante.

³³ No século XVI, o Papa Sixto V empreendeu a grande transformação da cidade de Roma, já iniciada pela construção do Vaticano, próximo a Basílica de *San Pietro*, por seus antecessores. Com o intuito de conectar sete Igrejas e facilitar a cerimônia da peregrinação, Sixto V acabou por redirecionar o crescimento da cidade, propondo grandes eixos de ligação urbana. Esta idéia do eixo monumental seria retomada por NAPOLEÃO III e HAUSSMANN, nos projetos de reurbanização de Paris, no século XIX. (MORRIS, 1974).

Dentro das grandes intervenções italianas podemos citar: a *Piazza San Marco*³⁴ (1480-1640), em Veneza; a *Piazza Ducale* (1492-1498), em Vigevano; a *Piazza del Popolo*³⁵ (1589 e 1816-1820); a *Piazza del Campidoglio* (1537-1664); a *Piazza Navona*³⁶ (1647-1651) e a *Piazza San Pietro* (1655-1667), em Roma (MORRIS, 1974).

A importância fundamental destas reformas foi a constituição de um cenário que, subordinado aos efeitos de perspectiva estética renascentista, tinha como objetivo estabelecer um diálogo entre o espaço da praça e o conjunto arquitetônico circundante. A cidade era concebida como um grande teatro e a praça representava o palco das cenas cotidianas.



PIAZZA DUCALE (VIGEVANO)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

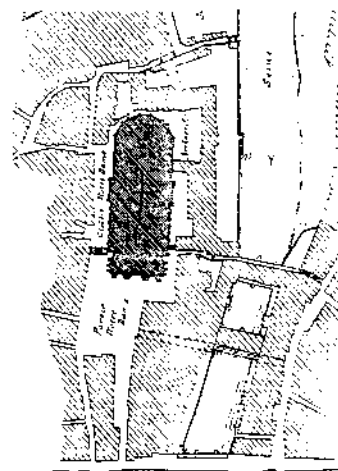
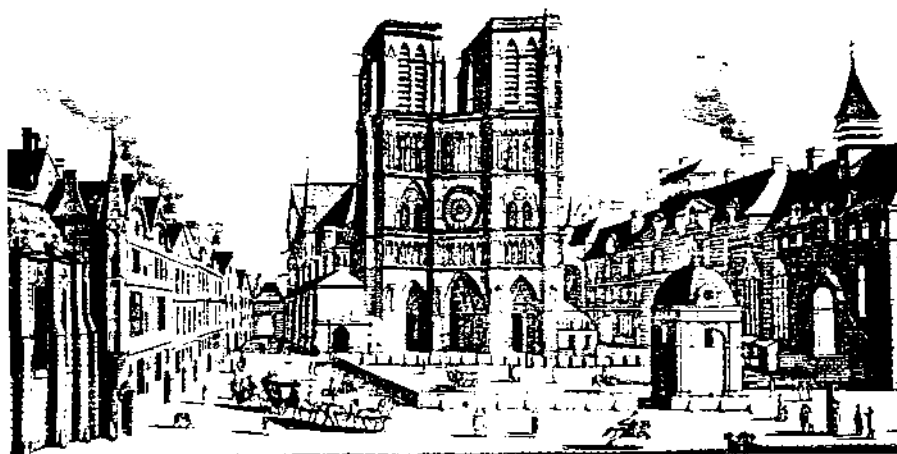
³⁴ A *Piazza San Marco* é um símbolo da arquitetura italiana. Durante o período medieval, esta praça transformou-se num espaço fundamental para a cidade. Em sua obra sobre as cidades medievais, Henri PIRENNE aponta para a importância do porto de Veneza, "a expansão comercial que começou pelos dois pontos, graças aos quais a Europa se encontrava em contacto através de Veneza e da Flandres com o mundo oriental, espalhou-se como uma epidemia benfazeja por todo o continente". Ao final do século XII, a praça serviu como um importante centro cívico, abrigando o pátio da antiga Basílica de San Marco, além de uma *piazzeta* onde funcionava o mercado (MORRIS, 1974).

³⁵ Importante espaço urbano, era na *Piazza del Popolo* que se realizavam os julgamentos e as execuções públicas.

³⁶ A *Piazza Navona* representou um importante espaço cívico na Roma Imperial. No período da Idade Média, era a praça mais utilizada da cidade, para festas, competições e eventos (KATO, 1990).

As Places Francesas

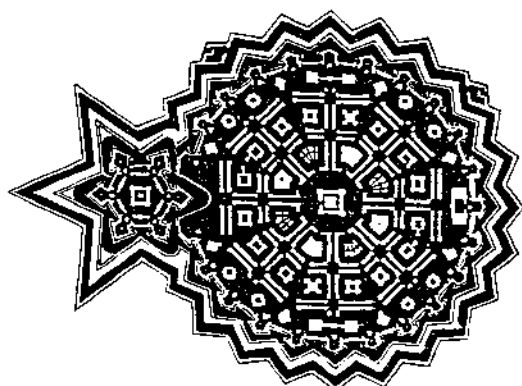
No século XVI, foram poucas as intervenções urbanas realizadas em praças francesas. Paris, a principal cidade, contava com apenas dois espaços públicos significativos: a *Place de Grève* (atual *Place de l'Hôtel de Ville*) e o paço da Notre Dame (*Place du Parvis Notre Dame*). As praças renascentistas francesas, inspiradas nos moldes italianos, surgem, segundo ZUCKER (1959), nos projetos das novas cidades.



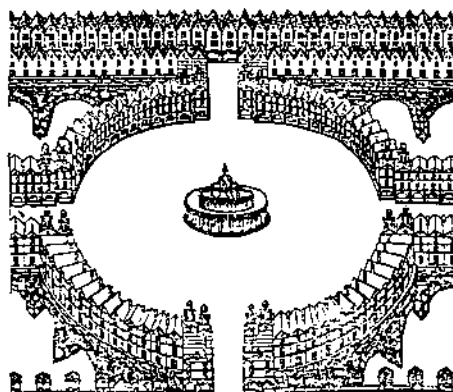
PARVIS DA CATEDRAL DE NOTRE DAME, século XIX.

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

Ao final do século XVI, influenciados pela divulgação dos tratados italianos, alguns arquitetos franceses - como por exemplo Androuet du CERCEAU e Jacques PERRET - esboçaram algumas idéias sobre planejamento urbano. Em 1578, CERCEAU realiza o projeto da Pont Neuf (1602-1604), propondo no conjunto uma praça de forma circular. Apesar da praça não ter sido realizada, é importante destacar que o projeto continha elementos renascentistas ao mesmo tempo, em que antecipava a principal característica do urbanismo francês do século XVII: a praça de formato rígido circundada por edifícios de fachadas uniformes.



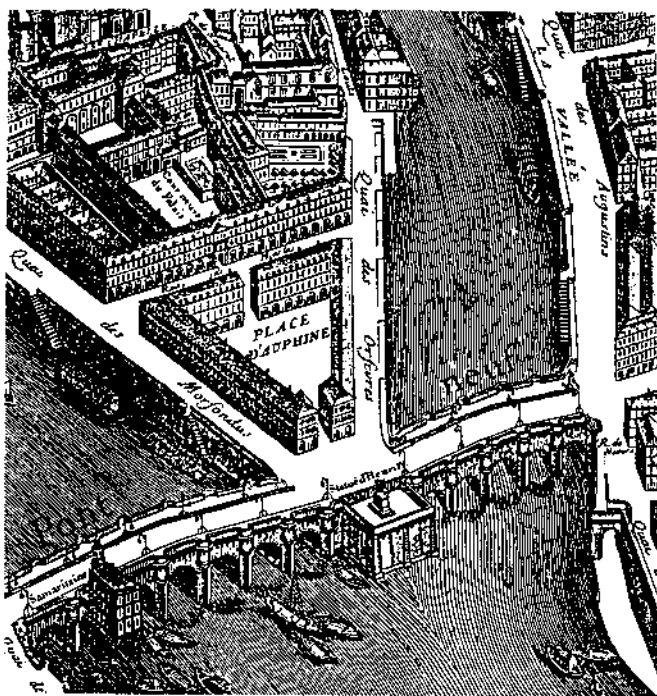
PLANO DA CIDADE IDEAL, J. PERRET (1601)



PRAÇA CIRCULAR E PONTE NEUF, A. CERCEAU (1578)

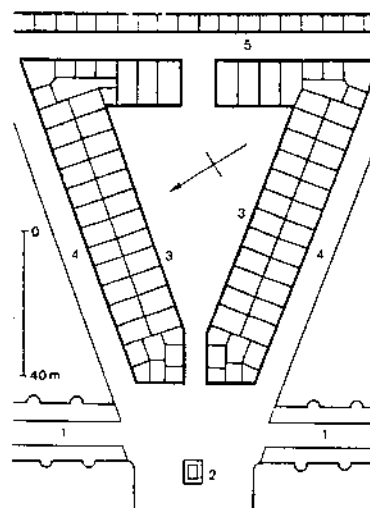
Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

Dentro desta nova concepção, a *Place Dauphine* (1607), segundo ZUCKER (1959), é a primeira realização de praça geométrica. De formato triangular delimitada por fachadas contínuas, sua rigidez formal contrastava com o tecido orgânico da cidade de Paris. Este modelo seria utilizado na construção da *Place Royale*³⁷ (1605-1612), *Place des Victoires* (1687) e *Place Vendôme* (1670-1720) em Paris; da *Place de la Liberation* (1686) e *Place d'Armes*, em Dijon; e da *Place Ducale* (1608-1620), em Charleville.



PLACE DAUPHINE (1607)

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1992) STORIA DELL'ARCHITETTURA DALLE ORIGINI ALL'ETÀ CONTEMPORANEA (1996)



- 1 Pont Neuf
- 2 monumento equestre
- 3 isolati residenziali
- 4 banchina della Senna
- 5 Rue de Harlay



PLACE DES VICTOIRE

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)

³⁷ Concebida inicialmente por Henrique IV, em 1604, como sítio de uma nova fábrica de tapetes e ampliada, no ano seguinte, para abrigar as novas moradias dos trabalhadores; a atual *Place des Vosges* serviu como um importante espaço cívico até 1606, quando, após a construção do último edifício que completaria o seu fechamento, transforma-se num protótipo de **praça residencial** (MUNFORD, 1961).

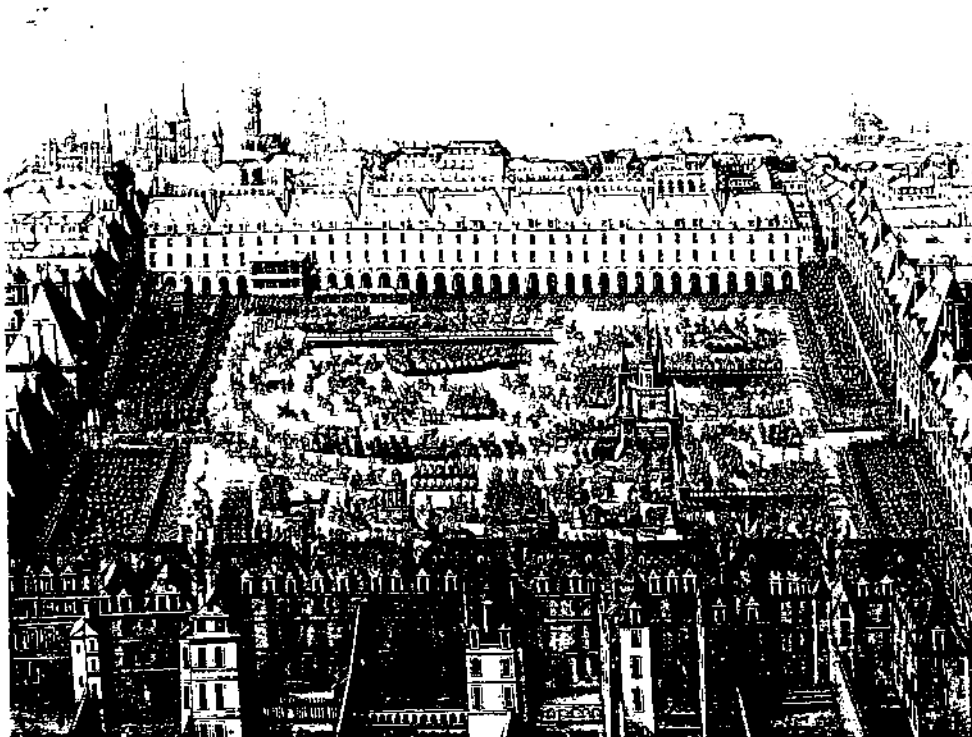
"A área central da praça, entre os edifícios, se manteve originalmente como um espaço livre", onde se realizavam os desfiles e torneios. Em 1639, é erigida a estátua de Luís XIII, oferta do Cardeal Richelieu, e construídos os canteiros e jardins nos espaços livres (MORRIS, 1974).

As praças, desenvolvidas posteriormente, apresentaram uma diferença significativa, opondo-se ao “fechamento e à domesticação do espaço” como preconizava o Renascimento, as novas praças demonstravam uma amplidão do espaço evocando uma certa monumentalidade, apenas observada anteriormente, na obra de Bernini - a Piazza San Pietro e no Palais de Versailles, construído sob as ordens de Luís XIV (SENNET, 1988).

“À medida que a população de Paris ia crescendo, as áreas ao redor das grandes praças ficavam gradativamente mais densas, mas esses centros já não serviam como pontos onde a multidão pudesse se juntar em várias atividades num mesmo local.

As praças medievais e renascentistas eram zonas livres em Paris, em oposição à zona controlada das casas. As praças monumentais do princípio do século XVIII, ao reestruturarem a aglomeração populacional na cidade, reestruturaram também a função da massa, pois mudou a liberdade com que as pessoas poderiam se reunir” (SENNET, 1988).

Denominadas de *Place Royale*, estas praças do século XVIII, representaram simbolicamente, um palco para a consolidação do poder monárquico, uma vez que as estátuas e monumentos erigidos, serviam para honrar um rei ou príncipe e reforçar a sua imagem. A monumentalidade era a principal característica estética, além disso, a inserção da praça na trama viária, denunciava as primeiras preocupações em se relacionar diversos pontos da cidade, demonstrando uma concepção de conjunto (ZUCKER, 1959).

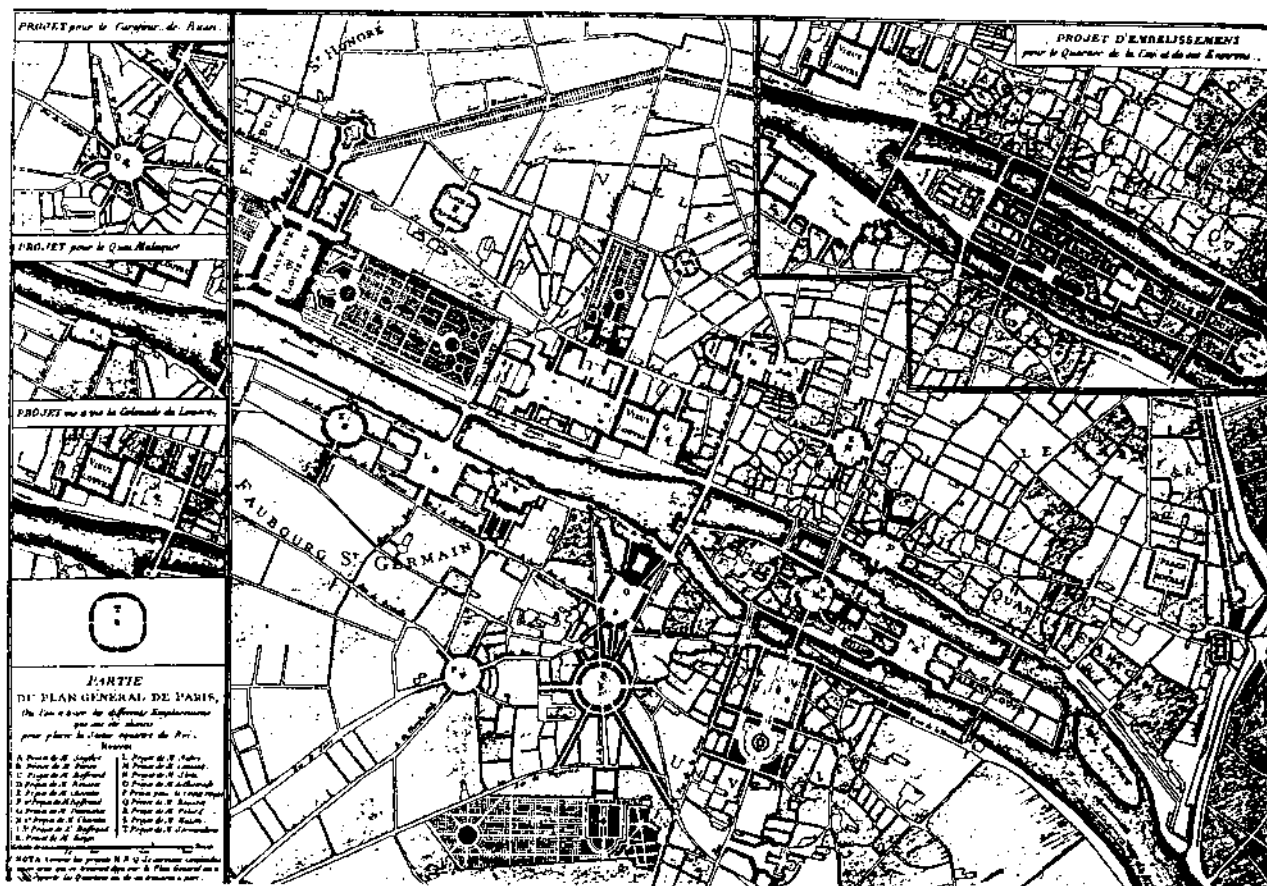


CASAMENTO DE LOUIS XIII, 1612 (PLACE ROYALE, pintura anônima)

FONTE: LES HOMMES ET LES VILLES (1995)

Observa-se a importância do elemento **praça** na remodelação interna da cidade de Paris, através do “Plano de Embelezamento”, proposto por Pierre PATTE³⁸.

“Misturando uns com os outros e combinando todas as propostas, aparecia a imagem de uma cidade com múltiplos focos, no qual cada bairro teria a sua própria praça, seus pórticos e suas avenidas radiais, sugerindo um esquema implícito de triangulação que relacionava os diferentes centros” (VIDLER, 1981).



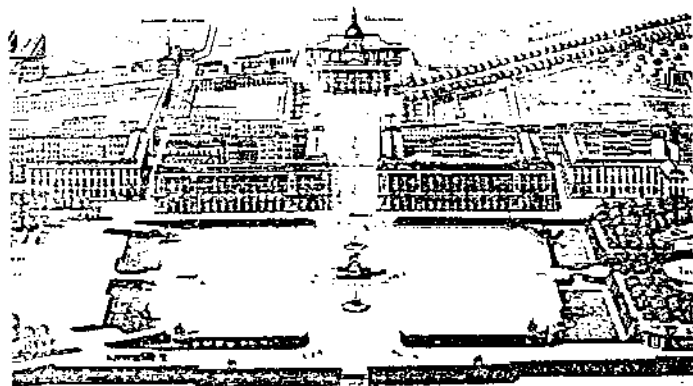
PLANO GERAL PARA PARIS, PIERRE PATTE
Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1990)

“As grandes places urbanas não eram feitas para concentrarem todo tipo de atividade das ruas circundantes; a rua não deveria ser um pórtico para a vida da praça. (...) a praça deveria ser um monumento a si mesma, com atividades restritas acontecendo em seu meio, atividades constituídas principalmente de

³⁸ Em 1765, o arquiteto-urbanista Pierre PATTE publicou um livro intitulado *Monuments érigés à la Gloire de Louis XV*, cujo objetivo era analisar as várias propostas do concurso, realizado em 1748, para a construção da Place Louis XV (atual Place de la Concorde). Com base nestes projetos PATTE discorre sobre um plano de Embelezamento para Paris e nos meios para se intervir na cidade (VIDLER, 1981).

passagem e de transporte. Acima de tudo essas praças não foram concebidas tendo em mente uma multidão que se congrega" (SENNET, 1988).³⁹

A *Place de la Concorde* (1755-1775) foi o exemplo mais significativo de *places royales*; a sua monumentalidade denunciava uma certa autonomia do espaço em relação aos edifícios circundantes, a praça era um monumento em si mesma. Observam-se os projetos da *L'Esplanade des Invalides* (1670-1706); *Place du Panthéon* (1709-1780); *Place de la Nation* (1793), em Paris; *Place du Palais* (1721) em Rennes; *Place de la Bourse* (antiga *Place Royale*, 1729-1743) em Bourdeaux; *Place Stanislas* e *Place de la Carrière* (1753) em Nancy; *Place Royale* (1756-1760) em Reims.



PLACE DE LA CONCORDE (1772)



(1854)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

As *squares* inglesas

Durante o século XVII existiu, na Inglaterra, um movimento cultural, representado por alguns cientistas, artistas e literatos, que iria influenciar decisivamente o exercício da arquitetura.⁴⁰ Neste período, o processo de crescimento e expansão de algumas cidades

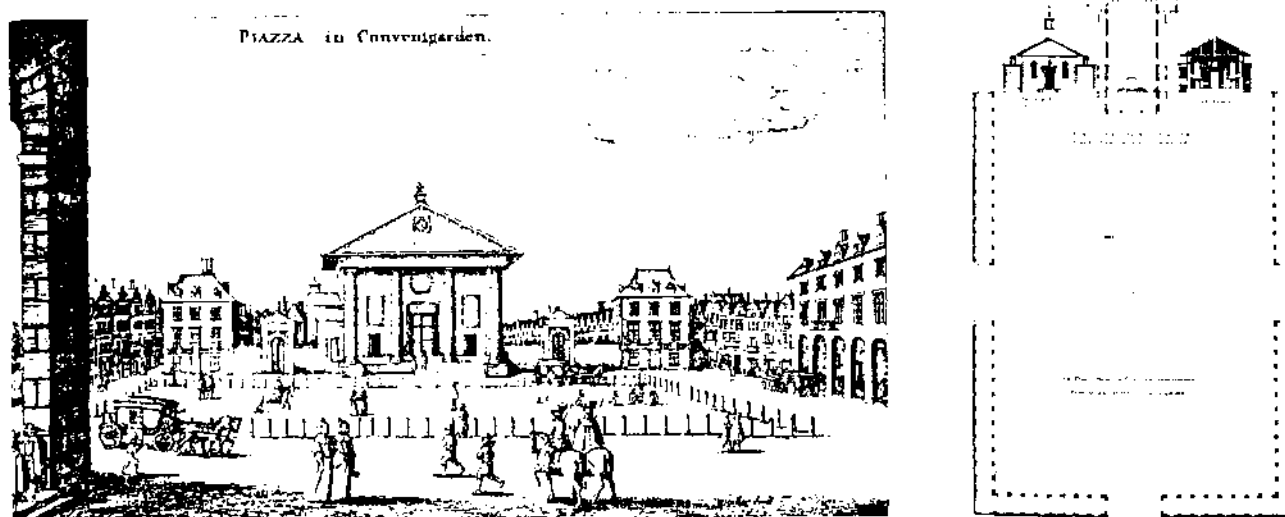
³⁹ Como assinala SENNET (1988:75), a tentativa de se esvaziar o espaço da praça pode ser observada na iniciativa de vários arquitetos da época. Hardouin-Mansard, um dos arquitetos da Place Vendôme, chegou a lutar para "eliminar, das praças, barracas, bandos de acrobatas e outras formas de comércio de rua, bem como procurou manter os cafés em sua volta, (...) e tirou totalmente as estalagens das praças".

⁴⁰ Destaca-se o ambiente do *Gresham College*, de Londres, e em especial um grupo formado por físicos, astrônomos e médicos. Em 1660, segundo SALGADO (1997), este grupo, reunindo cerca de 30 pessoas, fundam a sociedade científica - *Royal Society for improving natural knowledge by experiments*. "Entre os vários personagens desta sociedade, três desempenham um importante papel no campo da Arquitetura - John Evelyn (1620-1706), Christopher Wren (1632-1723) e Robert Hooke (1635-1709)".

inglesas, principalmente Londres, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do urbanismo renascentista.⁴¹

A reordenação urbana ocorrida em Londres resultou, em grande parte, do “parcelamento” privado das grandes propriedades feudais que ocupavam largos trechos da cidade. A primeira intervenção mais significativa foi a urbanização da área de *Covent Garden* (1630-1732).

“A praça projetada por JONES, primeira realização urbana na Inglaterra em que se adotam os novos elementos culturais do Renascimento (...), constitui o precedente tipológico dos squares ingleses” (SALGADO,1997).



COVENT GARDEN, PLANO E VISTA, SÉC. XVII

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

Em seguida a *Covent Garden* seriam construídas, *Lincoln's Inn Fields* (1638), *Leicester Square* (1630-1635), *Bloomsbury Square* (1661) e *St. James Square* (1662).

Fatores como a epidemia da peste (1665) e o grande incêndio (1666) desencadearam uma nova perspectiva para a expansão urbana da cidade de Londres. O edital proclamado pelo rei, uma semana após o incêndio, “anunciando a decisão de reconstrução da city (...)”; representa bem esta dimensão (SALGADO,1997).

Analisando as intervenções que se sucederam em Paris e a ocupação da cidade de Londres, no século XVII, SENNET (1988) aponta para o surgimento de um novo princípio reorganizador do espaço urbano: a praça.

⁴¹ Segundo MORRIS (1974:279) no século XVI Londres contava com uma população de 50.000 hab., já no século XVII havia atingido a soma de 225.000 hab., sendo que 75.000 hab. residiam na city. Apesar das constantes epidemias que causavam uma redução significativa da população, em 1660 a população de Londres chegou a atingir a soma de 450.000 hab; era inevitável o crescimento e a expansão urbana.

"Após o grande incêndio de 1666 em Londres, e nos anos 1680 em Paris, a aglomeração populacional nas duas cidades começou a tomar uma nova forma. A terra queimada ou ociosa não foi pura e simplesmente ocupada. Foi reorganizada de acordo com um novo princípio, o da praça; uma praça radicalmente distinta das praças das pequenas cidades medievais, tanto na aparência quanto na sua função. Os princípios de design das praças em Londres romperam com o passado medieval de um modo bastante diverso daqueles das praças de Paris. Mas essas duas revoltas opostas contra o passado levaram à mesma finalidade social" (SENNET,1988:74).

A **praça** seria, sem dúvida, o elemento urbano dominante nas transformações que se seguiram à reconstrução da *city*. O modelo de praça formal idealizado pelos ingleses, ao contrário da monumentalidade francesa, esboçava um pequeno recanto ajardinado contornado por edifícios destinados à moradia.⁴² Estas praças residenciais, ressalta SENNET (1988:76), desenvolveram-se com objetivo de proporcionar o máximo de privacidade e isolamento em relação à vizinhança:⁴³

"a característica essencial dessas praças estava em não terem sido feitas para serem ocupadas por vendedores de rua, acrobatas, floristas e assim por diante, como acontecia com o Covent Garden; deveriam ser preenchidas com arbustos e árvores.

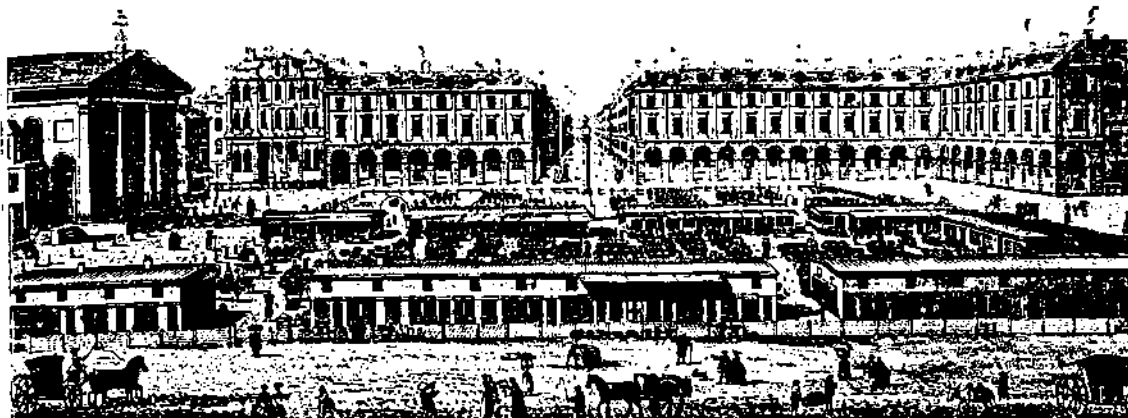
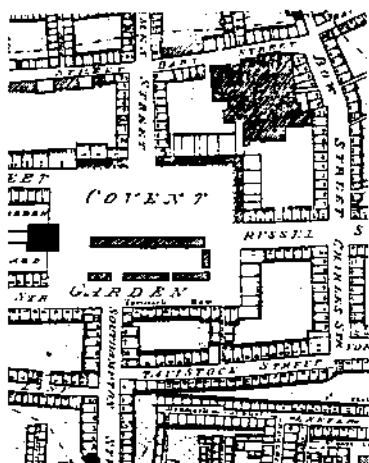
(...) Os criadores de praças espalhadas estavam firmemente decididos a manter o comércio afastado da área da praça. Bedford solicitou ao governo o direito de enxotar das praças os vendedores ambulantes e mascates. Embora na década de 1690 fosse difícil fazer cumprir essa proibição, por volta de 1720 ela estava sendo obedecida. A praça se tornara um museu da natureza em meio ao mais sofisticado tipo de moradias" (SENNET,1988:77).

A construção das praças residenciais propagou-se durante mais de dois séculos. E embora tivessem suas particularidades, o tratamento arquitetônico e o padrão tipológico permaneceram coerentes. Destacam-se as praças: *Bloomsbury Square* (1665), *Soho Square* (1681), *Red Lion Square* (1684), *Hanover Square* (1717-1721), *Grosvenor Square* (1725) e

⁴² Segundo a definição de SEGAWA (1996): "a *square* inglesa era um recinto ajardinado e cercado, embutido numa trama de ruas residenciais ostentando construções uniformes". Este espaço, muitas vezes restrito aos moradores locais, apresentava uma função oposta à da *piazza* italiana.

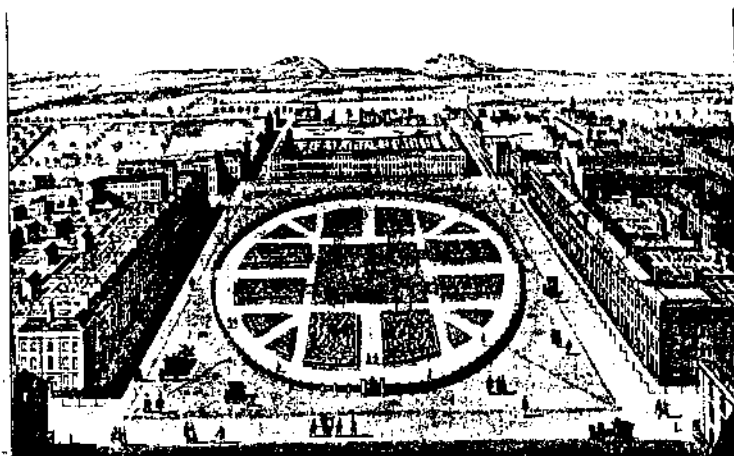
⁴³ Analisando as cidades de Paris e Londres, MUNFORD (1961), aponta que as praças residenciais foram "originalmente construídas para famílias de aristocratas ou de mercadores, com o mesmo padrão de vida, os mesmos hábitos. (...) Aqueles que residiam numa praça tinham, por esse simples fato, alcançado uma distinção extra".

Berkeley Square (1730); *Cavendish Square* (1717), *Portman Square* (1761), *Manchester Square* (1776), *Bryanston e Montagu Square* (1811), *Fitzroy Square* (1793-1835) e *Bedford Square* (1776); *Mecklenburgh e Brunswick Square* (1775-1810); *Queen Square* (1720), *Boston Crescent* (1820) e *Belgrave Square* (1825), todas em Londres; *Queen Square* (1728-1734), *King's Circus* (1754) e *Royal Crescent* (1767-1774), em Bath; *George Square* (1766), *St Andrew Square* (1782) e *Charlotte Square* (1791), em Edimburgo⁴⁴ (MORRIS, 1974).



COVENT GARDEN (1630-1732)

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)



GROSVENOR SQUARE, século XVIII.

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

As praças formais não se desenvolveram apenas na França e na Inglaterra, elas se difundiram, em maior ou menor grau, por vários outros países, tornando-se um instrumento do urbanismo renascentista.

⁴⁴ Estas duas últimas praças fazem parte do plano de expansão periférica da cidade de Edimburgo, concebido por James Craig, em 1767 (MORRIS, 1974).

A *plaza mayor* foi um importante exemplo de geometrização da praça medieval.⁴⁵ Patrocinada por Felipe II, a transformação da *plaza mayor*, na cidade de Valladolid, difundiu o modelo de praça formal na Espanha (SEGAWA, 1996:36). Observam-se as *Plazas mayores* nas cidades de Madrid (1617-1621), Salamanca (1729-1733), Segovia (1624), e nas colônias espanholas do Novo Mundo; a Praça do Comércio e a Praça de Dom Pedro IV (reconstruída em 1755), em Lisboa; a nova praça de Freudenstadt e as praças de Mannheim (1760), na Alemanha; e a Plaza Amalienborg (1749) em Copenhague.

O que significou a transformação formal do espaço da praça? E em que sentido esta mudança influenciou as práticas de sociabilidade que ocorriam na praça pública?

Comentando sobre as praças formais projetadas em Londres e Paris, PECHMAN (1993) destaca que “a presença das multidões nas ruas das grandes cidades, a provocação à ordem e a ameaça latente de revolta se constituem num grande desafio à redefinição de uma ordem pública. E a ordem pública passa a ser percebida a partir da necessidade de reordenação do espaço público”. O processo de abertura destas praças evidenciaram a “necessidade de se deslocar estas multidões para outras áreas da cidade, eliminando da praça o caráter de espaço popular, tão fortemente arraigado a cultura medieval”.

“pouco a pouco, notamos a ausência de tudo o que, até então, pôde ser salientado como característica do esplendor das praças antigas” (SITTE, 1889).

O esvaziamento que atingiu o espaço da praça no século XVIII teve sua origem em dois fatores distintos: o primeiro de caráter estético e o segundo diz respeito a uma mudança na estrutura hierárquica dos grupos sociais, desencadeada pela formação de novas identidades. Como atesta SEGAWA (1996) “as transformações sociais que se processaram no final da Idade

⁴⁵ As *plazas mayores* são características da forma urbana espanhola. Estas praças, cuja forma retangular era cercada em parte por uma galeria porticada, representavam um importante espaço para manifestações, espetáculos públicos (torneios, touradas e desfiles) e festas religiosas.

Como analisa MORRIS (1974:376), a existência de uma legislação urbanística que orientava a ocupação territorial, confirma a difusão deste modelo no continente Américano durante o domínio espanhol:

*“O elemento central, componente característico das cidades imperiais espanholas, era a **praça**, que se destinava uma ênfase apropriada. Nas cidades litorâneas, destinava-se um local próximo ao mar ou ao rio; para as cidades do interior a **praça central** devia situar-se no centro da cidade, de forma retangular, sendo seu comprimento uma vez e meia a medida da largura, já que esta é a melhor proporção para as festas (...) e para outras celebrações. O tamanho da praça deverá ser proporcional ao número de habitantes da cidade (...). Por este motivo a praça deverá ser planejada em relação a um possível crescimento.”* (grifos meus)

Média com a expansão das classes mercantil e burguesa nas capitais europeias trouxeram outras categorias (...) distintas das posições sociais tradicionais". O crescimento do comércio propiciou o crescimento de uma nova identidade social, representada na figura do *burguês*.

Esta burguesia emergente precisava afirmar sua superioridade social no espaço da cidade. O exibir-se pelos territórios da cidade, o "andar pelas ruas, enquanto uma atividade social", irá adquirir uma importância jamais observada, particularmente em Paris e Londres, mas também, nas principais cidades europeias. A divulgação destes hábitos e costumes transformou-se num ritual, concretizado na ideia do *footing* (SENNET, 1988).

A partir da análise do surgimento do Jardim Público,⁴⁶ SEGAWA (1996) atesta que "se num primeiro momento, foram a realeza (ao promover a criação do jardim) e a nobreza os estamentos que usufruíram os jardins palacianos, uma outra classe veio contribuir para a difusão do gosto pelo passeio". A burguesia será a grande promotora desta prática social, principalmente na cidade do século XVIII.⁴⁷

"O jardim público consagra-se nos séc. XVI e XVII como recinto de uma sociabilidade distinta daquela das praças públicas. Adentrar um jardim implicava o aceite de regras de um jogo social e sexual imposto por uma norma de comportamento refinado, ostentatório, silencioso, (...) O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados, passarela da demonstração, das vaidades expostas (...)" (SEGAWA, 1996:221).

Aliado às transformações estéticas, o deslocamento progressivo do comércio e das atividades diárias, que antes ocorriam na praça, para outros ambientes contribuíram para uma dispersão e fragmentação da vida pública. É neste momento de ruptura, de transformação no

⁴⁶ Os jardins públicos surgem na Europa, no período que vai do século XVI ao XVII (e início do século XVIII). Mais precisamente nas propostas urbanas para Paris e Londres. Esse novo elemento urbano será muito difundido no Mundo Novo, onde a criação de novas cidades irá permitir todo tipo de laboratório urbano.

⁴⁷ SEGAWA (1996) explora bem esta questão do surgimento dos jardins públicos em relação ao espaço de sociabilidade da praça. Definindo o jardim como o "antídoto da praça", defende a contraposição das noções de polivalência versus hierarquização, segundo o qual na época de transição da Idade Medieval para a Era Moderna, a praça pública medieval, espaço de uso múltiplo, "vai cedendo lugar à disciplina, (...) à 'transformação de ordenamentos sociais contraditórios em arranjos organicamente articulados', traduzidos na figura do jardim.

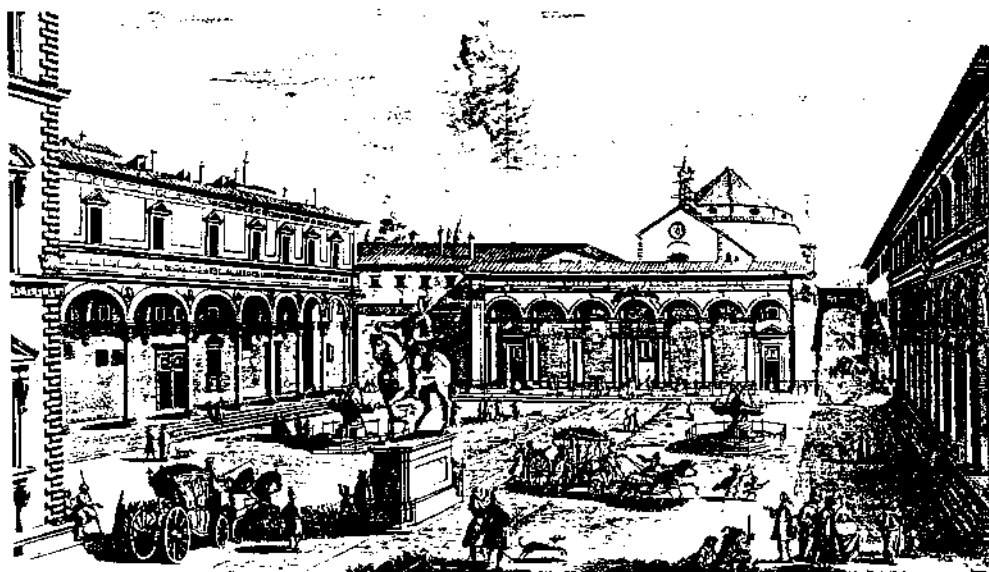
"o passeio ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública, o grande teatro onde os homens vão se 'comportar como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade', na visão de Sennet. Os atores e os figurinos estão definidos: não mais a massa popular, mas segmentos sociais privilegiados com a expansão das classes mercantil e burguesa (e seus subprodutos) nas grandes cidades do séc. XVIII, em busca de formas de promoção social mediante novas formas de sociabilidade, cuja prática contemplou palcos e platéias calcados nos modelos da aristocracia francesa ou britânica".

sentido da “vida pública”, que o ambiente da praça vai sendo preterido pela burguesia. Os ambientes dos teatros, dos bares e dos cafés, irão se apresentar como alternativa ao espaço de sociabilidade da praça e se afirmar como instituições hierarquizadas, no imaginário burguês.

“As ruas de Paris e Londres ainda eram em grande parte um emaranhado de vias pequenas e muito sujas, distantes dos melhoramentos municipais feitos em Roma no século XVII. (...) Mesmo sob a luz do dia, crimes violentos eram cometidos nas mais elegantes regiões de ambas as cidades, uma vez que a polícia municipal se encontrava num estágio rudimentar.

Era necessária uma nova instituição na cidade. Tratava-se do parque público, desenhado para permitir passeios de carruagens e jornadas a pé com facilidade” (SENNET, 1988:113).⁴⁸

Na visão de SENNET (1988:78), “o antigo local de encontro, a praça de uso múltiplo, estava sendo consumido pelo espaço tomado como monumento a si mesmo em Paris e como museu da natureza em Londres”.



GRAVURA DA PIAZZA DI SS. ANNUNZIATA, DE GIUSEPPE ZOCHI (SÉCULO XVIII)

FONTE: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

⁴⁸ Os londrinos podiam contar, para suas caminhadas, com as áreas de Moorfields (1605), Hyde Park (1652), St. James Park (1660), Vauxhall Garden (1660) e por volta de 1820, John Nash realizaria o extenso Regents Park. Os parisienses iriam utilizar o *Jardin des Tulleries* (1664), assim como os *jardins de Luxembourg* (1617), *Palais-Royal* (1629), (jardins que inicialmente eram reservados à nobreza e a realeza e que foram posteriormente popularizados), antes da criação de seus parques, *Parc Monceau* (1787), *Parc Buttes-Chaumont* (1817), *Parc Montsouris* (1867). No período de 1853 a 1870 o engenheiro ALPHAND, propõe a revitalização dos bosques *Bois de Boulogne* e de *Vincennes* assim como o paisagismo da avenida Champs Élysées. O *Bois de Boulogne* será o símbolo da *promenade*.

1.3 A praça do século XIX e a cidade contemporânea

O século XIX representou uma significativa ruptura na apreensão e concepção da cidade. Talvez a mais importante transformação no conceito de cidade, causada por um fenômeno histórico: a Revolução Industrial.

A grande aglomeração que as cidades européias se defrontaram, juntamente com as instalações de fábricas e os novos equipamentos industriais, determinaram uma reorganização urbana, levada ao extremo pelos interesses capitalistas. MUNFORD (1961:483), descreve o momento dessa transição:

"Se o capitalismo tendia a expandir os domínios do mercado e transformar cada parte da cidade numa comodidade negociável, a mudança dos trabalhos manuais urbanos organizados para a produção fabril em larga escala transformou as cidades industriais em sombrias colmeias, a fumegar ativamente, a bater, guinchar, a expelir rolos de fumo de doze a quatorze horas do dia, algumas vezes durante as vinte e quatro horas".

As cidades começaram a crescer rapidamente e em muito pouco tempo. "As aldeias se expandiam e se transformavam em cidades; as cidades se transformavam em metrópoles. O número de centros urbanos multiplicava-se"; cidades como Paris e Londres atraíam, cada vez mais, pessoas que iam se amontoando nos espaços disponíveis (MUNFORD, 1961). O surgimento dos bairros operários, os *slums*, alterou não apenas o aspecto do desenho urbano, mas a vivência do espaços públicos. Como analisa PECHMAN (1993:28), a cidade do século XIX era muito mais importante aos operários que a questão da moradia. A "cidade, o espaço urbano, era vital nos expedientes de sobrevivência das camadas populares. (...) Nesse sentido, o espaço público, a rua, se mostra muito mais importante para a população pobre do que a própria moradia".

A imagem da cidade das multidões contrapõe-se à imagem do burgo, descrita por BRESCIANI (1985):

"o crescimento lento, similar ao de uma formação de coral, contrapõe-se à imagem do crescimento rápido, violento e desmesurado, que desfigura esteticamente o traçado urbano e seus habitantes; a finitude de linhas geométricas e as concentrações humanas mecanicamente disciplinadas quando, no trabalho, contrapõem-se às multidões despidas das características de humanidade, disformes e moldadas pelas dimensões das ruas por onde se arrastam."

Para resolver o problema do crescimento urbano das cidades pós-industriais, visíveis nas multidões e nas patologias urbanas, os urbanistas, apoiados no discurso médico-sanitarista, lançam-se à arte de sanear as cidades.

"Talvez a maior contribuição dada pela cidade industrial tenha sido a reação que produziu contra seus próprios maiores descaminhos; e, para começar a arte do saneamento ou da higiene pública" (MUNFORD, 1961).

Qual era a situação das praças neste momento de crescimento das cidades pós-industriais, com a crescente valorização do solo urbano?

Dentro das propostas de reformas urbanas, que se constituíram em meados do século XIX e início do século XX, o espaço da praça ficou à margem, não houve por parte dos interventores nenhuma preocupação em se resgatar e requalificar este território.

"No século XIX, a idéia de espaço exterior público de uso coletivo passou a ser trabalhada com a forte interferência das organizações políticas, quando o Estado assume o controle do solo urbano (...). De certa forma, é como se o senso do espaço exterior de uso coletivo que criou aquelas praças, medievais e barrocas principalmente, não tivesse mais razão de existir" (NETO, 1991).

Os mercados e os pequenos comércios de rua sofrem a concorrência das lojas de departamento e a rua transforma-se no espaço do deslocamento, da velocidade, da circulação de pessoas, de mercadoria e de notícias. Além disso, a introdução de novos equipamentos coletivos contribui para a mudança de hábitos, principalmente, da população pobre. Como por exemplo a distribuição de água encanada que tira das praças a função de ponto de encontro, estabelecida pela rotina da coleta d'água no chafariz. Embora o chafariz continue fazendo parte da paisagem da praça, sua função social perde seu sentido original. Michel RAGON (1995:178) descreve estas transformações, ocorridas na cidade de Paris:

"Dans la ville nouvelle qui apparaît, la rue est primordiale, l'habitat secondaire. Impératif numéro un, la circulation conduit aux cinq kilomètres en ligne droite de la rue La Fayette, prouesse technique dont Haussmann se montrait très fier. (...) Cent soixante-cinq kilomètres de voies publiques sont créés par Haussmann. (...)

Autres "ouvres capitales", les grands magasins, type nouveau de boutique pour une consommation de masse (...). L'époque des grands magasins comence

*à Paris en 1852 avec le Bon Marché (...), se poursuit avec le Printemps en 1864, la Belle Jardinière en 1866, la Samaritaine en 1869".*⁴⁹

Se durante o Renascimento a praça foi um dos elementos que reorganizou o espaço urbano, redefinindo o seu papel social; no século XIX, na visão de SENNET (1989), esta praça se insere numa nova concepção de cidade, perdendo por completo suas características anteriores.

Os urbanistas deixam de lado as preocupações com as intervenções pontuais, para conceber uma estratégia de grandes eixos. É a cidade moderna, cuja imagem, deveria refletir o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial - ao invés da praça monumental, a cidade monumental, dos *boulevares* e das *avenues*.

"Le boulevard sacrifie en fait l'espace vert à la tyrannie de la rue. Dans un boulevard, les arbres ne font qu'escorter la voie. Comme les squares parisiens ne sont que des appendices de la rue, aucunement protégés de la poussière et du bruit" (RAGON, 1995).⁵⁰

Cidades, como Londres, Paris, e Viena vão se transformando num grande canteiro de obras; grandes avenidas vão rasgando o velho tecido urbano, patrocinadas pelo "espírito da modernidade".⁵¹

Em Paris, a reforma de Haussmann realiza uma profunda reorganização da estrutura de circulação, com a abertura dos *grandes boulevares*, permitindo ao tráfico fluir pelo centro da cidade, eliminando as "habitações miseráveis e abrindo 'espaços livres' em meio a camadas de

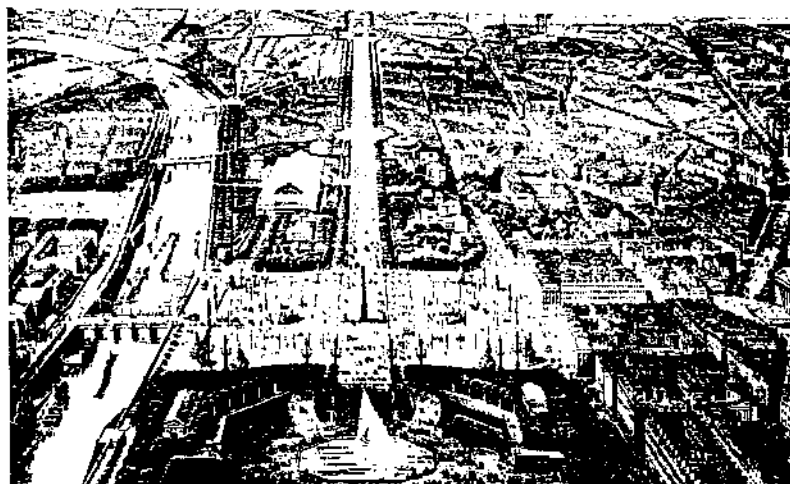
⁴⁹ "Na cidade nova que surge, a rua é primordial, a moradia secundária. Imperativo número um, a circulação se impõe aos cinco quilômetros em linha reta da rua de Lafayette, proeza técnica a qual Haussmann é orgulhoso. (...) Cento e sessenta e cinco quilômetros de vias públicas são criadas por Haussmann. (...) Outras 'obras capitais', os grandes magazines, novo tipo de boutique feito para um consumo massificado (...). A época dos grandes magazines começa em Paris, em 1852 com o Bon Marché (...), em seguida o Printemps em 1864, a Belle Jardinière em 1866, a Samaritaine em 1869".

⁵⁰ "O boulevard sacrifica, de fato, o espaço verde à tirania da rua. Em um boulevard, as árvores cumprem apenas o papel de margear a via. Como as squares parisienses que são apenas apêndices da rua, completamente desprotegidas da poeira e do barulho".

⁵¹ Comentando as transformações da cidade industrial, CHOAY (1979:4) ressalta que "do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas, contribuem para romper os velhos quadros, freqüentemente justapostos, da cidade medieval e da cidade barroca. Uma nova ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela. Nesse sentido, Haussmann, no desejo de adaptar Paris às novas exigências econômicas e sociais do Segundo Império, faz uma obra realista".

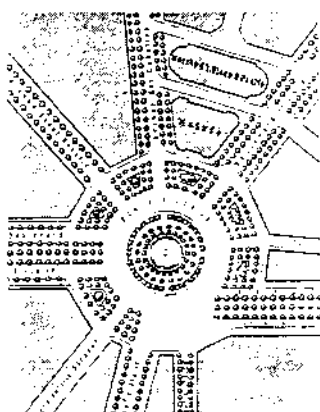
escuridão e apertado congestionamento", uma verdadeira operação cirúrgica. Na visão de BERMAN (1986), este "novo *boulevard* parisiense foi a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional".

As ruas e os *boulevares* foram sendo tomados pelos veículos e pelo tráfego intenso de uma cidade em velocidade. Novos elementos urbanos surgem para compor um novo repertório de signos, a praça assume formas diferentes adequando-se a estes novos signos: praças-*carrefours* e *rond-points*.

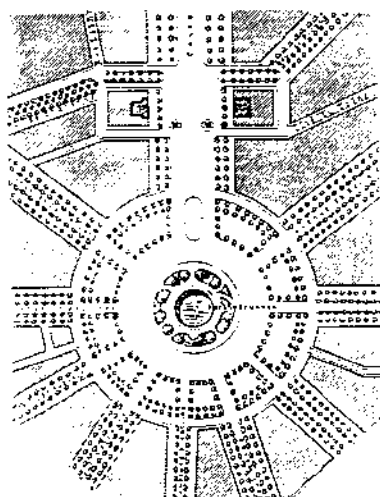


RICHARD LENOIR

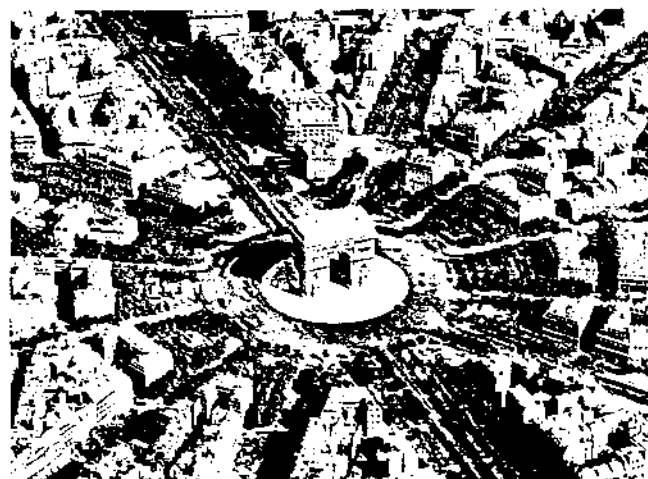
FORTE: THE CITY SHAPED: URBAN PATTERNS AND MEANINGS THROUGH HISTORY (1991)



Place d'Italie in Paris.



Place des Nations in Paris



ROND-POINTS: PLACE DE ITALIE, PLACE DE LA NATION E PLACE DE L'ETOILE

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

Este universo da cidade pós-industrial será objeto de crítica na obra de Camillo Sitte⁵², considerado por CHOAY (1992) "le créateur de la morphologie urbaine". Comentando as novas transformações urbanas da sua Viena, no final do século XIX, consolidadas principalmente na construção da *Ringstrasse*, SITTE (1889) proclamou o caráter negativo desta modernidade que privilegiava os aspectos técnicos e racionais da construção urbana, em detrimento dos aspectos "artísticos", denunciando o "sacrifício da tradição em favor das exigências da vida moderna" (SCHORSKE, 1989).

Preocupado em resgatar os "princípios artísticos" da cidade, SITTE (1889) estudou a questão da espacialidade visual explorando os edifícios e as praças com seus próprios territórios e individualidades. Como destaca SCHORSKE (1989:80), "foi na praça que Sitte vislumbrou a chave que redimiria a cidade do 'nosso século matemático' e do reinado da rua. A praça, um confortável espaço fechado, outrora dera expressão visual ao ideal de comunidade. A praça de tipo correto libertaria a alma do homem moderno da maldição da solidão urbana e do medo ao vazio imenso e trepidante".

O novo conceito de "rua" que surge com as transformações do nascente urbanismo, propõe uma nova experiência do homem no espaço urbano. Ao contrário da Idade Média, na qual a vida cotidiana da comunidade se representava no espaço da cidade, o homem da cidade moderna passa a ser um mero espectador⁵³. A cidade se impõe ao indivíduo, como um modelo abstrato e universal.⁵⁴

"Os locais públicos (fórum, mercado, etc.) não servem, atualmente, nem para grandes festas populares, nem para a vida de todos os dias. Sua única

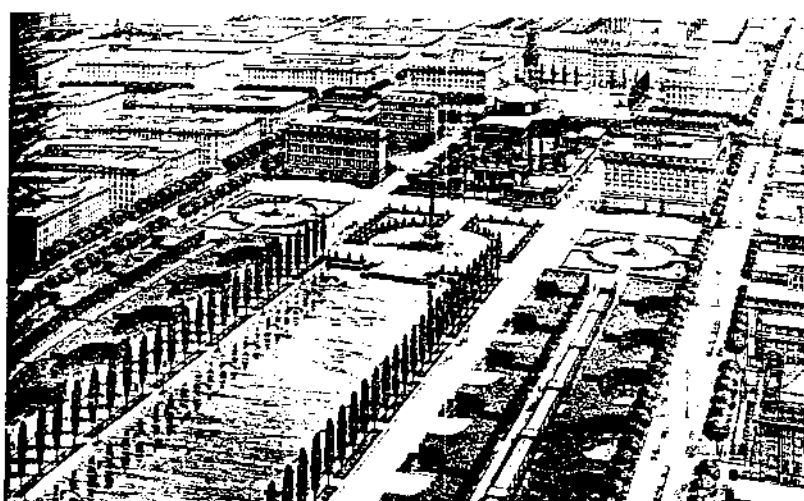
⁵² Esteta vienense, "diretor da Escola Imperial e Real das Artes Industriais de Viena, seus conhecimentos da arqueologia medieval e renascentista inspiraram-lhe uma teoria e um modelo de cidade ideal que ele desenvolveu na obra *A Construção das Cidades Segundo seus princípios Artísticos* (1889)" (CHOAY, 1979). Na visão de Françoise CHOAY, Sitte seria considerado um dos precursores do urbanismo culturalista, cuja defesa pelos aspectos estéticos das formas urbanas e pela convivência cívica da comunidade, estaria em contraposição com o modelo progressista patrocinado pela cidade moderna.

⁵³ Esta noção do indivíduo como um espectador, apático, perante o novo ritmo da cidade moderna, foi muito bem explorada por Benjamin, na reação de estranhamento do indivíduo *flanêur* de Baudelaire. Ver Benjamin, "*A Paris do Segundo Império em Baudelaire*", in KOTHE (1991).

⁵⁴ As propostas da urbanística progressista, fundamentada na "*Cité Industrielle*" de Tony Garnier, representam bem o paradigma da cidade moderna; a organização urbana submetida à funcionalidade dos espaços surge com uma arquitetura tipo pensada para um homem-tipo, idealizado como um ser totalmente desprovido de raízes.

razão de ser consiste em proporcionar mais ar e mais luz e em romper a monotonia dos oceanos de casas". (SITTE, 1889).

A **praça** contemporânea, na visão de SITTE (1889), se dilui na imensidão urbana, em meio ao ruído dos automóveis, e do intenso tráfego de pedestres e veículos. O que, a princípio, poderia proporcionar uma qualidade do espaço, devido às suas grandes dimensões⁵⁵, acabou por diminuir o seu potencial de apropriação. O declínio da praça, na cidade contemporânea, não é consequência apenas da redefinição do traçado tradicional das ruas, mas um conjunto de transformações sociais, que resultou no enfraquecimento da *res pública* nas metrópoles. Como por exemplo o recolhimento do cidadão para os lugares fechados e a busca por um ambiente mais seguro e tranquilo.



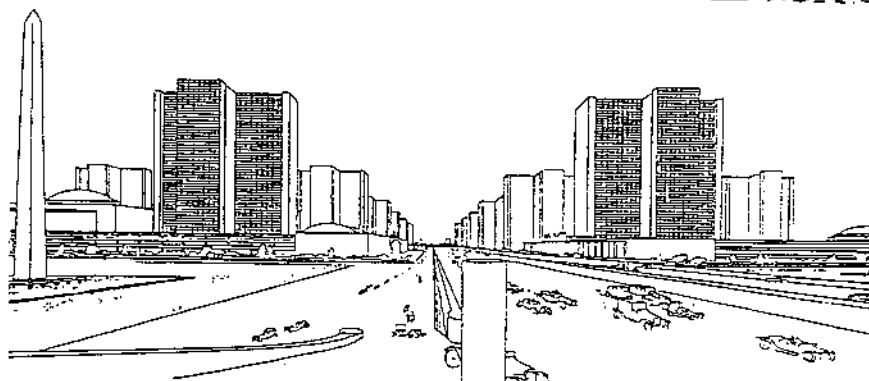
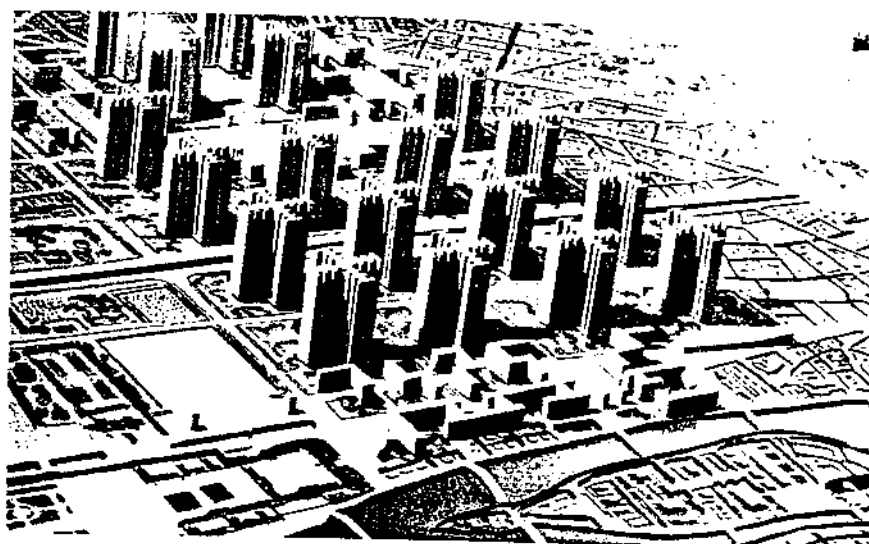
PROJETO IDEAL PARA O XXII^o ARRONDISSEMENT, VIENA, OTTO WAGNER (1911).

Fonte: THE CITY SHAPED: URBAN PATTERNS AND MEANINGS THROUGH HISTORY (1991)

Apesar do esvaziamento do ambiente da praça e da perda de suas antigas funções, o lugar permanece como sendo um espaço-síntese na cidade moderna. Não mais como um território de sociabilidade, mas como um espaço aberto, multifuncional.

Os urbanistas do século XX vislumbraram a possibilidade de utilizar o espaço vazio da praça em contraste com a escala edificada da metrópole, incorporando ao seu significado diferentes usos e apropriações.

⁵⁵ Na visão de SITTE (1889), a cidade moderna com "a mania de espaços abertos"- a rua larga que escapa ao olho, as amplas praças - isolava edifícios e seres humanos" e produzia nos homens modernos "uma nova neurose: a agorafobia (*Platzscheu*), o medo de atravessar vastos espaços urbanos. As pessoas se sentiam diminuídas pelo espaço, impotentes frente aos veículos a que ele fora entregue" (SCHORSKE, 1989).



No alto: Corbusier, *Plan Voisin* e a "Cidade ideal".
 Embaixo: a *Esplanada dos Ministérios* tendo ao fundo a *Praça dos Três Poderes*, Brasília.

O PARADIGMA DA URBANÍSTICA MODERNA

PLAN VOISIN E CITÉ IDÉALE (LE CORBUSIER); ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS (PRAÇA DOS TRÊS PODERES), BRASÍLIA

Fonte: O LUGAR DA ARQUITETURA DEPOIS DOS MODERNOS (ARANTES, 1993)



Cruzamento de ruas em Oslo.

O ESPAÇO PÚBLICO MODERNO

"A praça se dilui na imensidão urbana, em meio ao ruído dos automóveis, e do tráfego de pedestres e veículos"

Fonte: O LUGAR DA ARQUITETURA DEPOIS DOS MODERNOS (1993)

I. 4 A Praça Brasileira

A importância do espaço **praça** na cidade brasileira está ligada ao processo de colonização português e, principalmente, ao crescimento dos seus núcleos urbanos. A colonização da América Latina Portuguesa apresentou diferenças fundamentais em relação à colonização Hispânica, em particular em relação ao espaço da praça. É preciso ressaltar que para os espanhóis a *Plaza Mayor*⁵⁶ ou *Plaza de Armas* representava o nó, o centro ativo mais importante da cidade, merecendo uma atenção especial no projeto. O espaço-praça que se desenvolveu no território brasileiro, influenciado pela cultura portuguesa, surgiu inicialmente, de forma espontânea, como extensão das edificações religiosas. A sua importância estava mais associada às atividades que iriam se desenvolver nas edificações do seu entorno do que a noção de lugar-símbolo da cidade.

Durante quase dois séculos, após a chegada dos portugueses, o território brasileiro foi sendo ocupado; inicialmente por núcleos urbanos fortificados, situados no litoral, depois pelo sistema de doação de terras da Coroa Portuguesa a figuras da Corte (capitanias) (REIS,1995).⁵⁷ Estes núcleos foram se desenvolvendo, alguns devido à exploração agrícola, outros, pertencentes à Coroa portuguesa, foram sendo beneficiados pela atividade de exportação/importação de mercadorias com Portugal.

No início do processo de colonização e de estruturação das cidades, REIS (1995) assinala que a população dos núcleos era dispersa e oscilante, enquanto o campo apresentava uma maior estabilidade com uma população mais consolidada. Em relação ao cotidiano citadino, as “vilas e cidades se animavam somente nos dias de festas e procissões, estabelecidas rigidamente pelo calendário oficial, ou nos períodos de embarque das safras”:

“Vilas e cidades tinham papéis eminentemente administrativos. Não havia trocas urbano-rurais. Mas havia, inegavelmente, trocas entre a retaguarda rural, que era a Colônia, e os mercados urbanos europeus” (REIS,1995).

⁵⁶ *El elemento central, componente característico de la ciudad imperial española, era la plaza, a la que se otorgaba el énfasis apropiado. En las ciudades ribereñas se prescribía para la plaza una ubicación convenientemente próxima al mar o al río; para las ciudades del interior la plaza central debía situarse en el centro de la ciudad, de forma rectangular, siendo su longitud de al menos una vez y media su anchura, ya que ésta es la mejor proporción para las fiestas en las que intervienen caballos y para otras celebraciones. (...) Por este motivo la plaza deberá planearse en relación al posible crecimiento de la ciudad”* (MORRIS,1974:376).

⁵⁷ Destacam-se algumas cidades, pertencentes à Coroa, que tiveram um impulso no seu processo de crescimento: Salvador (1549), sede inicial do Governo Geral; Rio de Janeiro (1567); São Luiz (1612) e Belém (1616) (REIS,1995).

A partir de meados do século XVII esta situação começa a se transformar e os núcleos urbanos passam a apresentar uma população permanente com um sistema administrativo local e uma certa infra-estrutura urbana (REIS, 1995).⁵⁸

Reverendo a historiografia que trata do processo de urbanização do Brasil, REIS (1994:11) contrapõe-se à análise tradicional⁵⁹, destacando as regras e as normas existentes no período de estruturação das vilas e cidades, correspondentes à era Pombalina. Afirmando que estes núcleos estiveram sujeitos a determinados padrões urbanísticos, assinala a existência de um documento - "Carta de criação da Capitania de São José do Rio Negro" - cujo conteúdo descrevia normas e procedimentos para implantação de ruas e praças incluindo regras mais detalhadas de urbanização, como o formato de quadras e o desenho de lotes e fachadas de edifícios.⁶⁰

É neste período do chamado urbanismo barroco brasileiro que ocorreram diversas intervenções urbanas⁶¹, dentre as quais, a formação de alguns espaços significativos na cidade – os conjuntos urbanos. Neste processo de urbanização do território, as praças desempenharam um papel importante. Na análise de REIS (1994:15) estes conjuntos urbanos representaram "uma transformação na vida das cidades" constituindo um importante *locus* de afirmação da ascensão social e de poder da burguesia, à semelhança das intervenções ocorridas na Europa a partir do século XVI.

⁵⁸ Cidades importantes, como Salvador e Rio de Janeiro, apresentaram um aumento populacional significativo, acarretando uma reestruturação na própria configuração geral do espaço (REIS, 1995).

⁵⁹ A análise tradicional de que as cidades brasileiras apresentavam, em sua maioria, uma irregularidade no traçado urbano e uma ocupação espontânea direcionada pela geografia do sítio, à semelhança das cidades medievais portuguesas, reforça a idéia da inexistência de regras no urbanismo português. Esta tese desenvolvida por muitos autores, apresenta como característica das vilas brasileiras a constante "presença das ruas tortas, das esquinas em ângulo diferente, da variação de largura nos logradouros de todo tipo, do sobe e desce das ladeiras" (MARX, 1980:24).

⁶⁰ Na análise de REIS (1994:11), o período pombalino corresponderia à criação de "uma extensa rede de vilas" no Brasil, visando implantar um certo controle sobre a vida colonial. A implantação destas vilas estariam sujeitas "a determinados padrões de regularidade", que permitissem "atender a objetivos simultaneamente civis e militares".

⁶¹ Estas intervenções caracterizaram-se por melhorias de infra-estrutura urbana. Na descrição de REIS (1995), podemos observar algumas mudanças ocorridas na cidade de Salvador:

"as ruas de maior movimento, as ladeiras e as praças receberam calçamento, para suportar a intensidade do tráfego. Para facilitar o transporte de cargas, foram aperfeiçoados e tornados mais numerosos os planos inclinados, ligando a Cidade Alta à área do porto".

Inicialmente, como descreve MARX (1980), a "praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas". Formada pelo espaço vazio cercado por edificações religiosas e oficiais, estas praças consistiam de generosos espaços, articulados a trama viária tipicamente colonial de ruas estreitas e tortuosas, denominados largos, campos, terreiros, ou pátios.

As primeiras intervenções urbanas que originaram espaços de praças projetados se deram com a formação dos conjuntos urbanos barrocos, no final do século XVII:⁶²

"Reunidos de acordo com o desenho de conjunto, os edifícios relativamente simples dos particulares adquirem caráter monumental, que até então havia sido privilégio dos edifícios e das praças de caráter aristocrático, nas quais se instalavam os prédios públicos, os do clero e os da nobreza" (REIS,1994:15).

Pode-se observar a transformação do espaço espontâneo da praça, nas propostas de redimensionamento dos antigos largos e pátios. Como exemplo, podemos citar o Pátio do Carmo atual Praça XV, na cidade do Rio de Janeiro; a praça principal da Vila de Alcântara, e o conjunto desaparecido do Cais da Farinha, em Salvador cuja extensão, no século XVIII, atingiu cerca de 450 metros, constituindo-se de três praças e várias quadras de formato regular com seus casarios de fachadas semelhantes (REIS,1994).

Se no período do urbanismo barroco as vilas e cidades apresentaram um crescimento urbano⁶³, acarretando uma reestruturação na configuração geral do espaço, resultando em um novo significado para o espaço da praça, o período que vai da Proclamação da República até o pós-guerra, expôs a praça a um processo de modernização, segundo REIS (1995) marcado por uma intensa atividade urbana sobretudo de renovação dos centros históricos, típico das realizações e intervenções do período republicano.

Dentre os espaços públicos surgidos com o advento da república, MARX (1890:53) destaca os de caráter cívico - "praças regulares situadas diante de edifícios de função social, cultural ou

⁶² Segundo MARX (1980:51) a primeira praça cívica brasileira "foi a Praça Municipal de Salvador. Apresentava um centro administrativo, onde se "reunia a Casa de Câmara e Cadeia, o paço do governador da colônia, a Relação, os negócios da fazenda e a alfândega. No centro da nova cidade projetada, marcava urbanisticamente o seu caráter de capital".

⁶³ Na análise de REIS (1995) cidades como Salvador e Rio de Janeiro apresentaram um crescimento significativo:

"Em meados do século XVIII, Salvador era uma das maiores cidades das Américas e a terceira do mundo português.

educacional". Observam-se as Praças da República de Recife e São Paulo e a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

"(...) é da segunda metade do século passado em diante que as áreas ajardinadas se multiplicam, crescem e passam a constituir um elemento ponderável no conjunto das edificações e dos espaços vazios da cidade brasileira. Surge um novo tempo urbano para a prática e o gozo da jardinagem." (MARX, 1980:58).

Percebe-se que até meados do século XIX, no Brasil, as praças constituíam-se de vazios, apresentando raramente algum equipamento decorativo. Os chafarizes, muitas vezes presentes, desempenhavam uma função de utilidade pública - abastecimento de água - assumindo um papel decorativo somente com o desenvolvimento da rede de água canalizada. A preocupação que se estabelece com o ajardinamento decorativo aparece, segundo MARX (1980:67), depois do surgimento dos jardins públicos:

*"(...) Além dos jardins comuns, raros e criados apenas nas cidades principais, a imagem urbana desconhecia árvores e canteiros nas vias e nos largos. (...) Bem depois da criação dos primeiros jardins públicos, e coincidindo com a sua difusão pelas povoações de porte menor e interioranas, começaram os cuidados em arborizar e em ajardinar os logradouros existentes ou os que iam surgindo. As ruas mais importantes e, especialmente, as praças foram enfeitadas com árvores e canteiros de plantas ornamentais. **E o sucesso dessa transformação foi tal, que logo se perdeu a noção das peculiaridades diferentes de uma praça e de um jardim**".* (grifos meus)

O principal fator de incentivo ao ajardinamento urbano, na visão de SEGAWA (1996:73), foi a onda de salubrismo que marcou as intervenções nas cidades do início deste século:

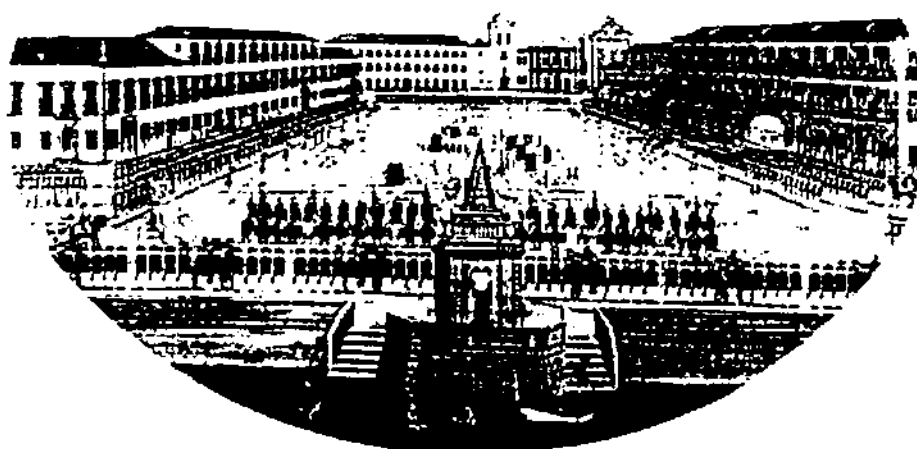
"(...) o conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. O processo de ajardinamento dos 'vazios urbanos' que se registrou nessa época (...) derivou desse furor salubrista".

Exemplos como o projeto de ajardinamento do Campo de Santana, posteriormente o aterro da várzea do Carmo, atual Parque D. Pedro II e o Vale do Anhangabaú, representam bem o processo de saneamento submetido às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, neste período (SEGAWA, 1996).

No Brasil, por muito tempo, os espaços de praças ajardinadas foram marca registrada de quase todas as cidades de pequeno e médio porte. Com o processo de crescimento urbano e metropolização, o retorno às praças áridas, sem nenhum decor, foi sendo constante. A estética do movimento moderno, com seus grandes espaços monumentais, foi uma grande difusora

deste tipo de praça. Um importante exemplo deste espaço é a Praça dos Três Poderes (1960), em Brasília e a Praça Cívica do Memorial da América Latina (1988), em São Paulo. O verde urbano foi sendo retirado em detrimento da expansão e alargamento do sistema viário, da especulação imobiliária e foi se restringindo cada vez mais às poucas áreas de parques existentes e regiões adjacentes ao cinturão urbano, de matas e florestas.

No panorama internacional, as propostas de praças contemporâneas, freqüentemente, retomam à concepção do espaço vazio multifuncional. Nas cidades brasileiras, os projetos de novas praças são cada vez mais escassos e seguem a mesma concepção do espaço vazio. Espaço residual resultante do parcelamento do solo, da abertura de novas avenidas, e de operações de intervenção urbana, como por exemplo as novas estações de Metrô; as novas praças brasileiras enfrentam a difícil tarefa de sobreviverem como elemento projectual urbano.⁶⁴



PATIO DO CARMO (ATUAL PRAÇA XV, RIO DE JANEIRO, 1789)

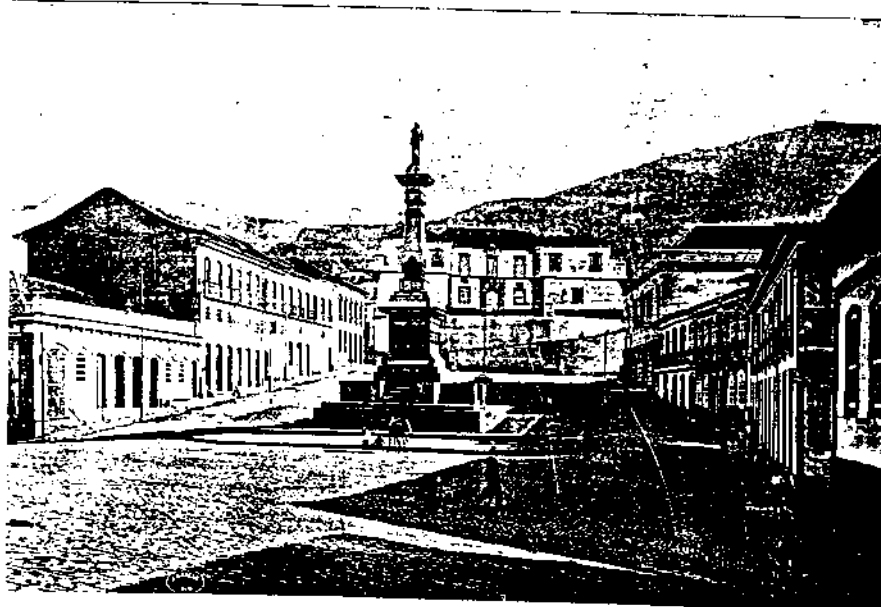
Fonte: CADERNOS DE PESQUISA DO LAP N.º3 (1994)

⁶⁴ Analisando as praças do Metrô de São Paulo, BARTALINI (1988), destaca os projetos e sua adequação à função de espaço transitório, de chegada e partida.



PATIO DO CARMO (ATUAL PRAÇA XV, RIO DE JANEIRO, 1789)

OURO PRETO (ANTIGA CAPITAL)



PRAÇA CÍVICA DA CIDADE TRADICIONAL, OURO PRETO

Fonte: MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO

1.5 A redescoberta da praça

A atual dimensão das metrópoles coloca em cheque o processo de intervenção urbana, até mesmo, a disciplina urbanismo. A idéia do planejamento total, que nos foi legada pelos modernos, não consegue abarcar a complexidade das questões sobre a cidade e nem mesmo sua nova dimensão. Na visão de ARANTES (1993^a):

"Desde o colapso da idéia de planificação global da cidade, (...) as intervenções urbanas vêm se dando de forma pontual, restrita, por vezes internacionalmente modesta, buscando uma requalificação que respeite o contexto, sua morfologia ou tipologia arquitetônica, e preserve os valores locais." A idéia de se "construir um lugar - na acepção do termo -, ou seja, dar forma ao informe, sem com isso querer ordená-lo, mas devolvendo-lhe a antiga dignidade, redescobrimo por aí o fio perdido da continuidade histórica que lhe dá sentido, e assim por diante. Tudo isso era fruto de um esforço de salvação da cidade, e com ela da urbanidade, quem sabe até de uma vida pública perdida (...)".⁶⁵

Arquitetos e urbanistas deslocam seus olhares para os lugares da cidade, entregando-se, "particularmente a partir de meados dos anos 60, a uma verdadeira obsessão pelo *lugar público*, em princípio o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional" (ARANTES, 1993^b).

Os espaços públicos estão atualmente no centro das preocupações urbanas. A voga pela reconquista do direito à cidade, através de uma nova política urbana de preservação e restauração patrimonial, propondo uma requalificação dos espaços públicos, introduz um novo medicamento - o "reenervamento" - e rediscute o tema da praça. Esta tentativa de melhoria da qualidade da vida cidadina perpassa a retomada do espaço da praça, através de novas práticas de sociabilidade.

"A proximidade pedestre, a praça, os parques e as calçadas são instrumentos essenciais do insubstituível papel civilizador da urbanidade" (RESENDE, 1997).⁶⁶

⁶⁵ Em um artigo dedicado a repensar o papel do urbanismo contemporâneo, ARANTES (1993^a) questiona o sentido das intervenções atuais, apontando que estaríamos "diante de um desafio, não só para os desenhistas urbanos, mas para qualquer cidadão".

⁶⁶ Em recente artigo à Folha de São Paulo, intitulado "A educação Urbana", André Lara RESENDE (1997) comenta o debate da série "Diálogos Impertinentes" sobre a questão das cidades; onde se questiona a supremacia do automóvel no espaço urbano e a conseqüente perda da "noção do que é público". Na sua opinião a "falência" das cidades estaria ligada à perda da dimensão humana e ao incentivo da convivência em espaços fechados.

Intervenções, como a restauração da Praça da Liberdade, nos permitem inserir o tema da praça na questão da busca da dimensão humana em relação à escala da cidade contemporânea, ao mesmo tempo em que proporciona uma investigação sobre o desenho urbano e sua adequação à escala da metrópole.

CAPÍTULO II

PRAÇA DA LIBERDADE:

a construção de um marco na fundação de Belo Horizonte

“Cada cidade, por menor que fosse, poderia orgulhar-se de uma praça bela e original, se todos os edifícios importantes estivessem ali reunidos como numa exposição em que um valorizasse o outro” (SITTE, 1889).

II.1 Belo Horizonte: um espaço para a modernidade

A segunda metade do século XIX no Brasil marcou um momento de ruptura e transformação da ordem existente. Finda a escravidão; a nova ordem política, com a instauração da República e a busca por um novo repertório de símbolos, se defrontaram com espaços urbanos herdados da era colonial, cuja estrutura urbana, a exemplo do Rio de Janeiro, se apresentava "inadequada ao dinamismo das novas atividades econômicas e das novas necessidades habitacionais" (PECHMAN,1992).

No Brasil, as experiências urbanas passaram por transformações distintas a partir de 1888, segundo REIS (1994:9), "as primeiras administrações republicanas tiveram como um de seus objetivos fundamentais a modernização das principais cidades, sobretudo da capital, a capital Rio de Janeiro, de forma a estabelecer um contraste com a administração anterior. Considerava-se como fundamental uma vinculação do regime republicano com a idéia de progresso". Cidades como São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, sofreram intervenções urbanas, no intuito de criar uma nova paisagem capaz, ao mesmo tempo, de rejeitar o passado colonial e de instaurar novos símbolos republicanos. Estas reformas atingiram sobretudo as regiões centrais das principais cidades, resultando, muitas vezes, numa "tentativa de afastar a imagem de pobreza, de miséria, de atraso, de afastar as formas precárias de habitação e trabalho, ligadas" ao passado colonial.

Neste contexto, as elites locais, em particular os urbanistas e planejadores, sintonizados com as intervenções que vinham ocorrendo no mundo, principalmente na Europa, elaboravam seus planos. A idéia da construção de uma nova capital para o país ou de "reformas mais ou menos radicais, aparecem em numerosos projetos, às vezes de caráter utópico", destes planejadores a partir de meados do século XIX" (SALGUEIRO,1994).

Mas será em Minas Gerais que esta influência se concretizará pela primeira vez na história do Brasil republicano: no projeto de uma nova capital estadual. O Estado de Minas Gerais possuía a maior população entre os estados brasileiros, com 3.184.099 habitantes, e a criação de uma nova capital vinha reforçar, segundo estudiosos, a tendência de descentralização política que marcou os primeiros anos da República.

"A nova realidade, originada do federalismo inscrito na Constituição Republicana de 1891, demandou das elites mineiras a reflexão sobre seu passado e o papel a ser desempenhado no futuro. A antiga capital de Minas já

não mais servia aos interesses das novas elites, empenhadas em estender o seu mando e representar seu anseio pelo progresso" (PIMENTEL, 1989:22).⁶⁷

Situar a construção da cidade de Belo Horizonte no panorama das intervenções urbanas e das transformações políticas que vinham ocorrendo no Brasil do século XIX, torna-se fundamental para compreendermos o caráter utópico que perpassa o projeto. Na visão de VEIGA (1994), "Belo Horizonte (...) pode ser considerada um laboratório de novas experiências, com a finalidade de construir (sic) a urbanidade de seus habitantes, de fixar a modernidade nas 'Gerais', tendo seus pressupostos em necessidades concretas: a intenção política de redefinir a posição política, econômica e cultural do Estado republicano".

"No continente americano só existem duas cidades feitas sob medida, estudadas, calculadas, desenhadas no papel antes de serem fixadas em cimento e tijolo: Washington e Belo Horizonte. Disso resulta que só essas duas cidades podem receber sem restrições o qualitativo de belas, da beleza integral que a harmonia de conjunto dá (...).

Em regra, as cidades nascem dum nucleozinho humano ocasional. Um ponto de pega as determina rancho de tropeiros, vendola, uma capelinha, um minúsculo agrupamento humano fixado em certo ponto por motivos econômicos. Nenhuma surge com o plano de vir a ser cidade, e muito menos capital (...)"
(LOBATO *apud* ARAÚJO, 1996).⁶⁸

A idéia da mudança da capital mineira já havia se manifestado em tentativas anteriores; em 1789, 1821, 1833, 1843, 1851 e 1867; "dos textos dos Inconfidentes às propostas da Assembléia Provincial" vêm-se "argumentos críticos" em relação a Ouro Preto como uma cidade "imprópria ao desenvolvimento de uma civilização moderna".⁶⁹ Apesar da ampla discussão, o projeto só se realiza em 1889, após a proclamação da República. No dia 20 de novembro de 89, são estabelecidas as novas atribuições dos governos nos Estados, pelo

⁶⁷ Analisando a proposta de se construir uma nova capital, PIMENTEL (1989:28) destaca a postura do Estado perante a intenção de criação da cidade: *"Em especial, é preciso aqui entender o moderno como elemento segregador. Belo Horizonte é a imposição de uma "urbis" planejada claramente para delimitar os espaços das classes sociais. Não que Ouro Preto ou as demais cidades coloniais não fossem segregadoras. Claro que eram, mas o "plano da cidade" era fortuito, aleatório. Neias não nos deparamos com a intervenção do Estado para "marcar os lugares" como se verá depois na Paris de Haussmann, na Viena de Sitte e Wagner, no Rio de Janeiro de Pereira Passos ou na Belo Horizonte de Aarão Reis".*

⁶⁸ BELO HORIZONTE, A BELA. Monteiro LOBATO *apud* ARAÚJO (1996). Poema que se refere ao fato excepcional de se construir a cidade de Belo Horizonte.

⁶⁹ SALGUEIRO, (1996:6)

decreto n.º 7 do Governo Provisório Deodoro da Fonseca, cujo Art.20 § 1º responsabilizava os governadores por:

“Estabelecer a divisão civil, judicial e eclesiástica do respectivo Estado e ordenar a mudança de sua capital para o lugar que mais convier” (apud MELO, 1996).

Em 15 de junho de 1891, conforme relata BARRETO (1995), “de pé todo o Congresso, o presidente deste declarava promulgada a Constituição Mineira”, cujo Art.13 selava o compromisso da mudança:

“Art.13: É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade” (apud MELO, 1996).

A sugestão do arraial de Belo Horizonte para se candidatar a futura capital mineira partiu de Augusto de Lima, um dos defensores da mudança. Em 1891, constitui-se uma comissão, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis⁷⁰ e formada por um grupo de cinco engenheiros politécnicos, um médico-higienista, um desenhista e demais auxiliares técnicos, para o estudo das localidades concorrentes: Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Belo Horizonte⁷¹ (Curral d’El Rei) e Várzea do Marçal⁷². Embebido deste pensamento higienista e racionalista do final do século XIX, REIS realiza um profundo estudo, através de mapas, dados estatísticos e gráficos,

⁷⁰ Aarão REIS (1853-1936) era paraense e de família ligada à política. Teve sua formação escolar no Instituto de Humanidades, São Luiz (MA) e em 1864 seguiu para o Rio de Janeiro, onde após os estudos ingressou na Escola Politécnica, se habilitando como engenheiro geográfico (1872), bacharel em ciências físicas e matemáticas (1873) e engenheiro civil (1874). Entre 1870 e 1873, empreendeu algumas obras no Rio e Janeiro e, posteriormente, tornou-se diretor da EFC do Brasil, além de ocupar vários cargos em postos de engenharia. Foi autor de várias obras dentre as quais **os Relatórios relativos à escolha da localidade e da comissão construtora da Nova Capital**.

⁷¹ Em relação à mudança do nome do arraial do Curral d’El Rei para Belo Horizonte, BARRETO (1995:232) relata como tendo sido uma articulação do *Clube Republicano* com o apoio dos moradores da cidade, cuja justificativa apoiava-se no descompasso do nome em relação à nova imagem republicana. Desta forma, em 12 de abril de 1890, o então presidente do Estado lavrou o decreto nº 36, determinando a mudança de nome do arraial para Belo Horizonte. Três anos antes da sua escolha para ser a capital do Estado mineiro.

⁷² “Aprovada pelo Congresso a Lei n. 1, adicional à Constituição indicava as localidades que deveriam ser estudadas para a transferência da capital: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora” (BARRETO, 1995:341).

que revelam ser "manifestações exemplares de um saber que se dizia positivista" (SALGUEIRO,1994:86).⁷³

Segundo a análise de VEIGA (1993:96) sobre o relatório das cidades, percebe-se a tendência da "exclusão de cidades já constituídas, como Juiz de Fora (...) e a preferência pelos espaços 'vazios'. Neste sentido Belo Horizonte e Várzea do Marçal possuem características que favorecem uma apropriação mais racional: menores custos e um espaço a ser construído, um "espaço do futuro".

Em 16 de junho de 1893 era entregue ao Governo do Estado o relatório geral, onde Aarão Reis "declarando ser difícil a escolha entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal", concluía, por questões econômicas, sua preferência por esta última (BARRETO,1995:343).

"4^o) entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte é difícil a escolha. (...) , e se na atualidade, a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado (...), daqui a algumas dezenas de anos Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro.

É, porém, de notar que na Várzea do Marçal há muito maior área de terrenos devolutos dentro no próprio perímetro da futura cidade, e a execução das obras indispensáveis à instalação desta exigirá menor dispêndio, acrescentando que, em Belo Horizonte, será mister, desde logo, construir um ramal férreo de 15 quilômetros, ligando-a à Estrada de Ferro Central do Brasil;

5^o) por todos estes motivos, já largamente desenvolvidos no presente relatório, é preferível que a nova capital seja edificada na Várzea do Marçal, (...)". (Relatório Geral, 1893 apud BARRETO,1995).

Apesar da indicação da Comissão, o Congresso Mineiro, instalado na cidade de Barbacena à 22 de novembro de 1893, tinha a responsabilidade de votar a escolha daquela que seria a futura capital. Após acirrados debates, a 13 de dezembro, era aprovada por 30 contra 28 votos, a Emenda n^o 2 favorável a Belo Horizonte; e desta forma, promulgada a Lei n.^o 3 adicional à Constituição, pelo então presidente do Congresso, Bias Fortes, a 17 de dezembro (BARRETO,1995:427).

A cidade de Belo Horizonte vence por uma margem de apenas dois votos a região de Várzea do Marçal. Nas palavras de JULIÃO (1992:39) a "cidade é o local privilegiado do domínio da natureza pelo homem, local da construção das condições artificiais da vida. É nela, via Belo

⁷³ SALGUEIRO (1994) destaca a importância da metodologia e do procedimento científico utilizado neste estudo, realizado no fim do século XIX, assinalando que este documento, de memórias descritivas, pode ser considerado "como praticamente único no Brasil, no que diz respeito à cidade e ao território".

Horizonte, que a república em Minas Gerais iria configurar o espaço por excelência da sua prática realizadora, compatibilidade plena com o lema "Ordem e Progresso".⁷⁴

"Quem, no futuro, cortado já o arraial de largas avenidas, de espaçosas e belas ruas, armadas de palacetes de mármore da Gandarella, de ajardinamento de luxo, chácaras de primor, formoso parque, etc. ficará, tendo lido esta pequena descrição, surpreendido de ter habitado nela uma população tão mesquinha, e não haver, há muitos anos, sido escolhido este arraial para a construção de uma grande cidade" (Jornal MINAS GERAIS, 1895 *apud* VEIGA, 1994).

⁷⁴ Para um maior entendimento do jogo político que envolveu a mudança da capital mineira e a escolha de Belo Horizonte; ver RESENDE, Maria Efígênia Lage de. *Uma interpretação sobre a Fundação de Belo Horizonte*, 1974 e *Formação de estrutura de dominação em Minas Geraes: o novo PRM 1889-1906*, 1982; SILVA, Vera Alice Cardoso. *O Significado da participação dos mineiros na política nacional, durante a primeira República*. in SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS 5, 1982; VEIGA, Cyntia Greive. *Cidadania e educação na trama da cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*, 1994; REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade "paradigma" e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX*, 1994.

II. 2 A Utopia da Cidade Moderna

"(...) De fato, fazer surgir do nada uma cidade moderna, grande e bela, observando todos os preceitos da ciência e de todas as regras da arte, dentro do mais escasso período de quatro anos, num lugar onde tudo faltava e onde só abundavam dificuldades assoberbadoras, capazes de fazer recuar a quem não tivesse bastante consciência do seu valor e a quem desconhecesse os largos recursos que felizmente não têm faltado ao Estado, já é um acontecimento verdadeiramente assombroso, que terá de fulgurar perenemente numa das mais belas páginas da nossa história, relembrando os nomes dos heróis que tomaram parte nessa memorável campanha, em que a pena serviu de gládio, em que a palavra produziu o efeito do canhão, em que o compasso, a serra e o macho, a picareta e a alavanca serviram de lanças e baionetas" (O triunfo/A Capital, 21 de dezembro de 1897, apud BARRETO, 1995:778).

Pode-se refletir sobre a dimensão utópica do plano da nova Capital recorrendo a análise desenvolvida por BACZKO (1978)⁷⁵ sobre a simbologia que envolve as cidades-capitais. Na sua obra *"Lumières de L'Utopie"*, ele aponta para as representações isomórficas das cidades utópicas e o caráter simbólico que estas cidades concretizam através do desenho arquitetônico:

*"Nous trouverons partout des avenues larges et droites qui débouchent sur des larges places, rondes ou carrées, qui sont des lieux de fêtes et de réjouissances. Rien de chaotique dans ces villes: partout **régne un ordre parfait et frappant**, et cela aussi bien dans l'aménagement de l'ensemble que dans l'architecture de toutes les maisons, les édifices publics, les monuments, les fontaines, etc., embellissent la ville et s'harmonisent parfaitement avec elle – ils l'anoblissent sans l'écraser bien qu'ils soient monumentaux".*⁷⁶

As cidades utópicas, de uma certa forma, anteciparam as aspirações que os urbanistas do nosso século tentaram concretizar nas cidades projetadas. Aspirações, traduzidas nas várias cidades-capitais cujo plano foi a origem: Washington, La Plata, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, entre outras.

⁷⁵ BACZKO, Bronislaw. "Une Ville Nommée Liberté - L'Utopie et la Ville". in *Lumières de L'Utopie*. Payot, Paris, 1978.

⁷⁶ "Nós encontraremos, por todos os lugares, avenidas largas e retas que desembocam sobre grandes praças, circulares ou quadradas, que são lugares de festas e de reuniões. Nada de caótico dentro das cidades: em tudo reina uma ordem perfeita e impressionante, tanto na organização dos conjuntos como na arquitetura das casas, dos edifícios públicos, dos monumentos, das fontes e Tc, embelezando a cidade em perfeita harmonia – eles a enobrecem sem esmagá-la, embora sejam monumentais".

Certamente, os planejadores de Belo Horizonte tinham a consciência de que sua tarefa era criar uma cidade-símbolo, não apenas do Estado de Minas, mas da República. É com este espírito que, após a escolha do arraial de Belo Horizonte, a Comissão Construtora da Nova Capital, tendo na direção o engenheiro-chefe Aarão Reis, juntamente com outros especialistas conhecidos, na sua maioria formados na Escola Politécnica do Rio de Janeiro - entre eles Ascânio Burlamaqui e Saturnino de Brito - concebem a planta da Nova Capital.⁷⁷



COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

FONTE: BELO HORIZONTE: UM ESPAÇO PARA A REPÚBLICA (1989)

Na própria Constituição do Estado de Minas Gerais, "na declaração da mudança da Capital firma-se oficialmente o caráter conceitual da proposta: deve-se construir um novo espaço, *higiénico* e *grandioso*, o que significa *não colonial, limpo*, varrido pela luz, visível para o *controle*, em suma, *moderno*".⁷⁸ O regulamento da Comissão Construtora previa a

⁷⁷ A Comissão Construtora da Nova Capital foi organizada pelo decreto n. 680 de 14 de fevereiro de 1894. Era formada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis e por seus auxiliares principais: Hemildo Alves, Samuel Pereira, Cesar de Campos, J. de Carvalho Almeida, José de Magalhães, Bernardo de Figueiredo, Adolpho Pereira, Eugenio Gabaglia, Américo Macedo, Saturnino de Brito, Manuel Couto, Martinho de Moraes, Ludgero Dollabella, Adalberto Ferraz, Fabio Nunes Leal, Benjamin Quadros e Annibal Santos. (Revista Geral dos Trabalhos, Aarão Reis, abril 1895, Rio de Janeiro)

⁷⁸ MAGALHÃES e ANDRADE (1989:53).

Assim como nas intervenções européias do século XIX, a medicina urbana, o "sanitarismo", é o fio condutor para se pensar a cidade; e se em Paris e Londres estas idéias visavam solucionar os problemas de insalubridade urbana; aqui o discurso vem carregado com uma noção de "progresso" visando uma oposição ao ambiente urbano colonial.

construção de uma cidade para 30.000 habitantes, com capacidade de crescimento para 200.000 hab.. (grifos meus)⁷⁹

Os engenheiros brasileiros, inclusive os participantes da Comissão, conhecedores das intervenções urbanas do século XIX, "faziam referências aos trabalhos de Haussmann e a outras experiências urbanísticas, como a de Chicago; a fundação de novas capitais, como Washington e São Petersburgo; e mais próximo deles, La Plata", cujo modelo, no entender de SALGUEIRO (1994:86), teria inspirado o projeto de Belo Horizonte.⁸⁰

Desta forma, a Comissão Construtora da Nova Capital apresenta ao governo as plantas da cidade, conforme Ofício n.º 26, de 23 de Março de 1895. Segundo GOMES (1992), destacavam-se na planta principal, *"tudo de accôrdo com o Regulamento e as ordens de V.Ex^ã"*:

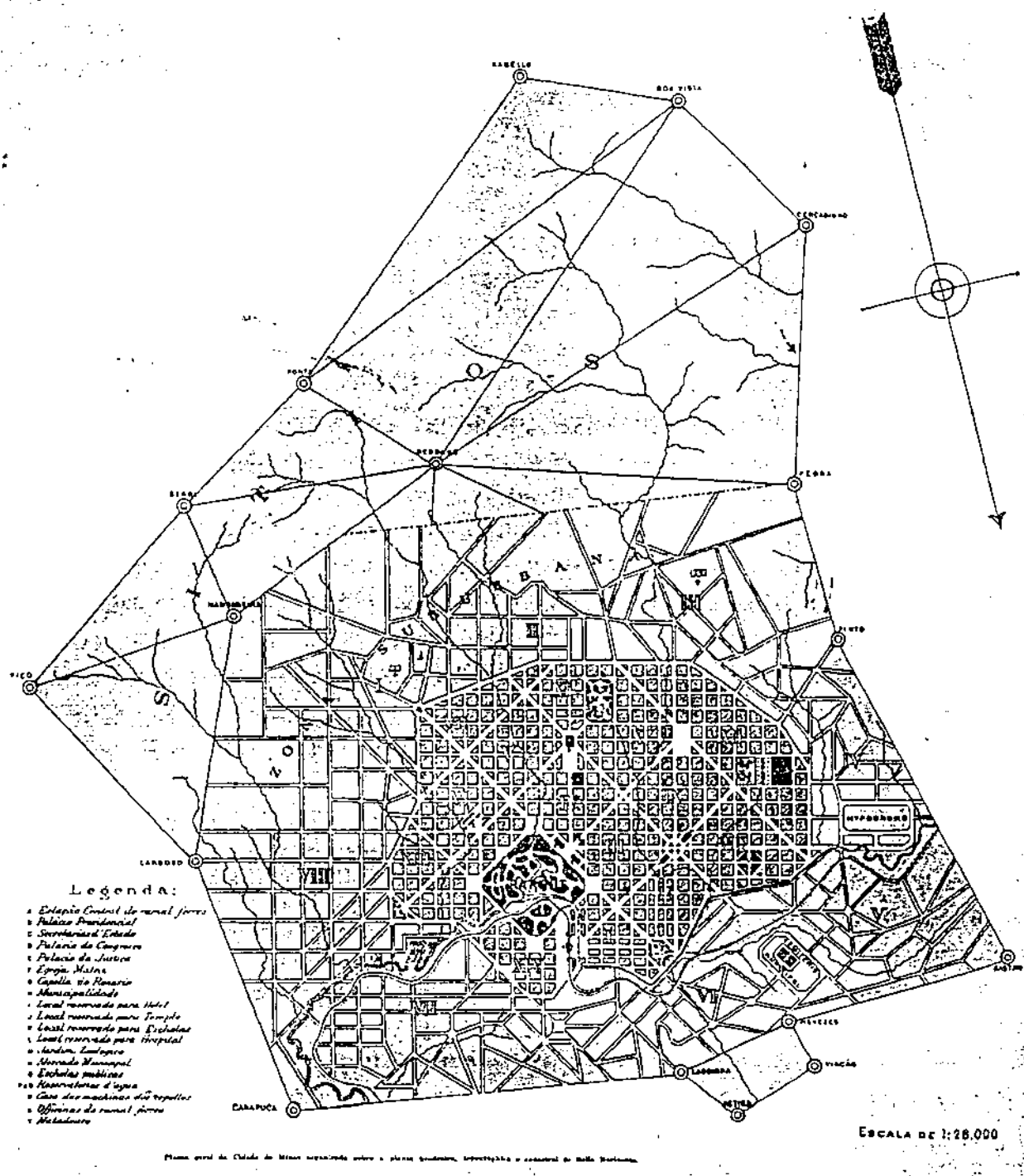
"os lotes dados em pagamento aos antigos proprietários do arraial, com letras BH. e, bem assim, os quarteirões e lotes a reservar, com as letras Rr; os lotes destinados aos empregados públicos, com a letra F, e os destinados aos ex-proprietários de Ouro Preto, com a letra P; marcados estes dous em número duplo metade na parte urbana, metade na suburbana, para escolha;". (GOMES, 1992)

Em 15 de abril de 1895 é aprovada a planta definitiva da cidade de Belo Horizonte.

"É com a maior satisfação que submeto, hoje, à aprovação de V. Exc. a planta geral da futura " Minas" (...) . (...) Foi organizada a planta da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.815.382 m², dividida em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e por algumas avenidas que as cortam em ângulos de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m , necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixe a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas, que

⁷⁹ Hoje, na comemoração do seu centenário, a cidade revela um número de habitantes dez vezes o pretendido.

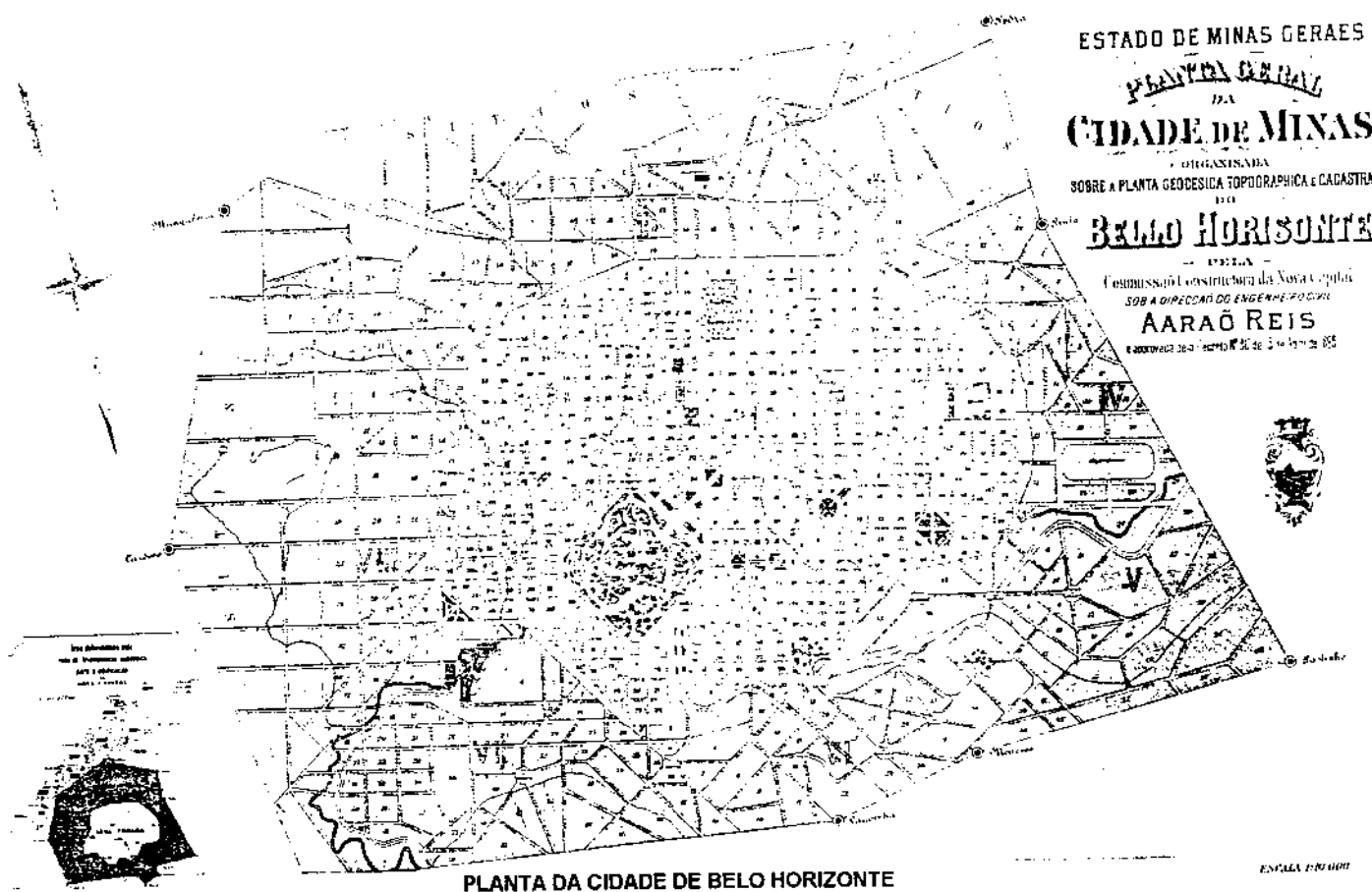
⁸⁰ Existe uma certa controvérsia, por parte de alguns autores que defendem uma forte influência do projeto de L'Enfant para a capital dos E.U.A. - Washington; não apenas pela semelhança da planta, mas pelo fato de ambas as cidades terem sido concebidas com o mesmo intuito político: o de instaurar e legitimar um poder republicano. ANDRADE (1996). Sem dúvida, esta *pensée urbaine* estava fortemente centrada na questão do redesenho da cidade, a partir da racionalidade do traçado urbano: a configuração de um cenário, onde as ruas e avenidas seriam os atores principais.



Planta geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte.

PLANTA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Fonte: BELO HORIZONTE: MEMÓRIA HISTÓRICA E DESCRITIVA (1995)



Fonte: SANEAMENTO BÁSICO EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIA EM 100 ANOS FJP/CECH (1996)

O plano urbanístico de Belo Horizonte foi composto de três zonas: urbana, suburbana e rural. Uma malha regular cortada por diagonais define, com mais precisão, a região urbana; e uma avenida circular, cujo traçado orgânico dialoga com a rigidez da estrutura interna, explicita o limite entre a zona urbana e suburbana.⁸²

"(...) para a concretização da capital, foi necessário que se varresse do mapa o arraial de Belo Horizonte, antigo Curral D'el Rei, incompatível, na visão da época, com a grandiosidade do projeto. Parecia que a existência de remanescentes da pequena povoação no mesmo espaço da metrópole abateria o orgulho dos novos donos do poder.

⁸² Podemos fazer uma analogia entre a Avenida do Contorno e as antigas muralhas das cidades ocidentais fortificadas; no plano de Belo Horizonte, esta avenida também representava um limite da cidade. Esta concepção notadamente nos remete aos modelos de cidades utópicas da Renascença, cujo desenho da cidade aparecia inscrito num limite preciso. (ver Capítulo I) Observa-se ainda que no século XIX, a retirada das muralhas que cercavam as antigas cidades, veio acompanhada da criação de um *boulevard périphérique*; uma avenida circular que propunha marcar a transição da cidade histórica. O anel da *Ringstrasse*, em Viena, é um exemplo clássico.

Na visão de JULIÃO (1996:60), *"tinha-se, assim, na avenida, o limite claro entre o espaço planejado e equipado e um outro praticamente entregue a própria sorte"*. A avenida serviu também para marcar a transição da área privilegiada - idealizada para ser o principal núcleo de ocupação da cidade - e a área menos favorecida - acabou se tornando a região de ocupação original dos operários que construíram a cidade.

Cada casa, loja, edifício público ou templo foi demolido para que se pudesse erguer a nova cidade. símbolo dos novos tempos. Nem a topografia do local foi respeitada" (BARRETO,1995:51).

Comentando o processo de fundação da cidade de Belo Horizonte, BARRETO (1995) revela a coerência desta concepção com o pensamento progressista que norteou as intervenções urbanas do século XIX. A superposição do plano desconsiderando totalmente a existência de um antigo arraial; limpando e varrendo os vestígios, as marcas; refletia o "espírito de modernidade", negando um passado, aqui representado pelo traçado existente.⁸³

"Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir-se retirando;" (Pe Francisco Dias apud BARRETO,1995:71).

A Nova Capital foi totalmente construída sobre o terreno do antigo arraial⁸⁴, esta operação não significava apenas a destruição física do lugar mas uma tentativa de "destruição de um estilo de vida, (...) de condenação de raízes históricas e da tradição. O tratamento dado a arquitetura do arraial - substituída por outra, voltada para a influência do ecletismo difundido pela burguesia européia - foi estendido aos homens que habitavam o local".⁸⁵ Restaram

⁸³ A partir da análise das concepções e formulações urbanas sobre a cidade, Françoise CHOAY (1979) define duas abordagens político-filosóficas predominantes: o modelo culturalista, no qual Camillo Sitte seria seu primeiro difusor; e o modelo progressista cuja noção de modernidade estaria representada pela supremacia da técnica e da estética sobre a natureza. O plano de B. H. estaria dentro desta última perspectiva, cuja idéia de fundação de uma "nova" capital era incompatível com um passado existente.

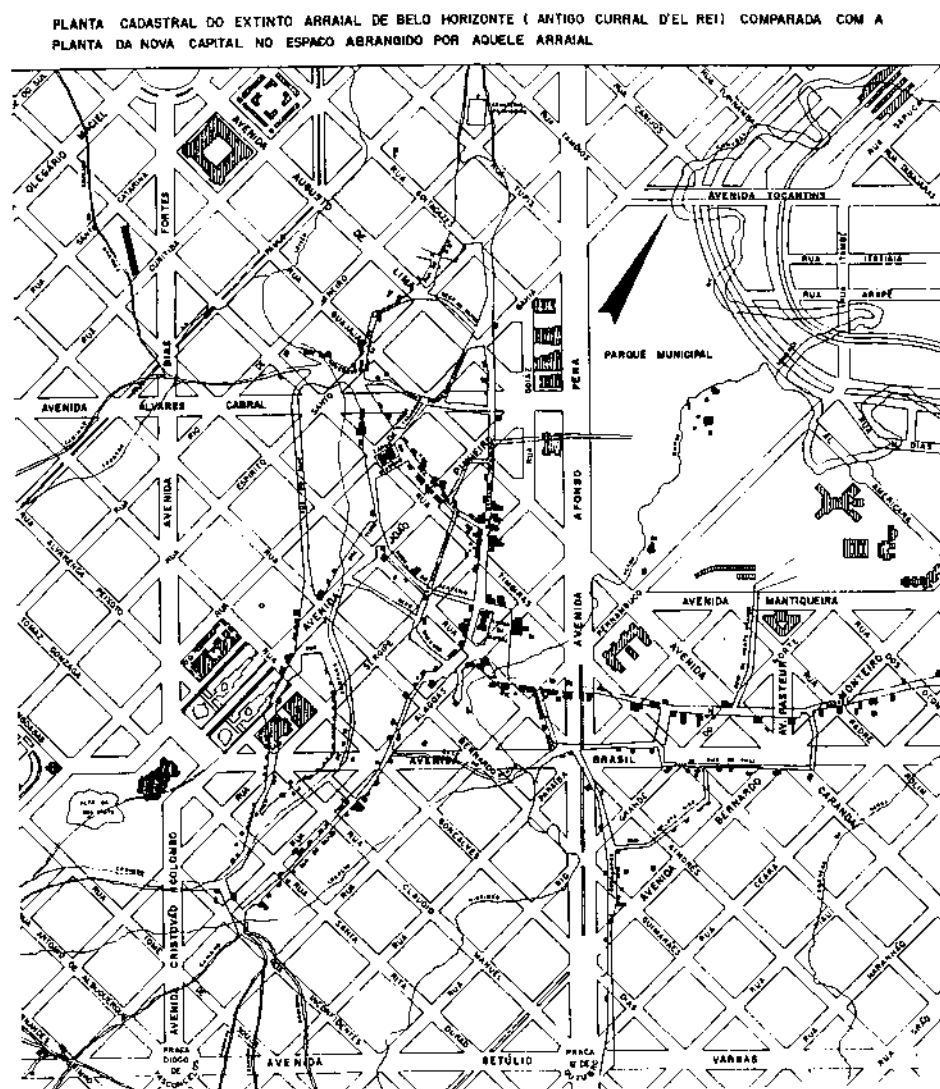
As reformas urbanas patrocinadas por Haussmann, em Paris, na visão de RAGON (1995), refletem o caráter progressista destas intervenções: *"le tracé de la ville marchande, à angle droit, se fait sans préoccuper de la forme du terrain. Trop pittoresque, on l'arase. A la ville biologique médiévale se substitue la ville du profit, réglée comme un livre de comptes"*.

⁸⁴ O antigo Curral del-Rei semelhante aos núcleos mineiros tradicionais, "apresentava um traçado irregular e orgânico, adaptado às condições naturais do território. Assentado em suave declive, a sudoeste de uma planície ondulada e recortada por diversos tributários do ribeirão Arrudas, seu adensamento urbano principal se dividia ao meio pelas águas do córrego Acaba-Mundo" (BH 100 Anos – Nossa História,1996).

⁸⁵ Esta expectativa acabou não se concretizando e os habitantes expulsos instalaram-se na zona suburbana, juntamente com aqueles que construíram a cidade, fundando os bairros operários e permanecendo no local. E foram eles que com os novos habitantes trazidos de Ouro Preto ocuparam a Nova Capital.

A intenção do Governo era a de demolir todos os símbolos do antigo arraial, porém a importância da Matriz da Boa Viagem "se impunha tão eloquentemente" que a Comissão Construtora recuou e adaptou o traçado retilíneo à Matriz. Além disto a falta de recursos para a construção de uma nova Matriz, enfrentados pela Comissão, aliada à difícil autorização do Bispado, que relutava contra a demolição, contribuíram em muito para a sua preservação. Posteriormente, ela não conseguiria escapar ao destino de ser demolida. Encontra-se preservado hoje, apenas, um

intactas apenas a Matriz da Boa Viagem e a sede da Fazenda do Leitão (BH 100 Anos - Nossa História, Estado de Minas, 1996).



FONTE: SANEAMENTO BÁSICO EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIA EM 100 ANOS FJP/CECH (1996)

"O arraial de Belo Horizonte possuía traçado e ocupação desordenados, com atividades centralizadas em torno de dois largos: o da Matriz e o do Rosário. No primeiro onde se situava a Matriz da Boa Viagem, nasciam as principais vias: General Deodoro, Capão e Sabará, esta última a mais extensa delas. As demais vias e becos desenvolviam-se em várias direções, com a entrada da cidade acontecendo pelo atual bairro Santa Efigênia" (FJP/CEHC, livro V, 1996)⁸⁶

O novo traçado de Belo Horizonte apresentava uma sobreposição de diagonais numa malha reticulada, em cujos *carrefours* se situavam várias praças. Apesar do rígido traçado, a

lavatório original situado ao lado da nova Igreja da Boa Viagem (BARRETO, 1995:178). A sede da Fazenda do Leitão permaneceu intacta se transformando no atual Museu Histórico Abílio Barreto.

⁸⁶ O antigo arraial contava com 8 ruas, 10 becos, 2 largos e 300 casas. (BH 100 Anos - Nossa História, 1996).

natureza do sítio, com suas montanhas e vales em uma topografia acidentada, amenizou o efeito do “tabuleiro de xadrez” proporcionando uma paisagem diferenciada.

A supremacia da rua no projeto, como afirma JULIÃO (1996:58), “assinava um ajuste às novas demandas da vida moderna. Era um indício de um novo padrão de sociabilidade, voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano. Também as ruas e avenidas, com suas dimensões monumentais, constituíam verdadeiras artérias apropriadas ao tráfego, à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos - lugares de trânsito e negócios. A construção do espaço projetava uma imagem da cidade associada à do movimento frenético e desimpedido de coisas e pessoas”.⁸⁷

“A sua área será dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes, boa ventilação e higiene” (Planta da Cidade de Minas, Art.2^o, *apud* BARRETO,1995:232). (grifos meus)

Na Belo Horizonte recém construída, ainda era cedo para uma imagem “frenética” do movimento. Apesar do projeto aspirar a esta representação, isto só ocorreria alguns anos mais tarde, na década de 20. Nas impressões colhidas por Affonso Taunay em 1900, “a supremacia da rua” despertava um sentimento bastante adverso:⁸⁸

“Melancólica impressão deixavam aquelas ruas enormemente largas e infindavelmente longas e por calçar, onde às casas separavam verdadeiras

⁸⁷ Em relação à colocação de JULIÃO (1996) de que “a supremacia da rua” representava “um indício de um novo padrão de sociabilidade voltado para o espaço público, cosmopolita e urbano”, é preciso ressaltar que a sociabilidade já tinha no espaço público da rua o seu lugar de representação, apesar das diferenças e hierarquização dos agentes. Era sobretudo no espaço da rua, da cidade colonial, que se davam as trocas.

⁸⁸ Estas impressões também podem ser percebidas nos comentários de LOBATO (*apud* ARAÚJO,1996). Das primeiras imagens da cidade inaugurada à visão entusiástica da década de 40, vamos percebendo a adequação do plano que se estabelece com a apropriação da cidade:

“Não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos”.

Passadas algumas décadas

“(...) Que maravilha! Que desafogo! Que encanto o da ‘Cidade certa!Da cidade que nasceu para ser cidade e capital, e que não se afasta, em seu crescimento do plano preestabelecido por um grupo de urbanistas inteligentes!

As ruas, são de fato ruas, não vielas ou becos. São ruas que confortam a alma com a sensação raríssima do desafogo. Desafogo, sim. É essa a sensação predominante que Belo Horizonte nos dá. Quem sai de uma cidade tumultuária, de ruas de 12m, ridículas, meras passagens por entre fileiras de casas, desfoga-se em ruas que são de fato ruas, com seus 60 metros de largura e tracejadas de modo a, pelo cruzamento com avenidas de 80 metros, criar maravilhosas perspectivas urbanas”.

distâncias. E como pareciam modestas essas habitações, à margem das tão largas vias”.

Porém, passados “vinte e um anos”, o autor se surpreende com a transformação ocorrida:

“Quão soberbo o seu urbanismo, agora em pleno destaque de qualidades, este que do mestre Bouvard mereceu os mais arroubados encômios! Magnífica a série de disposições adotadas com uma como que presciência, num conjunto de antecipações dos tempos, verdadeiramente digna da maior nota”. (TAUNAY, 1929 apud ARAÚJO, 1996)

Em relação aos espaços públicos, o plano compreendia a existência de 24 praças, 21 avenidas e 63 ruas, na zona urbana; destacando-se o aproveitamento de um terreno pantanoso e de má drenagem para um parque municipal que funcionaria como o pulmão da cidade; e de 7 praças, 3 avenidas e 168 ruas, na zona suburbana.

“Muitas praças de tamanhos e formas diversos, cortarão as ruas e avenidas, dando larguesa para o effeito architectônico dos edificios públicos, verdadeiros palácios esplendidamente situados. Assim o Palacio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas: os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente; na esplêndida Praça da Lei, circular e ponto do cruzamento de seis avenidas; o Palácio da Justiça, fronteiro a área reservada para um grande hotel; o Palácio da Municipalidade ocupará com a bibliotheca e o museu o centro da Praça 14 de Setembro (data da lei que organizou os municípios mineiros), sendo triangular a forma d’ssa praça, etc,etc. Um vasto parque (de 800m x 800m = 640 000 m²) occupará o centro, mais ou menos da cidade, abrindo para a grande avenida de 50 m de largura, e também para outras de 35 m de largura cada uma (...)”⁸⁹

Em relação à toponímia de Belo Horizonte, a planta “era uma verdadeira aula de história e geografia do Brasil”. Critérios que iam desde datas e personagens históricos, nomes de cidades, rios, montanhas, até a preservação da cultura indígena, através dos nomes das tribos. A nomenclatura das praças, na sua maioria “era centrada nas datas históricas do Brasil, de Minas e da cidade”, nomes de pessoas ilustres e de cidades; apenas quatro praças

⁸⁹ A NOVA CAPITAL do Estado de Minas Geraes, em Belio Horizonte. (extrahido da Gazeta de Notícias, de 30 de janeiro de 1895), Revista Geral dos Trabalhos-I, Comissão Construtora da Nova Capital, 1985:99-100. (mimeo)

representavam exceções: a Liberdade, a República, o Progresso e a Federação (GOMES,1992).⁹⁰

“As praças, avenidas e ruas receberão denominações que recordem as cidades, rios, montanhas e datas históricas mais importantes, quer do próprio Estado de Minas Gerais, quer da União e, bem assim, dos cidadãos que por seus serviços relevantes, houverem merecido da Pátria Brasileira” (Planta da Cidade de Minas, Art 3^o, apud BARRETO,1995:232).

II. 3 Surge uma praça

“O Palacio Presidencial, destinado á residência do Prezidente do Estado, vai ser edificado em bellissima situação, n'um alto de onde se avista quasi toda a cidade, e 6 avenidas se cruzarão sobre o edifício, abrindo-lhe francos horisontes par todos os lados” (Revista Geral dos Trabalhos).

No lugar em que seria edificado o Palácio Presidencial e a Praça da Liberdade, existia “uma imensa barroca de mais de 30m. de profundidade, a qual foi aterrada quando se desmontou o outeiro”, situado entre a Matriz da Boa Viagem e a Rua da Boa Vista. Na região do bairro funcionários existiam a Capela do Rosário e a Capela de Santana, e uma via-crucis que se “destinava ao ofício da via-sacra”, contendo 14 cruzeiros num total, aproximadamente, de 1600 m². Posteriormente, esta área seria completamente aterrada para a formação de uma esplanada monumental. Nesta região localizava-se, no antigo arraial, o Alto da Boa Vista (BARRETO,1995:224;263).⁹¹

⁹⁰ Sobre as praças do projeto original, ver: BARRETO (1995:256), nota 110; e GOMES (1992). A seguir, as 24 praças que foram projetadas: zona urbana - **República**, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Junho, 15 de Novembro, José Bonifácio, Benjamim Constant, Cruzeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Belo Horizonte, 14 de Julho, **Progresso**, 21 de Abril, **Liberdade**, **Federação**, Estação, 14 de Outubro, 24 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 14 de Setembro, Escolas; zona suburbana - Ametista, Esmeralda, Opala, Rubi, Safira, Topázio e Turquesa (BARRETO,1995:253-254). (nenhuma praça da área suburbana foi construída).

⁹¹ A Rua da Boa Vista começava um pouco abaixo da atual Praça da Liberdade, “seguia pelo alto, indo terminar, mais ou menos, no lugar em que a Rua do Espírito Santo cruza hoje com a Rua Aimorés” (BARRETO,1995:245). Segundo a planta comparativa que mostra a superposição do antigo arraial à planta da nova capital, realizada por volta de 1940, o início da Rua da Boa Vista, é na atual Rua dos Inconfidentes com a Avenida Cristóvão Colombo e o seu término na Rua Espírito Santo com Timbiras (PANORAMA DE BELO HORIZONTE: atlas histórico,1997).

Abaixo, segue-se a lista de desapropriações de casas e terrenos localizados na região do Alto da Boa Vista, conforme dados do IEPHA, in Dossiê de Tombamento da Praça da Liberdade, 1997:

EX-PROPRIETÁRIOS DA REGIÃO	N.º DE ORDEM		
Honória Theophilo de S. Pedro	367	Maria Luiza	202
Rita Romana de Souza	368	Manuel Pinto da Assunção	181 e 182

"(...) O início das obras de construção da Capital marcou também o processo de descaracterização e desaparecimento gradativo da localidade original, deixando para trás vestígios de um passado renegado e bruscamente interrompido (...)" (FJP/CEHC,1996).

Esplanada artificial, resultante de uma grande movimentação de terra, a Praça da Liberdade surge da necessidade de impor à natureza do sítio, o traçado geométrico. Desta forma, a Praça carrega na sua fundação a memória arrasada de um lugar e a conformação de um novo cenário preparado, esculpido pelas mãos dos técnicos, negando qualquer semelhança àquela paisagem tradicional das cidades coloniais mineiras.

Em relação aos trabalhos realizados pela Comissão Construtora da Nova Capital, podem-se dividir em duas fases: a gestão de Aarão Reis e de Francisco Bicalho.⁹² A direção de Aarão Reis foi marcada "pelo planejamento de uma cidade de grande porte".(...) A direção de Francisco Bicalho, "embora também preocupado com estudos e com o planejamento, concentrou esforços na realização das obras" e no curto prazo que teria para a inauguração da cidade (FJP/CEHC,1996,livro III:40).

Quando Bicalho assumiu, tomou uma série de medidas que visavam agilizar os trabalhos de construção; dentre elas a reestruturação do plano da cidade. Uma destas medidas tornou-se decisiva para a configuração da Praça da Liberdade. Observando a planta original da cidade e

M. ^a da Conceição	372	Geraldino José de Alcântara	188
Rita Martins	374	Maria de Jesus	159
M. ^a Joaquina	375	José Cândido Moreira	155
Chrispiniano da Costa	377	José Ferreira Passos	165
Maria Frutuosa	378	Frutuosa Alves Martins	124
M. ^a Joaquina Pacheco	338	Cândido Lúcio da Silveira	119
Joaquina Rosa da Conceição	309	Miguel Pinto	94
Anna Joaquina Pinto	304	Adão Luis de Carvalho	66
Manuel Ferreira Passos	299 e 300	Joaquim José Pinto	40
Francisco Cândido Fernandes	257 e 230	Antônio Rodriguez Goulart	39
Francisco da Costa Pacheco	221		

⁹² "A mudança na chefia da Comissão Construtora, ocorrida em maio de 1895, deveu-se a desentendimentos entre Reis e o novo presidente do Estado Bias Fortes. Se durante o governo de Afonso Pena a autonomia requerida pelo engenheiro-chefe foi conseguida, na Administração posterior deu-se justamente o contrário. (...) O aumento da ingerência do Executivo estadual no processo de ocupação urbana e a tentativa de reduzir o papel da Comissão Construtora da Nova Capital, atribuindo-lhe meramente uma função operacional, levariam Reis a pedir exoneração, sendo, então, imediatamente substituído pelo engenheiro Francisco Bicalho" (FJP/CEHC,1996:livro III:32).

os termos de instalação, percebe-se que apenas o Palácio Presidencial ocuparia o centro da Praça da Liberdade:⁹³

“o Palacio Presidencial será erguido no centro da Praça da Liberdade, para onde convergem cinco avenidas: os Palácios da Administração e do Congresso ficarão frente a frente; na esplêndida Praça da Lei, circular e ponto do cruzamento de seis avenidas; (...)” (Nova Capital, 1895).

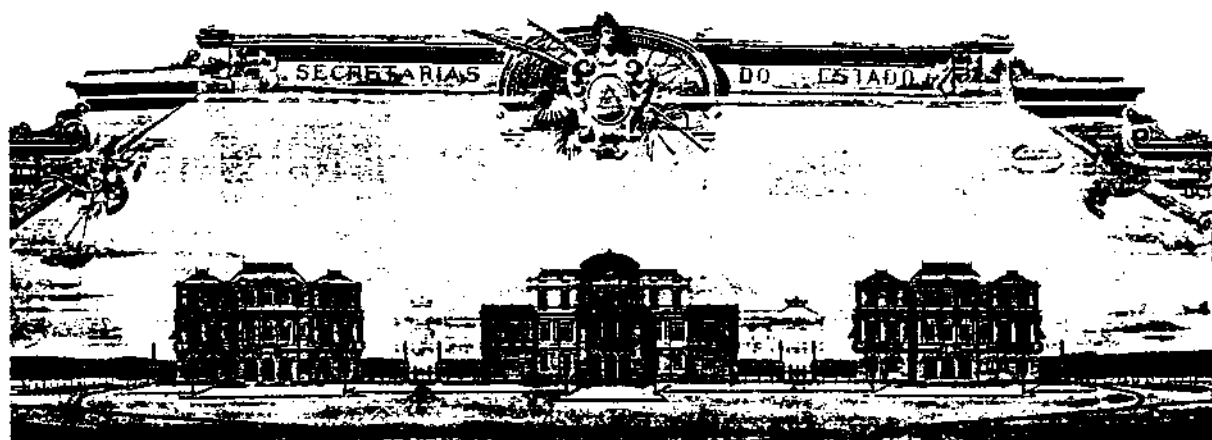
Conforme os ofícios n.º 18 e 19, de fevereiro de 1895, apresentados ao então secretário da Agricultura, Francisco Sá, pelo Dr. Josafá Bello, contendo os projetos do Palácio da Administração e 7 tipos de casas para 219 funcionários, o projeto do Palácio teria sido recusado sendo substituído por três edifícios:

*“façais organizar e remeter-me com toda urgência, os projetos de três edificios destinados às três secretarias de Estado e repartições anexas. (...), a fim de que possa esta ficar acabada antes de expirar o prazo constitucional, o que aliás mais facilmente se obterá com a construção de três edificios do que com a do único projetado. (...) No edificio destinado à Secretaria do Interior serão também instaladas as Secretarias da Polícia, Inspetoria de Higiene e Instituto Vacínico; no da Secretaria das Finanças, a Coletoria e a Imprensa Oficial; no da Agricultura, o da repartição de Terras e a Junta Comercial. **Os três edificios serão localizados na mesma praça, com a proximidade relativa que a conveniência do serviço público exigir. Saúde e fraternidade. O secretário de Estado, Francisco Sá**”* (BARRETO, 1995:245)

A 13 de abril de 1895, seriam submetidos e aprovados, pelo secretário da Agricultura, os projetos das três secretarias. Estas seriam deslocadas para a Praça da Liberdade, quando se iniciou a construção da cidade. A justificativa encontrada teria sido uma decisão do engenheiro-chefe Francisco Bicalho, conforme o relatório de abril de 1896:

“Pareceu-me acertado transferir os edificios das Secretarias de Estado para a mesma praça em que fora projetado o Palácio Presidencial e, merecendo este alvitre a aprovação de V. Ex^a, assim foram eles definitivamente locados, bem como aquele palácio” (BARRETO, 1995:481).

⁹³ Não foram construídos os seguintes edificios públicos: Matriz, na praça do Cruzeiro (atual praça Milton Campos); Municipalidade, entre a VIII e a XI seção urbana (av. Amazonas, entre Pç. Raul Soares e rua Rio Grande do Sul); escolas, VIII seção (Augusta de Lima, ruas Ouro Preto, Juiz de Fora e Tupis); Hospitais, XII seção (rua Alvarenga Peixoto, Bernardo Guimarães, Uberaba, ao lado da Pç. América); Jardim Zoológico, (terreno onde se encontra a sede do Minas Tênis Clube, originalmente esta área alcançava a rua Fernandes Tourinho); Hipódromo (no bairro do Prado) (BARRETO, 1995:256).



SECRETARIAS DO ESTADO

AGRICULTURA

INTERIOR

FINANÇAS

FONTE: REVISTA ESPECIAL DO JORNAL ESTADO DE MINAS, EDIÇÃO COMEMORATIVA BH100 ANOS(1997)

Em relação ao conjunto de edifícios que iria se estabelecer na Praça da Liberdade, é importante destacar a ausência da Igreja Matriz, tão tradicional nas nossas cidades, pois como assinala MARX (1980:54): “uma Igreja, uma praça; regra geral das nossas povoações antigas”. Esta ausência da Matriz na praça principal da cidade tinha um objetivo muito claro, tratava-se de reforçar a imagem do poder republicano, laico, dissociado do poder religioso, fundamental para o momento político. O plano “manteve a Praça da Matriz da Boa Viagem”, criando desta forma uma praça de caráter cívico “projetada com toda ênfase que requer a expressão da sede do poder de um Estado da República” (BRASIL,1992:34).

Este tipo de praça é um dos poucos exemplos encontrados nas formações urbanas brasileiras, segundo MARX (1980:50), as “praças cívicas diante de edifícios públicos importantes são raras entre nós. São exceções”. A Praça Municipal de Salvador teria sido “a primeira praça cívica do Brasil”; outras praças seriam originadas nas reformas e intervenções do século XIX, pós-república.⁹⁴

O espaço da Praça da Liberdade teve um papel de destaque desde o período de implantação da cidade, pois é nesta esplanada que localizou-se uma das estações do ramal férreo, destinado ao transporte de materiais utilizados para construção de Belo Horizonte, inaugurado a 7 de setembro de 1895.⁹⁵ Neste mesmo dia, foram lançadas as pedras fundamentais dos edifícios destinados ao entorno da praça:

⁹⁴ Observa-se a existência de outros espaços semelhantes nas cidades tradicionais: o Largo de São Francisco em São Cristóvão, o Largo de São Francisco, em Mariana, a Praça Tiradentes, em Ouro Preto e a Praça Marechal Deodoro, em Porto Alegre. (MARX,1980)

⁹⁵ A 31 de Dezembro de 1895, foi concluído o tronco das linhas férreas urbanas, ligando a Estação Ferroviária de Minas à Praça da Liberdade, o trajeto seguia pela avenida Amazonas e a rua Espírito Santo. A 5 de abril do ano

“sempre em meio à maior vibração de entusiasmo e regozijo popular, dali seguiram as pessoas presentes para a esplanada que acabava de ser aberta para a Praça da Liberdade, onde se efetuou, com idênticas solenidades, o lançamento das pedras angulares do Palácio Presidencial, Secretarias do Interior, Finanças e Agricultura” (BARRETO, 1995:384).⁹⁶

A Praça da Liberdade seria escolhida como o *locus* principal das cerimônias oficiais. Em 12 de dezembro de 1897 foi inaugurada a cidade de Belo Horizonte, com uma grande festa popular. Neste dia uma comitiva percorreu a cidade saindo da Praça da Estação em direção ao Palácio Presidencial.

A euforia dos preparativos da festa de inauguração é descrita por BARRETO (1995:738) com maestria:

“Na Praça da Liberdade ativavam-se os últimos preparativos dos pavilhões destinados às solenidades inaugurais e a mesma coisa se notava dali até à Estação de Minas, pelas ruas e avenidas por onde teria de passar o cortejo. Havia um anseio geral pelo dia imediato. Tudo quando se via parecia a realização de um sonho imensamente feliz. O dia estava firme e de um sol rutilante.

Ao anoitecer, houve um deslumbramento de surpresa por toda a localidade. Como por encanto, ela se iluminou de repente, apresentando inédito e maravilhoso aspecto.

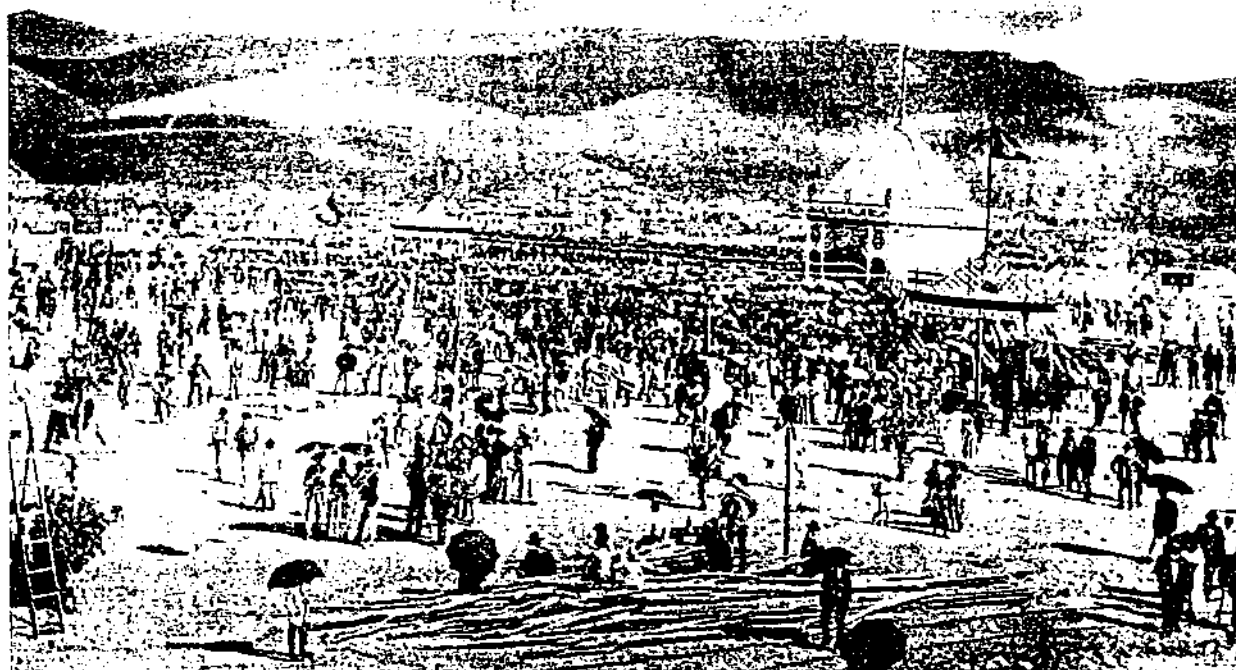
Centenares de lâmpadas elétricas pontilhavam luminosamente a vastidão da cidade nascitura, projetando claridade fixa, admirável nas ruas, praças e avenidas ainda mal povoadas.

Na Praça da Liberdade principalmente, a iluminação dava grande realce aos edifícios inacabados das Secretarias e do Palácio. Bandas de música, (...), percorreram a localidade vibrando dobrados festivos, ao passo que, por toda parte, espocavam foguetes e ecoavam aclamações populares, que se alongaram pela noite em fora”.

Neste espaço, apesar de ser ainda um grande descampado, foi erguida uma tenda para abrigar as autoridades e acolher os festejos.

seguinte, seria inaugurado o trecho que ia da Praça da Liberdade até o córrego do Acaba-Mundo. Apesar de inicialmente ser destinado ao transporte de pedras, essa linha funcionou algumas vezes para viagens de passageiros; visitantes que vinham conhecer os trabalhos que estavam sendo realizados na cidade. Dessa linha tronco partiam vários sub-ramais para outras áreas de construção de prédios (BARRETO, 1995:457).

⁹⁶ Carlos Antonini foi o construtor responsável pelo Palácio Presidencial e pelo preparo da respectiva praça (BARRETO, 1995:307).



"Festejos inaugurais da cidade, na praça da liberdade, 12 de dezembro de 1897.

No pavilhão principal que aqui se vê foi assinado o Decreto n.º 1085 declarando inaugurada a cidade"

FONTE: SANEAMENTO BÁSICO EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIA EM 100 ANOS FJP/CECH (1996)

Retornando a idéia de origem da Praça, consolidar um território originado pelo traço do urbanista não é uma tarefa previsível. Entre a utopia do "lugar-cenário", esboçada na Praça da Liberdade, pelo desejo do criador, e a possibilidade de legitimidade do lugar, existe um tempo necessário para criar-se um vínculo⁹⁷.

Após a inauguração da cidade, iniciava-se o processo de ocupação e afirmação do seu espaço. A capital iria se desenvolver entre usos e costumes negligenciados de um passado, representado por seus antigos habitantes e um ideal, um sonho de modernidade, explícito nas suas formas e nos novos hábitos que se desejavam introduzir.

"Esse desajuste entre o espaço e a vida social decorria também da ausência de identidade entre seus habitantes desenraizados e o urbanismo radicalmente inovador. Daí as incongruências, como os transeuntes

⁹⁷ Referindo-se à ocupação da cidade pelos novos moradores, JULIÃO (1996) traça um retrato deste processo; *"obviamente, uma transformação tão radical no modo de vida não ocorreu, em Belo Horizonte, como num passe de mágica. Só lentamente as elites mineiras se adaptaram àquele novo cenário urbano e adquiriram novos hábitos, vencendo suas resistências e desajustes"*.

acostumados às vielas coloniais em meio às avenidas a perder de vista: os equipamentos urbanos atraentes abandonados pelo recolhimento caseiro" (JULIÃO, 1996:67)

A Praça da Liberdade não estava de fora deste processo, enquanto espaço público, proposto para a sociabilidade urbana, explicitava estes conflitos:

"Mais uma noite triste para a praça da Liberdade foi a do último domingo. A falta de música, concorrência dos colegas da Rua da Bahia (os cinematographos), os circos, - tudo conspira contra ella, que se viu despovoada do encanto seductor e mágico das senhoritas formosas que costumam florir de graça e alegria" (O Binóculo, 1908; apud JULIÃO, 1996:77).

O processo de transferência dos funcionários públicos residentes em Ouro Preto não decorreu facilmente; muitos vieram a contra-gosto, outros nem se dignaram a receber os lotes oferecidos pelo governo, como uma espécie de compensação. Consciente de que não seria uma mudança tranqüila, o Governo do Estado ofereceu muitas vantagens: dos 3839 lotes existentes, 597 foram doados a proprietários de prédios em Ouro Preto; 553 foram destinados aos funcionários públicos na região próxima ao Palácio Presidencial, 114 doados a antigos moradores de Belo Horizonte; 417 restaram com o poder público e 2158 foram colocados à venda. Apesar de todos os privilégios concedidos aos funcionários, inclusive a possibilidade de residirem em uma área de destaque, muitos se recusaram a vir para Belo Horizonte.

"Muitos lotes doados aos moradores de Ouro Preto foram desprezados por seus proprietários provavelmente por não acreditarem no futuro de Belo Horizonte. Eram adquiridos a preços baixíssimos, por negociantes que os revendiam para os interessados em terrenos na zona urbana. Era o começo da especulação imobiliária (...)" (BH 100 ANOS, Nossa História, 1996).

II. 4 Considerações finais

Apoiando-se nas idéias de CAUQUELIN (1982), ressaltamos a importância dos monumentos e marcos para a constituição de uma referência urbana, não apenas geográfica mas simbólica, no sentido de terem estes elementos o papel de fixar no tempo um lugar, uma história.

"Nesta formosa cidade, de que nos devemos orgulhar por tantos motivos, para que a grandiosa Praça da Liberdade venha a ser considerada um dia, como o deve e merece, a Praça do Estado de Minas, é necessário, no meu entender, que a exemplo de tantas outras, façamos embora lentamente, alguma coisa que signifique um sentimento artístico e um dever patriótico. Devemos destiná-la

para a galeria de bustos mineiros mais notáveis, mortos no decorrer do século XIX (...)" (Gustavo PENA, 1903).⁹⁸

Podemos observar que na origem da Praça da Liberdade estava explícita uma intenção de se fundar um espaço de forte caráter simbólico, um marco para a cidade. A noção de *centro cívico* presente na sua concepção, e reforçada pelos edifícios públicos que vieram a conformar o seu entorno, coloca a questão do significado do elemento - **praça** no contexto da cidade.

Na história da praça, a origem da praça cívica se legitima na figura da *Ágora* grega e do *Fórum* romano. O arquétipo da praça cívica representa um dos espaços mais importantes, nas cidades da antiguidade. O seu cenário estético, extremamente bem organizado, integrava a localização dos edifícios com a sua função primordial, de espaço cívico.

"É preciso ter em mente que a cidade é o espaço da arte por excelência, porque é esse tipo de obra que surte os efeitos mais edificantes e duradouros sobre a grande massa da população, (...)" (SITTE, 1889).

Na concepção de SITTE (1889), as cidades antigas possuíam um significado especial para o homem antigo, "atuavam sobre o espírito humano com a mesma força suave e irresistível desta natureza encantadora, a cuja imagem foram construídas". O seu objetivo ao retomar estas cidades através da "nostalgia de um passado desaparecido", era evidenciar as qualidades artísticas contidas nos lugares que pudessem reproduzir um ambiente ideal, um verdadeiro *território cívico* na cidade moderna.⁹⁹

Na visão de BRESCIANI (1993), "coerente com sua teoria de que a materialidade das cidades deve expressar os símbolos e mitos de um povo, sua visão de mundo e história," Camillo Sitte "sustenta a importância da organização espacial como invólucro nada neutro, argumentando com a certeza da *forte influência do meio externo sobre o espírito humano*". Numa explícita adesão à ideia de que "a arte" é inata e instintiva no homem, elabora um longo percurso intelectual através do tempo para mostrar que **"as praças", espaços com finalidades diversas, expressam na composição diferenciada em uma mesma cidade e em cidades diversas "seus significados e suas histórias"**. (grifos meus)

Os "princípios artísticos" corporificados na organização espacial da Praça da Liberdade foram adquirindo particularidades e consolidando o significado do lugar, numa trama estética, política e social. Como nos princípios "sittianos", onde a "arte" de construir é fundamental para

⁹⁸ Gustavo PENA in Jornal Minas Geraes, 16 de abril de 1903; apud Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXXIII - Belo Horizonte, 1982.

⁹⁹ A obra de Camillo SITTE (1889) é uma crítica às cidades modernas, à sua falta de princípios estéticos, à racionalidade dos seus traçados urbanos e principalmente à frieza dos espaços exteriores, desprovidos de beleza.

se estabelecer a qualidade de um ambiente, o cenário da Praça foi determinante para a configuração do seu “território”.

“É por serem assim fechadas que as praças produzem um efeito de conjunto tão harmonioso. É a essa qualidade que um pedaço de terreno, no meio de uma cidade, deve seu nome de praça. (...) Um espaço fechado é a condição mais essencial de qualquer efeito artístico (...). Diante de um edifício monumental, fizemos um corte na massa das casas e a praça assim criada, cercada de edifícios por todos os lados, produz um efeito feliz” (Camillo Sitte apud CHOAY, 1979). (grifos meus)

Partindo da idéia “sittiana” de pensar o corpo simbólico da cidade através de seus territórios, podemos concluir que a Praça da Liberdade contribuiu, com êxito, para a formação de um símbolo na paisagem urbana de Belo Horizonte.

“Ao centro da pomposa avenida Afonso Pena rasga-se a íngreme rua da Bahia, de vistosos edifícios, mas nua de árvores, para melhor contrastar a praça da Liberdade, a que se conduz, limitando-a, pelo flanco esquerdo. Nessa curta planície, emoldurando uma grande álea de palmeiras imperiais e afeiçoado nos moldes de Versailles, aparece esplêndido de graça e veemência vegetativa, o jardim da Liberdade, a linda e embriagante Acrópole das Rosas, ali representados em canteiros, bosquetes e renques nas suas mais seletas variedades” (Carlos Dias FERNANDES, 1925).



Fonte: ARQUIVO EUNICE VIVACQUA

CAPÍTULO III

A MEMÓRIA DE UM LUGAR: o espaço da Praça da Liberdade visto na sua historicidade

III. 1 Os primeiros anos

A Praça da Liberdade nasce num contexto de intenções predeterminadas e se desenvolve construindo sua própria história, legitimando atos e fatos. Sobrevive como espaço simbólico no contexto urbano desta metrópole, revelando, na sua trajetória, as particularidades de um lugar-cenário, consolidado no imaginário coletivo.

No contexto urbano de Belo Horizonte, a Praça da Liberdade tem um significado e uma apropriação diferenciada de outros espaços públicos da cidade. Inserida no plano da cidade, para abrigar a sede do governo de Minas Gerais, esta praça não é uma praça qualquer, ela foi criada, juntamente com a cidade, sob a "aura" da modernidade, ocupando um lugar de destaque:

"Numa elevação, em posição de destaque, instala-se o centro do poder executivo: a Praça da Liberdade, com suas secretarias de Estado e sobressaindo, imponente, o Palácio da Liberdade. Aos funcionários públicos é destinada uma área próxima a esta Praça, que vai incorporar a função de seus moradores ao nome do bairro: Funcionários".¹⁰⁴

Situada numa região de topografia irregular e acidentada, a escolha do lugar onde se implantou a Praça da Liberdade foi determinante. Pois, já na sua concepção, ela ocupou o *locus* mais importante da cidade, onde se instalou o Palácio *Presidencial*, residência oficial do governador do Estado.¹⁰⁵ A Praça se apresenta como um "palco" para o desfecho final, personificado no edifício do Palácio da Liberdade; se percorremos a Avenida da Liberdade¹⁰⁶, do seu início na Av. Afonso Pena em direção à Praça, temos a impressão de penetrarmos num *atrium*.¹⁰⁷

¹⁰⁴ in SILVA, Newton e D'AGUIAR, Antônio A. (1989). É importante notar que o Palácio Presidencial irá se apropriar do nome destinado à Praça da Liberdade, passando a ser conhecido como Palácio da Liberdade.

¹⁰⁵ Apoiando-se na análise de ROSSI (1995:152) sobre a importância do lugar como o *locus* de fundação da cidade, destaca-se o processo de concepção da Praça da Liberdade, partindo da sua inserção no plano da cidade e da sua vocação idealizada. Para ROSSI, *locus* é entendido como um fato "singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma"; representa a sede de acontecimentos passados e futuros que compõem a memória da cidade.

¹⁰⁶ A Avenida da Liberdade passou a se chamar Avenida João Pinheiro, em 1908 pelo decreto n.º 2276 (GOMES, 1992).

¹⁰⁷ A noção de *atrium* vem da arquitetura romana; está ligada à idéia de ambiente de transição exterior/interior. Verifica-se a existência do *atrium*, nas antigas residências romanas, templos e Igrejas. Este espaço, ao mesmo tempo de chegada e distribuição, representa o lugar mais importante da habitação romana, chegando, muitas vezes, a atingir dimensões monumentais (MULLER e VOGEL, 1992). Esta ante-sala funciona como um ambiente de transição, cuja função seria preparar uma certa atmosfera, um *climax* para o ambiente posterior.

Na descrição de MELO (1996:40) vamos percebendo a vocação idealizada para a Praça: abrigar o poder do Estado, concretizado no edifício do Palácio Presidencial. O conjunto da Liberdade é representado aqui como a “acrópole” da cidade mineira. MELO (1996) constrói este cenário, ressaltando que “o mais simbólico na questão dos prédios públicos é o que sugere a Praça da Liberdade”:

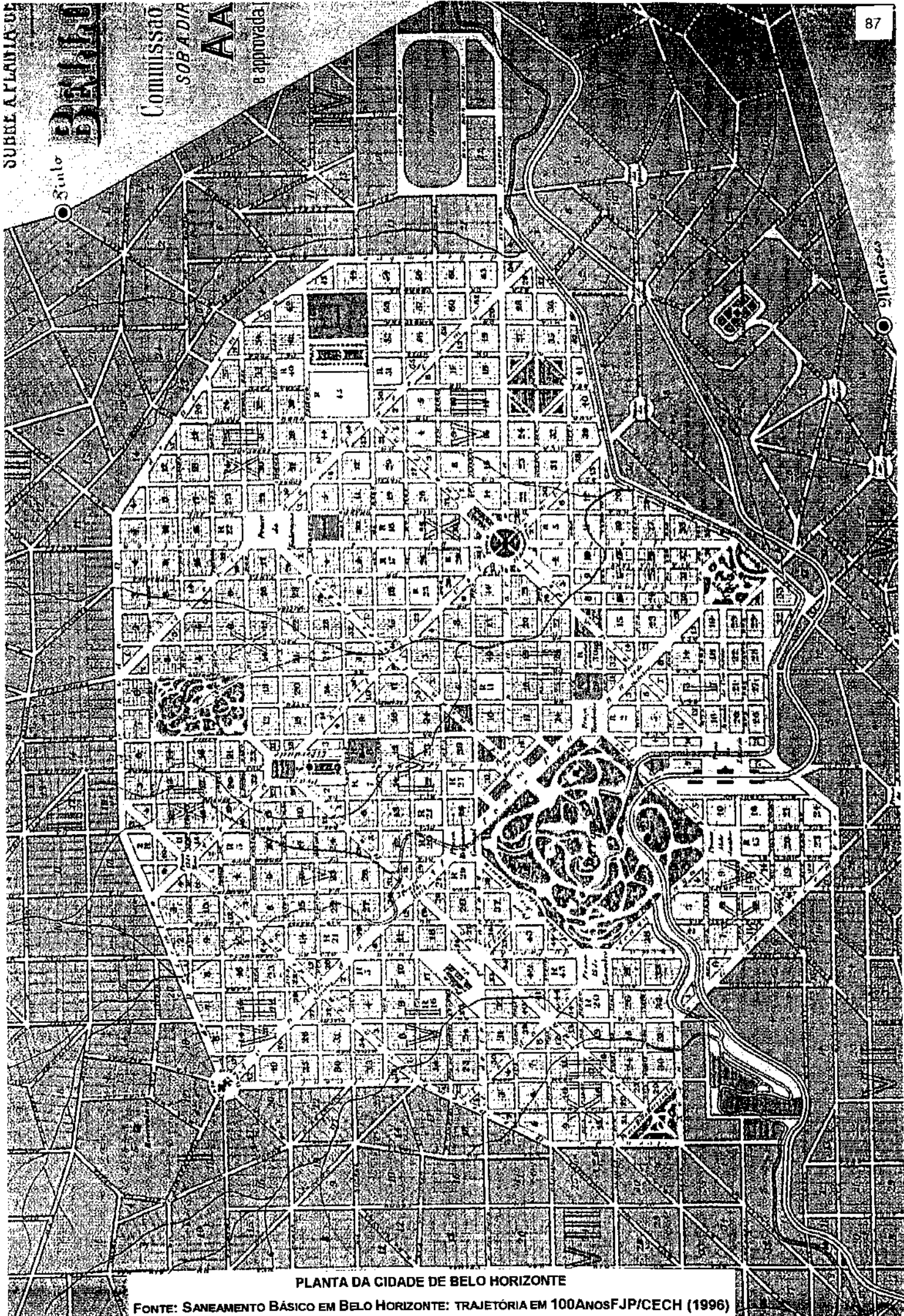
“(...) em seu projeto original, por estar a mesma a cavaleiro da área projetada contida na Avenida do Contorno, dela se poderia descortinar toda a cidade. O palácio do governador de Minas, sobranceiro, como poder, a fiscalizar e a vigiar; como o farol a indicar o rumo. Assim, o governo do Estado, presente na praça, se fazia ver e sentir ao mesmo tempo. Em Ouro Preto, panteão nacional, solo sagrado, o santuário preservado, mausoléu dos pais da nação brasileira e republicana. Em Belo Horizonte, a “Liberdade” para ser vista e lembrada numa acrópole” (MELLO, 1996).

A Praça, localizada no encontro de três avenidas, situava-se próximo ao bairro dos Funcionários, lugar que iria abrigar as pessoas destinadas a ocupar os cargos na administração pública do Estado, trazidos de Ouro Preto. Na análise de ALBANO et al. (1984), a praça assume “desde o início, uma posição privilegiada no contexto 'sócio-espacial' da cidade”, teria a função de reproduzir dentro do bairro o ambiente de encontro existente numa cidade já consolidada, uma vez que o núcleo urbano de Belo Horizonte ainda não estava habitado e não havia se estabelecido uma rotina e um cotidiano das pessoas naquele espaço vazio.

O grande espaço destinado à implantação da praça permitiu uma maior liberdade de criação no seu desenho gráfico. Totalmente plana, ela se estendia imponente, em uma área de 45 mil m² (300m.x150m.). Em relação ao traçado urbano da cidade, a Praça da Liberdade está localizada no encontro de 4 avenidas principais e 3 ruas secundárias. Em uma área adjacente ao principal eixo idealizado da cidade - a Avenida Afonso Pena. A concepção urbana do projeto reproduzia o arquétipo da *Place Royale* francesa um espaço de largas e monumentais dimensões, inserido na trama viária urbana, destacando-se como monumento o Palácio.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Apesar da historiografia considerar a concepção original da Praça da Liberdade como sendo de inspiração inglesa, é preciso ressaltar que o caráter monumental da esplanada e a sua inserção na trama viária, aproxima-se das concepções de *Places Royales* difundidas na França do século XVIII. ver Capítulo I

Em relação à descrição do projeto paisagístico da Praça da Liberdade, ver LANA (1990) e BARRETO (1995).



PLANTA DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

FONTE: SANEAMENTO BÁSICO EM BELO HORIZONTE: TRAJETÓRIA EM 100 ANOS FJP/CECH (1996)



PRAÇA DA LIBERDADE EM CONSTRUÇÃO

Fonte: SEDUÇÃO DO HORIZONTE (1996)

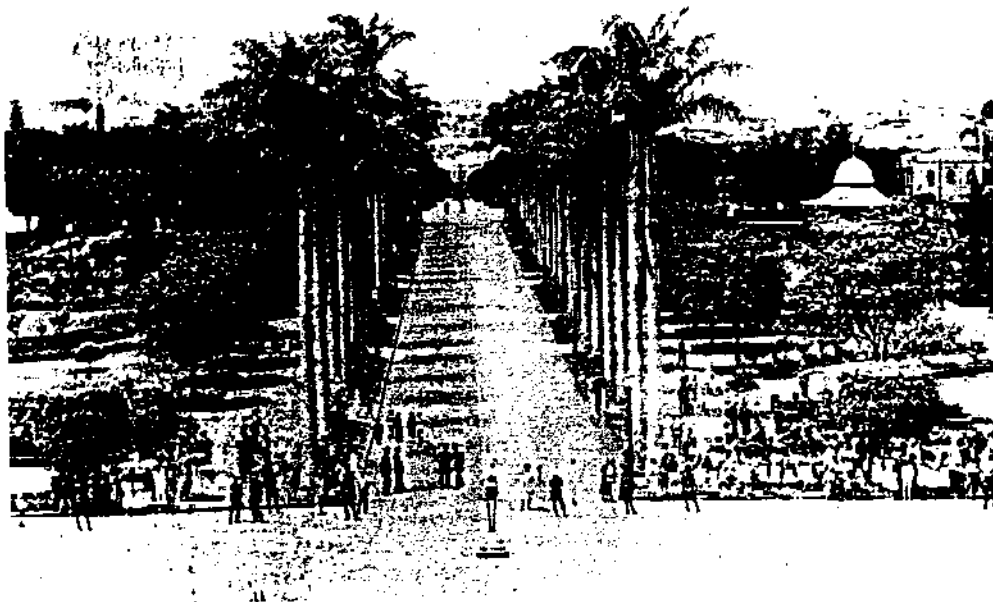
A partir da inauguração da cidade, o espaço da Praça começa a ser configurado: do Plano de Melhoramentos (1900), surge o projeto paisagístico. Em 1903, são inaugurados os jardins da Praça da Liberdade, concebidos originalmente por Antônio Nunes de Almeida em colaboração com o paisagista Paul Villon¹⁰⁹ (PENNA,s/d). Este primeiro desenho da praça, considerado por vários autores como de inspiração inglesa contrastava com a dimensão monumental daquele espaço geométrico. Mantendo a continuação do eixo da Avenida da Liberdade, idealizado originalmente, o projeto, conformado por dois conjuntos retangulares, se apresentava totalmente livre. Na proposta, a intenção de recriar um ambiente bucólico. O traçado paisagístico, de caráter orgânico, propunha um conjunto composto de pequenas fontes artísticas, canteiros e jardins, coreto, pontes rústicas, incluindo uma réplica, em concreto, do Pico do Itacolomi.¹¹⁰

¹⁰⁹ Paul VILLON, arquiteto paisagista, trabalhou no projeto de embelezamento de Paris e de Dubrel; no Brasil participou das seguintes obras: Parque da Aclamação, Quinta da Boa Vista; parque do Palácio do Catete, R.J.; parque Paulista, S.P.; e o Parque Municipal, B.H.; sendo-lhe ainda atribuídos os jardins originais da Praça da Liberdade, devido à sua participação na arborização de diversas áreas da cidade (BARRETO,1995:120). Em 21 de Novembro de 1902, a Prefeitura contrata o serviço de ajardinamento das praças da Estação e da Liberdade (PENNA, s/d). (O paisagismo da praça da Estação só seria concluído em 1906).

Este projeto de praça ajardinada estava em sintonia com o processo de ajardinamento dos espaços públicos que teve origem no final do século XIX, com o reconhecimento dos "benefícios das plantas na área urbana (...) divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico". (SEGAWA,1996:73)

¹¹⁰ Devido à ausência da planta original deste projeto, não é possível fazer uma análise detalhada do traçado. Baseando-se na documentação de fotos e nos relatos da época, observa-se uma fluidez no traçado, sugerindo uma maior integração de todo o conjunto.

Praça da Liberdade



VISTA DA PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 10

Fonte: CENAS DE UM BELO HORIZONTE (1996)

A idéia de reproduzir o “pitoresco monumento” do Pico do Itacolomi, nos jardins da Praça da Liberdade, foi do então presidente do Estado Francisco Salles, cujo intuito seria consolar os “ouropretanos nostálgicos”. Na visão de ALBANO et al. (1984:14) este sucedido “parece ter alcançado seus objetivos já que o local tornou-se ponto de encontro dos funcionários públicos”¹¹¹.

“Na companhia de primas já moças, percorri, de bonde, as ruas e passei na Praça da Liberdade que me pôs de queixo caído com os lagos, pontes rústicas e sobretudo com a miniatura, em concreto, do Pico do Itacolomi” (ANJOS, apud ALBANO et al., 1984:14).

¹¹¹ Quanto a afirmação de ALBANO et al. (1984) de que a réplica do Pico do Itacolomi teria contribuído para atrair os ex-habitantes de Ouro Preto, segundo “narrativas da época”, contrasta com a análise de RODRIGUES (1981:41) (parece haver também uma certa controvérsia em relação à autoria da idéia):

“Os habitantes de Vila Rica obrigados, como funcionários públicos a acompanhar o governo, o fizeram contrariadíssimos. O presidente do Estado, Bias Fortes, (sic) fez tudo para consolá-los. Chegou ao ponto de mandar construir, no jardim da Praça da Liberdade, um Itacolomi de cimento e pedra, para de certa maneira, atenuar a nostalgia do ouropretano exilado. A caricatura da portentosa rocha ficou ridícula como toda caricatura.

Os filhos de Vila Rica que se prezavam, que tinham em consideração a sua terra, não viram naquele cupim da Praça da Liberdade a reprodução da magestosa montanha de pedra da sua cidade distante.

Nem um autêntico filho de Vila Rica se consolou à sombra do Itacolomi artificial. O governo desistiu, afinal, do embuste e mandou demolí-lo”.

Neste momento Belo Horizonte, ainda inacabada, iniciava a ocupação e apropriação do seu território, apenas duas praças estavam consolidadas, enquanto espaço público, a Praça da Estação e da Liberdade, além do Parque Municipal¹¹². Uma representava a praça de entrada da cidade, seu nome marcava sua função.¹¹³ A outra, o espaço cívico, em seu nome o dever de lembrar os valores republicanos tão arraigados à "imagem da identidade mineira" (ALBANO et al., 1984). Liberdade! Este é o seu nome! A Praça nascia predestinada. No entender de MELLO (1996:40) a "palavra liberdade, nas Minas Gerais republicana, passou a ser sinônimo de Inconfidência Mineira".

O "Complexo da Liberdade" compreendia não só uma questão de nomes, mas de ideologia:

"Partindo da "Praça da República", (...) uma "Avenida da Liberdade", (...) levava à "Praça da Liberdade", onde se situava o "Palácio da Liberdade". Nos fundos deste se iniciava a "Rua da Liberdade", (...).

A mensagem era clara. Só da república nascia a liberdade; e mais, esta nunca vinha em excesso. Avenida, praça, palácio e rua, uma pletora de "... da Liberdade", indicando a sede que a jovem república tinha de ser livre..."
(GOMES, 1992:13).

Este nome foi tão significativo que permaneceu arraigado, tornando-se a única praça a manter a sua denominação original. Das vinte e quatro praças projetadas, inicialmente, onze não foram construídas, transformaram-se em quadras ou desapareceram em consequência da alteração do traçado urbano. Das treze praças que foram implantadas, todas, à exceção da Liberdade, "mudaram de nome ao longo dos tempos, sendo que algumas por mais de uma vez" (GOMES, 1992).¹¹⁴

Neste contexto é possível entender por que o espaço da Praça da Liberdade começa a se tornar um ponto de referência na paisagem da cidade e o lugar dos acontecimentos oficiais e

¹¹² Em relação à sociabilidade que se desenvolve na cidade nascente: ver JULIÃO, Leticia. "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna" (1891-1920), B.H., 1992 e CHACHAM, Vera. "A memória dos lugares em um tempo de demolições", B.H., 1994. Na sua análise, JULIÃO, percebe a cidade como um cenário, abordando a questão da sociabilidade pública, nas suas primeiras décadas. Na abordagem de Chacham, a cidade é recuperada através da memória de seus lugares, nas décadas de 30 e 40. É a reconstrução da cena urbana, a partir dos lugares de sociabilidade, consolidados.

¹¹³ A Praça da Estação teve o seu nome alterado para Praça Rui Barbosa, pela lei n.º 251, a 27 de setembro de 1923, porém o nome popular sempre prevaleceu.

¹¹⁴ As praças, que não foram construídas, tinham os seguintes nomes: Tiradentes, José Bonifácio, Benjamin Constant, Marechal Deodoro, da Federação, do Progresso, da América, das Escolas, Três de Maio, Vinte e Quatro de Fevereiro e Quinze de Junho.

extra-oficiais: das manifestações populares, a parada militar, as retretas tradicionais dos domingos, ao rink de patinação, ela representa o *locus* da nova vida belo-horizontina.¹¹⁵

Nascida para abrigar o Palácio Presidencial, “centro do poder” do Estado, o potencial desta *place royale* já tinha sido previsto antes mesmo da sua criação; como demonstra a Lei n.º 170, de 6 de setembro de 1895, que autorizava o Estado a despendar a necessária quantia para que se construísse “na praça principal da Cidade de Minas uma estátua ao grande vulto nacional”, general Gomes Carneiro. Em 1901, Arthur de Azevedo tem a idéia de construir “um monumento comemorativo da Inconfidência Mineira”; e Gustavo Pena, em 1903, propunha uma galeria de hermas para os jardins da Praça, “dos mineiros mais notáveis” (BARRETO, 1995:403).

É certo que o papel a ser desempenhado pela Praça, dependia daqueles habitantes recém-chegados, e nas descrições colhidas, percebe-se um deslumbramento:¹¹⁶

“No jardim da Praça da Liberdade (...) havia retreta aos domingos, invariavelmente aberta com a Protofonia de O Guarani. E, melhor que a retreta, o footing; na alameda à direita de quem ia rumo ao Palácio, caminhavam rapazes e moças de família; na esquerda que passava ao pé do coreto, criadas e soldados de polícia. Uma rua central, em meio a renques de palmeiras-imperiais, separava sociedade e plebe; democráticas, as roseiras floriam indiscriminadamente do lado preto e do lado branco. E como! Uma delas, a mil-maravilhas, fronteira ao Palácio, produzira, na primavera daquele ano, 1.007

¹¹⁵ Principais acontecimentos registrados por Otávio PENNA (s/d) e por Paulo Krüger MOURÃO (1970), nos primeiros anos da Praça da Liberdade:

Em 21/03/1899 - Manifestação popular na Praça da Liberdade, em homenagem à Silviano Brandão; 16/04/1903 - Gustavo Pena inicia crônica no jornal Minas Gerais sobre a Praça; 3/08/1904 - “Na Praça, muito enfeitada duas bandas executam o hino Nacional à chegada do Presidente da República; 9/10/1904 - “As tradicionais retretas até então executadas aos domingos pela banda do 10.º Batalhão, no parque ou jardim do Teatro Soucasseauux, passam a se realizar na Praça da Liberdade”; 3/04/1905 - inaugura-se a fonte luminosa na Praça da Liberdade, projeto de Antônio Rocha e Francisco Lima; 19/05/1905- é concluído o calçamento da Praça, seguido pelo calçamento da Av. da Liberdade; 2/04/1911 - a Prefeitura inaugura na alameda da Praça e no Palácio Presidencial, lâmpadas osram de alta intensidade; Em 1912 - é autorizada a construção do ramal que vai da rua da Bahia esquina com Av. Afonso Pena até a Praça da Liberdade; 22/04/1913 - é inaugurado um rink de patinação; 18/10/1914 - O Batalhão, Escola da Brigada Policial, presta solene juramento à bandeira na Praça da Liberdade; 19/04/1917 - Uma manifestação pública se encaminha para o Palácio da Liberdade, a propósito do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha; 5/11/1917 - Um grande comício, dirigido pela mocidade acadêmica, segue para o Palácio.

¹¹⁶ Conforme analisa ALBANO et al. (1984), na inauguração da cidade em 1897, vê-se a substituição dos habitantes da cidade: “ela perde uma parte de sua população, especificamente os operários que participaram de sua construção, e recebe aqueles que serão seus moradores”.

rosas – mil e sete, contadas a dedo. Para homenagear o Presidente eleito! gracejava-se” (ANJOS, apud ARAÚJO, 1996).

O espaço da Praça era compartilhado por todos, mesmo que houvesse uma hierarquia a ser seguida:

“Os locais do lazer e encontros para flertes à distância fixaram-se durante anos, como se algum geômetra marcasse sobre a topografia da cidade. Sem qualquer outdoor ou convocação publicitária a sociedade elegia um local para espairecer. O ponto escolhido poderia durar alguns anos. Assim foi com o footing das alamedas da Praça. Os dois blocos do seu quadrilátero ajardinado - divididos pela via de acesso ao Palácio - lotavam-se de moças e rapazes. Também sem predeterminação de qualquer ordem, na alameda da esquerda de quem sobe a Avenida João Pinheiro, concentrava-se a elite. Na alameda da direita ficava a gente mais humilde. (...) E assim de 18:30 às 22:30, essa multidão caminhava vagarosa, a conversar a flertar” (RENAULT, 1988 apud CASTRO, 1994:34).

A vida cultural ganhara “novas dimensões” na cidade antes mesmo da sua inauguração, como demonstra a existência, em 1894, do Clube Recreativo e da primeira biblioteca - a Sociedade Literária de Belo Horizonte. Logo nos primeiros anos de vida da Capital¹¹⁷, verifica-se a existência de vários salões, entidades que promoviam apresentações literárias e musicais. Estes espaços atendiam às diversas classes: da elite mineira - cujo acesso era restrito aos associados - àqueles que podiam comprar ingressos para os concertos abertos ao público. Destacam-se o Club das Violetas (1889); o Club Rose (1898); Club Recreativo União Operária, Operário Nacional, Elite Club, Club Edelweiss (1898-1901); Club Crysanthemo (1904); os Salões do Palacete Steckel (1901); os Salões do Grande Hotel (1900); o Club Schumann (1904); e o Club Belo Horizonte.¹¹⁸

¹¹⁷ Em relação às atividades desses primeiros anos: em 1899, foi comemorado, pelos habitantes, o primeiro carnaval da cidade e o ano da virada do século (BH 100 Anos - Nossa História, 1996).

¹¹⁸ Vários destes salões tiveram vida curta e alguns chegaram a coexistir. “Embora permitindo níveis de acesso diferenciados, esses espaços tinham em comum os músicos que se apresentavam e seu repertório, (...)” (CRUZ, A. M. L. da. e VARGAS, J. D., in ARAÚJO, 1996).



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

Praça da Liberdade - Belo Horizonte - E. de Minas - Brazil.

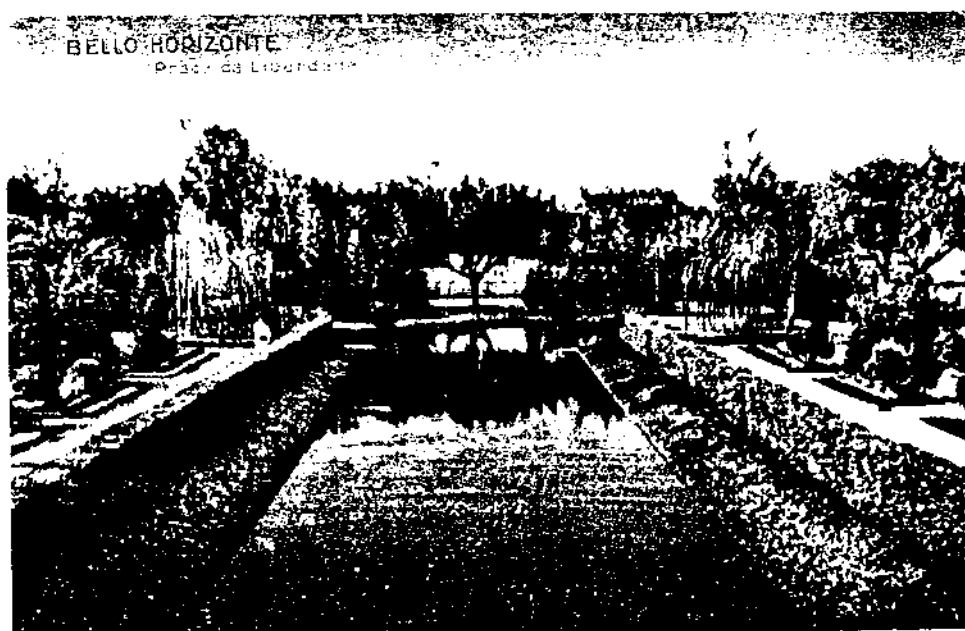


VISTA GERAL DA PRAÇA DA LIBERDADE COM O SEU TRAÇADO ORGÂNICO

Fonte: BELO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)

III. 2 Uma reforma nos “moldes de Versailles” - a década de 20

“... Para longe os penhascos de mentira, os itacolomis nostálgicos...”



PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 20

Fonte: BELLO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)

“Tambores (já contei).
 Evém o Rei, na armadura de herói de Flandres.
 Carece recebê-lo em francês, com todas as honras,
 ameninando a praça do poder.
 Para longe os penhascos de mentira, os itacolomis nostálgicos,
 O timbre ouro-pretano adormecido.
 A divina simetria explode em rosas,
 repuxos a Le Nôtre
 Sem Le Nôtre.
 Passa o Rei, passa a Rainha,
 Passa a ilustre comitiva,
 as festas belgas passam, e começa
 o footing ritmado dos vestidos.
 Vitrina movente, vai e volta”.¹¹⁹

¹¹⁹ O poeta Carlos Drummond de Andrade (1979) faz um registro, “como espectador”, da passagem dos reis belgas e da reforma da Praça, descritos neste poema intitulado “Praça da Liberdade sem amor”.

A intervenção que se seguiu no espaço da Praça em 1920 representou mais que uma transformação arquitetônica do lugar; a década de 20 para o urbanismo brasileiro marcou um *boom* de reformas e intervenções, na maioria dos centros das grandes cidades. Do plano de Embelezamento realizado no Rio de Janeiro, por Pereira Passos, o sanitarismo de Saturnino de Brito em Recife e Santos, ao plano de Melhoramentos para São Paulo; as grandes cidades brasileiras estavam modernizando os seus centros (REIS,1994).¹²⁰ E Belo Horizonte não podia estar de fora: rompendo definitivamente com a imagem de cidade inacabada, iniciava-se a fase de melhorias e remodelação do plano original e a sua consolidação, enquanto centro administrativo, comercial e cultural.

As referências simbólicas são: a Praça da Liberdade, a rua da Bahia, o eixo monumental da Avenida Afonso Pena com o Parque Municipal, e a Praça sete de Setembro (BRASIL,1992). É a fase de apropriação do espaço urbano pelos seus habitantes (novos e antigos) com a prática do *footing*, do encontro nas amplas esquinas e da conversa dos cafés e dos bares.¹²¹

Enquanto na Avenida se concentrava o comércio e os serviços, a Rua da Bahia representava o "palco excepcional e o sentido da cultura citadina. Para Pedro Nava a Belle Époque vai até os anos 20, dando lugar aos *Années Folles* que foram vividos intensamente":

"Da poeira vermelha que tingia a cidade, dos tífures e da arquitetura neoclássica e eclética, o espaço começava a adquirir uma feição. É impossível esquecer os carnavais da Belle Époque onde o corso e a guerra de confetes davam o tom da festa. Como pensar a B.H. da "Boa Época" sem falar do footing da Praça da Liberdade e da Avenida? Na constituição das suas pregas, o

¹²⁰ Além disto, estas intervenções estavam inseridas num contexto de manifestação cultural nacional que culminou com a "Semana de Arte Moderna de 22". O trabalho de RIBEIRO (1995), retrata a inserção regional da produção cultural mineira:

"Nos anos 20, eclodiu o movimento literário modernista em B.H., através da atuação de Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Pedro Nava, Martins de Almeida e João Alphonsus, poetas que escreviam para o Diário de Minas e se encontravam nos bares da rua da Bahia. Foram eles que estabeleceram um intercâmbio intenso com os poetas e os artistas paulistas, através de cartas e de visitas. As viagens que Mário de Andrade realizou para Minas não só redescobriram a importância do barroco mineiro, como também incentivaram as publicações modernistas". Artistas como Aníbal Mattos e Zina Aita, escritores como João Dornas Filho, Guilhermino César e Aquiles Vivacqua, e vários outros representantes da cultura mineira, atuaram no movimento modernista.

¹²¹ Ver CHACHAM (1994:52). Na sua análise a respeito dos lugares da cidade e da sociabilidade praticada pelos habitantes de Belo Horizonte, questiona a existência de praças adequadas para encontros, ressaltando que a preocupação das autoridades com estes espaços, era sobretudo estética. Ao mesmo tempo em que reforça a tese da "ausência de verdadeiras praças" na cidade, ressalta que a Praça da Liberdade "já era prioridade no período em que antecedeu à inauguração", tendo permanecido como o espaço cívico.

footing, o subir Bahia, descer Floresta, as portas dos cinemas, o sorvete na confeitaria, a moda da vitrina, a conversa dos cafés, a frequência às igrejas formam os sinais da vida pública" (LEMOS, apud MONTE-MOR, 1994).

Na história da Praça, a intervenção de 1920 é um marco.¹²² É neste momento que a Praça começa a se consolidar como um território de sociabilidade urbana e que a vida cultural belohorizontina explode na cidade. Em 1923 a instalação do serviço de transporte, o "auto-ônibus", com as linhas: Praça da Liberdade, Prado, Quartel, Serra, Carlos Prates e Floresta, permitia aos habitantes um maior deslocamento no espaço daquela ampla cidade.¹²³

A Praça da Liberdade não é mais a praça do bairro, transforma-se na Praça da cidade:

"Para seus usuários ela já não precisa de nome. Se inscrevera no cotidiano da cidade, onde a Avenida Afonso Pena é agora só "Avenida" e a Praça da Liberdade só a "Praça". Frequentar estes locais é estar em Belo Horizonte. Ciro dos Anjos assim expressa nas suas memórias:

"O que eu cobiçava, já disse, não era propriamente o diploma de bacharel, mas a Capital, o "footing" da Praça, a segunda sessão do Odeon, o cabaré da Olímpia, os cafés da Avenida" (ALBANO et al., 1984).

A visita dos reis da Bélgica a Belo Horizonte, importante acontecimento no panorama nacional, tornou-se uma boa justificativa para um projeto de reforma. Na visão de ALBANO et al. (1984:15), esta presença representava "(...) o reconhecimento da importância da cidade, que, apesar de seu aspecto 'meio rural, meio de acampamento', era a sede do maior poder político da República". Uma reforma urbana atrairia recursos financeiros possibilitando a realização de novas obras públicas.¹²⁴

¹²² Não apenas para a época, mas esta reforma seria depois recriada a partir do processo de restauração e tombamento em 1991 (questão que será detalhada posteriormente).

¹²³ É desta década a construção dos seguintes edifícios: Edifício da Alfândega, Grupo Escolar Pedro II, Escola Maternal Mello Viana, Conservatório de Música, a sede do Clube Central, Colégio Sion, Colégio Helena Guerra, FUMEC, Cinemas Odeon, Pathé, Floresta e Glória (BH 100 Anos- Nossa História, 1996).

¹²⁴ Em 1920, a Praça sofre a sua primeira alteração, a partir de um projeto de Reginaldo Dieberger. Sua inauguração coincide com a visita do presidente da República, Epitácio Pessoa, em companhia dos reis da Bélgica. Outras reformas "reforçam" a idéia de modernidade em B.H.: a antiga Estação Central do Brasil é substituída, a nova Catedral da Boa Viagem é construída e novas prédios aparecem: o Banco do Brasil, o Conservatório de Música e o anexo da Secretaria de Agricultura.

Segundo LANA (1990:42), a "visita dos reis belgas ocorreu no período que iniciava-se uma nova etapa no processo de desenvolvimento quando, coincidentemente com a expansão de suas indústrias, instalava-se nos municípios vizinhos, diversas siderúrgicas entre as quais a Usina Siderúrgica Mineira, instalada em Sabará em 1917,

“Para receber a visita a Cidade se engalanou como nunca o fizera antes. Os edifícios públicos da avenida João Pinheiro e a Praça da Liberdade foram iluminados por lâmpadas que acompanhavam todos os seus contornos; na Praça da Liberdade, os canteiros estavam bordejados por milhares de lâmpadas coloridas e as ruas principais também foram iluminadas por festões de lâmpadas”.¹²⁵

Na esteira da reforma da Praça da Liberdade, outras melhorias foram sendo implantadas: destacam-se a inauguração da Praça da Boa Viagem (1923); a completa remodelação dos jardins da Praça da República; o projeto de “embelezamento artístico da Praça da Estação (Praça Rui Barbosa)¹²⁶; um plano de retificação para a Praça do Mercado (1925, Praça Rio Branco); e o início dos trabalhos de pavimentação das ruas da cidade com a implantação do sistema de numeração nas edificações (LANA, 1990).¹²⁷

Outra praça se estabelece como lugar-símbolo: a Praça Sete (originalmente, Praça Doze de Outubro), situada no coração do centro tradicional da cidade. Esta praça desponta sua vocação como centro financeiro, atraindo para o seu entorno casas bancárias.¹²⁸

O projeto de reforma da Praça da Liberdade¹²⁹, de 1920, caracterizava-se por uma geometrização do traçado paisagístico, propondo uma série de canteiros e jardins, cujo desenho predominava formas retangulares. Executado pela empresa paulista Dieberger & Cia, o projeto conservou do desenho original apenas a alameda central, com seu duplo renque de palmeiras e o coreto. No novo traçado, seis pontos articulavam-se ao longo de três eixos transversais (num total de 22,5 mil m²): o chafariz (1), o coreto (2) e o grande lago com a fonte luminosa (3) compondo a primeira parte; a fonte secundária (4) e os dois monumentos (5 e 6), a segunda; no

que transformou-se, em 1921, pela associação de capitais belgas e luxemburgueses, na Cia. Siderúrgica Belgo Mineira”.

¹²⁵ A visita dos soberanos foi descrita por Otávio Penna em seu livro *“Notas Cronológicas de Belo Horizonte – 1711 a 1930”*.

¹²⁶ Tratava-se da configuração em estilo francês dos jardins existentes, cuja inauguração se deu em 1926.

¹²⁷ Nesta mesma época a Prefeitura criou, segundo o Decreto n.º 10, um regulamento para os jardins públicos, praças ajardinadas e para o Parque Municipal.

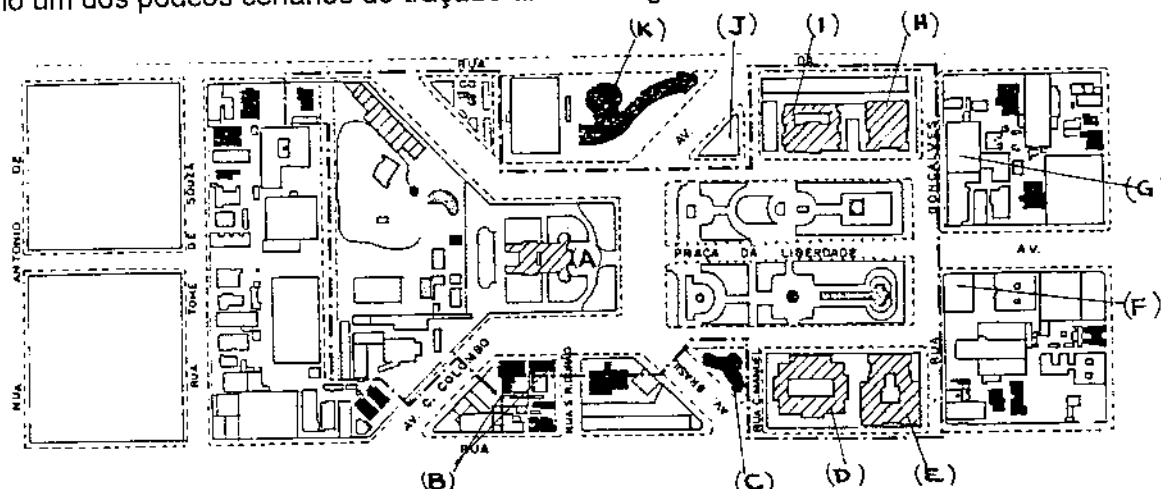
¹²⁸ Maiores detalhes ver CHACHAM (1994:71-75) e LEMOS (1988:164-165)

¹²⁹ Considerada por muitos, a Versailles brasileira, a Praça de 1920 destacava-se pelos belos canteiros e jardins repletos de rosas.

centro, permanecia a Alameda das Palmeiras¹³⁰ formando o eixo principal.

Observa-se neste projeto uma linguagem oposta ao traçado original, representada na utilização de elementos da natureza, aqui, domesticados e subordinados aos princípios técnico-científicos. No lugar das cascatas, as fontes, o lago geométrico e os canteiros, ordenando o verde das floreiras, dos ficus, e o colorido das roseiras. Os caminhos retilíneos determinavam o entrar e sair da Praça como as ruas de Belo Horizonte "endireitavam" o passo dos habitantes.

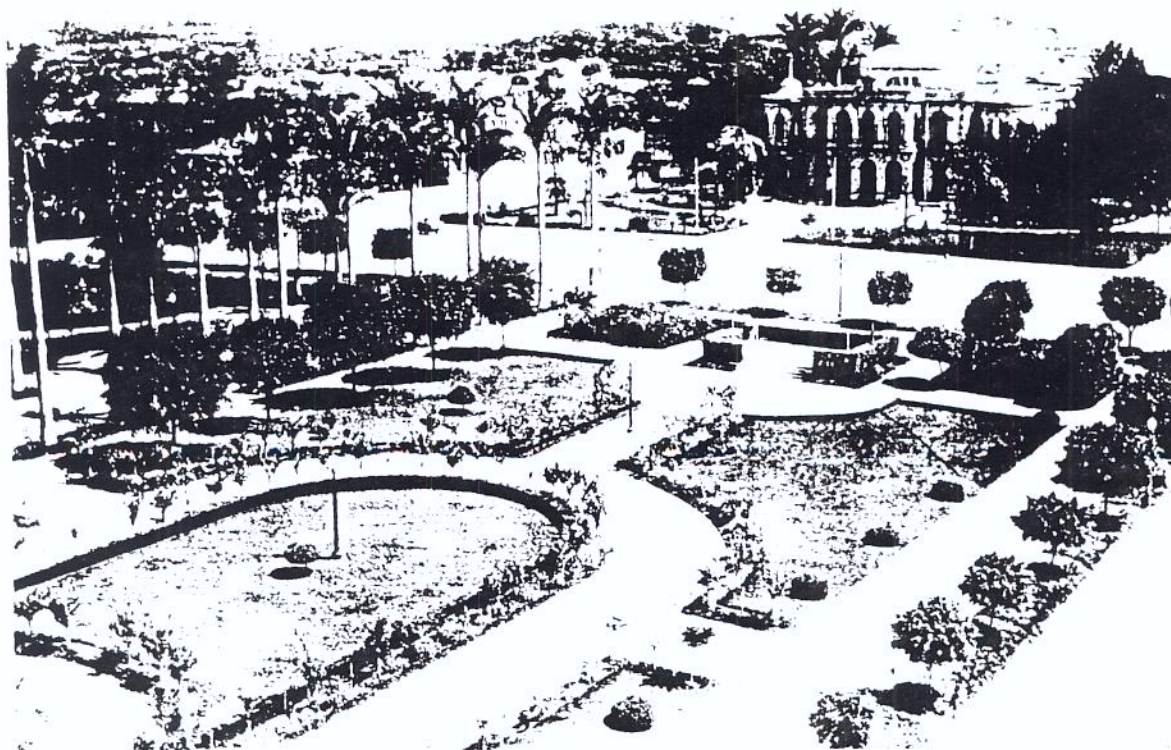
No seu entorno, agora edificadas, estavam localizados os prédios do centro administrativo da nova Capital: o Palácio da Liberdade (A) e as secretarias de Agricultura (atual Viação e Obras públicas) (E), de Finanças (Fazenda) (H), de Interior (Educação) (I), de Polícia (demolido entre 1953-69), de Segurança Pública (construída somente em 1929) (D), a filial do Instituto Oswaldo Cruz e um Serpentário modelo (provavelmente onde situa-se a Biblioteca Pública); e as seguintes residências: o Palacete Dolabela (o "castelinho", demolido em 1955), o Palacete Dantas e o Solar Narbona (em ambos funcionam a atual secretaria de Cultura) (B).¹³¹ (LANA,1990). Quase todos os edifícios permanecem até hoje, na sua maioria, com algumas alterações, conformando o entorno original. Este fato contribuiu decisivamente para que a Praça não sofresse alterações bruscas na sua imagem, possibilitando a fixação visual na memória dos seus usuários e permanecendo como um dos poucos cenários do traçado urbano original.



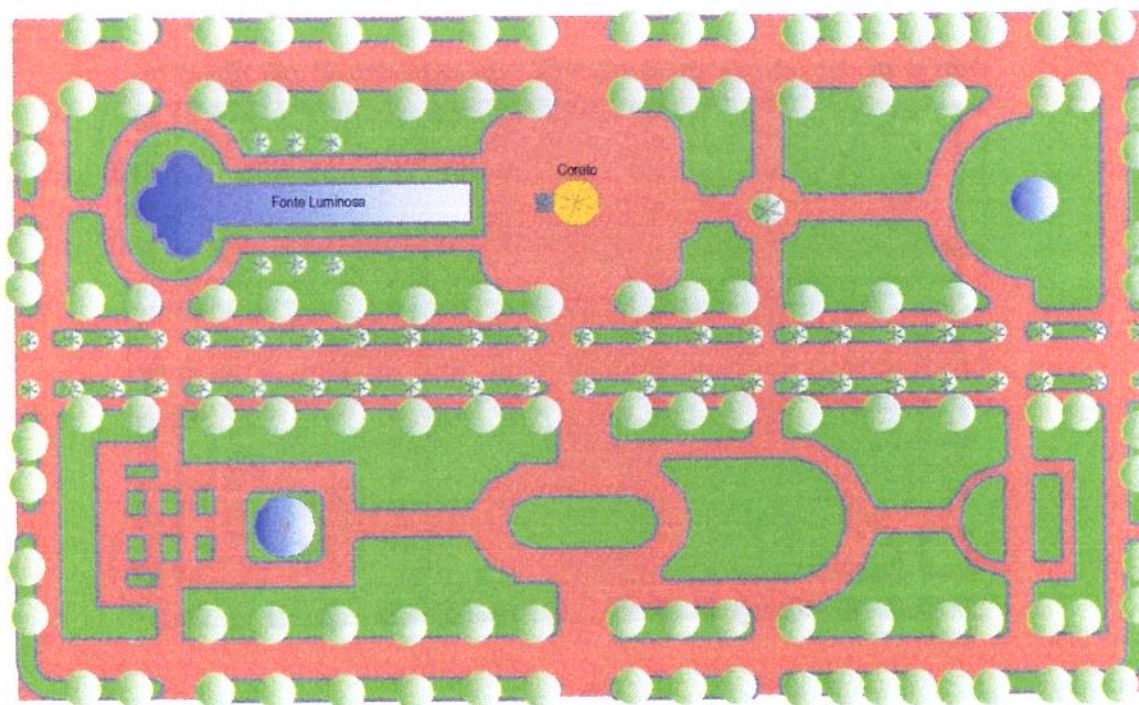
¹³⁰ Originalmente chamada de Alameda da Liberdade, durante o governo de Tancredo Neves, ela ganhou o nome de Alameda Travessia numa alusão à transição da ditadura para o Estado de Direito, inspirada numa canção de Milton Nascimento. (Jornal Hoje em Dia, 9/12/1991)

Projetada para ser o prolongamento da Avenida da Liberdade, esta alameda seria depois totalmente incorporada ao desenho da praça, impedindo a circulação de automóveis.

¹³¹ A partir da década de 40, outros prédios, significativos da arquitetura moderna brasileira serão incorporados: o Edifício Niemeyer (C), a Biblioteca Pública (K), projeto de Oscar Niemeyer; o Edifício Mape (F), o conjunto do IPSEMG (G), e recentemente, o Centro de Apoio ao Turismo "Tancredo Neves" (J), representante da arquitetura pós-moderna mineira. Todo este conjunto de edifícios irá reforçar o caráter simbólico da Praça.



PRAÇA DA LIBERDADE, TRAÇADO PAISAGÍSTICO EM ESTILO FRANCÊS
 Fonte: BELO HORIZONTE: A CIDADE REVELADA (1989)



PROJETO PAISAGÍSTICO DE 1920
 Fonte: PREFEITURA E BELO HORIZONTE

Segundo CAUQUELIN (1982) "além das memórias individuais atreladas a pequenos detalhes, existem as memórias mais amplas, memórias coletivas e anônimas que são passadas através da vida de um lugar. A criação de uma lenda urbana pode, muitas vezes, ser extraída de uma sequência de proposições enunciadas, frases de um discurso oficial, ou mesmo declarações urbanísticas que juntamente com as memórias criam uma espécie de mito". A Praça da Liberdade encarna um mito; o mito de um lugar-símbolo.

"desde as primeiras décadas do século a Praça da Liberdade destacava-se como o mais importante espaço de uso público da capital onde ocorriam os mais variados eventos sociais, políticos, cívicos e culturais". (LANA,1990:11)

Na historiografia da Praça, é recorrente esta interpretação, em vários autores, de que ela era um importante espaço público. De uma certa forma, esta lenda foi sendo reforçada pela própria dimensão que este espaço foi adquirindo.

Muitos autores registraram as cenas cotidianas da Praça na Belo Horizonte dos anos 20, mas um, em especial, escreveu sobre as cores, as flores e as horas daquele espaço público mais tradicional. Nas suas memórias, Pedro Nava registrou, com a sua poesia particular, os dias em que trabalhando como funcionário público na Secretaria de Interior, vivenciou aquele lugar cotidianamente:

"Atravessei outro trecho de rua e achei-me diante de minha Secretaria. Considerei sua fachada avermelhada. Parei defronte, contei os degraus de sua escadaria – que como as do Palácio da Justiça e as das outras duas repartições congêneres da Praça da Liberdade invadindo e adiantando-se pela calçada davam a impressão de que o arquiteto tivesse errado a colocação do risco. Colunas rosadas limitavam os três arcos da entrada. Levantei os olhos: sobre elas, subindo, uma varanda e outros pilares que sustentavam o teto das sacadas do Gabinete do Secretário: (...) Continuei, vi que o terceiro andar recuava e que sobre ele, bem ao centro, havia uma meia cúpula (...) oca e pintada de azul, por dentro. Servia de nicho para um busto da República. Ora essa! Então havia dois? desses ícones na Praça. Obliquei e fui verificar bem a do Palácio da Liberdade: coroada de raios como a do porto de Nova York, aquela era a Liberdade. Eu a ouvira quando procurava o Dr. Artur Bernardes e maravilhado com suas palavras, não atentara na sua coroa radiária e simbólica. Voltei a praça (...). Continuei descendo o lindo jardim de outrora. Um pouco pelo caminho perto da pista central, com seu renque de palmeiras imperiais sob as quais passeavam as moças elegantes no footing do domingo. Quanto namoro começou ali, quanto casamento surgiu desses namoros Déa Dantas, Milton Campos... Do outro lado renque de palmeiras se repetindo e a aléia dos pobres, do povinho, onde passeavam as morenas e deleitáveis domésticas de Belo Horizonte. (...) Tornei a me embrenhar no jardim do lado do Interior e das Finanças. Vi a moça de mármore se inclinando para olhar a face no espelho líquido dum tanque; o repuxo

com suas Três Graças e suas duas sereias: o busto de Azevedo Júnior. Tudo envolto na luz de sangue diluído que vinha da bola vermelha do sol - dum sol especial e próximo - se destacando redondo, imenso, como feito a compasso e não alumbrando quem o olhava. É que era setembro, tempo das queimadas, tempo de fumaça e todo o céu japonês ficava denso, úmido, plúmbeo, assim cor de tempestade. Atravessei diante do quarteirão onde termina João Pinheiro e tomei o outro lado do jardim. Olhei muito a Secretaria da Agricultura, a mais bonita das três e parecendo (vá lá!) um palácio francês - uma fatia do Louvre? Uma ala de Chantilly? Eu disse antes três secretarias porque eram só três. A de Segurança não fora criada e seu palácio foi construído muito depois (...). Eu andava agora no lado mais bonito da praça. Já tinham tirado o Itacolomi e a fonte que havia em frente à Agricultura (creio que na reforma feita para receber o Rei dos Belgas) mas lá estava o Coreto teto de linhas orientais, pintado de prata - ao instante recoberto duma camada pó de púrpura; o belo tanque onde se refletiam cada dia as cambiantes do céu mais lindo do mundo - àquela hora cheio do sangue real do sol. Saindo dentre folhas e galhos o perfil violento e luprecal dum semideus - não era Pá, mas Bernardo Guimarães em bronze. A tarde fabulosa só tinha duas cores - cinza e vermelho quando desci a Avenida Brasil até Afonso Pena. (...)"

Na década de 30, a praça segue o seu curso consolidando-se, ainda mais, como o lugar de encontros, de *footing*, e de lazer. Apesar deste período se caracterizar por uma redução de investimentos em obras públicas e intervenções urbanas, comum a várias cidades, o processo de modernização deixa suas marcas nas grandes cidades. É desta época a construção do Edifício Martinelli em São Paulo, o Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, o Edifício Ibaté (1935), primeiro arranha-céu de Belo Horizonte, e a construção da cidade de Goiânia - nova capital do estado de Goiás.¹³²

Preocupada em estabelecer diretrizes para o crescimento da cidade, a Prefeitura cria, em 1934, a "Comissão Técnica Consultiva da Cidade"; seus membros, nomeados pelo prefeito, tinham a tarefa de estabelecer um plano regulador para a Capital, que permitisse direcionar este crescimento. (BH 100 Anos, 1996)

O bairro dos Funcionários, em plena expansão, começa a se transformar: no lugar dos sobrados, os primeiros edifícios e as primeiras instituições. A Faculdade de Odontologia e Farmácia, anteriormente situada no Solar Narbona (1913-1917), passa a ocupar o antigo prédio da Chefia de Polícia; no Palacete Dantas inaugura-se o "Clube Central" (1926, futuro Automóvel Clube de Minas Gerais); ergue-se o Palácio Episcopal (1937), assinalando a instalação do poder religioso, no espaço da Praça; e inaugura-se o Minas Tênis Clube (na época, considerado a maior

¹³² Ver REIS (1995), BARDI (1985) e B.H. Re-Vista 1897-1987. É nos anos 30 a 40 que se verifica um surto de novos prédios em Belo Horizonte, inclusive os primeiros arranha-céus.

praça de esportes da América do Sul)¹³³

A Praça torna-se o cartão postal da cidade com seus canteiros de flores e jardins, passados dez anos de plantio, inspirando artistas, poetas e fotógrafos:

JARDIM DA PRAÇA DA LIBERDADE

A Gustavo Capanema

Carlos Drummond de Andrade

"Verdes bolindo
Sonata cariciosa da água
fugindo entre rosas geométricas.
Ventos elysios.
Macio.
Jardim tão pouco brasileiro ... mas tão lindo.
Paisagem sem fundo.
A terra não sofreu para dar estas flores.
Sem resonancia.
O minuto que passa
Desabrochando em floração inconsciente.
Bonito demais. Sem humanidade.
Literario demais.
.....
Jardim da Praça da Liberdade,
Versailles entre bondes.
Na moldura das Secretarias compenetradas
a graça inteligente da relva
Compõe o sonho dos verdes."



Observa-se nos relatos da época que a sociabilidade dos habitantes já não se restringe ao Parque e à Praça da Liberdade, outros espaços significativos vão surgindo na malha urbana.

¹³³ Destacam-se ainda os seguintes acontecimentos:

15/11/1922 - "No jardim, à frente do Palácio da Liberdade, são colocadas duas colunas de madeira e nelas fixadas placas de prata, para o concurso escolar de versos, do centenário da Independência"; 30/12/1922 - realiza-se a primeira experiência de radio-telefonía, instalando-se uma antena na Praça e uma escuta na Secretaria de Finanças; 22/04/1923 - inaugura-se a herma de Azevedo Júnior e posteriormente de Bernardo Guimarães; 16/01/1924 - realiza-se a primeira pintura asfáltica em uma das alamedas; 22/01/1926 - Para irradiar os discursos dos candidatos à Presidência do Estado, são instalados auto-falantes na Praça e em diversos pontos da Capital; 30/01/1927 - é inaugurada herma de D. Pedro II; 15/11/1928 - inaugura-se o serviço de iluminação pública, com postes da "Union Metal" em verde antique (estes postes foram recuperados na intervenção de 1991). Ver PENNA (s.d.), MOURÃO (1970) e LANA (1990).

Dentre eles, destaca-se a “missa dançante do Minas Tênis Clube”¹³⁴ e a Praça Raul Soares. Esta praça tomou-se um pólo de referência para a população, dividindo com a Liberdade o público do *footing* (BRASIL, 1992).¹³⁵

Nas lembranças dos frequentadores, o relato das práticas cotidianas ali estabelecidas. . .

“Era assim a vida na pacata e doce BH nos idos de 30 e 40, quando o ‘must’ era passear na Praça da Liberdade, enfeitada de rosas e hortências. Centro da vida social urbana da cidade, segundo define o jornalista e artista plástico Odin de Andrade, a praça era o local onde a elite se encontrava. Nas suas imediações moravam as famílias mais tradicionais de Belo Horizonte. E as pessoas que vinham do interior viam na praça a réplica de suas cidades de origem, com direito a coreto, banda e muita moça bonita pra namorar”.

. . . Em um “tempo” marcado por uma programação definida:

“Nosso horário era rígido:

às quintas e domingos, das sete da noite às nove e meia, nunca além disso (...).

(...) às 10 hs., missa na Igreja de Lourdes. Em seguida, hora dançante no Minas Tênis Clube. Depois o almoço em família e, à noite, a praça.

*(...) O footing era lindo, a gente se exibindo inocentemente enquanto eles nos escolhiam”.*¹³⁶

Alguns anos mais tarde, em 1948, Nelson de Senna traçava um panorama das praças na cidade:

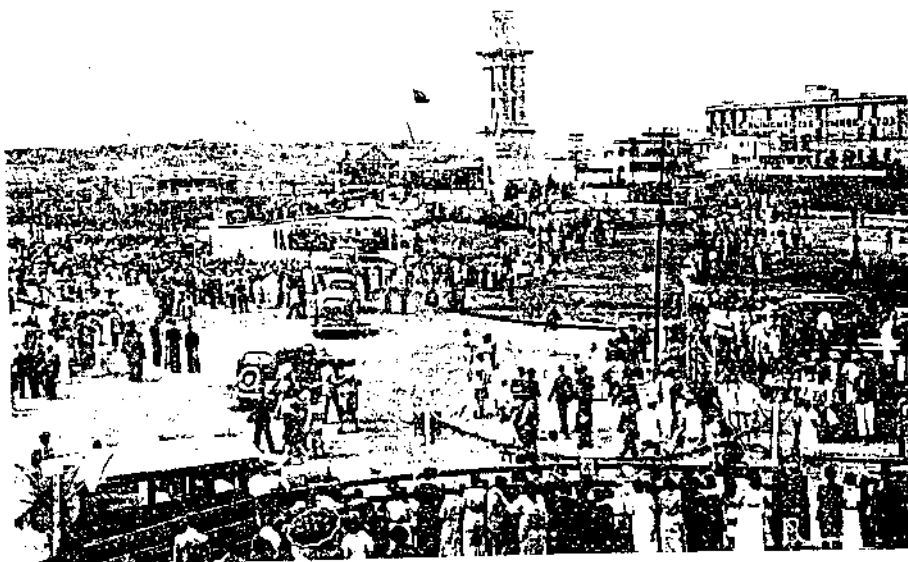
“no xadrez das vias públicas belorizontinas, a espaços abrem-se amplas praças ajardinadas, cheias de bancos para descanso e recreio de passeantes e transeuntes, com renques de palmeiras como, por exemplo, na aléia central da Praça da Liberdade, nas Praças Rio Branco, Rui Barbosa e Raul Soares, praças, em geral, com farta iluminação e algumas, não raro, com monumentos referentes à nossa História, como na dita Praça da Estação Pedro II e na Praça 7 (centro de maior movimento urbano e onde se levantou o monumento do Obelisco);

¹³⁴ Eram assim chamadas as matinês dançantes no clube, aos domingos, porque o horário de abertura começava logo após o término da missa, cujos frequentadores eram, na sua maioria, os mesmos.

¹³⁵ A Praça Raul Soares (1936), importante espaço cuja obra realizada para a celebração do II Congresso Eucarístico, atraiu milhares de pessoas, tornou-se um dos espaços mais tradicionais e chiques da cidade, “consta ainda o fato dela ter sido ponto de *footing* noturno em determinados dias da semana” e, posteriormente, ter sitiado as famosas matinês do cine Candelária. Era bonita não apenas pelo seu formato circular, mas pelo projeto paisagístico dos jardins geométricos e da fonte luminosa.

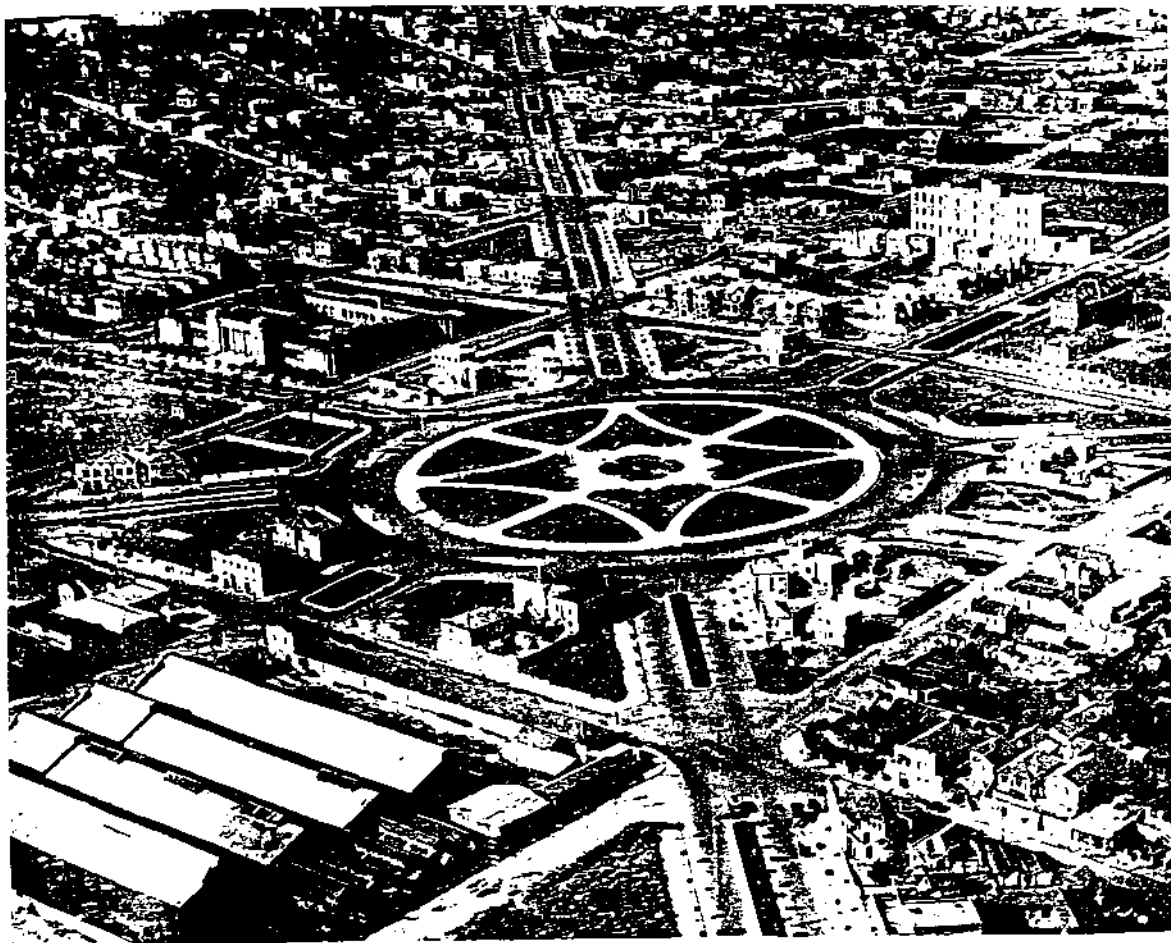
¹³⁶ “À espera da nova (velha) Praça da Liberdade - Ai que saudade que dá”. Jornal Estado de Minas, 03/03/1991. Belo Horizonte.

havendo na Praça Afonso Arinos (...), na Praça da Liberdade e na Praça Hugo Werneck (em frente a monumental Santa Casa de Belo Horizonte) e no vasto parque Municipal, hermas e estátuas de vultos nacionais e de filhos ilustres da terra mineira (...)" (apud CHACHAM, 1994).



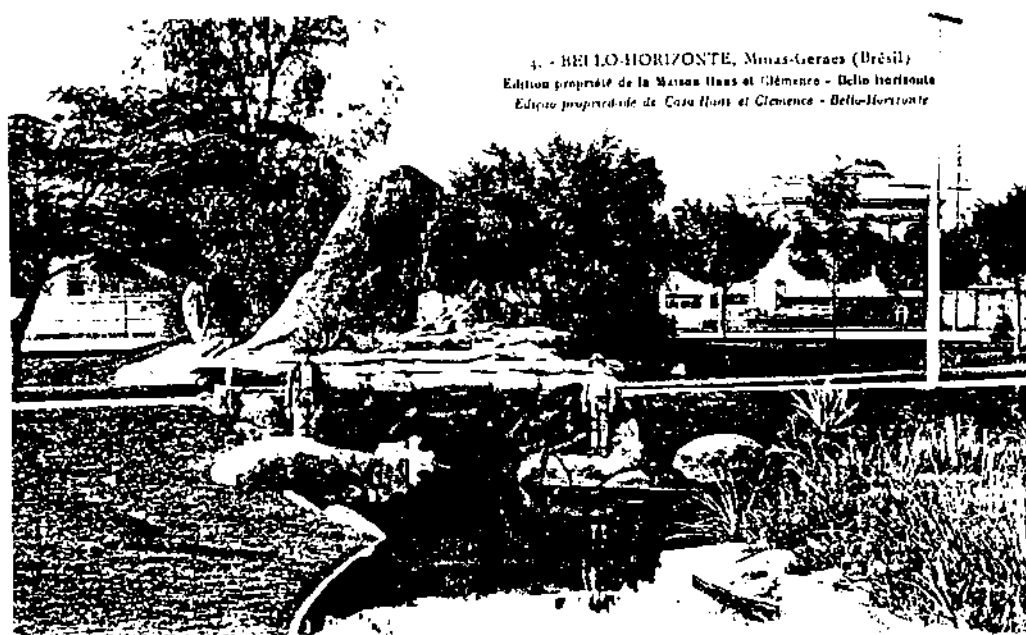
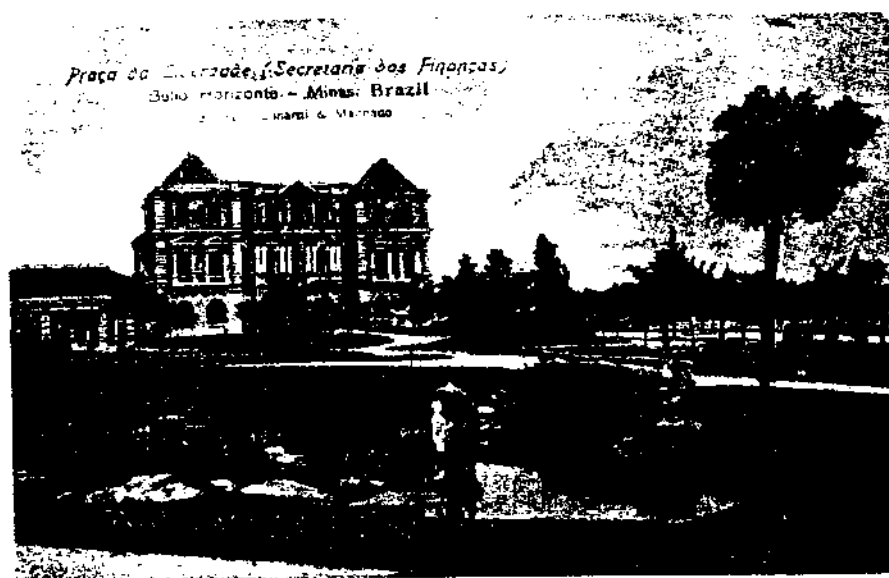
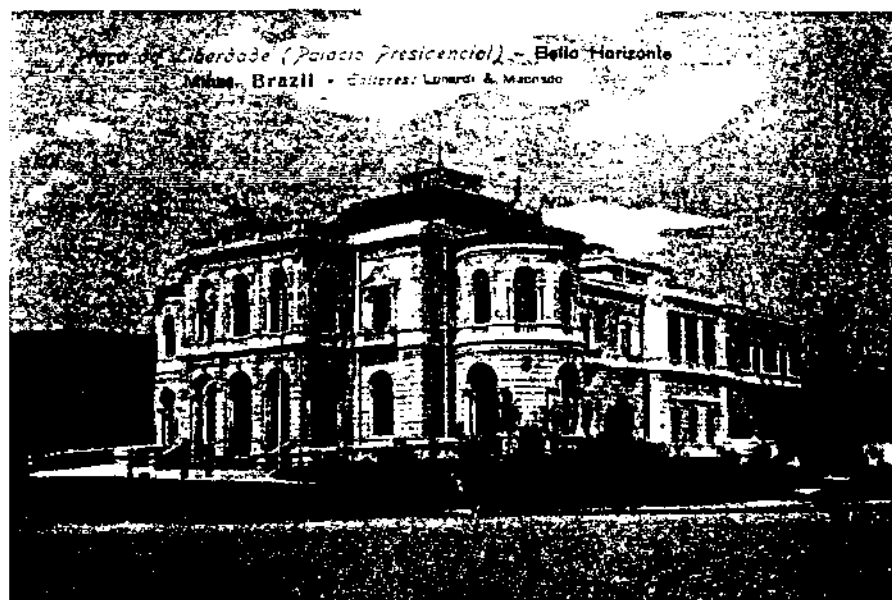
CONGRESSO EUCARÍSTICO, 1936, PRAÇA RAUL SOARES

Fonte: BELO HORIZONTE: DO CURRAL DEL REI À PAMPULHA (1982)



PRAÇA RAUL SOARES

Fonte: BELO HORIZONTE: DO CURRAL DEL REI À PAMPULHA (1982) E A CIDADE REVELADA (1989)



Place de la Liberté - Praça da Liberdade

PRAÇA DA LIBERDADE
 Fonte: BILHETE POSTAL (1997)

III. 3 A Modernidade do Governo JK – a década de 40

Na década de 40, a cidade de Belo Horizonte sofre a sua primeira grande expansão estimulada pelo processo de crescimento e modernização iniciado na década anterior. A construção da barragem da Pampulha com seu conjunto arquitetônico e a Cidade Industrial¹³⁷ marcam de vez a imagem da Nova Capital, constituindo-se como símbolos do novo paradigma. Acentua-se o processo de verticalização, transformando definitivamente a paisagem urbana, principalmente na área central, no eixo da Avenida Afonso Pena. Em relação ao projeto original verifica-se uma ruptura com o perímetro urbano propondo novas centralidades.¹³⁸

“Nos anos 40, durante a gestão de Juscelino Kubitschek na prefeitura, ocorreu a consolidação do modernismo na capital mineira. JK implementou uma política de modernização e intercâmbio, visando a transformar Belo Horizonte em uma verdadeira metrópole moderna, capaz de realizar trocas com os principais centros urbanos do país. Seu programa focalizava a expansão urbana, a abertura de largas avenidas e a criação de novos bairros como a Cidade Industrial e a Pampulha, bairro de elite, que se tornou o cartão postal da cidade e uma das obras-primas de Niemeyer” (RIBEIRO, apud Anais V Congresso Brasileiro de História da Arte, 1995).¹³⁹

Este processo de modernização e verticalização da cidade atingiu o espaço da Praça nos anos 50. Na análise de LEMOS (1994:38), o *footing* se manteve; “os locais mais lembrados são a Praça da Liberdade e a Praça Raul Soares, principalmente após a inauguração do Cinema Candelária”. Embora, a “dinamização do crescimento urbano de Belo Horizonte” resultasse em uma adequação das práticas de sociabilidade; esta “tradição construída desde a sua fundação”, ia se perdendo. E a prática do *footing* no final da década estava com os dias contados, e com

¹³⁷ O conjunto arquitetônico da Pampulha, projeto de Oscar Niemeyer, é formado pelo Iate Clube, Cassino, Casa do Baile e a Igreja São Francisco de Assis que circundam a Lagoa da Pampulha. A Cidade Industrial formava um conjunto de 4 km² de terrenos, disponíveis para a implantação de um parque industrial. (MOURA apud MONTE-MOR, 1994).

¹³⁸ Na região do centro tradicional destaca-se a construção do Hotel Financial, considerado o mais alto da época com 26 andares, o Edifício Randrade, na praça Raul Soares. Nesta década iniciam-se as obras do Conjunto IAPI. Maiores detalhes ver LEMOS (apud MONTE-MOR, 1994:35-37) e PIMENTEL (1993).

¹³⁹ Segundo dados do PLAMBEL (1986/88) até 1920, a cidade de Belo Horizonte possui, sobretudo, um caráter administrativo, assumindo o papel de pólo econômico e social, por volta de 1930, juntamente com um crescimento populacional. A partir da década de 30, inicia-se um processo de urbanização da cidade, patrocinado por uma série de iniciativas modernizantes, por parte do poder público. O crescimento do setor industrial dá-se com a instalação da Cidade Industrial de Contagem, afirmando-se nas décadas de 40 e 50. É neste período que a cidade expande-se geograficamente, impulsionando o seu processo de metropolização. Ver também MONTE-MOR (1994).

ele desapareceriam também várias manifestações culturais vivenciadas nas primeiras décadas da cidade.”

Por volta de 1950 a especulação imobiliária seria a responsável pela transformação do entorno da Praça e do bairro dos Funcionários, incorporando ao conjunto administrativo os edifícios residenciais e impulsionando a verticalização local com uma ocupação de classe média alta. Em 1954 surge o primeiro edifício residencial: o Ed. Niemeyer; a Biblioteca Pública do Estado (1961), ambos projetos de Oscar Niemeyer; posteriormente, o Ed. Mape (1959) e o Campos Elíseos (1965)¹⁴⁰.

O que significou esta ocupação no entorno da Praça ? A construção do Edifício Niemeyer representou uma ruptura na escala volumétrica e na tipologia arquitetônica da Praça. Com um padrão em torno de quatro pavimentos das secretarias, os doze andares propostos por Niemeyer marcavam definitivamente a paisagem da região. O edifício, representante da arquitetura moderna brasileira, tornou-se um importante atrativo passando a figurar nos cartões postais da cidade. As linhas curvas, lisas, em puro concreto contrastavam com o ecletismo dos prédios oficiais.¹⁴¹

A nova ocupação residencial iria possibilitar uma apropriação do espaço como lugar de moradia, acarretando um aumento na densidade populacional do bairro. Como atesta ALBANO et al. (1984:20), algumas residências unifamiliares começam a ceder espaço para unidades multifamiliares, e a “localização nobre, pelas leis do mercado imobiliário”, intensificam a especulação na região.¹⁴²

Apesar deste novo cenário, as práticas cotidianas do espaço da Praça se mantêm; ela ainda funciona como espaço cívico e administrativo, lugar onde se realizam comemorações

¹⁴⁰ O Edifício Mape, também conhecido como edifício do Xodó, projetado pelo arquiteto Sylvio de Vasconcellos, veio abrigar no pavimento térreo, a primeira lanchonete - o Xodó - inaugurando, juntamente com o bar Porão, a introdução de novos hábitos e pontos de encontro no entorno da Praça. (ALBANO et al., 1984:20) Destaca-se também a construção do Ed. do Departamento Estadual de Trânsito - Detran/MG, na Av. João Pinheiro; outro exemplo da arquitetura moderna nas imediações da Praça.

¹⁴¹ É importante ressaltar que neste período do urbanismo brasileiro, e particularmente na história de Belo Horizonte, a destruição e demolição de casas em função da construção de edifícios modernos, não só estava se tornando uma prática comum, justificada pelo progresso urbano, como muitas intervenções eram patrocinadas pelo poder público. Do novo edifício da Prefeitura, dos Correios e Telégrafos, às demolições do Grande Hotel, do Teatro Municipal, da Faculdade de Direito, a cidade ia se reconstruindo.

Em relação às constantes demolições ocorridas em Belo Horizonte, ver CHACHAM (1994).

¹⁴² Residir na Praça da Liberdade representava um “status”, só permitido anteriormente aos políticos mineiros que abrigaram os casarões e os palacetes da Av. Liberdade e dos seus arredores nos primeiros anos da Capital.

eleitorais, festas e manifestações políticas.¹⁴³

"De um lado o Minas Tênis Clube e a Universidade Católica provocavam o ir e vir na Praça; conversas e olhares que prosseguiam nas horas dançantes do Clube, discussões políticas e intelectuais dos estudantes que entravam noite adentro nos bancos da Praça. De outro, processa-se a modernização dos hábitos, com a primeira lanchonete (Xodó) e um bar (Porão) que se afirmam como novos pontos de encontro. O corte de classe permanece: na lanchonete e no bar "rapazes e moças de família", nas alamedas dos jardins os mesmos frequentadores do footing ao pé do coreto que Ciro dos Anjos descreveu nos anos 20" (ALBANO et al., 1984.).



VISTA AÉREA DA PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 40
Fonte: BELLO HORIZONTE: CIRCUITO DA MEMÓRIA (1997)

¹⁴³ Em 1961, a manifestação dos Mineiros, em greve, da Mina de Morro Velho caminhou a pé de Nova Lima até o Palácio da Liberdade.

III. 4 “*Pois passou o tempo das praças*” a década de 60

O fenômeno de crescimento e “dinamização” das grandes cidades encontrou na prática urbana seu maior aliado; o espaço urbano sofria intensas transformações em um tempo rápido. Observa-se que nas principais cidades brasileiras o processo de metropolização acarretou uma perda de investimentos nos espaços públicos destinados ao lazer em detrimento das remodelações viárias. As melhorias de tráfego foram consideradas, por muito tempo, o antídoto para o caos da metrópole moderna, investia-se na ampliação da rede viária, com a abertura de novas avenidas, ruas e viadutos. Neste sentido, a perda da qualidade dos espaços públicos somados à concorrência de outros espaços, tais como os *shoppings*, iam contribuindo para o abandono de algumas práticas de sociabilidade. Em meados do século XX, o problema que atingia a Praça da Liberdade, parecia ser comum a todas as praças brasileiras.

A transformação, considerada por LANA (1990) como a segunda grande reforma no espaço da Praça, aconteceu no ano de 1969. Esta reforma fazia parte de um processo de reestruturação urbana que tinha como objetivo a adequação do plano de Aarão Reis às novas necessidades da metrópole mineira. A paisagem da cidade, que um dia foi chamada de cidade “vergel”, sofre uma brusca mudança: todo o cenário das principais avenidas de Belo Horizonte se transformam com a retirada da massa verde de *Ficus benjamina*, existente desde de 1902.¹⁴⁴

Com o intuito de redirecionar o sistema viário da cidade, a Prefeitura elaborou este plano de reforma urbana. Inicialmente na região da Av. Afonso Pena estendido posteriormente às principais avenidas e praças da região central. Tratava-se da introdução do “sistema de mãos duplas isoladas” por um canteiro central, cuja implantação ocorreu simultaneamente à retirada da arborização original.

A década de 60 marcou profundamente o cotidiano, não apenas dos mineiros, mas dos brasileiros. Com o golpe de 64 e a instituição do regime ditatorial e repressivo, as novas medidas da política vigente refletiram no espaço urbano, varrendo das ruas as práticas tradicionais de manifestação. A Portaria nº 7.890 proibia qualquer manifestação na Praça Sete, cujo espaço servia de palco para conflitos entre populares e políticos, e definia as “Praças General Carneiro, Rio Branco e Rui Barbosa como pontos de concentração e reunião político-partidária” (BH100Anos – Nossa História, 1996).

“As praças que conviveram silenciosamente com a ditadura, incorporaram com sua realização um significado político, foram recriadas a partir de um uso que

¹⁴⁴ O título de cidade vergel foi dado por Coelho Neto.

Em 1963, obedecendo às ordens do Prefeito Jorge Carone, as árvores da Av. Afonso Pena são cortadas (SILVA, 1991).

havia sido interditado nas cidades, são espaços novos pela nova carga simbólica que suportam". (ALBANO, 1986)¹⁴⁵

Na Praça da Liberdade o *footing* ia, aos poucos, deixando um vazio; os usuários como as crianças, os funcionários das secretarias e a comunidade do bairro utilizavam-na, ainda que pouco. O Palácio levanta as suas grades, isolando o poder do Estado e criando, assim, uma barreira em relação à comunidade. Como assinala ALBANO (et al., 1984) "surge a necessidade de uma série de órgãos públicos que não mais se localizam na Praça", mas em edifícios espalhados pela cidade. Em consequência, a Praça perde a sua característica de ser o centro administrativo permanecendo, apenas, como centro cívico.¹⁴⁶ Nota-se um certo descuido com os seus canteiros e os jardins denunciando uma postura que se tornaria recorrente.¹⁴⁷ No bairro dos Funcionários, uma nova centralidade começa a se estabelecer na região da Savassi¹⁴⁸, consolidando-se como núcleo de consumo de bens e serviços, da zona sul.

¹⁴⁵ A Praça Sete mantém seu caráter popular fixando-se no imaginário coletivo como o lugar das manifestações do povo. Ela será palco dos Comícios dos Partidos Políticos, das manifestações de "diretas-já", do "*impeachment* do Presidente Collor", dividindo com a Praça da Liberdade.

¹⁴⁶ Um dos fatores que contribuiu para a descentralização do poder, concentrado na Praça da Liberdade foi a construção de uma nova residência oficial para o governador de Estado, acrescido de um novo edifício para abrigar o poder executivo. Como assinala LANA (1990:83) alegando-se inadequação do Palácio da Liberdade às funções oficiais, o Governo promove a construção do Palácio dos Despachos (1966) que passa a concentrar as funções administrativas do Estado. Situado nos limites do jardim do Palácio da Liberdade, em uma área adjacente à Praça, o edifício é inaugurado em outubro de 1975, contando com a presença do então Presidente da República, Marechal Costa e Silva. O Palácio dos Mangabeiras, projetado por Oscar Niemeyer, é construído em 1961.

¹⁴⁷ Destituído de suas principais funções, o Palácio da Liberdade sofre algumas alterações arquitetônicas, executadas pelo engenheiro José Maciel de Paiva. Desta reforma é importante ressaltar o fechamento da sua área externa por uma cerca de gradil metálico e a restauração do segundo pavimento que resultou na criação de apartamentos de luxo, possibilitando a hospedagem de figuras "ilustres". (LANA, 1990)

¹⁴⁸ "O termo Savassi vem da padaria (criada em 1939), pertencente à família de mesmo nome, que havia na praça Diogo de Vasconcelos (denominada Pç. Treze de Maio, na planta original), no imóvel existente entre a Rua Pernambuco e a Avenida Cristóvão Colombo" (GOMES, 1992). Situada no bairro dos Funcionários, esta região desenvolveu-se a partir do comércio local da Praça Diogo de Vasconcelos. Na década de 60, consolida-se como um importante núcleo comercial, dividindo com o centro tradicional algumas funções. Fato este responsável pelo intenso processo de renovação urbana e funcional, ocorrido posteriormente no bairro. Atualmente a Savassi representa um complexo de bares e restaurantes, lojas, pequenas galerias, escritórios, hotéis, colégios e apartamentos de médio e alto padrão.

Maiores detalhes ver: LEMOS, Celina Borges. *Savassi: a consolidação de um centro urbano*. Monografia (Especialização em Urbanismo). Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 1985.

O projeto de reforma da Praça da Liberdade consistia na retirada do tráfego de veículos na alameda central, no “alargamento das pistas laterais para a implantação de mão dupla”, na introdução de novos equipamentos decorativos - “fontes, espelhos d’água, cascata e vegetação” - e na construção de uma via subterrânea, que iria passar em baixo da Praça (LANA, 1990).

Diferentemente da reforma de 1920, esta última proposta suscitou protestos da comunidade. Analisando o contexto cultural da época, LANA (1990) comenta que “as grandes reformas no Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça da Liberdade” ocorreram num momento em que “as precárias condições de mobilização da sociedade, eram voltadas prioritariamente para a defesa dos direitos humanos, não havendo clima para a defesa dos valores culturais da cidade”. Apesar disto, destacam-se o artigo “*Vão acabar com a Praça da Liberdade*” do arquiteto Sylvio de Vasconcellos e o poema “*Rondó na Praça da Liberdade*” de Carlos Drummond de Andrade, que nas palavras de LANA, refletem um “indiscutível conteúdo político, humano e poético”.¹⁴⁹

Estes depoimentos reforçam a idéia de que a Praça da Liberdade representava um espaço diferenciado das outras praças, no contexto urbano, retomando a noção do *mito* do lugar-símbolo.

A Praça é descrita por Vasconcellos como um espaço distinto na cidade, “documento vivo de toda uma época, de um evento histórico traduzido da fantástica iniciativa de se construir uma nova capital para as Minas. É testemunho fisionômico da primeira cidade planejada do Brasil”.

O seu depoimento é um resgate da história da Praça em seus momentos mais significativos. Em um discurso apaixonado e ao mesmo tempo revoltado, Vasconcellos critica as práticas urbanas, que em nome da modernidade e “em prol do chamado progresso” atuavam no espaço da cidade; constatando que “muitas emendas ficaram piores que os sonetos que pretendiam corrigir”.

A imagem de espaço-símbolo aparece na descrição da proposta paisagística que, nas palavras de Vasconcellos, representa um “elemento original, peculiar da cidade, fonte de inspiração permanente (...), elemento da própria autenticidade urbana”.

“Belo Horizonte possui dois conjuntos paisagísticos de alto nível. Correspondem a padrões eternos de jardinagem, dos quais são modelos perfeitos: o parque municipal ajustado às composições inglesas em seu orgânico traçado, e a Praça da Liberdade, conforme soluções francesas de risco geométrico racional (...).”

¹⁴⁹ Ver ANEXO. Estes manifestos serão reproduzidos na sua íntegra por considerar que eles retratam a importância da Praça, em um momento distinto, refletindo a maneira como ela era apreendida pelos cidadãos.

Poucos arranjos no Brasil se comparam ao nosso Parque e Praça da Liberdade. Talvez o Passeio Público de Mestre Valentim, no Rio de Janeiro, ou a Praça da República. De feição francesa, não há coisa alguma superior à Praça da Liberdade”.

Comparado à outros espaços brasileiros, a Praça representa um exemplar único. E no que se refere aos espaços públicos da cidade, ela é o lugar de todos, o espaço de uma sociabilidade sem hierarquias:

“Não eram só os grã-finos. Do outro lado estava a população mais humilde, cumprindo o mesmo amor. A sinhazinha e sua mucama, o presidente e o funcionário mais modesto da secretaria, o moço e o velho, pais e filhos, nivelados na liberdade encantada da Praça.”

Na interpretação de Vasconcellos apesar de estar “feia de abandono, crestada pela falta d’água, entregue à própria sorte”, a Praça é o “oásis mágico da cidade sufocante, da solidão, das amarguras e esperanças e do tempo percebido”.

No intuito de sensibilizar as autoridades, o manifesto tece a imagem de um lugar debilitado pela falta de cuidados, mas capaz de “sorrir em flores” novamente:

“A Praça da Liberdade lá está, posta em sossego. Mais vale deixá-la envelhecer assim, sem cuidados, em ruína nobilitante, do que liquidá-la desrespeitosamente, como coisa imprestável. (...) A Praça já está velhinha, é certo. Mas não incomoda ninguém. Não está rabujenta nem caduca. Só pede um pouco de água. Não mais”.

No apelo final, evocando o seu nome, declara:

“Deixem a Praça da Liberdade em paz. Já que seu próprio nome enuncia liberdade, deixem que tenha a liberdade de existir. Como sempre foi, certinha, um pouco pretensiosa, é verdade, mas posta em sossego”.

O texto poético, “Rondó da Praça da Liberdade”, de Carlos Drummond de Andrade relembra o ambiente da Praça do tempo do *footing*:

*“Na Praça da Liberdade muita coisa aconteceu. Muito amor nasceu e viveu. Na alameda elegante, moças desfilavam perante rapazes, às quintas e domingos. Ah, como pisavam de leve na areia, com força em nossos corações!
Mesmo sem ser para namoro ou casamento, a Praça era a Praça, e convidava”.*

O seu manifesto revela o discurso de um cidadão que se vê diante das transformações de um importante espaço urbano, do seu tempo. A sua Praça era o lugar dos poetas, das conversas, dos namoros.

“Mário de Andrade passou por ali e sentiu a “jovialidade infantil do friozinho”, em poema célebre. Pedro Nava cantou o jardim cheio de rosas, na tarde burocrática. Poetas poetijardinavam, superlímpicos, na Praça oferecida ao verso”

O lugar onde “todos afluíam” e que “a todos acolhia com sombra e doçura”:

“Carros deslizavam, levando e trazendo senadores da velha guarda, marechais da política nacional, estrangeiros conspícuos. O Rei e a Rainha da Bélgica passaram por lá, em carruagem dourada pela imaginação do povo. O Príncipe de Gales lançou-lhe um olhar enevoado de uísque, com fagulhas de futura paixão pela futura Duquesa de Windsor. A Praça distribuía a todos o mesmo sorriso, sem distinção de classe ou casta”

Mas os tempos mudaram e para Drummond, a cidade tornou-se o espaço da circulação e do progresso. E nesta cidade não existe lugar para as praças. . .

“Então, o Prefeito considerou as árvores e mandou botá-las abaixo, porque árvores atrapalham o moderno urbanismo.

Mandou abrir pistas que deixem passar maior número de veículos em maior velocidade, porque a cidade passou a existir para a máquina, e o amigo da natureza que se enforque no último galho ao vento”.

A Praça pertence a um tempo, onde o seu uso não é mais compatível com a transformação da cidade:

“Adeus, singelo espelho d’água da Praça, adeus, coreto histórico/sentimental dos seresteiros e das charangas caprichadas. Dai o fora, que aí vêm roncando escavadeiras e tratores, e surgem novas pistas e aperfeiçoamentos mil, que nem as velhas árvores respeitam, quanto mais êsse laguinho e essa saudade da valsa de Ouro Preto.

Chegada é a hora de rezamos, ó mineiros, por alma da que foi a Praça da Liberdade, em sua forma e em seu caráter. Pois passou o tempo das praças, e chegou o tempo dos shows mirabolantes, junto a auto-estradas delirantes.

E o progresso, ou o que quer que seja, exige cada vez mais fontes, fontes bem luminosas na escuridão, e bem musicais em meio à cacofonia geral”.

É importante ressaltar que uma vez consolidada no imaginário social, a Praça da Liberdade representava, mais que um lugar-símbolo - representava o *mito* da “liberdade”. Defendê-la era poder se manifestar contra o autoritarismo e a imposição de um governo que queria se auto-afirmar.

Estes protestos, no entender de LANA (1990) acabaram contribuindo de alguma forma para a mudança do projeto inicial. Fato é que as intervenções idealizadas se restringiram à eliminação do tráfego da alameda central; à redução no perímetro da praça em 8m laterais, para a introdução do estacionamento em 45º graus; ao alargamento das ruas laterais com a supressão de 56 espécies de *Ficus*; e à remodelação dos jardins, com plantio de novas espécies

vegetais.¹⁵⁰

Esta descaracterização arquitetônica da Praça ainda seria complementada pela edificação no seu entorno, das seguintes construções: a Sede do IPSEMG (1961), o anexo da Secretaria de Educação (1962-63), o Edifício Campos Elíseos (1965), o anexo da Secretaria de Fazenda (1972-73) e o Palácio dos Despachos (1975).

O entendimento das transformações ocorridas na Praça da Liberdade vai além da análise formal e arquitetônica do seu traçado e da volumetria circundante; é necessário perceber as transformações das práticas cotidianas e do seu papel como território de sociabilidade no contexto urbano.

No final da década de 60, havia em Belo Horizonte várias outras praças, principalmente nos bairros residenciais; porém as referências continuavam sendo a Praça da Liberdade e a Praça Sete, esta última, localizada no centro tradicional. As justificativas, na visão de BRASIL (1992:39), eram o caráter multifuncional e a possibilidade de serem “as únicas praças apropriadas pelos diversos estratos da população, mesmo que em tempos e momentos diferenciados”. Estas características contribuíam para reforçar o simbolismo destes lugares.



PODA DOS FICUS BENJAMINA DA AVENIDA AFONSO PENA, NA DÉCADA DE 60
Fonte: 7 DÉCADAS: A HISTÓRIA E A VIDA DE MINAS EM RETRATO (S/D)

¹⁵⁰ É contemporâneo a estas reformas um projeto de Niemeyer para substituir o Palácio da Liberdade, que não se realizou. Em 1966, Niemeyer projetou um edifício de nove pavimentos, “vertical, lógico e imponente”; tão característico de sua obra. Este edifício deveria por abaixo aquele Palácio que, nas palavras de Niemeyer mais parecia “uma casa denguesa (sic) sem importância” (*apud* LANA, 1991).

"A praça das Feiras"

Em novembro de 1969, aliada às transformações ocorridas no desenho paisagístico, surge uma novidade que iria propor um redirecionamento na utilização do espaço da praça, mudando a sua vocação de espaço cívico: a **Feira de arte e Artesanato**; propondo a retomada de uma antiga função do espaço-praça: a praça de mercado.

"Um dia tiveram a idéia e levar arte ao povo, como já acontecia em vários países da Europa. Da idéia à concretização do fato foi rápido. Jornalistas, críticos de arte, diretores de galerias reuniram-se com artistas plásticos, artesãos e, logo surgiu o movimento apoiado pelo Departamento de Turismo".¹⁵¹

A idéia vinda de "um grupo de artistas plásticos e críticos de arte, com o objetivo de "movimentar o ambiente artístico" e, através disto, "levar a arte ao povo", concretiza-se na Feira de Arte e Artesanato, que passa a ocupar o espaço da Praça da Liberdade aos domingos, com barracas e mercadorias em exposição. No início eram apenas artesãos e artistas que se reuniam para expor os seus trabalhos; a praça ainda servia como local de encontro e de lazer, nos outros dias da semana (ALBANO et al., 1984).¹⁵²

A Feira de Artesanato inicial foi progressivamente se ampliando, multiplicando e diversificando; outras feiras também surgiram em dias alternados. De um pequeno número de artistas e artesãos mineiros, a Praça passou a abrigar a **Feira Extraordinária de Produtos Artesanais**, às quintas-feiras, começando a atrair grande quantidade de pessoas, de diversas cidades do interior e de outros Estados. Além da tradicional feira "*Hippie*", como ficou conhecida, surgiram a **Feira de Flores e Plantas** (1981), às sextas-feiras e a **Feira de Antigüidades e Comidas Típicas**, aos sábados.¹⁵³

Esta proliferação das feiras e dos feirantes, e o conseqüente aumento dos consumidores, na análise de ALBANO et al. (1984), acabaram exigindo um posicionamento do poder público. As

¹⁵¹ "*Feira hippie*" ocupou espaço 22 anos". Descobrimos a Cidade. ESTADO de MINAS, 09/02/92.

¹⁵² Em 1973 através dos decretos municipais n.º 2409 e 2437 são instituídas e regulamentadas as feiras na cidade.

¹⁵³ Maiores detalhes sobre o processo de ocupação da Praça da Liberdade pelas feiras que ali se instalaram, ver: ALBANO et al. *A Cidade na Praça: Poder, Memória e Liberdade*. (1984)

Na visão de ALBANO et al. (1984), a feira atrai, pela possibilidade do "encontro, das conversas, e das trocas". Assim como o espaço da praça medieval representava segundo BAKTHIN (1987:132) tudo o que era extra-oficial, e "de certa forma gozava de um direito de 'exterritorialidade' no mundo da ordem e da ideologia oficiais", a feira de artesanato possibilitou a retomada do espaço da praça pelo cidadão, suprimido pelo regime repressivo.

É interessante ressaltar que logo de início a feira passa a "ser identificada popularmente como Feira HIPPIE", denunciando "simbolicamente" uma postura de contestação típica do Movimento HIPPIE americano.

primeiras medidas se restringiram ao incentivo de criação de novas feiras em praças distintas, com o intuito de retomar “os objetivos iniciais” e de descongestionar o espaço da Praça. Em 1972, foi criada uma comissão que avaliasse os trabalhos expostos dos feirantes. Porém este procedimento mostrou-se ineficaz em seus resultados: se inicialmente, na década de 70, a Feira Hippie contava com 402 expositores aos domingos e 106 às quintas, todos cadastrados pela Prefeitura; no final da década de 80, eles já somavam mais de 1.300 aos domingos e quase 1.000 às quintas, além dos 2.000, aos sábados.¹⁵⁴

A crônica “O tempo e o vendaval” esboça um certo descontentamento com o estado dos jardins da praça e uma certa nostalgia do seu antigo uso.¹⁵⁵ Era o início de uma série de manifestações contra a utilização da Praça pelas feiras.

“(...) Pois estava eu, justamente, lembrando os tempos de footing, a olhar as velhas palmeiras da praça agora com verde corroído pelas largatas de mariposa negra, sentindo o cheiro de um manacá tardio, quando vi, lá em cima, no topo do talo mestre um bem-te-vi safado gritando para mim. Meti a mão no lado direito do cinto, a tirar do apertão da correia de minha infância, o meu bodoque infalível. E o que veio foi um aparelho estranho, sócia de rádio de pilha, com mais botões do que um computador de alta classe”.

“(...) Apertei os botões. E a praça encheu-se de luzes. As gambiarras subiam pelas palmeiras que mostravam suas palmas exuberantes, sem lagartas para tentar matá-las e sem agrotóxicos para matá-la sem tentar. Ao meu lado, em vez da barraca horrível esquecida por um artesão descuidado, cheirava um jasmineiro todo branco, enchendo de flores o banco de tábuas verdes, como na Casinha Pequeninha que se encantava naqueles dias”. (grifos meus)

“Segui no meio do footing, atravessei a multidão provinciana que saudava o novo presidente do Estado. E quando alcançava a avenida Cristóvão Colombo, vi lá embaixo os arranha-céus da Savassi. Estava de novo em 1984”.

Numa demonstração de reconhecimento da importância simbólica deste território, o IEPHA/ MG realiza o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da

¹⁵⁴ A dimensão que esta feira alcançou para a cidade de Belo Horizonte vai além de uma simples análise de ocupação e apropriação do espaço da Praça. O processo de crescimento deste mercado paralelo estava inserido num processo de crise nacional, resultante de “uma forte recessão econômica e um conseqüente desemprego”. No entender de ALBANO et al. (1984), estas feiras “passam a constituir uma estratégia de sobrevivência, ou uma fonte alternativa de renda para as pessoas” excluídas do mercado de trabalho.

¹⁵⁵ “O tempo e o vendaval” crônica de Célius Áulius, *apud* BH 100 Anos- Nossa História, 1996.

Liberdade em 2 de julho de 1977, pelo decreto n.º 18.531.¹⁵⁶ Comentando este processo de tombamento LANA (1990) afirma que “a inexistência de uma política de preservação por parte da instituição levou-a a atuar exclusivamente através do instituto do tombamento, observada a condição de propriedade pública do imóvel”. Neste sentido é possível entender a exclusão de alguns terrenos adjacentes à Praça no seu perímetro de tombamento:

“O resultado foi a perda de edificações preciosas, a incorporação ao conjunto de edifícios destituídos de qualquer atributo, o comprometimento dos jardins posteriores do Palácio da Liberdade e a verticalização que vem esmagando a escala do conjunto. (...)”

Considerando os aspectos salientados, o tombamento do conjunto tem protegido preferencialmente os volumes das edificações isoladamente e alguns detalhes excepcionais, não tendo nem mesmo inibido o processo progressivo de descaracterização da praça, ocasionado principalmente pelas feiras que lá ocorrem” (LANA, 1990).

Podemos observar que este tombamento representou apenas um ato simbólico, pois nada foi feito em relação à situação das feiras, dos jardins, e do entorno da Praça, permitindo que este continuasse a sofrer alterações. Com a implantação do projeto PACE¹⁵⁷, em 1982, a Praça teria seu perímetro alterado novamente, pela Prefeitura de B.H.. Na análise de LANA (1990^a), apesar de estar tombada pelo IEPHA, a Metrobel realizou uma série de modificações sem a aprovação do instituto, operando “mais uma grosseira intervenção na já desfigurada praça da Liberdade”: implantou bancos de pedra, cercou os canteiros com paralelepípedos, alterou os jardins cercando-os com arame, asfaltou a alameda central, e introduziu o estacionamento rotativo “Faixa azul”, alterando, mais uma vez, o seu perímetro.

Na década de 80, o último terreno vazio situado à Praça da Liberdade seria ocupado pela construção do Centro Informativo de Turismo e Lazer (1985-1990)¹⁵⁸; e mais duas edificações

¹⁵⁶ Em 1971 surge o órgão que seria responsável pela proteção do patrimônio histórico cultural de Minas Gerais: o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - o IEPHA/ MG. A sua primeira atuação foi no tombamento de um conjunto de edificações em Belo Horizonte; iniciando pelo Palácio da Liberdade, em 25 de janeiro de 1975, segundo o decreto n.º 16.956. Nestes primeiros tombamentos a política de preservação era centrada no objeto arquitetônico e nos seus valores estilísticos.

¹⁵⁷ O PACE (1979), Programa da Área Central, visava à melhoria do tráfego de veículos no centro da cidade em benefício do pedestre. A idéia básica do projeto era humanizar a região central, proporcionando maior fluidez no tráfego, com a criação de praças e áreas de pedestres. (MARQUES et al., *apud* MONTE-MOR, 1994)

¹⁵⁸ Na justificativa para a doação do terreno à Selt, o governador Hélio Garcia atesta que “a Praça da Liberdade é local tradicionalmente utilizado para as atividades de lazer e turismo, com a realização de feiras e espetáculos

seriam construídas nos seus arredores: a Sede da Sociedade Mineira de Cultura e o Comando Geral da Polícia Militar (o IEPHA teria atuado na aprovação do projeto regulamentando a altura máxima de construção). Marcando definitivamente a sua contemporaneidade, a arquitetura pós-moderna do Centro Informativo respeitava a escala das secretarias, e reproduzia a mesma relação de ocupação do lote.¹⁵⁹

Paralelo a este processo de ocupação da área de entorno, a **Feira de Antigüidades e Comidas Típicas** (1981) iria proporcionar uma reapropriação do território da Praça.¹⁶⁰ Semelhante ao processo ocorrido na Feira de Domingo, o número de usuários cresceu rapidamente e os antiquários e artistas foram perdendo espaço para as bebidas e comidas típicas. A feira foi se transformando num “autêntico botequim a céu aberto”, recriando o *footing* dos anos 20. Na visão de ALBANO et al. (1984), a inversão dos propósitos desta feira, “mostra como a população pode reverter os significados dos espaços que lhe são impostos, criando formas de uso, ordens próprias, que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores”. Esta explosão, notadamente, extrapolou os próprios limites físicos da Praça. Se durante o dia o perfil dos usuários era de compradores e admiradores de arte e antigüidade, à tarde, ela passava a ser ocupada pelas pessoas simples em busca de diversão.

Na descrição que se segue, ALBANO et al. (1984) analisa o movimento do sábado comparando-o com o ritual das festas públicas:

“Realiza-se na Praça, uma reunião descontraída, de grupos provenientes das classes privilegiadas, caracterizados principalmente nas pessoas do artista e do intelectual. Eles lhes dão um certo clima, que permanece em certa medida no decorrer do dia, conformando uma imagem que atrai outras pessoas. (...) As horas vão se passando e tudo vai se avolumando, os espaços vazios vão sendo ocupados e os demais vão sendo reapropriados. (...) Rompem-se as fronteiras entre as antigüidades, artistas e comidas. Rompem-se também as fronteiras

musicais e identificado como centro de informações sobre estas atividades” e portanto adequado à instalação de um Centro de Lazer. O projeto do Centro, apelidado de “Rainha da Sucata”, de autoria de Éolo Maia e Sílvio de Podestá, representava a inserção de um exemplar da arquitetura pós-moderna mineira, no entorno da Praça.

No espaço da Praça, a história da arquitetura mineira se fazia presente: do ecletismo do início do século ao pós-modernismo contemporâneo.

¹⁵⁹ No projeto original não havia as grades que separam o edifício do espaço público, a alteração foi uma exigência do Governador. (entrevista à arquiteta Jô Vasconcellos, 1997).

¹⁶⁰ Criada, inicialmente, para atender a uma reivindicação de um grupo de antiquários mineiros, esta feira propunha ainda o “atelier aberto” no intuito de retomar os antigos artistas plásticos da Feira de Artesanato original que tinham se retirado da Praça.

individuais, sendo impossível demarcar espaços ou isolar grupos”.

No final da tarde tudo vira uma festa, neste momento o que conta são: “a roda de samba, a batucada, a banda de música, a cerveja”.

“A decadência começou com o sucesso, curiosamente, na medida que o setor de comidas e bebidas transformou-se no programão da Zona Norte, o interesse pelas antiguidades foi diminuindo”.

“O nível dos frequentadores foi caindo e criou-se então um círculo vicioso: caiu também o tipo de mercadoria exposta”¹⁶¹

A Praça da Liberdade transforma-se na “Praça das Feiras”, com seu novo calendário: quinta, sexta, sábado e domingo.

“Nos pequenos intervalos entre elas, a casa é arrumada, o lixo é recolhido, é o curto momento de recuperação para o próximo evento. A partir da noite de domingo a restauração mais profunda e necessária, a de seus jardins, de sua imagem. Imagem que pouco a pouco foi construída”.¹⁶²

O caráter exclusivo de Feira de Artesanato foi desaparecendo, devido a critérios pouco rigorosos de controle e fiscalização das autoridades municipais, que permitiram que produtos industrializados e atravessadores passassem a comercializar mercadorias. Este processo foi responsável pelo aumento do número de expositores para 3200, atraindo vendedores ambulantes misturados aos artistas. Alguns grupos de expositores começaram a influenciar na seleção dos novos artesãos, chegando até a anunciar em jornal a venda do seu ponto (CALDEIRA, 1994).

A imprensa começa, ainda que timidamente, a publicar artigos em defesa do espaço da Praça, alertando para o descaso das autoridades e para os prejuízos causados pela dimensão das feiras ali instaladas:

“(...) E o que se vê são as promoções culturais e pseudoculturais agredindo aos poucos as praças da cidade, principalmente a Praça da Liberdade, onde se nota a violência dos desgastes provocados pelas cinco concentrações humanas que ali se fazem todas as semanas. A feira de arte de domingo que cada vez tem menos artesanato e mais de mercado de produtos industrializados, a feira de comida e bebida caseiras de sábado, que apresenta salgadinhos produzidos em

¹⁶¹ “A Feira indo para o brejo”. Anna Marina. Estado de Minas. 03/07/1990, apud BRASIL, 1992. Neste depoimento vamos percebendo que o acesso da população de baixa renda ao espaço da Praça, passa a incomodar alguns usuários.

¹⁶² ALBANO et al. (1984)

série pelas lanchonetes e bebidas de marcas conhecidas, tudo leva à velha praça milhares e milhares de pessoas que, depois de pisotear os seus canteiros e poluir seus lagos, estão atacando suas árvores, os bancos e o coreto. A Praça da Liberdade foi tombada pelo IEPHA. Não só o seu conjunto arquitetônico, como os seus jardins. Aquele órgão fica, agora, na obrigação de defendê-la, para as atuais e as gerações futuras. Essa defesa poderia fazer-se sentir através de uma fiscalização mais severa, não somente para que o tradicional e belo logradouro não sofra danos, mas também para que os produtos vendidos estejam rigorosamente dentro das finalidades das feiras, hoje tão populares na cidade".¹⁶³

Em 1986, o então prefeito Sérgio Ferrara cria a "Comissão de Reestruturação e Normatização das Feiras da Praça da Liberdade", composta por 13 representantes de diversos órgãos da Prefeitura, cujo objetivo era "apresentar um estudo detalhado sobre as feiras, apontando falhas e sugerindo medidas para melhorar seu funcionamento".¹⁶⁴ Porém as idéias continuam apenas no papel.

Em 26 de Março de 1987, um artigo publicado no Estado de Minas, denunciava o impacto das Feiras na Praça e propunha a sua transferência "para as ruas laterais, onde ficam as Secretarias de Estado". O então Secretário do Meio Ambiente ressaltava a importância da conscientização, por parte da população, do uso adequado das praças.

As consequências estéticas da utilização da Praça pelas Feiras resultou na intensificação do processo de deterioração do seu conjunto paisagístico. Os jardins passaram a ser ocupados pelos estandes de exposição, as árvores e o mobiliário urbano não resistiram ao seu uso inadequado e os lagos transformaram-se em depósitos de lixo. Nos últimos anos, o descaso e a má conservação por parte da Prefeitura e de seus usuários, contribuíram para o seu abandono. Segundo estudo realizado por LANA (1990), a Feira de Flores era a única que não prejudicava o seu espaço e a sua vizinhança; a Feira de Sábado, "descaracterizada das suas funções", comercializava principalmente bebidas alcoólicas e salgadinhos, o seu horário de funcionamento era desrespeitado "prolongando-se até a noite"; a Feira de Artesanato do domingo, cuja montagem se iniciava às 3 horas da manhã, apresentava 70% dos 3000 expositores na ilegalidade comercializando produtos industrializados, extrapolava o perímetro inicial da Praça, ocupando ruas e avenidas adjacentes inclusive as escadarias das Secretarias; a Feira de Quinta tinha impacto semelhante. Pode-se imaginar, ao final destas atividades, a situação em que se

¹⁶³ "Mais fiscalização", Jornal ESTADO de MINAS, 2/ 09/1986.

¹⁶⁴ "Secretário diz que feiras ameaçam Praça da Liberdade", Jornal ESTADO de MINAS, 26/ 03/87.

encontrava a Praça.

Podemos identificar dois processos a que os espaços urbanos estão sujeitos: a degradação qualitativa e a descaracterização física do espaço.¹⁶⁵ No caso da Praça da Liberdade houve uma degradação e uma descaracterização do seu conjunto paisagístico.¹⁶⁶ Apesar das diversas intervenções ocorridas, ela ainda manteve algumas características do seu simbolismo e do seu cenário idealizado: continuava a ser "palco" para o Palácio da Liberdade e suas Secretarias de Estado, conservando na sua essência alguns "princípios estéticos"¹⁶⁷ da arquitetura original. Nas palavras de LANA (1990):

"apesar de tudo, tanto a praça da Liberdade quanto a avenida João Pinheiro detêm vigoroso potencial que demanda, para ser reabilitado, apenas a intervenção do poder público, direcionada para o reconhecimento e a conseqüente recuperação, proteção e valorização de um riquíssimo patrimônio cultural e ambiental urbano da cidade de Belo Horizonte".

¹⁶⁵ Ver em FERRARA (1993) sua análise sobre a transformação da Praça da Sé, em São Paulo, a partir da leitura do ambiente urbano e da apropriação do território, pelos usuários.

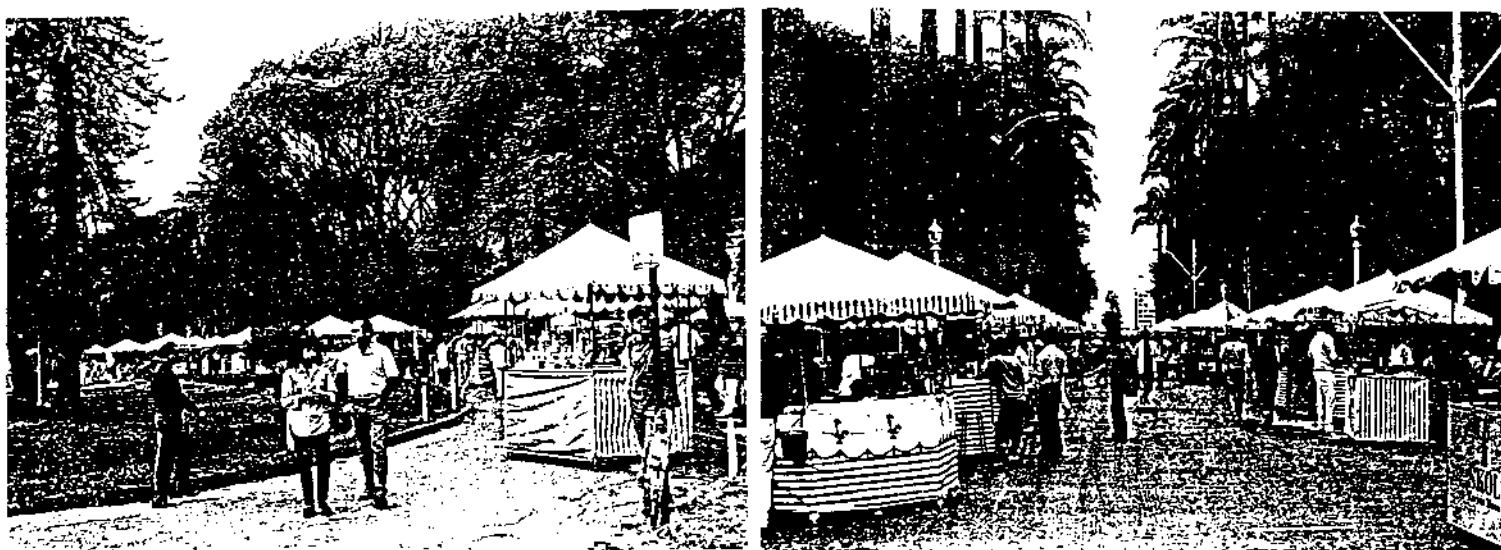
¹⁶⁶ A descaracterização do conjunto paisagístico da Praça se refere às diversas reformas ocorridas que foram aos poucos alterando o seu traçado, os seus jardins e canteiros, acrescentando e retirando espécies vegetais, e etc. Observa-se ainda que com o processo de especulação imobiliária no bairro dos Funcionários, o conjunto arquitetônico, circundante a região da Praça, sofreu significativas alterações. O fenômeno de verticalização dos edifícios modificou e ainda vem modificando a paisagem da Praça.

O processo de degradação refere-se à utilização inadequada dos equipamentos da Praça pelas Feiras que ali se instalaram e todo o processo descrito.

¹⁶⁷ Ver em Camillo SITTE (1889) o estudo sobre os sete princípios artísticos de construção urbana; e CALDEIRA (1994).



FEIRA DE ARTE E ARTESANATO, NA DÉCADA DE 70
 Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE



FEIRA DE ANTIGÜIDADES E COMIDAS TÍPICAS DE SÁBADO

Fonte: CONJUNTO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA LIBERDADE E AVENIDA JOÃO PINHEIRO (1990)



VISTA GERAL DA

FEIRA DE ARTE E ARTESANATO DE DOMINGO, DÉCADA DE 90

Fonte: CONJUNTO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA LIBERDADE E AVENIDA JOÃO PINHEIRO (1990)

III. 5 “A Praça é do Povo”: a polêmica sobre o processo de restauração

“É através dos processos de restauração, reabilitação ou mesmo transformação urbana que somos capazes de recuperar os extratos culturais acumulados do lugar. E muitas vezes perceber a eficiência e a receptividade de um projeto” (CAUQUELIN, 1982).

A idéia de se retirar as Feiras da Praça da Liberdade não era nova. Em 1987 a opinião pública já se manifestava, através de artigos de jornais, desfavorável ao uso inadequado que as feiras vinham fazendo da Praça.

“Belo Horizonte está correndo o risco de perder a sua maior praça pública, sem mesmo ter conhecimento do fato. A Praça da Liberdade, com seus 14.360 metros quadrados de alamedas, passarelas, canteiros e lagos, está sendo depredada pela população durante as feiras de artesanato, comestíveis e antigüidades lá realizadas, de Quinta a Domingo. (...)”.

“A Secretaria do Meio Ambiente já tem um projeto, que, segundo o secretário Hiram Firmino, pode acabar com a depredação da praça. Trata-se de tirar a feira de dentro da praça, transportando-a para as ruas laterais, onde ficam as secretarias de Estado (...)”.¹⁶⁸

A restauração da Praça da Liberdade era um assunto bastante polêmico pois implicava em um confronto direto com os agentes envolvidos no processo: de um lado os feirantes, que há 20 anos ocupavam a praça, destacando-se os artesãos e artistas originais que estavam descontentes com a invasão de produtos industrializados; de outro a comunidade, que já não suportava o estado de abandono em que se encontrava a praça; e o poder público, que se dizia seriamente favorável a um projeto de restauração.¹⁶⁹

“Tenta-se estabelecer no momento uma polêmica a respeito das feiras de arte e artesanato da Praça da Liberdade. A meu ver uma discussão desnecessária e estéril, ante o óbvio que é o dever do poder público de atuar, com energia, sempre que preciso, em busca do melhor para o povo que lhe confiou tais poderes. As feiras da Praça da Liberdade atingiram um estágio de desgaste de tal monta, que já beira as raias da calamidade pública. Impõe-se, pois, e em regime de urgência, a ação competente, para resgatar-lhe o título inicial de feira de arte e artesanato, ou em outra hipótese dar-lhe um novo local e nova denominação como feira de variedades, etc. (...)”¹⁷⁰

¹⁶⁸ “Secretário diz que feiras ameaçam Praça da Liberdade”, Jornal ESTADO de MINAS, 26/03/87.

¹⁶⁹ Recentemente, a decisão do Prefeito Celso PITTA, de retirar a Feira de Artesanato, da Praça da República, em São Paulo, onde estavam estabelecidas há mais de dez anos, gerou protestos da comunidade. Apesar desta feira não ter a mesma dimensão da Feira de Belo Horizonte, os protestos revelam bem o tamanho do conflito. (Ver Jornal FOLHA de SÃO PAULO, 16/11/97, “Moradores se unem”; 25/11/97, “Artesãos protestam em frente à Câmara”).

¹⁷⁰ “Feiras da Praça Preservar o Quê?”, Jornal ESTADO de MINAS, 6/07/89.

A luta pela transferência das Feiras para outros locais, com o objetivo de reestruturar e conservar a Praça da Liberdade, vem desde o início da gestão de Pimenta da Veiga, em janeiro de 89. Simultaneamente ao anúncio da PBH, de sua intenção de mudar o local da feira, foi criado o Comitê Pró-solução da Praça da Liberdade, por alguns dos inúmeros expositores do evento. Enquanto, por parte da PBH, a intenção de mudança era respaldada por entidades ambientalistas e pelo órgão do patrimônio histórico cultural, por outro lado, o Comitê pró-Praça passou a desenvolver intensas campanhas de preservação das feiras no local, tentando mobilizar a opinião pública para a defesa de seus interesses" (DIÁRIO da TARDE, 23/01/91).

"Observa-se, (...), nos últimos anos que o volume descontrolado adquirido pelas feiras além de uma série de desvios quanto aos objetivos iniciais da sua criação, exigem medidas de orientação destes eventos, em defesa da preservação do patrimônio da Praça da Liberdade e de idéias bem sucedidas que, se não forem bem administradas, vão deteriorar-se e tornarem-se inviáveis (...).

A Administração Centro-Sul coloca a Praça da Estação como uma alternativa para as feiras de Quinta e Domingo. A partir de um novo projeto a Praça Rui Barbosa oferecerá uma melhor seleção e setorização dos expositores, uma padronização das barracas, acompanhada do equipamento total da Praça."¹⁷¹

A decisão de restaurar a Praça implicou em uma negociação que durou mais de dois anos, iniciada em 1989, envolvendo a Regional Centro-Sul, a Secretaria do Meio Ambiente, o IEPHA, empresas de consultoria de engenharia de trânsito, desenho industrial, arquitetura e urbanismo, e o Comitê Pró-Praça. A princípio os artesãos se recusavam veementemente a se retirarem da Praça:

"Não vamos sair de jeito nenhum. Isto aqui vai virar uma praça de guerra e vamos ficar ao redor da praça durante as obras para garantir nosso lugar." Joubert Coelho Pereira

"Não vamos abrir mão de forma alguma dessa praça. A gente propôs adotá-la, fizemos até um documento ignorado até hoje pela regional da PBH. Criamos o movimento SOS praça da Liberdade e fizemos um abaixo assinado com cinco mil assinaturas pela nossa permanência aqui." Jesus Eustáquio Machado ¹⁷²

A estratégia da Prefeitura foi, a princípio, se apoiar na opinião pública, realizando uma pesquisa junto à comunidade. Em abril de 1990, "foram entrevistadas 1.170 pessoas em toda a cidade, com amostras proporcionais de cada região". Ao final da pesquisa ficou constatado que 95,4% das pessoas emitiram opinião favorável à restauração completa da praça, 1,1% deram resposta negativa e 1,4% indiferente. Também foram entrevistados os moradores da região da

¹⁷¹ "Patrimônio da Praça é Destruído pelas Feiras", Jornal HOJE em DIA, 9/07/89.

¹⁷² "Feira de Artesanato vai para Avenida", Jornal ESTADO de MINAS, 25/11/90.

praça e o resultado foi semelhante: 95,6% das pessoas disseram que aprovavam a obra de restauração". Rebatendo as críticas de que a obra tinha uma finalidade eleitoreira e que a Prefeitura não deveria gastar em uma intervenção deste porte, o administrador da Centro-Sul argumentava que nenhum gasto seria efetuado, devido a uma parceria com a iniciativa privada que se responsabilizaria pelos custos do anteprojeto (HOJE em DIA, 22/05/90).

Respalhada pela opinião pública favorável, a Prefeitura iniciou o processo de negociação de retirada das Feiras do espaço da Praça. A polêmica gerada pela decisão da PBH está bem documentada nos artigos de jornais e revistas que retrataram todo o processo de negociação dos feirantes com a Prefeitura, representada pelo administrador da Regional Centro-sul - órgão responsável pela região. Embora ainda houvesse forte resistência dos feirantes, as opiniões se dividiam e foi preciso a interdição total da praça para assegurar a realização dos trabalhos de restauração.

"Na reunião de ontem pela manhã, com os vereadores, João Batista de Oliveira foi o mais ferrenho opositor à idéia de mudança, seguido por alguns colegas presentes, mas o prefeito Eduardo Azeredo afirmou estar satisfeito com o resultado da reunião e garante a mudança. A medida, conforme estabelece a Lei Orgânica, virá por decreto e não precisará passar pelo crivo da Câmara Municipal" (Jornal do IAB, ano 1, n.º1).

Domingo, 10 de Fevereiro de 1991, a Praça da Liberdade abrigou pela última vez a Feira de Arte e Artesanato, deixou de funcionar como praça de mercado, rompendo uma tradição estabelecida há 22 anos. Segundo o Decreto n.º 6762/91 a Prefeitura Municipal determinava a "extinção de todas as feiras de arte, artesanato, plantas e flores naturais, comidas e bebidas típicas e antigüidades, revogando todas as licenças, autorizações, convites, credenciais de qualquer natureza para exposição na Praça da Liberdade e também na Praça Raul Soares" (ESTADO de MINAS, 10/02/91).

"Os artesãos (...) estão prometendo não desmontar suas barracas hoje, no final da feira, até que a Prefeitura reabra as negociações (...)" (ESTADO de MINAS, 10/02/91).

Diante da ameaça, dos feirantes, de permanecer na Praça com as barracas montadas, a Prefeitura organizou uma estratégia, para evitar um confronto direto. A intervenção foi feita em um domingo de carnaval, época em que a cidade estava vazia e o movimento na praça, pequeno. Os tapumes foram colocados de uma só vez, em um só minuto, e os feirantes que estavam resistindo à saída, acabaram deixando a Praça, sob uma forte tempestade, que impediu

qualquer manifestação.¹⁷³

A Feira de Arte e Artesanato passou a ocupar uma parte da Av. Afonso Pena, somente aos domingos e a Feira de Antigüidades e Comidas típicas, juntamente com a das Flores, foram transferidas para o canteiro central da Av. Bernardo Monteiro, aos sábados e sextas-feiras, respectivamente.

O primeiro passo após a retirada das feiras do espaço da Praça foi o seu fechamento com tapumes. A princípio os tapumes impediriam qualquer ocupação da Praça por aqueles feirantes descontentes com a transferência para a Av. Afonso Pena, mas a repercussão desta atitude extrapolou sua intenção original, criando uma “aura” de mistério e despertando a curiosidade da comunidade.

“eu achava antes, que a gente devia colocar um tapume transparente, mas o tapume acabou criando um certo mistério, a gente não queria fazer o tapume assim fechadão, queria fazer tudo vazado, para as pessoas verem, consultar, (...) mas aí quando o tapume fechou todo mundo começou a me ligar (...)”. As pessoas ligavam perguntavam, e nas vésperas, quando a gente começou a tirar os tapumes (...) as pessoas entravam, paravam pediam para entrar, para visitar, então a expectativa foi violenta”. (VASCONCELOS, 1997)

Em 1991, deu-se o início das obras de restauração da Praça e do seu conjunto circundante. Este processo derivou de uma parceria do poder público com a empresa privada Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que garantiu o suporte financeiro, patrocinando não apenas os custos dos sete meses de obras, mas os gastos de manutenção pelo ano seguinte e

¹⁷³ “O processo de retirada das feiras foi uma loucura, primeiro que os feirantes não admitiam sair da Praça da Liberdade, que já tinha uma tradição de 20 anos, então, houve um processo muito desgastante; (...) inclusive eu fui ameaçada, o Roberto foi ameaçado também, ameaçada de morte, entendeu, foi uma coisa muito barra pesada, mas ele era uma pessoa muito determinada, o Roberto, e o Prefeito assumiu isso, então o processo de retirada da feira foi feito ao longo do tempo, assim conscientizando a população. (...)”

No final, com muita dificuldade, a praça foi fechada num Domingo de carnaval, quando a cidade estava bem vazia, a feira estava fechando, já estava finalizando o horário da feira, o Roberto (...) uma quantidade enorme de peões, (...) com as peças de madeira no chão, e a Polícia Militar para dar uma força. Fechou-se a Praça num minuto, e os feirantes que não queriam sair, porque estavam fazendo um movimento para não sair, ficaram lá dentro. Mas não podia fechar a Praça porque eles estavam lá dentro, então, eles começaram a fazer um buzinaço, e aí não tinha quase ninguém na cidade, (...) nisso eles começaram a fazer o buzinaço e São Pedro deu uma força, caiu uma chuva, mas uma chuva tão violenta que eles tiveram que sair correndo, então eles saíram, aí, nós passamos e fechamos. Então assim foi fechada a Praça da Liberdade para começar a obra.” Trechos da entrevista com a arquiteta Jô Vasconcelos, Julho de 1997.

se responsabilizando pela fiscalização do projeto.¹⁷⁴

O projeto de restauro se iniciou com um levantamento cadastral do estado em que se encontrava a Praça, não apenas do traçado, mas de todos os materiais existentes, bancos, estátuas, fontes, plantas, iluminações, etc.. Depois realizou-se uma pesquisa histórica, sobre a Praça da Liberdade.¹⁷⁵ Do primeiro projeto paisagístico, restam apenas algumas fotografias, e descrições; e do projeto paisagístico de 1920, foi encontrada uma reprodução em xerox, em São Paulo.

O passo seguinte foi a realização de uma arqueologia urbana; uma pesquisa onde foram feitas sondagens e perfurações, num total de oito, que revelaram algumas características e elementos originais, tais como, o formato original das sarjetas em tijolo maciço de barro, o piso utilizado de saibro e a sua cota de nível 80 cm abaixo do qual se encontrava.

Definidos os parâmetros do projeto para o retomo ao desenho de 1920, foram realizadas as seguintes alterações:

- Foram retirados o asfalto da alameda Travessia, os postes de iluminação de concreto, as sapucaias gigantes que apresentavam riscos a outras espécies e em torno de 23 mil m³ de terra contaminada;
- Todo o piso foi reformulado, os paralelepípedos voltaram a ocupar a alameda central, nos passeios se utilizou o concreto na cor rosa, buscando uma aproximação com o saibro e nas extremidades houve o rebaixamento para facilitar o acesso aos deficientes físicos;
- Todo o passeio circundante a praça foi refeito em mosaico português, para uma maior harmonia do conjunto;
- Três novas palmeiras imperiais foram transplantadas, de 12, 15 e 18m, sendo duas, doações de particulares;
- Os canteiros abrigaram mais de 50 tipos diferentes de plantas. Dezenas de ipês de diversas cores, responsáveis pela floração no inverno, foram plantados ao longo dos canteiros externos, juntamente com as tipuanas da alameda central. Um sistema de irrigação artificial, é responsável pela cobertura vegetal durante o ano inteiro;

¹⁷⁴ A 13 de Maio de 1991, foi realizada a assinatura do convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a empresa Minerações Brasileiras Reunidas- MBR. (DIÁRIO da TARDE, 14/05/91) Os custos de manutenção da Praça ainda estão à cargo da MBR. (1997)

¹⁷⁵ O arquiteto Ricardo LANA e a historiadora Maria Guiomar da Cunha Frota foram os coordenadores da pesquisa histórica. (1990).

- O lago Cruzeiro do Sul e a famosa fonte luminosa com seus nove jatos de 5m e um principal de 10m, passaram a ser controlados por um sistema automatizado. Receberam iluminação nas cores branca, roxa e verde. Ainda hoje, esta é uma das maiores atrações noturnas da praça. As outras fontes e chafarizes foram iluminados na cor branca;
- Os bustos de Crispim Jacques Bias Fortes, D. Pedro II, Bernardo Guimarães, do jornalista Azevedo Junior e do senador Júlio Bueno Brandão foram tratados e recuperados;
- Do projeto de 1903, os únicos resquícios são o coreto e os postes de iluminação, que devido à fiação elétrica subterrânea e um sistema de controle computadorizado, puderam ser reutilizados. Um total de 25 postes foram distribuídos em todo o conjunto da praça e nas ruas de acesso;
- O coreto, o elemento mais antigo da praça, teve um tratamento especial. A pintura original de uma das paredes, descoberta durante o restauro, foi protegida por vidros e convive em harmonia com o projeto contemporâneo. O piso interno em concreto pigmentado foi desenvolvido pelo artista plástico Máximo Soalheiro. No porão duas novas propostas criativas: a minibiblioteca para os usuários da praça e uma loja de flores e cartões-postais (que ainda não foram implantados);
- A praça voltou a sua extensão original de 22,5 mil m², com a recuperação de oito metros de cada lado, que haviam se transformado em estacionamento;
- Criação de mais duas praças, situadas entre as Secretarias de Fazenda e Educação e ao lado do Centro de Apoio ao Turismo Tancredo Neves. Esta última abriga no subsolo o "pulmão" da Praça da Liberdade, é onde se localiza o Núcleo de Apoio para os funcionários, com os equipamentos eletrônicos de manutenção;
- O mobiliário urbano foi todo reformulado, foram 45 bancos em madeira branca, 22 lixeiras em aço, bebedouros, cabines telefônicas e pontos de ônibus;
- A Prefeitura selecionou um grupo de doze empregados que foram especialmente treinados para manter a infra-estrutura da praça, além de um convênio com a polícia militar que faz a segurança local;
- Aos Domingos uma das ruas laterais fica fechada para o tráfego de veículos, permitindo a integração da Praça com as praças adjacentes;
- A manutenção da Praça é de responsabilidade da MBR, por enquanto, conforme convênio firmado com a Prefeitura.

A 12 de dezembro de 1991, segundo o Documento oficial, a Praça da Liberdade acrescida do seu entorno, é tombada novamente.¹⁷⁶

Minas Gerais - Órgão Oficial dos Poderes do Estado - parte III

Ano C- Belo Horizonte 12 /12 /91 nº 236

Secretaria Municipal de Cultura - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município.

"O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, reunido em sessão ordinária, de dezembro de 1991, deliberou tomba o conjunto urbanístico Praça da Liberdade conforme planta, descrição perimétrica e relação de bens culturais constantes do anexo I, bem como definir sua área de entorno para efeito de proteção, conforme planta Anexo I e Anexo II.

Publique-se no prazo de oito dias. Belo Horizonte 4/12/91".¹⁷⁷



**PALÁCIO DA LIBERDADE
(A)**

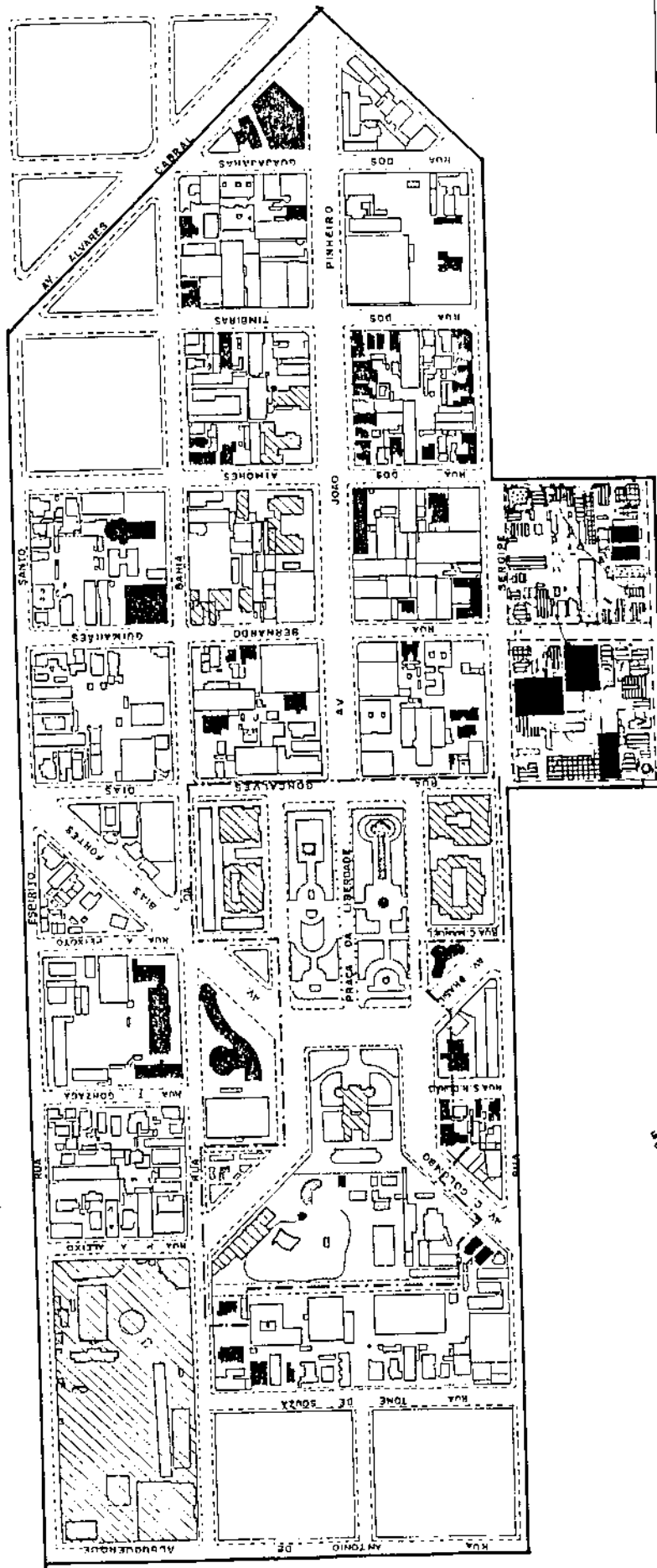
¹⁷⁶ Este novo tombamento consistiu na determinação de um perímetro envoltório a Praça da Liberdade, contendo os bens culturais tombados e edifícios de interesse de preservação; além de uma poligonal de proteção do entorno deste conjunto urbanístico estendendo-se à Avenida João Pinheiro.

¹⁷⁷ Documento extraído do "Dossiê de Tombamento da Praça da Liberdade", IEPHA, 1997.

PRAÇA DA LIBERDADE - AV. JOÃO PINHEIRO E ADJACÊNCIAS

- BENS CULTURAIS TOMBADOS
- EDIFÍCIOS DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO
- NÃO IDENTIFICADO
- POLIGONAL DE PROTEÇÃO DO ENTORNO
- PERÍMETRO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA LIBERDADE

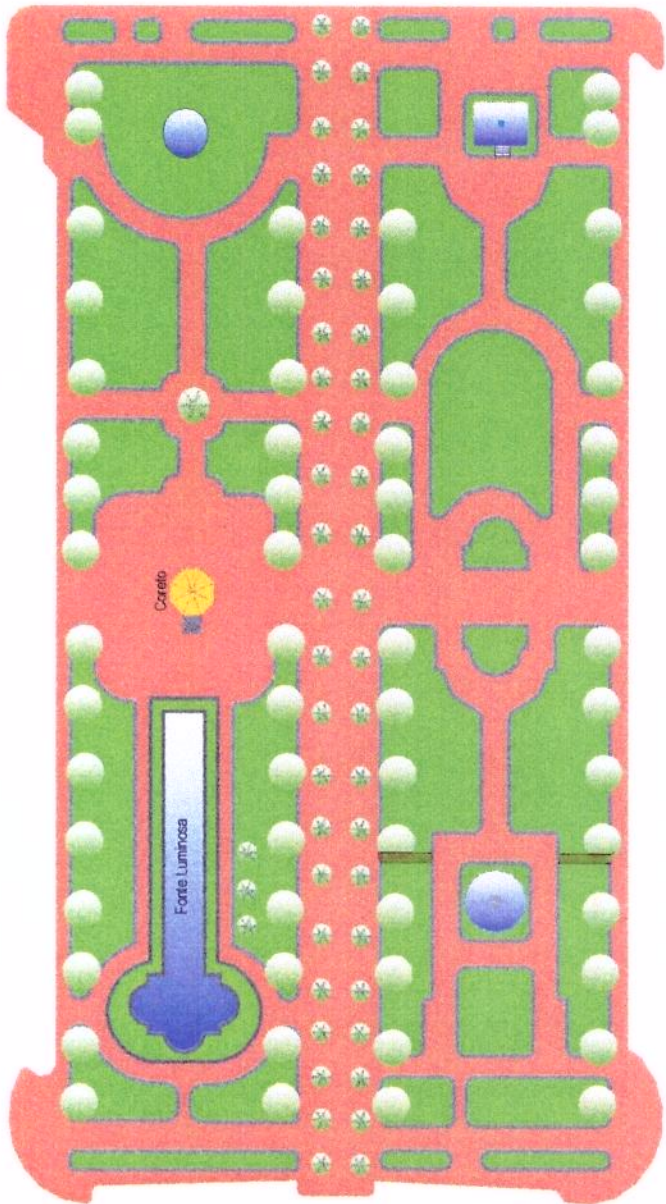
0,000 x 7,000



0,000 x 7,000

1- PATRIMONIO CULTURAL			
JUL / 90	RESPONSÁVEL: DR. RICARDO S. LAMA		
ESC: 1/4.000	DESENHO: ALEXANDRE F. NASCARENHAS		

CONJUNTO URBANÍSTICO DA PRAÇA DA LIBERDADE E DA AVENIDA JOÃO PINHEIRO
PERÍMETRO DE TOMBAMENTO E POLIGONAL DE PROTEÇÃO DO ENTORNO



PROJETO PAISAGÍSTICO 1990

CONCLUSÃO

"A memória social, em termos materiais e simbólicos, diz respeito às relações entre o passado, presente e o futuro e compreende as marcas que os diferentes grupos sociais imprimem no território que ocupam, enquanto o patrimônio cultural compreende, além da história urbana, a diversidade de modos de viver da população, a produção cultural contemporânea e a imagem da cidade constituída pelo conjunto de atributos da paisagem natural e construída, que fornece identidade e referência culturais à população" (ESTANISLAU, 1997).

IV. 1 O Processo de restauração da Praça da Liberdade

No espaço-tempo destes 100 anos, práticas cotidianas foram se estabelecendo no território da Praça da Liberdade, resultando na conformação de uma “imagem” e instituindo uma identidade com a comunidade. Nascida junto com o plano de Belo Horizonte, a Praça revela a própria história da cidade através das suas permanências e transformações. A última reforma realizada no seu espaço buscou ressaltar estas “permanências”, recuperando o desenho paisagístico de 1920, a partir das marcas deixadas no seu traçado.

O processo de restauração revelou os diversos agentes envolvidos na decisão política que envolveu a retirada das Feiras e a intervenção no seu espaço. Este processo não pode ser visto como um fato isolado das práticas de atuação do patrimônio histórico cultural e da percepção da cidade por aqueles que discutem, atuam e interferem no seu cotidiano. A voga pela reconquista do direito à cidade, a partir de uma nova política urbana de preservação e restauração patrimonial, vem propondo uma requalificação dos espaços públicos, introduzindo um novo medicamento - o “reenervamento” - a tentativa de melhoria da qualidade da vida cidadina, a partir da recuperação de lugares estratégicos.

Em Belo Horizonte podemos destacar alguns momentos que marcaram a prática urbana contemporânea e a preocupação com o seu patrimônio histórico cultural: em 1972 foi criado o IEPHA/MG¹⁷³, órgão que seria o responsável pela política de preservação cultural do Estado e a partir de 1990, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município. Em 1983, a destruição do Cine Metrôpole foi um marco na política de preservação do patrimônio mineiro, colocando em cheque o papel desempenhado pelo IEPHA e os limites de sua atuação. Este processo revelou a incapacidade de atuação da comunidade e da elite intelectual mineira perante a demolição de um imóvel significativo, mas destacou a importância de se estabelecer parâmetros e instrumentos para um processo de preservação de um bem imóvel. O projeto B.H.-Centro, desenvolvido no ano de 1989/1990, cuja proposta previa a recuperação do Centro tradicional, a partir de uma intervenção ao longo da Av. Afonso Pena e áreas adjacentes, retomou a preocupação com os “lugares” da cidade levando em conta seus usuários e não apenas os veículos, o tráfego e a circulação.¹⁷⁴ Em 1991, a restauração da Praça da Liberdade,

¹⁷³ Apesar do instituto do tombamento estar em vigor no Brasil desde 1937, somente na década de 70 é que se instituiu nos municípios “os serviços públicos voltados para a memória e o patrimônio cultural”. (ESTANISLAU, 1996)

¹⁷⁴ Entrevista a Jason Barroso Santa Rosa, membro do IEPHA e conselheiro da Secretaria Municipal de Cultura (Julho de 97). Segundo SANTA ROSA, pouco se realizou dos projetos vencedores do concurso do B.H.-Centro.

cuja mobilização em torno de um conjunto da cidade chamou a atenção para a historicidade dos lugares e o valor do patrimônio público. Foi a primeira vez que se realizou uma intervenção de restauração deste porte, num espaço público, financiada pela iniciativa privada. Em 1994, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural aprovou o tombamento dos seguintes conjuntos urbanos: Praça Rui Barbosa, Praça da Liberdade - Av. João Pinheiro, Praça da Boa Viagem, Av. Afonso Pena, Rua da Bahia, Rua dos Caetés, Av. Carandaí-Alfredo Balena, Praça Floriano Peixoto, Praça Hugo Werneck, Av. Álvares Cabral e Av. Assis Chateaubriand, definindo uma política preservacionista em relação ao espaço da cidade. Recentemente, em 1996, realizou-se o tombamento do Conjunto Urbano do Bairro Floresta, ampliando a escala de preservação, de conjunto para região, e destacando a participação dos moradores no processo de "mapeamento cultural do bairro" (ESTANISLAU, 1997).

IV. 2 O "mito da ressurreição"

Em um processo de intervenção urbana, CAUQUELIN (1982) ressalta a importância de se lidar com as "*memórias diversas*" do lugar e a imagem cultural instituída no tempo. Na restauração da Praça da Liberdade é possível observar que a metodologia desenvolvida procurou resgatar uma "imagem cultural" do espaço instituindo um parâmetro de intervenção que foi estabelecido a partir da memória do lugar.

"Para devolver ao local as características dos anos 20, os responsáveis pela obra fizeram uma exaustiva pesquisa histórica, coordenada pela arquiteta Jô Vasconcelos (...). Tudo foi feito em cima de fotos da época, já que praticamente não existe documentação escrita a respeito. Outras fontes importantes de consulta foram as entrevistas com moradores antigos de Beagá, que ainda se lembram de como era a praça na ocasião, e deram dicas importantes, principalmente sobre os desenhos dos canteiros" (JORNAL de CASA, 8-14/ 12/ 91).

Segundo CAUQUELIN (1992), "além das memórias individuais atreladas a pequenos detalhes, existem as memórias mais amplas, memórias coletivas e anônimas que são passadas através da vida de um lugar. A criação de uma *lenda urbana* pode muitas vezes ser extraída de uma sequência de proposições enunciadas, frases de um discurso oficial, ou mesmo declarações urbanísticas que juntamente com as memórias criam uma espécie de mito". No

Apesar de não terem sido totalmente implantados, é importante ressaltar a discussão levantada sobre a melhoria de qualidade dos espaços públicos e dos serviços urbanos da área central.

caso da Praça da Liberdade, o *mito* do lugar-símbolo foi reconstruído no seu processo de restauração, apoiado pela *mídia* que contou e recontou a sua história.

É importante ressaltar que esta última intervenção na Praça da Liberdade caracterizou-se por um projeto de “restauração” visando uma requalificação do lugar.¹⁷⁵ A intenção estava explícita nas palavras da própria arquiteta¹⁷⁶ responsável: a “idéia é restaurar a praça segundo o traçado projetado por Dieberger, em 1920, recuperando a “vocação cultural e cívica, de abrigar em suas alamedas os principais movimentos nascidos da sociedade civil”.¹⁷⁷

“A proposta era retornar a Praça para a população da comunidade de Minas Gerais, porque esta praça não é uma praça só de Belo Horizonte, não é só da Savassi, é onde está o Palácio do Governo, as secretarias, onde está localizado o poder, então a idéia era de que, aquilo ali, fosse um ponto de retorno das pessoas que visitassem B.H., dos belo-horizontinos, que a usassem como lazer, um lazer que foi perdido durante esses 20 anos” (VASCONCELOS, 1997).

Partindo da análise deste discurso, podemos observar como a identidade do projeto foi sendo estabelecida, possibilitando a criação no imaginário coletivo do *mito da ressurreição*.¹⁷⁸ O fio condutor do projeto estava centrado na recuperação do simbolismo de um espaço-Praça que

¹⁷⁵ Como a Praça da Liberdade já havia sido tombada, qualquer intervenção em seu espaço deveria, por lei, ser submetida à aprovação do IEPHA/MG que neste caso, acabou participando ativamente do processo de restauração.

¹⁷⁶ A arquiteta Jô Vasconcelos tem especialização em restauro, já tendo realizado algumas restaurações em Fazendas no interior de Minas. Em relação a intervenções em espaços públicos foi a responsável pela reforma da Praça Marília de Dirceu, em BH. No caso da Praça da Liberdade, não houve concurso e nem processo de seleção, porque inicialmente, o projeto fôra encomendado à arquiteta por uma empresa particular, que bancaria os custos da obra. Mas acabou não dando certo, e a Prefeitura, então, se comprometeu a bancar a obra, mesmo se não conseguisse nenhuma parceria. A 13 de maio de 1991, a Prefeitura assinou convênio com a empresa MBR, realizando o projeto.

¹⁷⁷ “*Liberdade: tombamento oficial será hoje*”, Jornal ESTADO de MINAS, 11/12/1991

¹⁷⁸ Na sua obra “*Essai de Philosophie Urbaine*”, CAUQUELIN (1982:34) toma de empréstimo a análise semântica que André Laurentin conduz no processo de preservação do *quartier* do *Marais*, em Paris; estabelecendo seis mitos que perpassam a criação de uma identidade urbana e que funcionem como “motor de uma ação de reabilitação”. O mito da ressurreição, o mito do doente, o mito do ataque e do salvamento, o mito da herança, o mito da máscara e o mito da devoração. Em todos eles é possível perceber a transformação do lugar enquanto espaço geográfico, em um “personagem”.

O mito da ressurreição recupera a imagem de um lugar que nasce, cresce, se desenvolve, amadurece, conhece a decadência e morre até que um projeto de intervenção recolhe os seus restos e propõe uma restauração e conservação.

havia abrigado o *footing*. Era a busca da Praça, enquanto um território de sociabilidade voltado para o lazer, refutando a imagem da praça de mercado.

O parâmetro estabelecido tinha sua justificativa na permanência de um traçado que ainda mantinha suas características estéticas e que era o mais forte na memória:

"(...) esta praça, apesar de descaracterizada, de ter sido cortada, (...) o que ela mantinha de mais forte, ainda era, o traçado do estilo francês dos anos 20; (...) ela tinha o grande eixo, os eixos transversais mantidos, as formas de canteiro; (...) o traçado básico não tinha sido alterado". (VASCONCELOS, 1997).

Este ambiente que se propunha recriar, tinha sua semente no projeto original idealizado por Aarão Reis, para a Praça da Liberdade. As qualidades artísticas tão defendidas por SITTE (1889) estavam aqui presentes, transportadas do papel e riscadas no solo pelos construtores da nova Capital. A escala monumental, o entorno, o cenário, o *decor* da Praça, tão importantes para a constituição deste território, haviam sobrevivido no tempo e na memória.

Memória, esta faculdade de recriarmos acontecimentos, lugares, sensações como se, nas palavras de ASSIS (1991) "o tempo não tivesse passado". A Praça da Liberdade estava sendo recriada nestas memórias, nas memórias daqueles que em algum momento vivenciaram o seu território:

"Antes e depois das passeatas (alguém se lembra da greve do "um terço"?), antes e depois das provas, nos intervalos das aulas e dos sonhos, por lá deixávamos ficar, donos da vida....

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria, a "Católica", dirigida por Padre Orlando Vilela funcionava no Palacete Dantas, o casarão da esquina Cristovão Colombo, hoje Secretaria de Estado da Cultura.

*Se não nos encontrassem na Faculdade, que nos procurassem na praça
Um dia a "Católica" cresceu, virou PUC, a Praça ganhou asfalto e feiras e nós que não éramos originais, desaparecemos nas esquinas.*

*Agora diante de "nossas retinas tão fatigadas", a **Praça, como se o tempo não tivesse passado, volta** a enriquecer a mais agradável cidade do Brasil, segundo pesquisas do Population Crisis Committee de Washington.*

Quando a mim, mesmo sabendo e sentindo que o tempo passou, qualquer dia desses, quando a saudade maltratar além da medida, vou até Belo Horizonte e, num daqueles velhos bancos ao lado do coreto, tento, quem sabe reencontrar os passarinhos...

*Daqui de São Paulo, não podemos ver a Praça da Liberdade, chego a sentir inveja de quem pode. Principalmente agora. **quando, livre dos tapumes, ela desaba a beleza antiga sobre os olhos do povo.***

Meus olhos nunca se cansaram do coreto, das flores, das palmeiras, dos bancos, da fonte.

Pertenço a uma geração, talvez privilegiada, que viveu a Praça da Liberdade.

*Quem estudou, protestou, questionou, namorou, noivou, até casou, tudo ali, numa cumplicidade naturalmente ecológica com a Praça que **prometia liberdade e distribuía passarinhos*** (Vivina de Assis).¹⁷⁹

A comunidade foi sendo envolvida nesta atmosfera de recuperação, alimentada sobretudo pela existência de pessoas que como usuários daquele espaço, davam depoimentos sobre as décadas passadas, reconstruindo o cenário da época. Durante o processo de reforma, instituiu-se o “chá na praça” onde as pessoas iam conversar e contar sobre as suas lembranças:

“(…) outra coisa que foi importante, foi a figura das pessoas que viveram ali, e que foram ficando mais velhas e que viveram praticamente desde o começo, conviveram e passearam ali na praça, tinham as lembranças, (...) então a gente foi com esta memória oral tendo toda uma noção das plantas que existiam (...)”.

“Olha, foram feitos inclusive chazinhos com biscoitinhos lá na praça, aí o pessoal vinha, o pessoal mais velho, sentava e falava como que era ...” (VASCONCELOS, 1997).

Em algumas situações a comunidade foi convidada a participar diretamente, através de “chamadas nos jornais”, como no caso dos 25 postes originais, instalados em 1920, e das Palmeiras, que acabaram sendo doados:

“Faltava muito poste, então nos conseguimos doações, foi feito anúncio no jornal, para quem tinha destes postes, a CEMIG trocou numa época, nos anos 60, (...) e depois leiloou, (...) então nos pusemos anúncio quem tinha ganhava um poste novo para substituir em rede, (...) nós conseguimos 22 postes e nós colocamos em volta dos passeios das secretarias, que não tinha, em volta da praça e do seu entorno. (...) As palmeiras, tinham duas palmeiras que tinham morrido, (...) então tinha que substituir, por umas palmeiras mais altas, (...) tinha gente que tinha desta palmeira em casa, (...) então a gente oferecia, tirava gratuitamente, se tivesse que arrebentar o muro a gente tirava o muro, depois

¹⁷⁹ “A praça do Povo” Jornal ESTADO de MINAS, 15/12/91.

refazia e trazia, então nós replantamos 3 ou 4 que foram retiradas de particulares, e ficaram escoradas durante um ano (...) e depois mais duas, uma que foi atingida por um raio e uma outra que morreu e também foi substituída mais recente (...)" (VASCONCELOS, 1997).

O mito de ressurreição da Praça foi tão bem sedimentado que mesmo antes de inaugurada, os jornais já atestavam um clima de otimismo e euforia, ao mesmo tempo em que notícias sobre as Feiras, tratavam de "consagrar" o sucesso da sua transferência:

"A Praça da Liberdade dos anos 20, cantada em prosa e verso por Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Guimarães Rosa e Fernando Sabino, **estará de volta dentro de dez meses**, com as obras de restauração e recuperação paisagística que a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou esta semana. Para que isto fosse possível, todas as feiras que ali se realizavam foram transferidas para as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro **em instalações e áreas muito melhores do que as anteriores**".¹⁸⁰

Durante o processo, ia-se recuperando uma imagem adormecida:

"A população aguça a curiosidade diante dos tapumes que desde o dia 11 de fevereiro escondem a Praça da Liberdade. (...) E enquanto a maioria espera, há quem veja, praticamente de camarote, **o tempo voltar 70 anos para trás**. Das janelas dos prédios ao redor da praça, os que pegam carona nesta viagem ao passado, dividem-se quanto às transformações que vão assistindo".¹⁸¹

O clima de sucesso e euforia era descrito nas reportagens locais; a Feira ganhava *status* de maior atração turística . . .

"Sucesso na Afonso Pena. Com a realização da Feira de Arte e Artesanato na avenida Afonso Pena, o acesso dos turistas ficou muito mais fácil. No seu novo ponto ela fica próxima da maioria dos hotéis da cidade. Decisão de Coragem. A Feira de Arte e Artesanato da avenida Afonso Pena ficou como um evento à altura da metrópole. (...) A feira mudou o cotidiano no centro da cidade e ganhou o apoio unânime de toda a população. (...) E, enquanto a feira se aprimora, a Praça da Liberdade passa por uma reforma para voltar a ser uma das principais atrações turísticas e de lazer de Belo Horizonte. (...) 'A recuperação da Praça é um sonho dos mineiros afinal, ela é uma das maiores referências históricas da Capital' constata Martins."¹⁸²

¹⁸⁰ "Liberdade: a volta da praça dos poetas: obras prontas vão reviver o clima romântico daqueles anos 20, cheio de lirismo", Jornal OPINIÃO, 02/03/91. (grifos meus)

¹⁸¹ "Nova Liberdade esconde seus encantos: Praça ganha contornos até agora admirados apenas por quem trabalha nos prédios próximos", Jornal ESTADO de MINAS, 13/09/91. (grifos meus)

¹⁸² "Feira de Arte e Artesanato de B.H.: com mais de 40 mil visitantes, a Feira se consagra como festa da criatividade e maior atração turística da cidade", Jornal ESTADO de MINAS, 28/03/91. (grifos meus)

... e se não agradasse aos belo-horizontinos, existia a chance de atrair os turistas:

"Não é exagero afirmar que Belo Horizonte tem um dos domingos mais animados no País. É dia da Feira de Arte e Artesanato, a maior do gênero em todo o Brasil. *Mudança* – A transferência das feiras para a av. Afonso Pena não aconteceu sem resistência. Alguns feirantes protestaram contra a decisão e se recusavam a aceitar a proposta da Administração Regional Centro-Sul, (...) de criar uma única e grande feira no centro da cidade. Mas, logo no primeiro dia de sua realização, em 17 de fevereiro, os protestos ficaram para trás. Logo que as barracas foram armadas ao longo da avenida, **não houve dúvidas de que o evento estava fadado ao sucesso**. O entusiasmo contagiou expositores e visitantes, que, na prática, constataram que a feira e a Afonso Pena, juntas marcaram uma nova fase na história da cidade".¹⁸³

Nas vésperas da inauguração, o apelo a um tempo em que a Praça acolhia os movimentos culturais. . .

"Por trás dos tapumes, as obras de restauração da praça da Liberdade recuperam muito mais do que um patrimônio histórico da cidade, mas a vocação poética de Belo Horizonte".¹⁸⁴

... e as práticas sociais . . .

"Finalmente no dia 12 de dezembro, dia do aniversário de nossa querida Belo Horizonte, a cidade receberá, como um presente raro e precioso, a reinauguração da Praça da Liberdade, **que será devolvida aos nossos olhos encantados com o mesmo traçado original dos anos de 1920**, "os jardins Versailles". Os tapumes serão retirados três horas antes e, entre o frescor dos jardins e as esbeltas palmeiras de sua alameda, o povo poderá apreciar com orgulho e zelo o patrimônio reconquistado de graça e beleza. (...) **Que a nossa Praça da Liberdade reencontre a vocação romântica dos footings, do emocionado encontro de namorados através do código de olhares, de um verso, de um delicado ramo de rosas**".¹⁸⁵

Mas sem esquecer do tempo presente e daqueles que serão seus futuros freqüentadores:

"Aos 94 anos , a cidade ganha, restaurada, a sua mais famosa praça. (...) os belo-horizontinos mais novos terão a oportunidade de conhecer a praça como ela era em 1920, com seus jardins, fontes, alamedas, bustos e estátuas".¹⁸⁶

¹⁸³ "Feira de Arte e Artesanato de B.H.: A maior do Brasil, faz sucesso na Afonso Pena e atrai milhares de turistas de todo o País", Jornal ESTADO de MINAS, 28/03/91. (grifos meus)

¹⁸⁴ "Nova praça resgatará vocação poética de BH", Jornal ESTADO de MINAS, 11/08/91.

¹⁸⁵ "Praça da Liberdade, presente de aniversário", Jornal ESTADO de MINAS, 08/12/91. (grifos meus)

¹⁸⁶ "Praça da Liberdade, presente que traz de volta os anos 20", Jornal de CASA 08/12/91.

Neste contexto, vai se configurando o êxito da intervenção. Apesar do processo de recuperação da Praça estar fundamentado em um ambiente do passado, o seu sucesso deve-se em parte, pela sua possibilidade de inserção no tempo presente. Longe de ser um espaço congelado no tempo, a Praça da Liberdade é um espaço urbano voltado para o lazer contemporâneo.

Enquanto operação de intervenção em um patrimônio histórico, o projeto de restauração não pode ser visto isoladamente das práticas de preservação atuais, que buscam soluções para abarcar o problema de reintegração de um antigo tecido urbano à escala da cidade contemporânea. Em sua obra *L'Allégorie du Patrimoine*, Françoise CHOAY (1992) recupera a questão da origem do monumento histórico e do termo patrimônio histórico e analisa a atuação das diversas tendências de proteção e salvaguarda, de um patrimônio histórico construído.¹⁸⁷

O processo de restauração da Praça se insere numa concepção à qual CHOAY (1992:151) denomina "*historiale*". Trata-se de uma abordagem que tenta conciliar o valor do monumento histórico, em si, com o valor de uso, atual; refutando o papel de "museificação" do patrimônio.¹⁸⁸ A Praça representou, após sua restauração, um espaço público do tempo presente.

Reinaugurada a Praça da Liberdade, o espaço, livre das feiras, pode ser novamente contemplado e utilizado. Se por um lado a difícil decisão de retirar a atividade comercial da

¹⁸⁷ Nesta obra, Françoise CHOAY (1992) percorre um longo caminho, buscando identificar a origem da noção de monumento histórico, situando em Roma, as primeiras manifestações de preocupação com a proteção de obras antigas.

¹⁸⁸ Na análise de CHOAY (1992:151) a abordagem "*historiale*" teria sua origem na teoria do italiano G. Giovannoni (1873-1943) que defendia a reabilitação de um tecido urbano antigo na vida cotidiana presente. O objeto histórico, entendido como monumento em si, deveria se inserir no presente através de uma proposta de uso contemporâneo. Giovannoni fundamenta sua teoria em três princípios:

1. O fragmento urbano histórico deve se integrar, em um plano local, regional e territorial de restauração que simbolize a sua relação com a vida cotidiana do presente. É fundamental que ele possa ser reapropriado e reintegrado.
2. O monumento não deve ser visto como um objeto isolado, um edifício singular independente do seu entorno, mas inserido num contexto urbano. A proteção e a preservação deve levar em conta a área envoltória do conjunto urbano;
3. O processo de intervenção deve respeitar a escala e a morfologia urbana, numa tentativa de recriar o ambiente urbano original, adequando o novo uso às condições técnicas originais do monumento.

A concepção de museificação aborda o monumento histórico como um objeto do passado que deve ser preservado, como tal, sem nenhum vínculo com o tempo presente; como as obras expostas em um museu, cujo objeto deve ser admirado como um representante de uma cultura passada.

Praça fora tomada, por outro a recuperação do espaço de sociabilidade e sua inserção no cotidiano da cidade dependia da apropriação pela comunidade.

Passados os primeiros momentos de euforia da comemoração da restauração, a Praça foi retomando o seu ritmo; de início muitos curiosos, alguns turistas, os nostálgicos usuários e, pouco a pouco, os novos freqüentadores. Do calendário de quintas, sextas, sábados e domingos; a Praça passou às horas diárias: de manhã cedo o *cooper*, depois as crianças, babás, aposentados, e alguns fortuitos, no almoço o passo daqueles que chegam ou partem das Secretarias, e então chega a tarde quando o *cooper* vem dividir o espaço em meio aos namorados e usuários até tarde da noite.

Na visão de um jornalista, as impressões de uma “praça de todos os tempos”:

“Nem tudo mudou. O footing ainda é hábito de muitos. Passear de mãos dadas também. Encontros sob as árvores acontecem freqüentemente. A confraternização familiar é a mais comum das cenas. As crianças andando sobre os modernos rollers ou fazendo piruetas com as bicicletas destacam-se. Para completar, o pipoqueiro, o vendedor de balão e algodão doce, a carrocinha de cachorro quente e o fotógrafo lambe-lambe.

*Em tempos de ditadura da saúde e da boa forma, durante a semana, no início da manhã e final da tarde, o cenário é ocupado pelos atletas de plantão. Vestidos a caráter (trainings e tênis), uns caminham e outros correm. Boa parte deles se conhece. O esporte é o pretexto perfeito para rever os amigos. Nos finais de semana, o bicho pega. A rua lateral é fechada e a praça é invadida por centenas de pessoas, que vão lá para passear ou para assistir as apresentações teatrais e musicais que acontecem no coreto, o símbolo mais querido”.*¹⁸⁹

Na “voz” dos seus freqüentadores, percebe-se o significado que este espaço vem adquirindo:

... do antigo símbolo, e do antigo usuário ...

*“Moro na região há 20 anos. Desde então, venho aqui todas as manhãs e tardes. Acho a Praça maravilhosa. Adoro apreciar o movimento. Aqui, sem dúvida, é a **referência social** do belo-horizontino. (...) A época mais bonita é a primavera. Acho que não existe ninguém na cidade que não conheça a Praça”. (D.Júlia,88).*

... as formas de lazer se perpetuam, nas novas gerações ...

¹⁸⁹ “A praça de todos os tempos”, Jornal ESTADO de MINAS, 02/06/96.

“É aqui que eu estudo e leio os meus livros. A minha casa é uma confusão diária. Só na Praça encontro sossego. Acho que me acostumei ao local. Durante a semana, é o meu local de estudo e, no final de semana de lazer. Estou adorando os espetáculos que acontecem no domingo. É uma forma de diversão que contribui para a cultura e é acessível. Sem contar as paqueras e os encontros com o pessoal da faculdade que também passa por aqui”. (Marcela,23)

A “ressurreição” deste espaço-símbolo vem acompanhada de um processo de valorização constante do lugar.¹⁹⁰ Em 1993 uma campanha, iniciada pelo Movimento Minas Presente, propunha a “transformação da Praça da Liberdade, compreendendo o conjunto de edificações que abriga Secretarias e Órgãos Públicos Estaduais, em um Centro de Arte e Cultura”.¹⁹¹ No mesmo ano um ato simbólico, no intuito de sensibilizar a comunidade da importância de se preservar o patrimônio histórico e defender a memória da cidade, realizou o “abraço na Praça”.¹⁹²

Hoje não existe o *footing* e o *flirt*, mas os *rollers*, e o *cooper* da manhã e da tarde que dita o ritmo dos passantes; as conversas dos intelectuais, dos poetas, dos políticos aparecem nas figuras dos aposentados, dos pais que levam seus filhos, das babás e daqueles que ainda, com uma certa nostalgia, se sentam nos bancos da Praça, para relaxar e descansar do ritmo frenético da metrópole.

IV. 3 Considerações finais

“Eu comecei a trabalhar num dado momento da periferia leste, para tentar diferenciar os espaços públicos nas várias periferias de São Paulo. Um dia eu estava entrando num setor no mapa e dizia “praça” e tinha um conjunto habitacional do lado e eu fui até essa praça e me pus a fotografar. A praça era totalmente vermelha, uma grande área de terra já com sinais de erosão. Apareceram algumas crianças e houve um diálogo mais ou menos assim: “Tia, o que você está fazendo? Estou tirando fotos da praça. Vocês não gostariam de ter uma praça de verdade aqui? ... Mas onde nós vamos jogar o lixo?”

¹⁹⁰ Dos muitos usos que a Praça vem tendo, destacam-se a exposição na alameda Travessia das obras do escultor austríaco Franz Weissmann; o teatro de rua e os concertos musicais que retornaram a cena da Praça, proporcionando diversão e lazer gratuito; e o inusitado lançamento do novo modelo do *Palio*, pela FIAT. Recentemente a greve da polícia militar ocupou a Praça, recuperando sua função como espaço de manifestação política.

¹⁹¹ “*Liberdade pode virar um Centro de Cultura*”, Jornal ESTADO de MINAS, 4/03/93.

¹⁹² “*Arquitetos dão abraço na praça*”, Jornal HOJE em DIA, 22/10/1993.

Elas não sentiam falta de praça porque não tinham nenhum hábito de usá-la, não fazia parte da sua cultura". (Regina MEYER) ¹⁹³

A questão do espaço público praça na cidade contemporânea está cada vez mais em debate. Em recente artigo dedicado à questão do verde nas grandes cidades, Regina Meyer relatou uma experiência (citação acima) que revelava a perda do hábito do cidadão de frequentar os espaços públicos, em particular as praças. ¹⁹⁴

Na época da intervenção no espaço da Praça da Liberdade, muito se questionou se era necessário retirar definitivamente as feiras da Praça e o que seria daquele lugar sem as feiras que, durante 20 anos, ali estavam estabelecidas. Muito se especulou sobre o caráter unicamente publicitário da intervenção por parte do prefeito em gestão. Fato é que ao ser restaurada, a Praça da Liberdade, foi sendo reapropriada por velhos e novos usuários. Deixou de ser uma praça de mercado, para retomar sua antiga função de espaço de sociabilidade voltado para o lazer.

A Praça da Liberdade representou e representa uma referência cultural para a cidade de Belo Horizonte. Um símbolo que foi legitimado a partir do projeto paisagístico de 1920, quando o espaço tomou forma de território, tornando-se um espaço de sociabilidade superando sua vocação de "abrigar o poder", pretendida pelos seus idealizadores. Mesmo as várias interferências, reformas e apropriações, que ocorreram no espaço preservaram do cenário original a monumentalidade e a racionalidade do traçado paisagístico, demonstrando a permanência de uma concepção estética. ¹⁹⁵

O resultado desta restauração não foi apenas a recuperação de um espaço público, em seu *decor* estético; mas a busca pela possibilidade de retomada da vida cívica. Olhando hoje para a Praça da Liberdade seria impossível não perceber a sua apropriação, pela comunidade. Mesmo que esta praça não dê conta do lazer da maioria da população, a iniciativa do processo de intervenção foi capaz de despertar o interesse da comunidade para outros espaços públicos existentes, e a consciência de uma dimensão pública. Este processo acabou incentivando a intervenção e a restauração de outras áreas da cidade, tais como o Parque Municipal, a Praça

¹⁹³ "Debate: Paisagismo e Cidade – Conversações no Jardim", revista Arquitetura & Urbanismo, ano 12, n. ° 75, DEZ/JAN, 1998, São Paulo.

¹⁹⁴ Pode-se aqui levantar a seguinte discussão: estas pessoas não têm o hábito de frequentar praça por que não fazem parte da sua cultura ou elas não têm acesso a esta praça por que ela simplesmente não existe?

¹⁹⁵ A Praça é atualmente um dos poucos lugares que conseguiu sobreviver à especulação imobiliária, que demoliu e destruiu parte do ambiente original da cidade de Belo Horizonte.

Hugo Werneck, a Praça da Boa Viagem. Nas palavras de ESTANISLAU (1997) “nos anos 90, a questão da memória e do patrimônio cultural tem que coincidir com a questão da qualidade de vida e ambas têm que materializar-se no direito à cidade, sem desconsiderar que numa mesma cidade, muitas cidades existem”.

Se hoje a Praça da Liberdade continua a ser um símbolo cultural para a cidade, demonstra que o projeto de restauro soube resgatar um espaço de sociabilidade, recuperando para o cidadão o seu direito à cidade.

A simbologia da **praça** nos remete ao próprio significado do termo praça no imaginário social. A praça representa um elemento urbano diferenciado, desempenha um importante papel na vida social e arquitetônica das cidades. O seu significado, enquanto espaço público, está atrelado aos diversos momentos da história social das cidades e da suas transformações morfológicas.

A análise do processo de restauração da Praça da Liberdade revelou as várias praças que, desde a sua fundação, surgiram no mesmo espaço; arquétipos que foram se sobrepondo no tempo: ela foi a “praça do poder”, mas foi também a praça do encontro, do *footing*, das manifestações políticas, das feiras. Um espaço geográfico, a princípio, que ao longo do tempo foi se transformando em um território. Território que expressa um espaço real vivido, ocupado por indivíduos que estabelecem entre si relações que se configuram espacialmente; na definição de ROLNIK (1992), “cartografia das relações sociais”.

A praça, enquanto espaço público, representa um espaço-síntese no qual a cidade imprime a sua história e a sua marca.

“A reconquista do espaço público tem que ser uma estratégia básica. Nós temos (...) que ser capazes, politicamente e socialmente, de reconquistar o espaço público. Quer dizer, crianças devem voltar a brincar na rua ou se socializarem na frente de casa e não apenas em lugares fechados”. (Jorge Wilhelm) ¹⁹⁶

A possibilidade de vivência do espaço público, praça, depende de uma política urbana que possa dar condições qualitativas para que o espaço seja apropriado. Seja restaurando espaços deteriorados ou construindo praças que só existem no papel.

O êxito da intervenção da Praça da Liberdade desperta para uma questão local que diz respeito aos espaços públicos em Belo Horizonte, mas, ao mesmo tempo, destaca uma

¹⁹⁶ Jorge WILHEIM, “Perdemos o espaço público”, Jornal FOLHA de SÃO PAULO, 24/08/97.

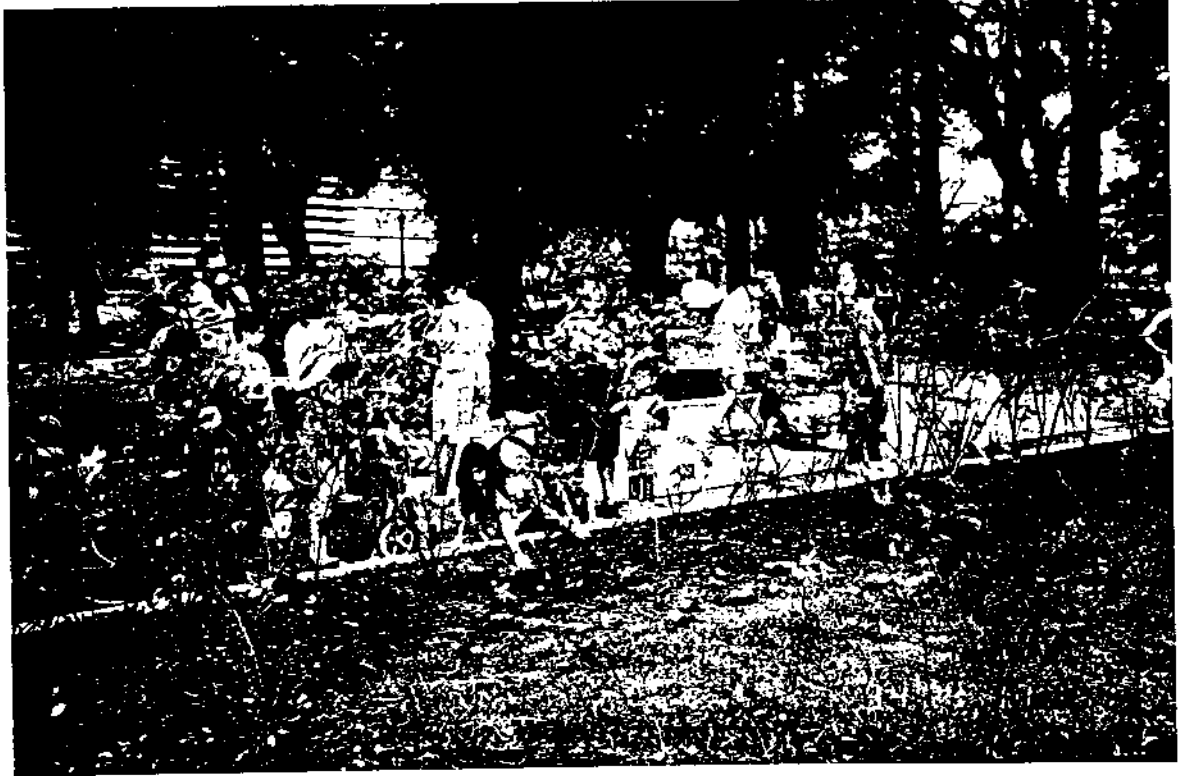
dimensão técnica, observada nas críticas “sittianas” do início do século, centrada na forma de se intervir na cidade contemporânea, cuja escala e dimensão não conseguem mais se resolver no paradigma da planificação global.

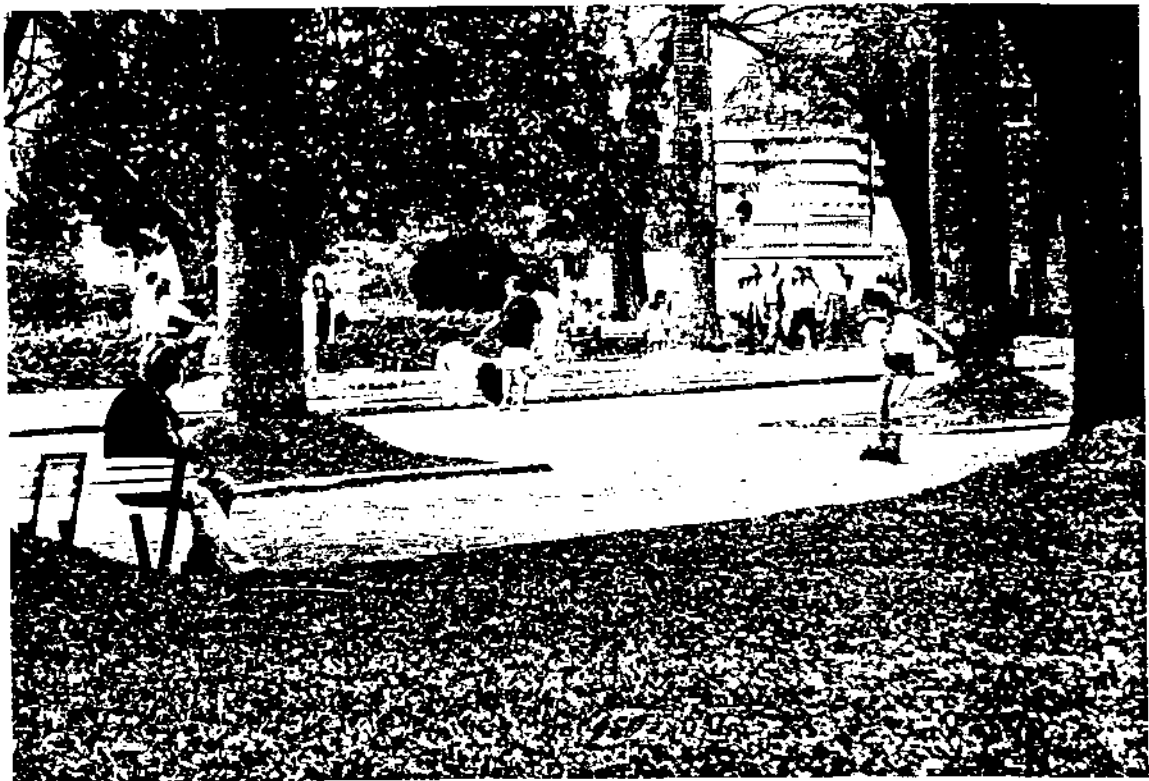
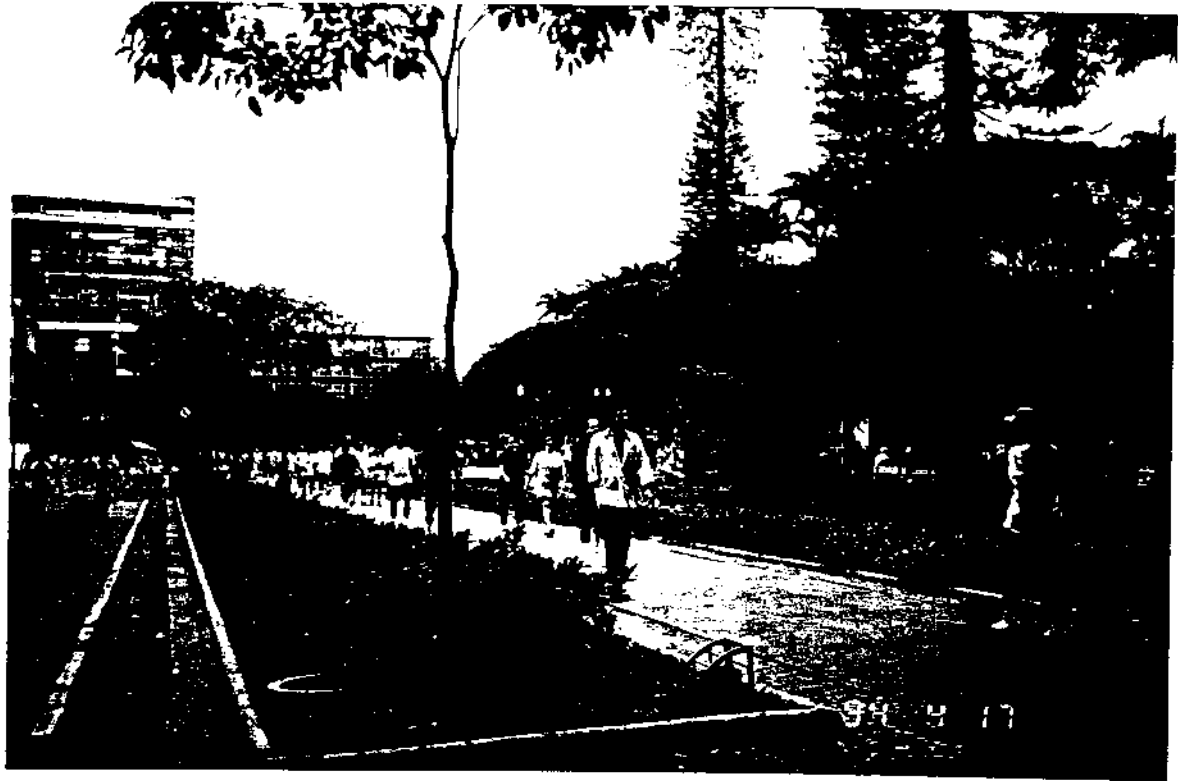
Nas grandes cidades onde o crescimento espacial torna-se impossível, as intervenções em territórios já consolidados, parecem ser uma solução para a busca da qualidade de vida urbana. Uma certa nostalgia pelos *lugares* da cidade parece fundamentar as políticas urbanas que assumem, cada vez mais, a tendência da intervenção pontual, aliada a uma concepção preservacionista da cidade, de proteção e recuperação do seu patrimônio urbano.

O que representa o espaço da praça, hoje, é uma questão que não se pretende finita. Mas, com certeza, pertence a uma forma de compreender a cidade, a partir dos seus territórios, e das muitas possibilidades de apropriação do seu espaço. Este estudo não pretende fazer uma apologia do espaço da praça, mas, sem dúvida lembrar, nas palavras de BURKE (1997), “a falta que uma praça faz”.¹⁹⁷

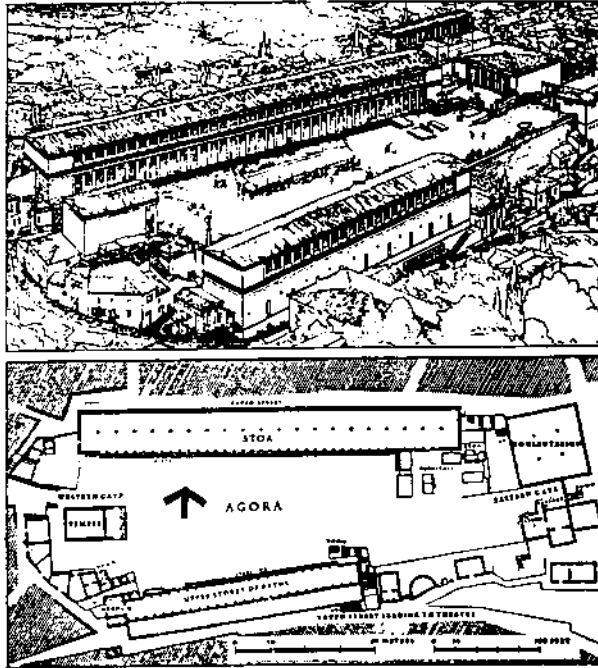


¹⁹⁷ “A falta que uma praça faz: São Paulo precisa de um oásis de sociabilidade”, Jornal FOLHA de SÃO PAULO, 27/04/97.



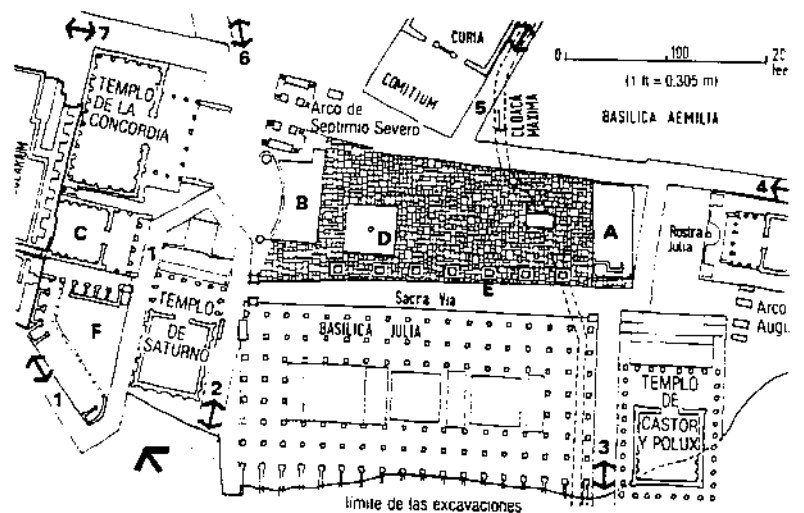
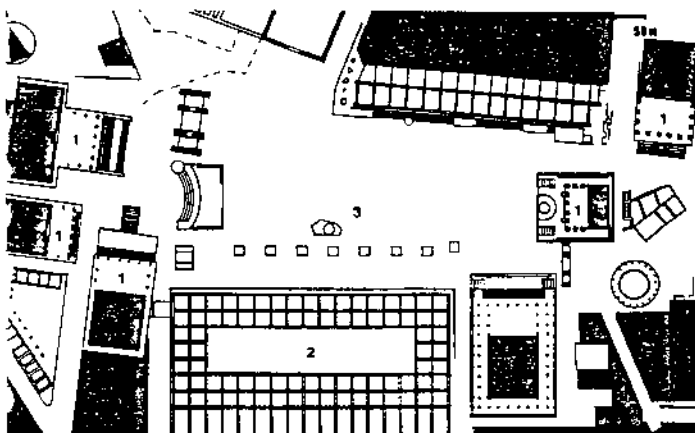


ANEXO I



ÁGORA DA CIDADE DE ASSOS (RECONSTRUÇÃO)

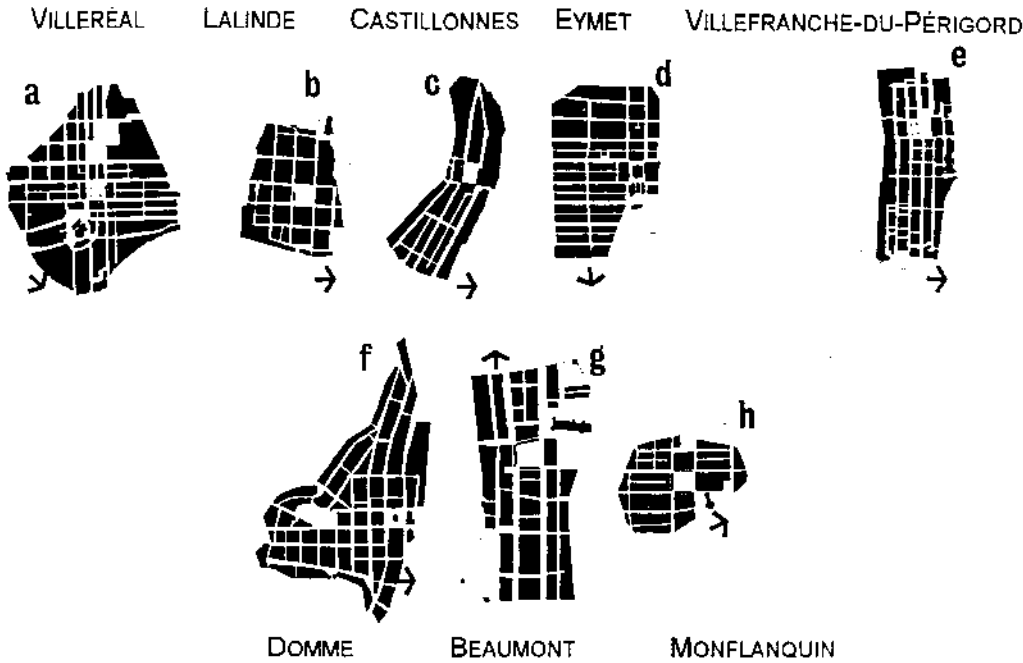
Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)



PLANTA FÓRUM ROMANO

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)

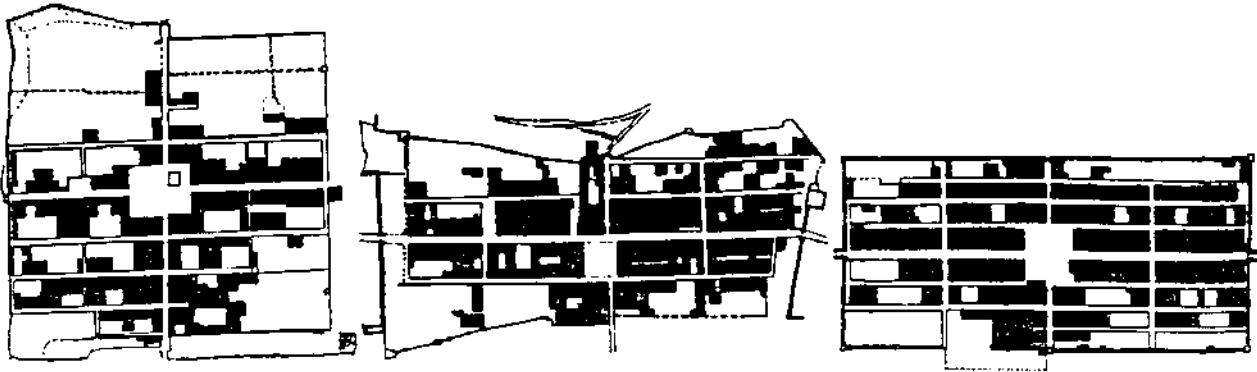
O ESPAÇO DA PRAÇA EM RELAÇÃO À ESCALA DA CIDADE MEDIEVAL



PLANO DE ALGUMAS BASTIDES FRANCESAS
Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)

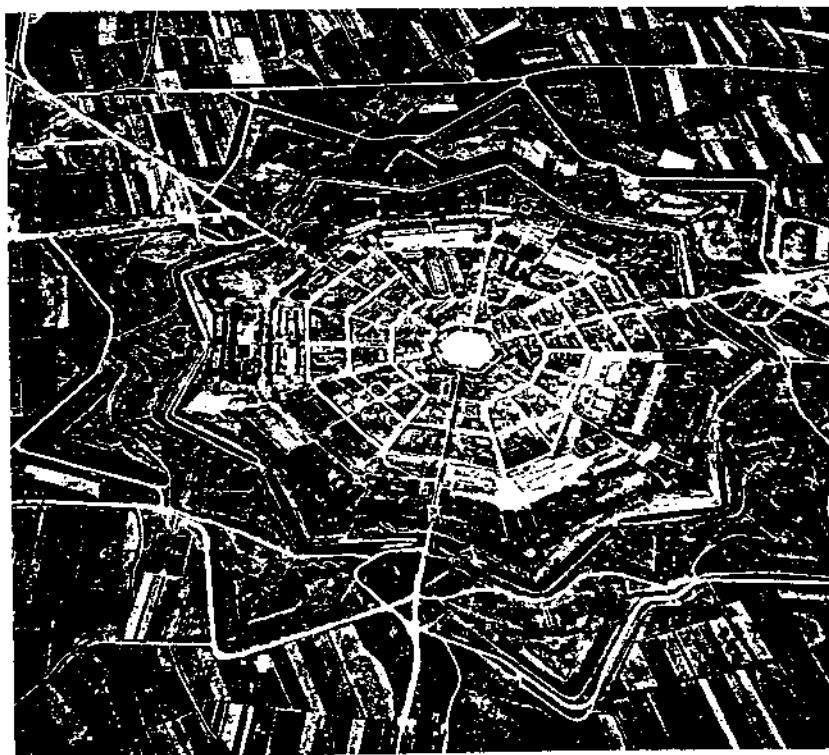


PLANO DA CIDADE DE MUNIQUE, AO CENTRO MARIENPLATZ (A)
Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)



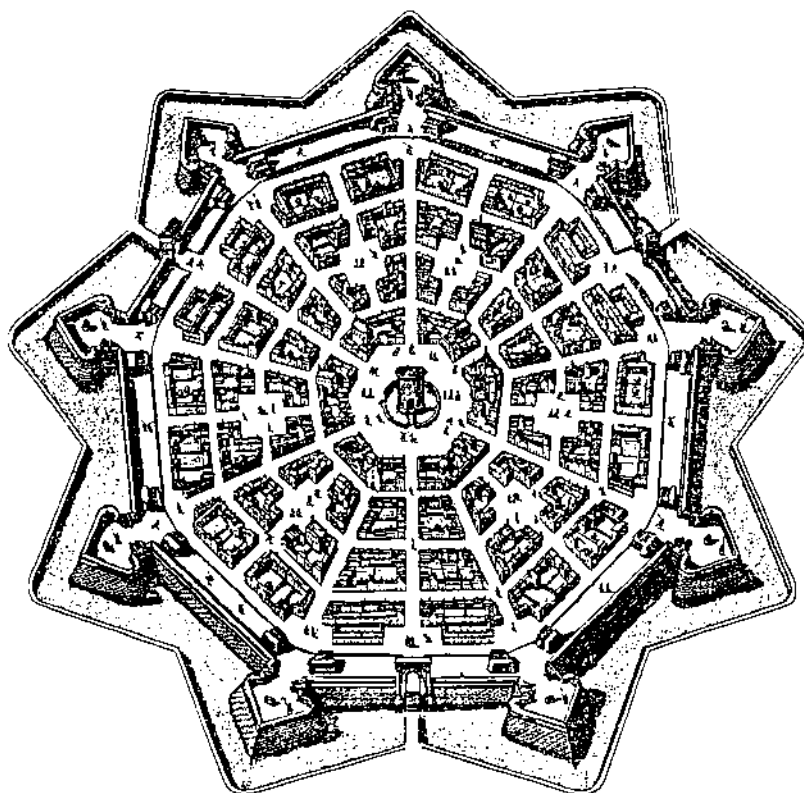
CASTEL-FRANCO DI SOPRA SCARPERIA TERRANUOVA

PLANO DE CIDADES ITALIANAS
Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)



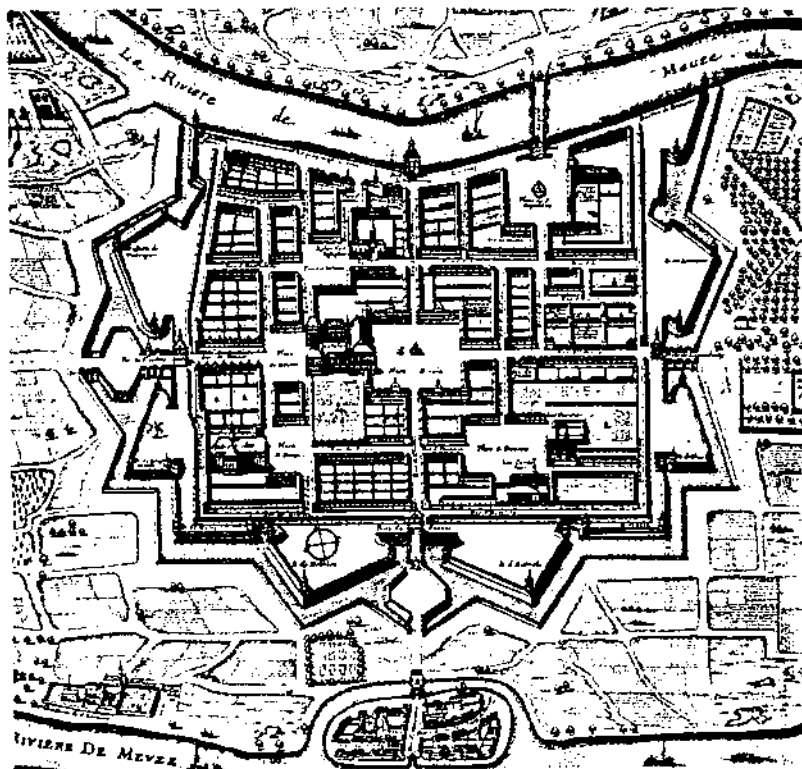
VISTA DA CIDADE DE PALMA NUOVA

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)

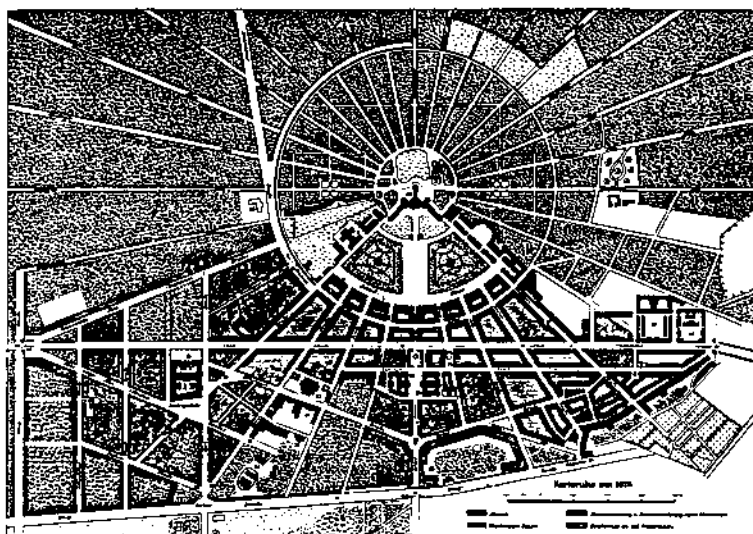


PLANO DA CIDADE DE PALMA NUOVA

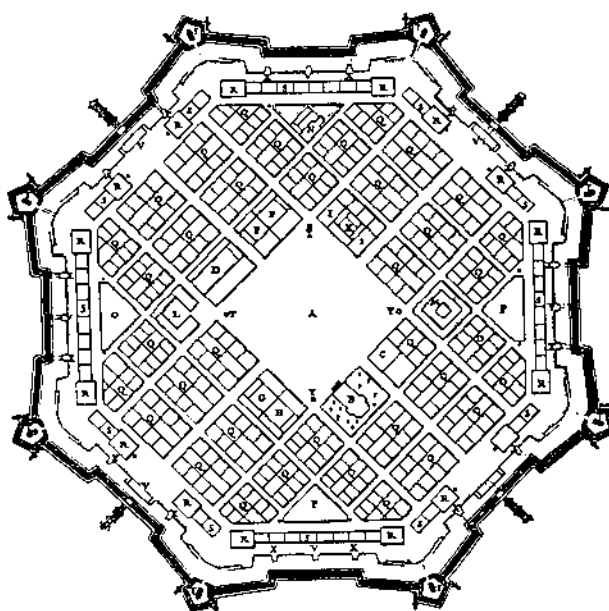
PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)



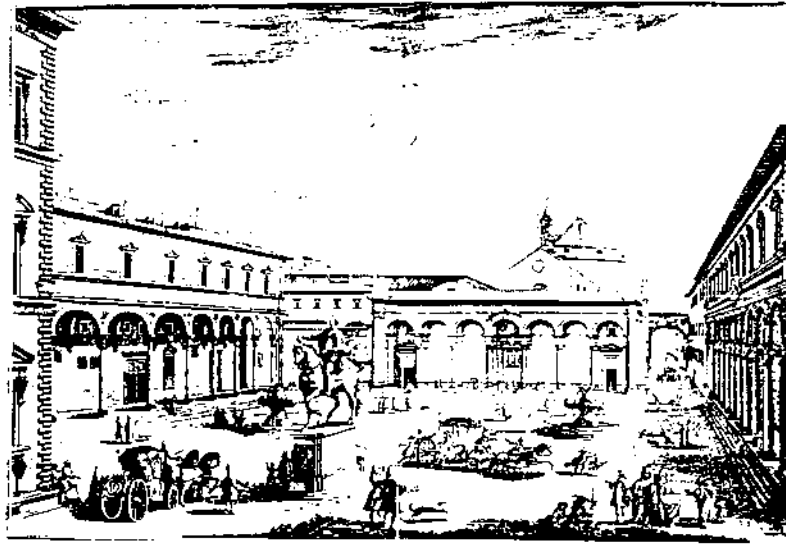
PLACE DUCALE, CHARLEVILLE (1608-1620)



PLANTA DA CIDADE DE KARLSRUHE (1822)

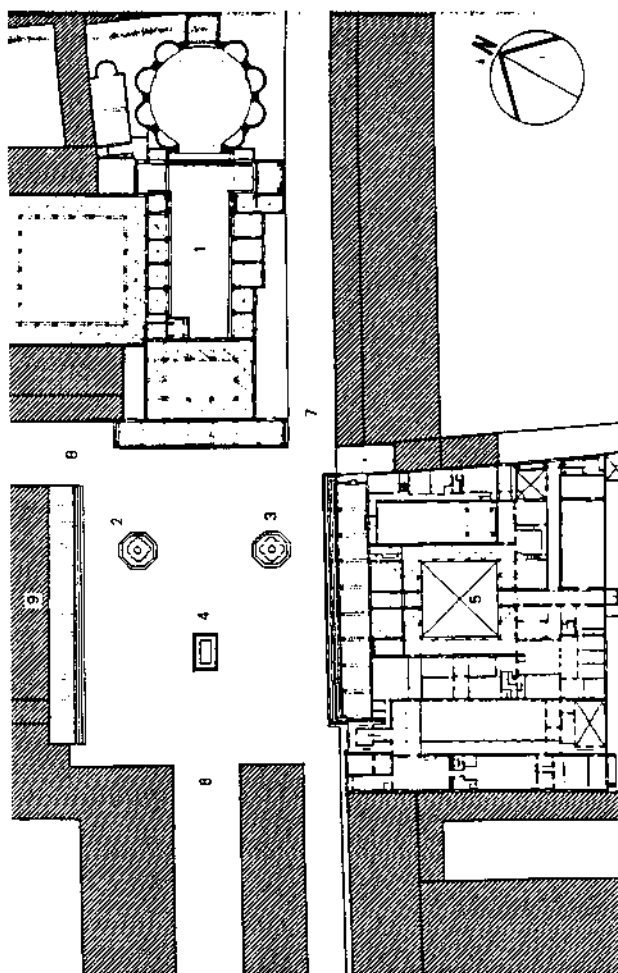


PLANTA DA CIDADE DE NEUF BRISACH
Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)

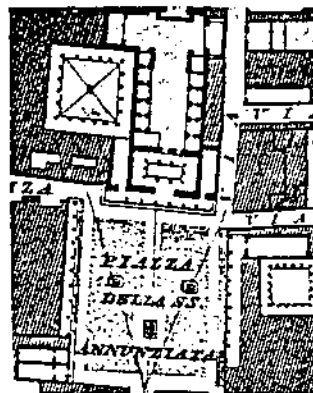


GRAVURA DA PIAZZA DI SS. ANNUNZIATA. DE GIUSEPPE ZOCCHI (SECOLO XVIII)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



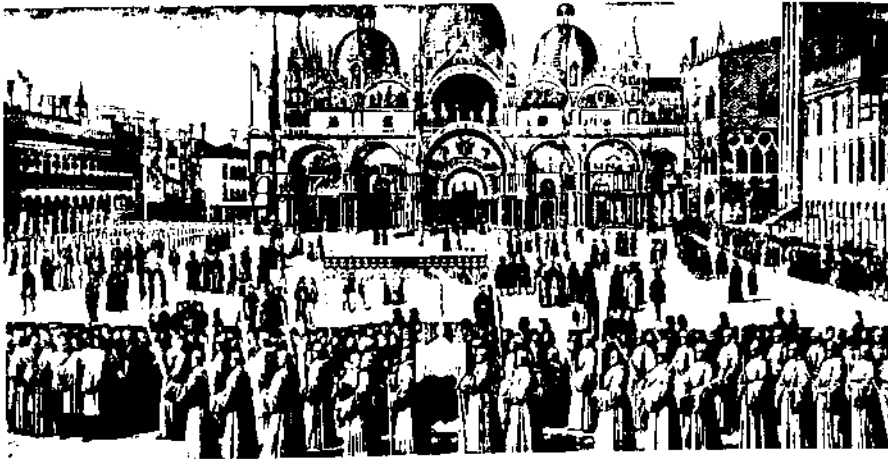
PLANTA



VISTA

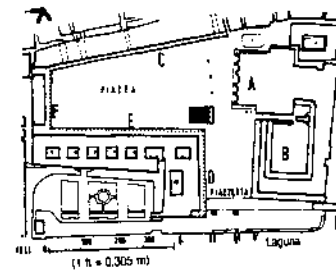
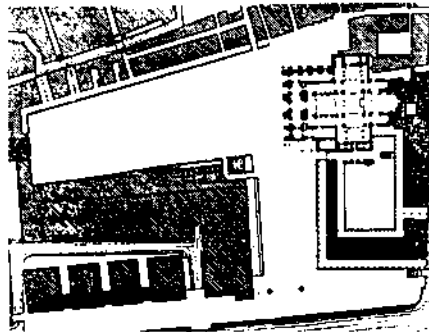
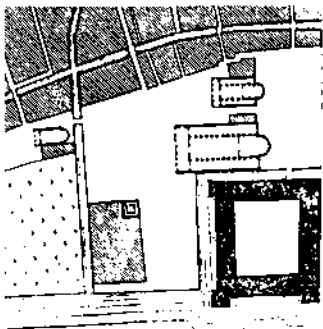
PIAZZA DI SS. ANNUNZIATA (FLORENÇA)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)



PROCESSÃO NO CAMPO DA *PIAZZA SAN MARCO*, GENTILE BELLINI, SÉCULO XV (VENEZA)

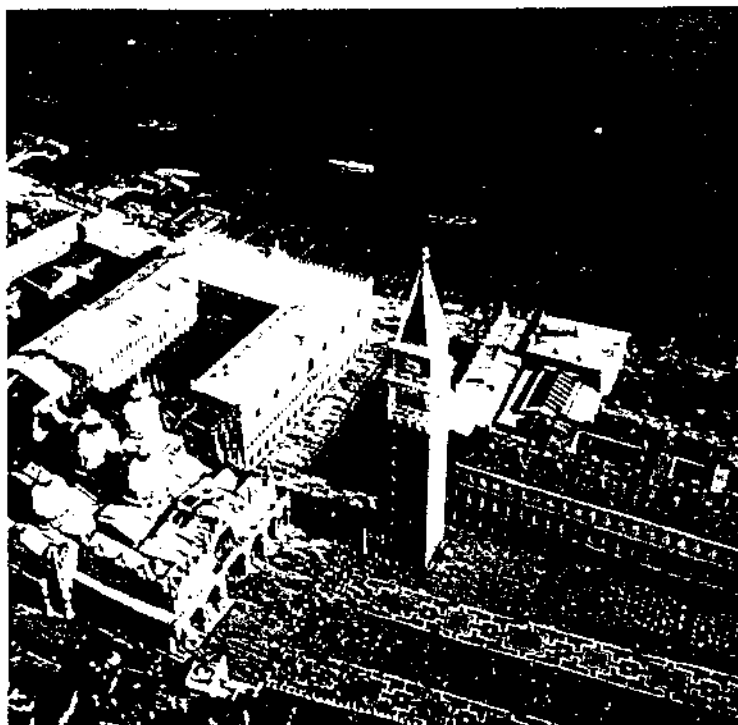
Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



TRANSFORMAÇÃO DA *PIAZZA SAN MARCO*: PLANTAS, SÉCULO XII SÉCULO XVI, ANTES DA REFORMA FINAL, ATUAL

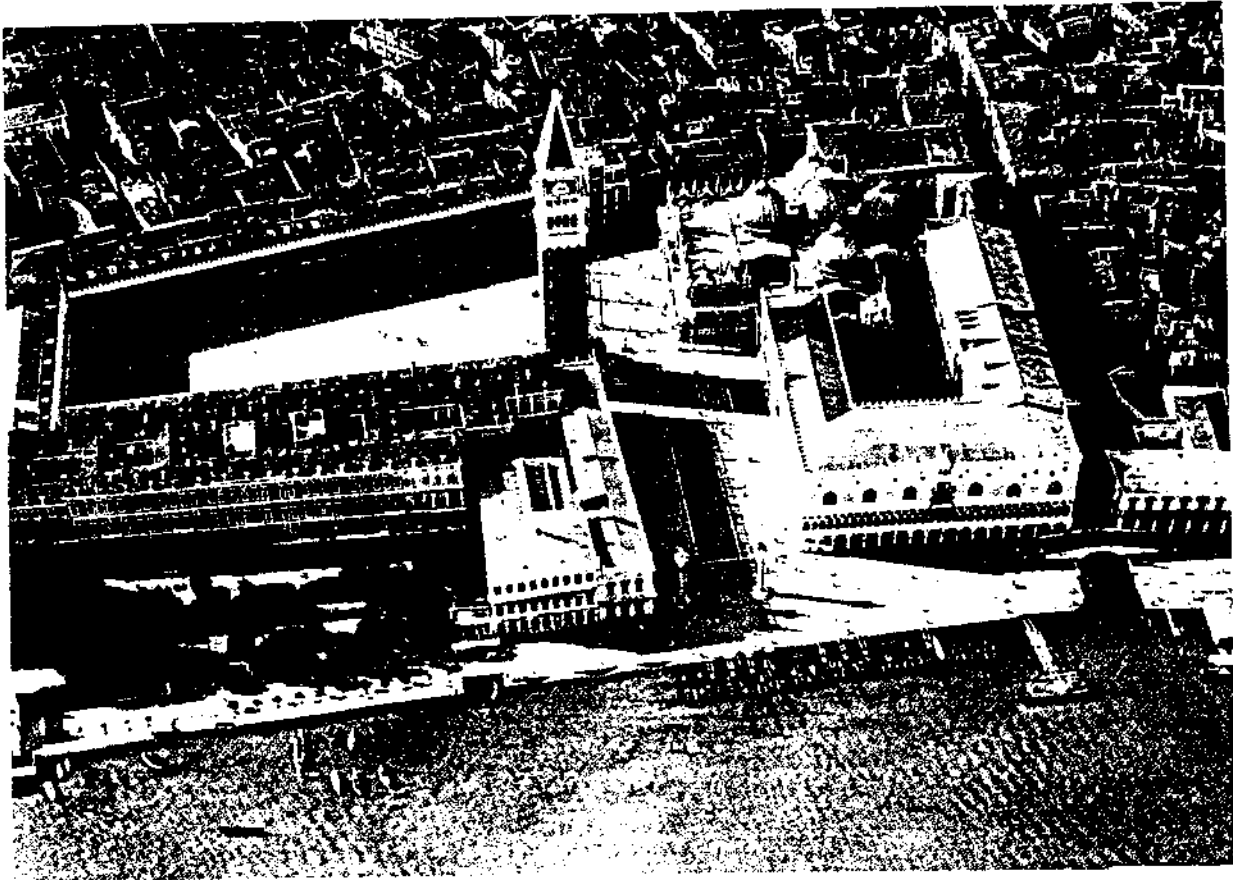
Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)

TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

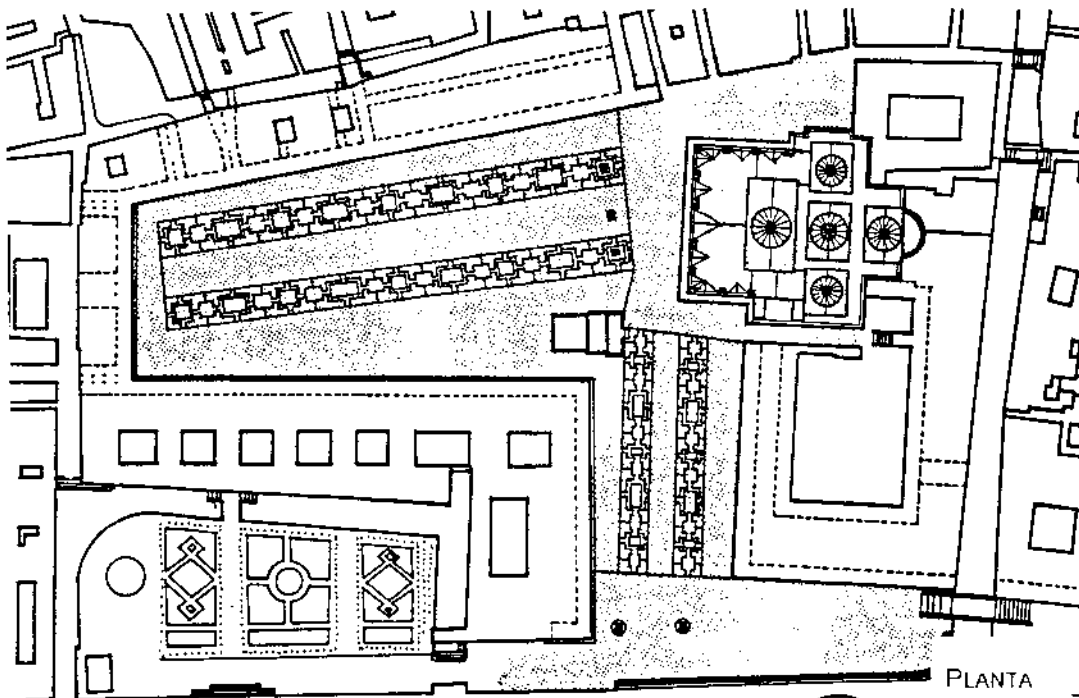


PIAZZA SAN MARCO, VISTA

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



VISTA



PLANTA

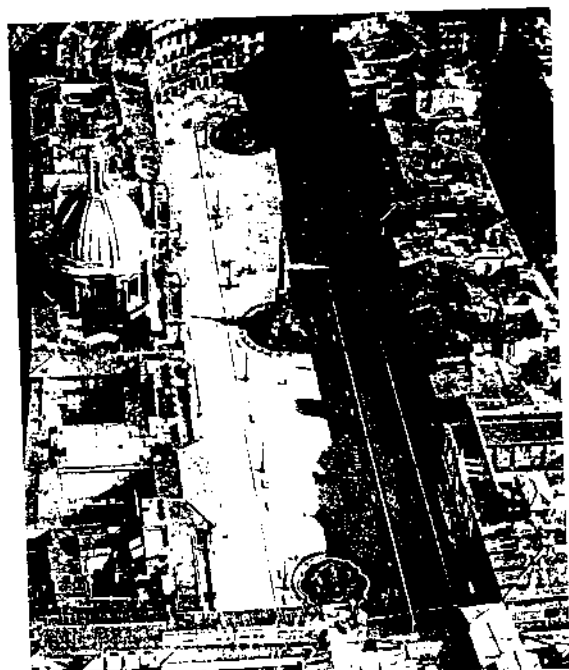
PIAZZA SAN MARCO (VENEZIA)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)



GRAVURA PIAZZA NAVONA

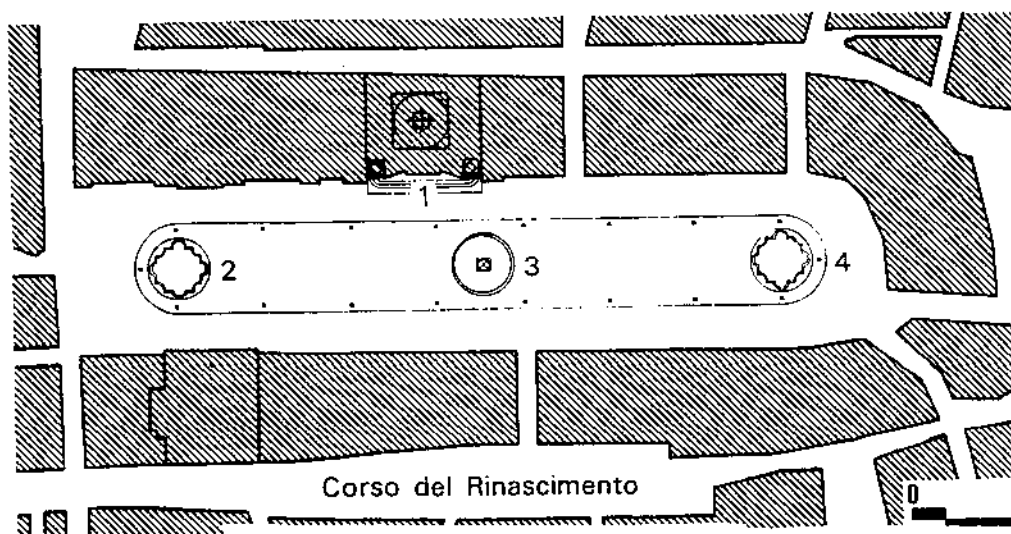
Fonte: THE CITY ASSEMBLED: THE ELEMENTS OF URBAN FORM THROUGH HISTORY(1992)



VISTA GERAL



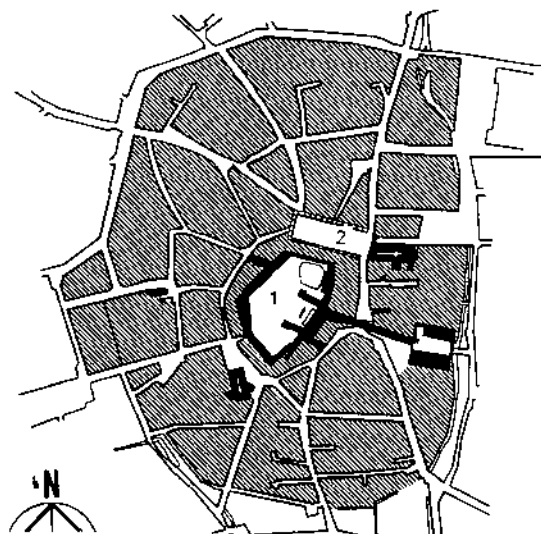
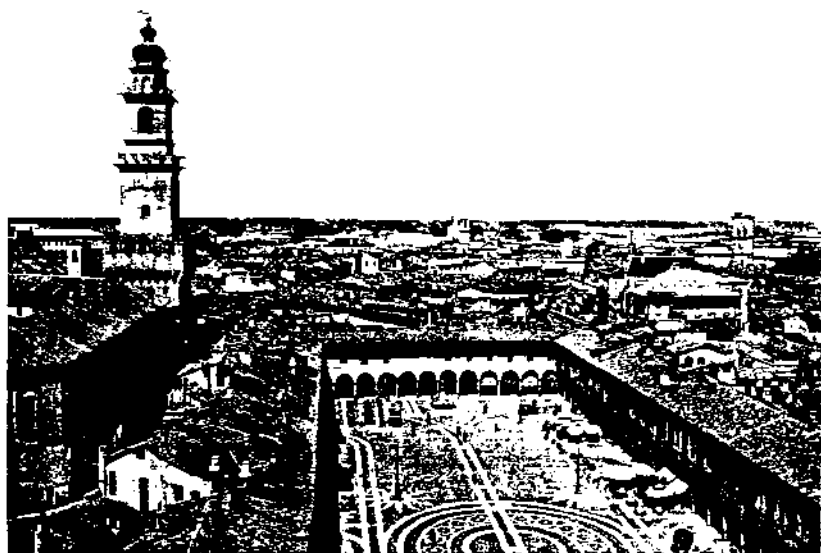
Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



Corso del Rinascimento

PLANTA PIAZZA NAVONA (ROMA)

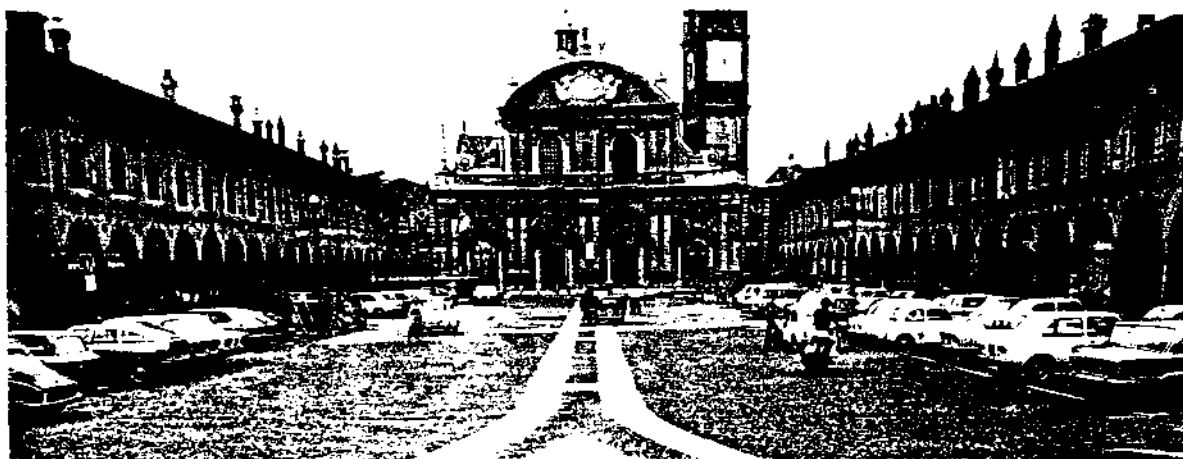
Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



PIAZZA DUCALLE. VIGEVANO (VISTA E PLANTA)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)

PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

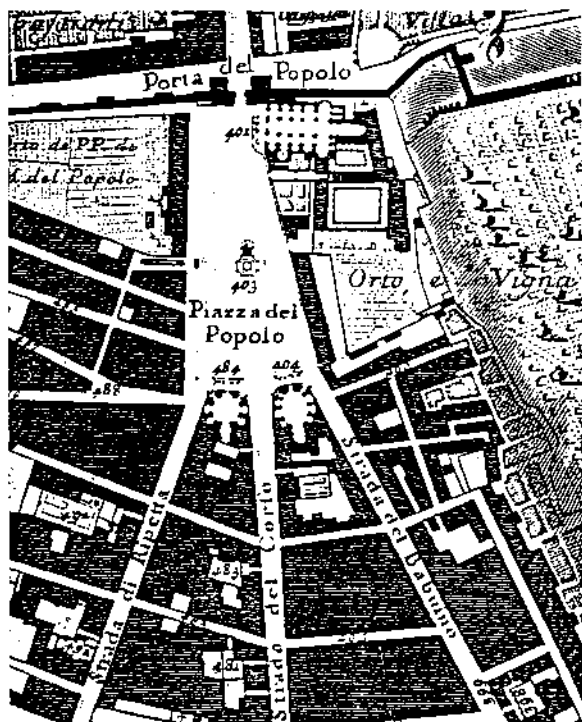


Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

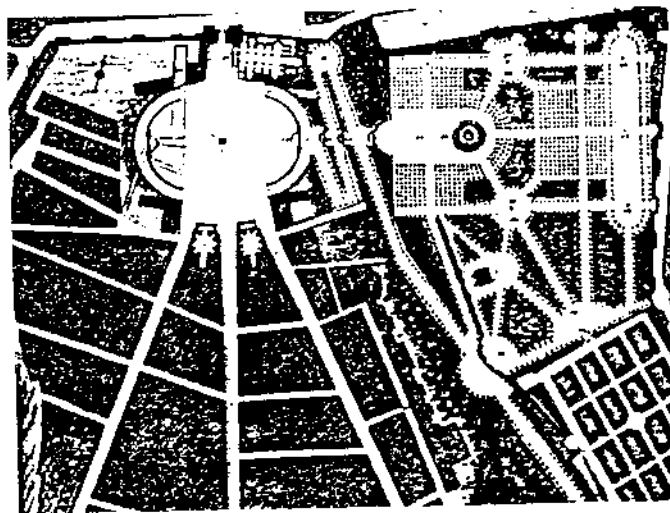


PIAZZA DUCALE (VIGEVANO)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE AGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959) E PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)

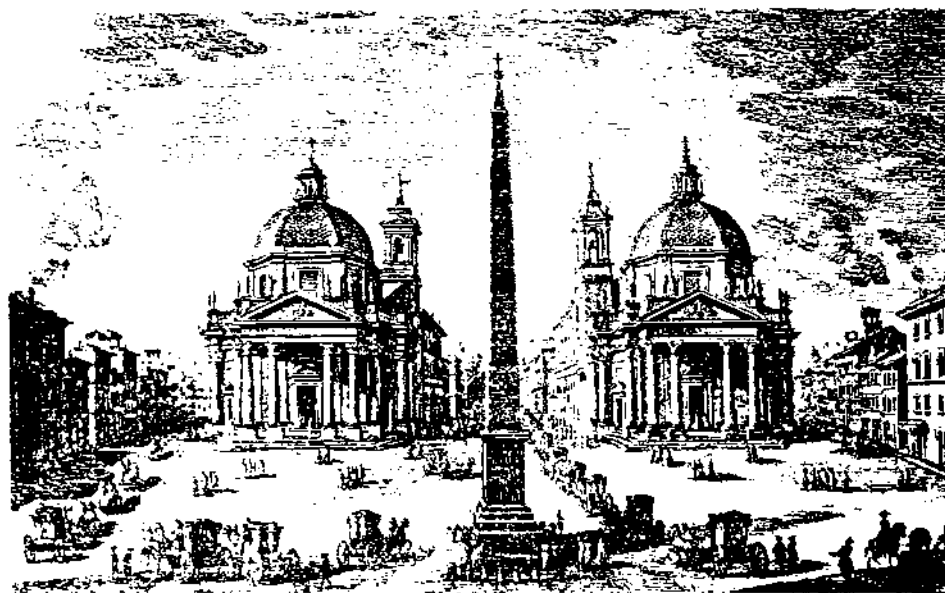


PLANO PIAZZA DEL POPOLO, 1748



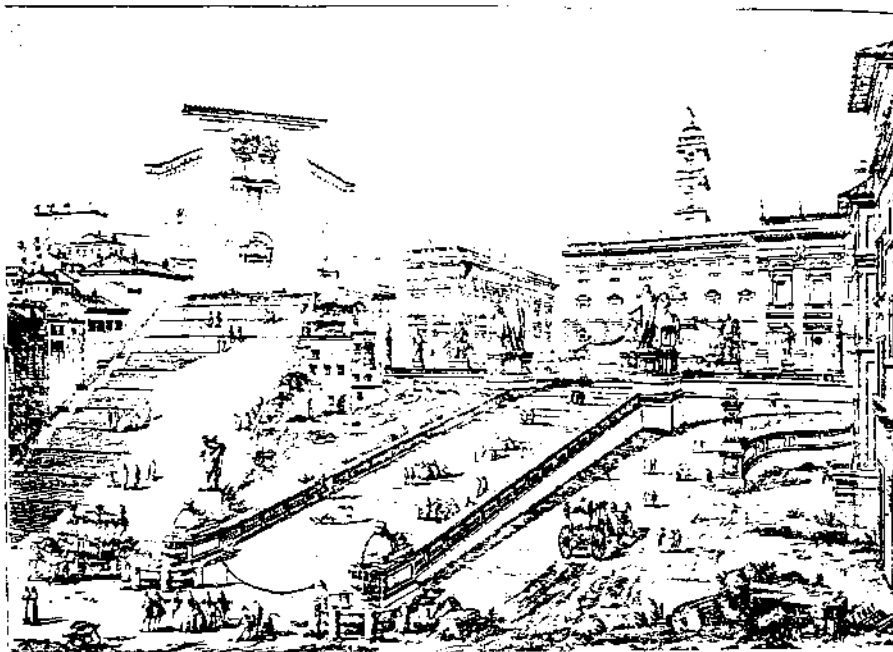
PLANO DE 1816

FONTE: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)



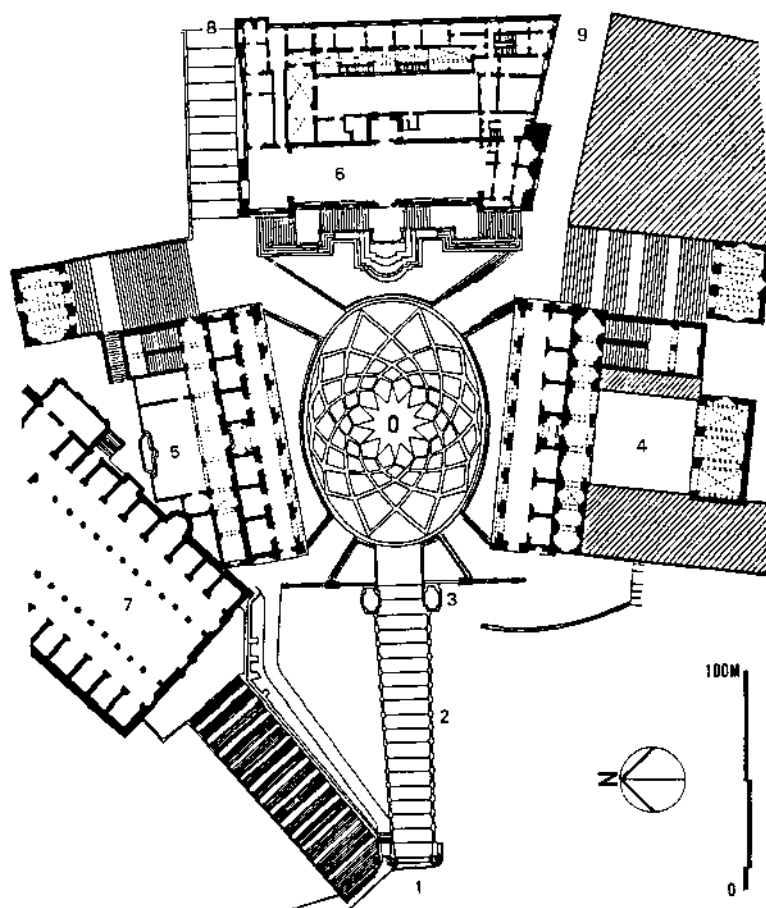
GRAVURA PIAZZA DEL POPOLO, GIUSEPPE VASI

FONTE: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



GRAVURA PIAZZA DEL CAMPIDOGGIO (GIOVANNI PIRANESI)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



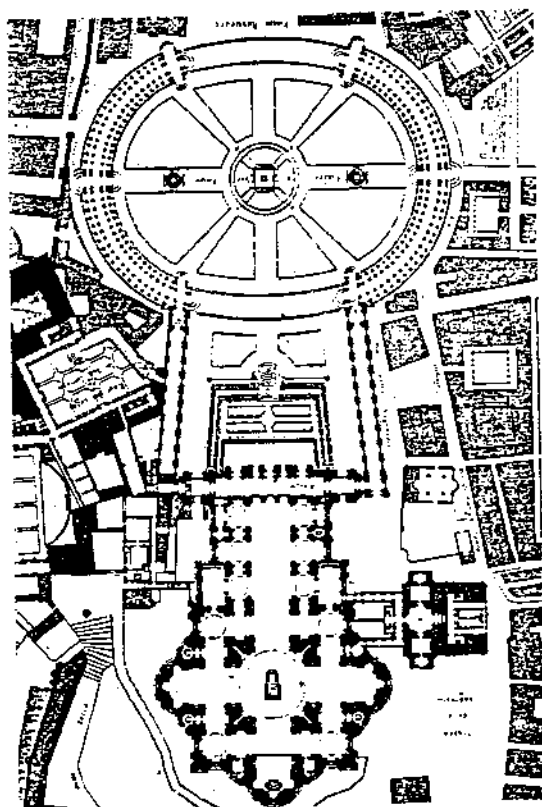
PLANTA PIAZZA DEL CAMPIDOGGIO (ROMA)

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



GRAVURA PIAZZA SAN PIETRO (GIOVANNI PIRANESI)

Fonte: HISTÓRIA DE LA FORMA URBANA (1974)



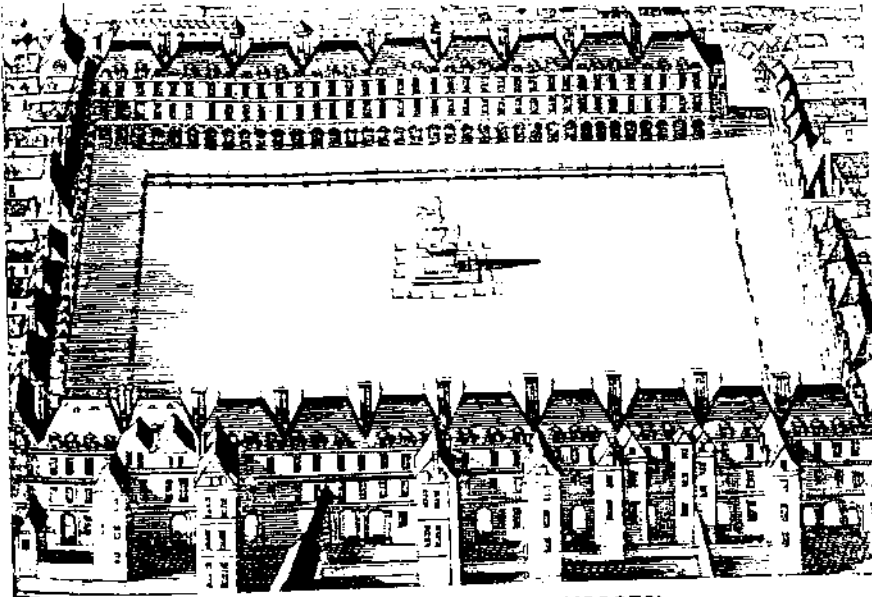
VISTA GERAL

PLANTA PIAZZA SAN PIETRO (1655-1667)



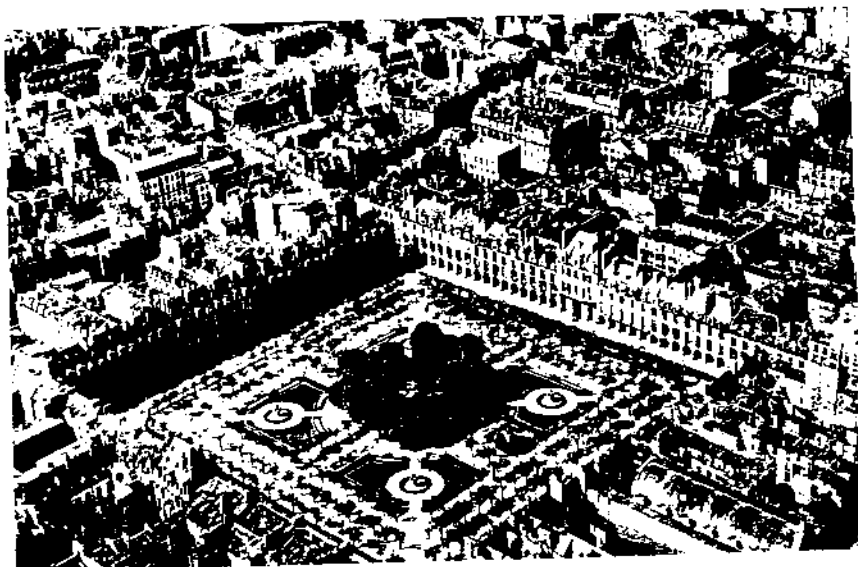
VISTA GERAL DA CÚPULA

FORTE: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



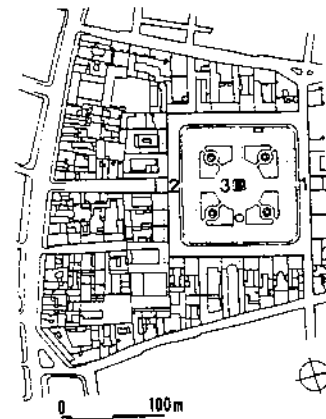
PLACE ROYALE (PLACE DES VOSGES)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



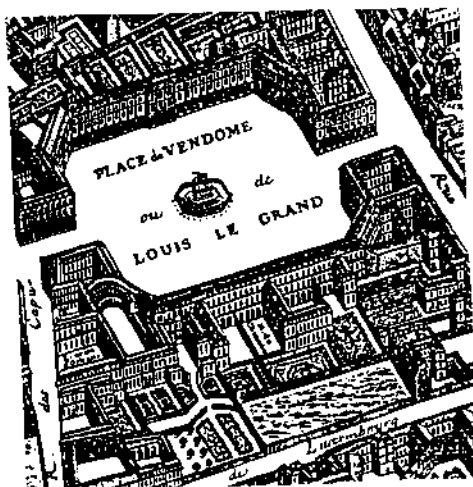
PLACE ROYALE (SÉCULO XVIII, após a criação dos jardins)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



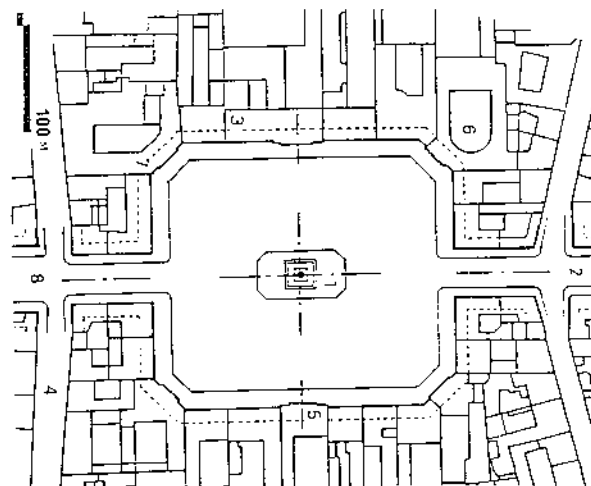
PROJETO PAISAGÍSTICO (1663)

PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)



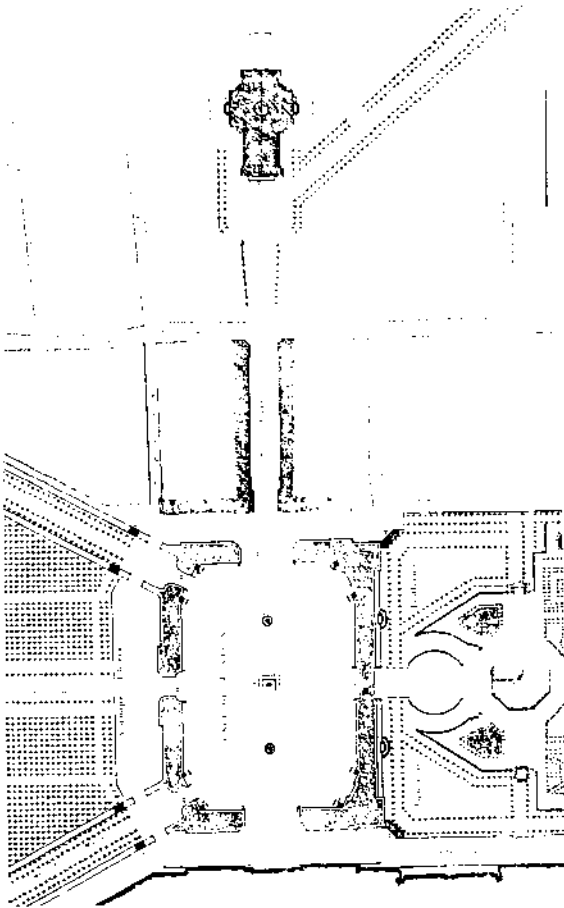
PLACE VENDÔME (SÉCULO XVII)

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)

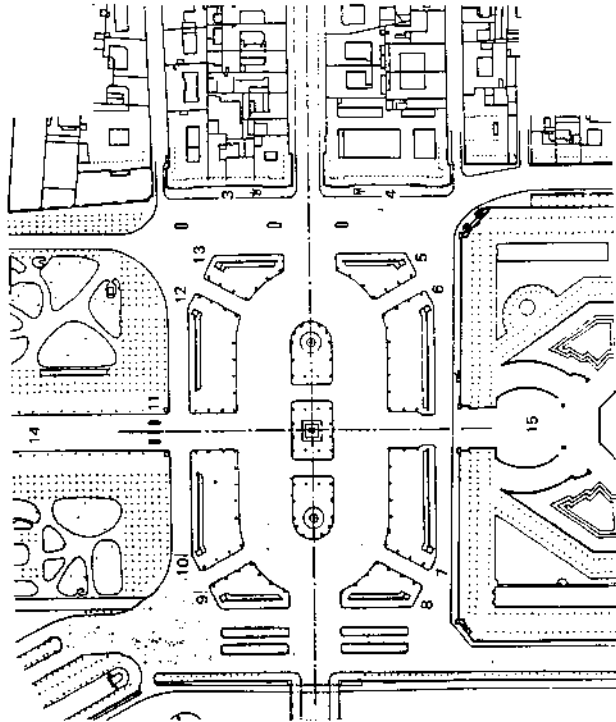


PLANTA (1663)

PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)

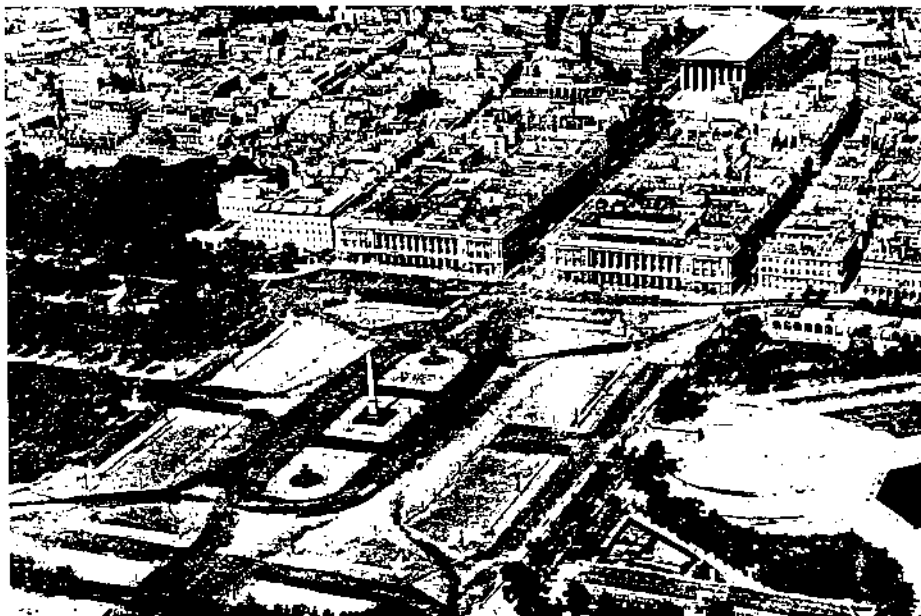


PLANTA PLACE ROYALE, 1772



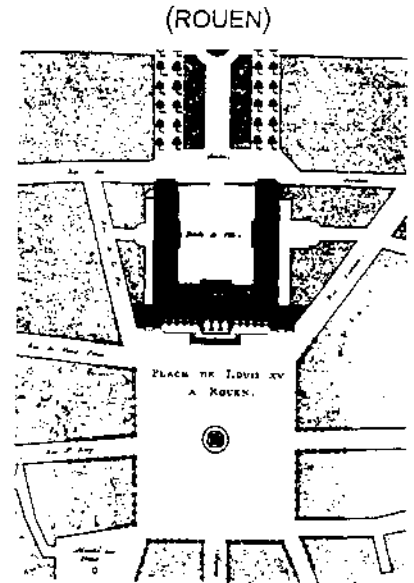
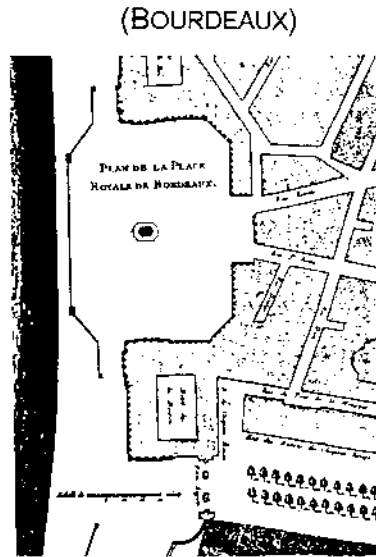
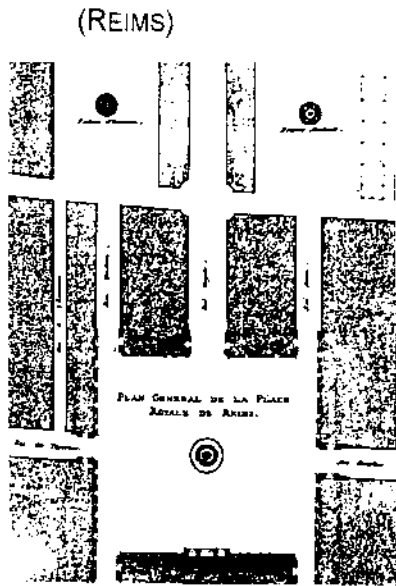
PLANTA PLACE DE LA CONCORDE, 1854

Fonte: PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE (1980)



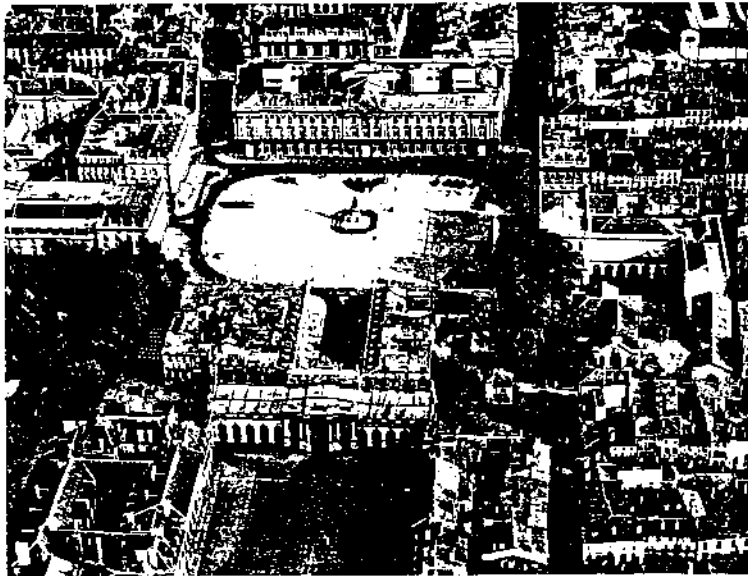
VISTA GERAL

PLAZAS OF SOUTHERN EUROPE GREEN (1980)



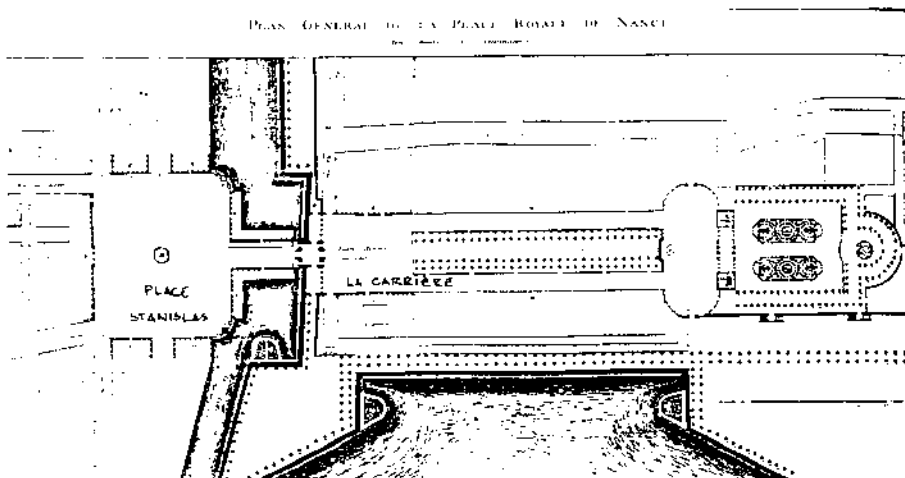
PLACES ROYALES

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



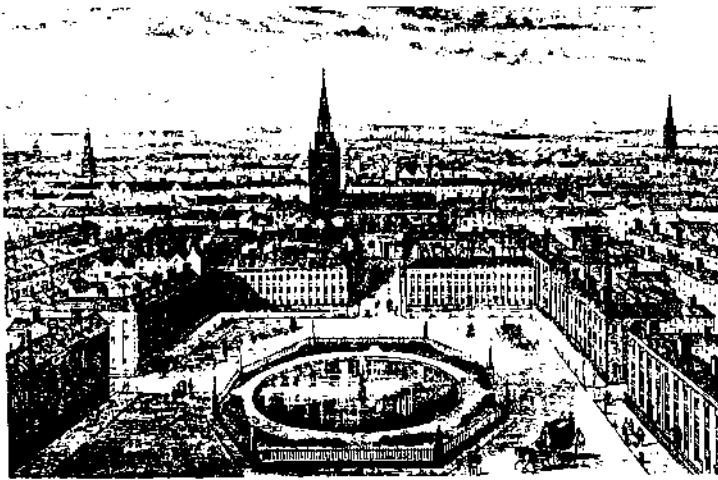
PLACE DE STANISLAS, VISTA GERAL (NANCY)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



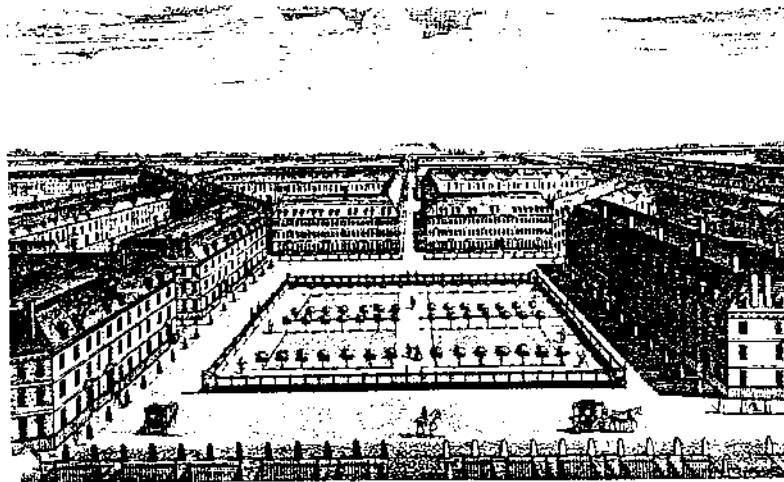
PLANTA PLACE DE LA CARRIÈRE E PLACE DE STANISLAS

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



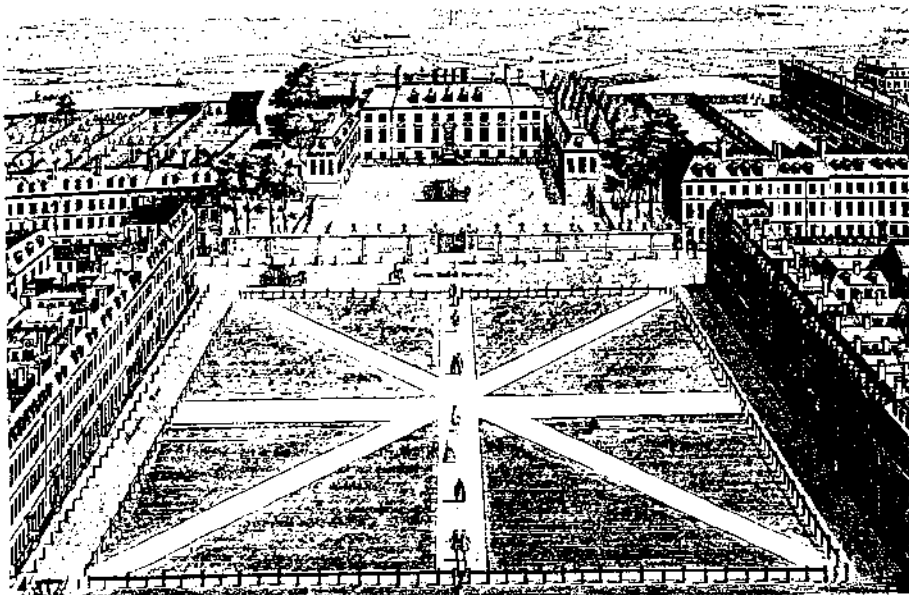
ST. JAMES SQUARE (1773)

Fonte: TOWN AND SQUARE: FROM THE ÁGORA TO THE VILLAGE GREEN (1959)



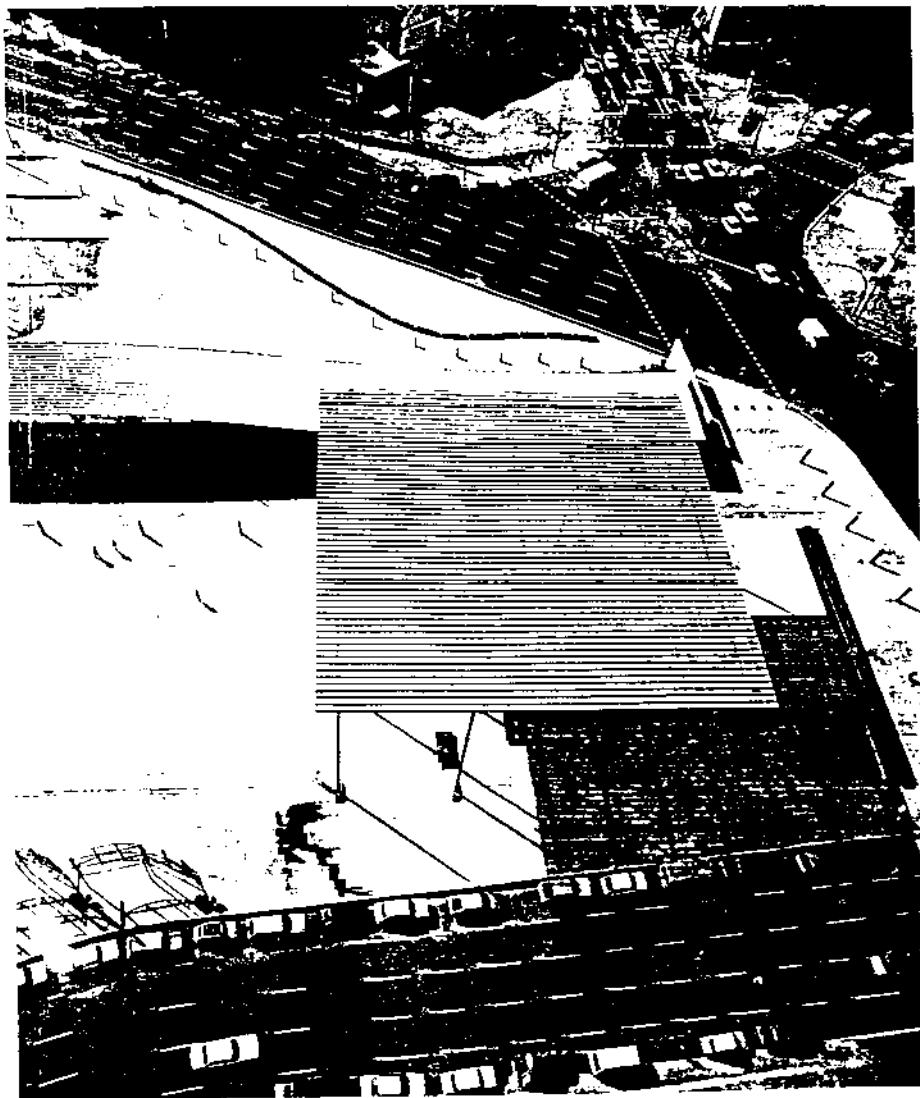
RED LION SQUARE (1727)

Fonte: PER I PIACERI DEL POPOLO (1997)



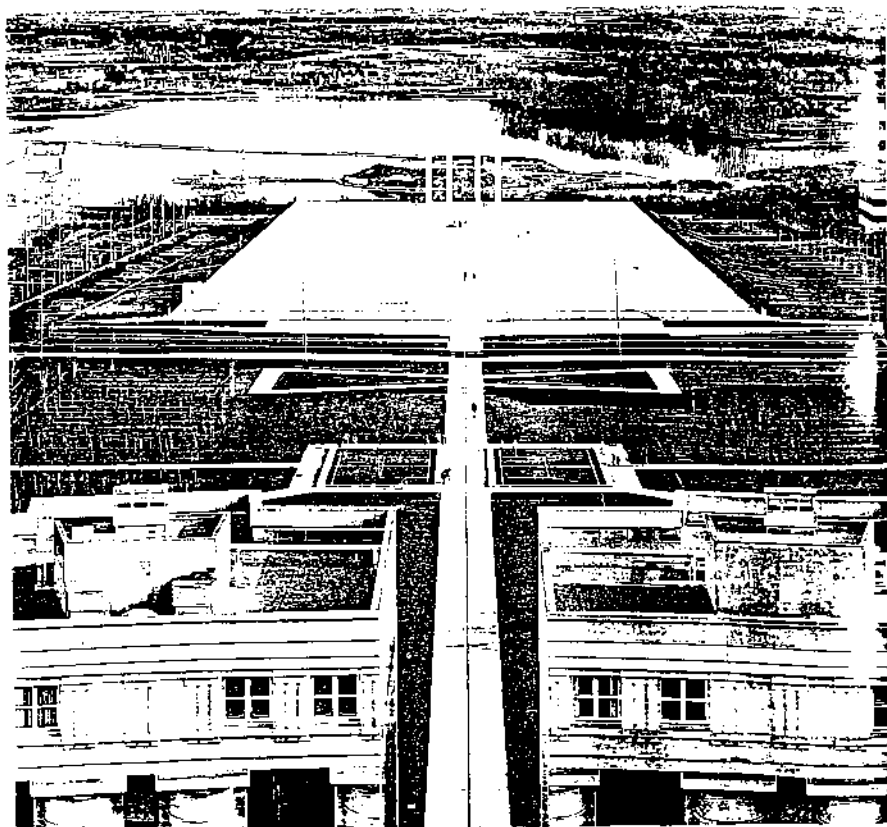
BLOOMSBURY SQUARE

Fonte: HISTORIA DE LA FORMA URBANA (1974)



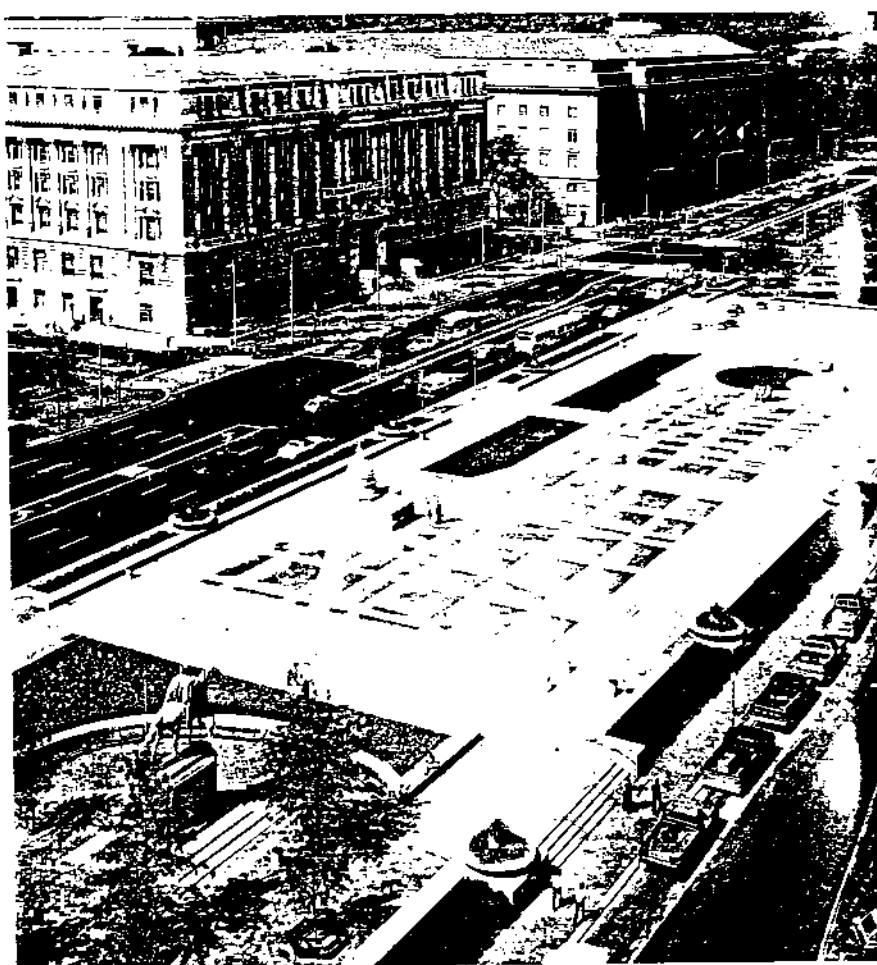
PLAÇA DELS PAÏSOS CATALANS, BARCELONA (1983)

Fonte: LA PLAZA EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORANEA (1995)



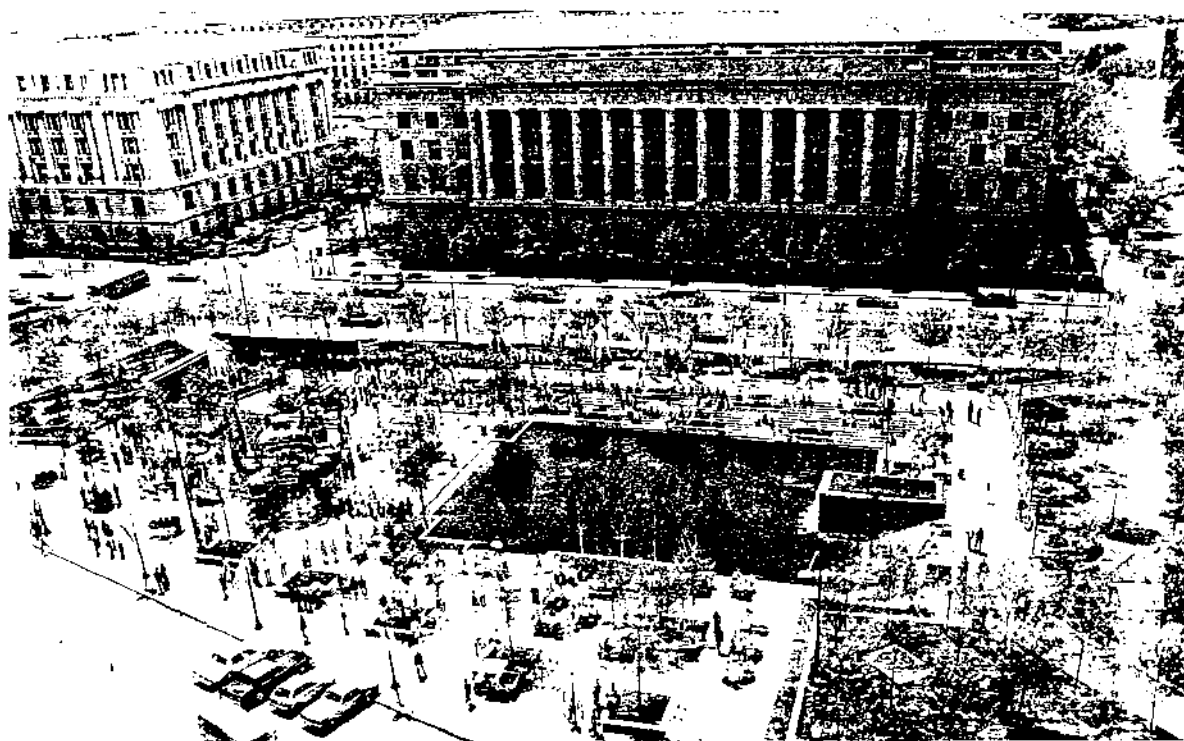
PLACE DES COLONNES, CERGY-PONTOISE (1980-1986)

Fonte: LA PLAZA EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORANEA (1995)



WESTERN SQUARE, WASHIGTON (1980-1984)

Fonte: LA PLAZA EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA (1995)



PERSHING PARK, WASHIGTON (1979)

Fonte: LA PLAZA EN LA ARQUITECTURA CONTEMPORÁNEA (1995)

ANEXO II

Verdes bulindo
 Sonata cariciosa da água
 fugindo entre rosas geométricas
 Ventos elísios.
 Macio
 Jardim tão pouco brasileiro – mas tão lindo
 Paisagem sem fundo.
 A terra não sofreu para dar essas flores
 Sem ressonância
 O minuto que passa
 desabrochando em floração inconsciente
 Bonito demais. Sem humanidade
 Literário demais
 Jardim da Praça da Liberdade,
 Versailles entre bondes.
 Na moldura das Secretarias compenetradas
 a graça inteligente da relva
 compõe o sonho dos verdes



PROIBIDO PISAR NO GRAMADO
 Talvez fosse melhor dizer:
 PROIBIDO COMER O GRAMADO
 A prefeitura vigilante
 vela a soneca das ervinhas.
 E o capote do guarda é uma bandeira na noite estrelada
 de funcionários

De repente uma banda preta
 Vermelha retinta suando
 bate um dobrado batuta
 na docura
 do jardim

Repuxos espavoridos fugindo

Carlos Drummond de Andrade



*A praça da Liberdade, em dois ângulos diversos, ao tempo
 em que os poetas lhe faziam versos.*



Festa escolar na Praça da Liberdade, em 7 de Setembro de 1908
Nesta ocasião o inolvidável presidente João Pinheiro proferiu o seu último discurso, terminando-o com a celebre phrase:
« Minas é um povo que se levanta ».

PRAÇA DA LIBERDADE NOS PRIMEIROS ANOS

Fonte: MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO



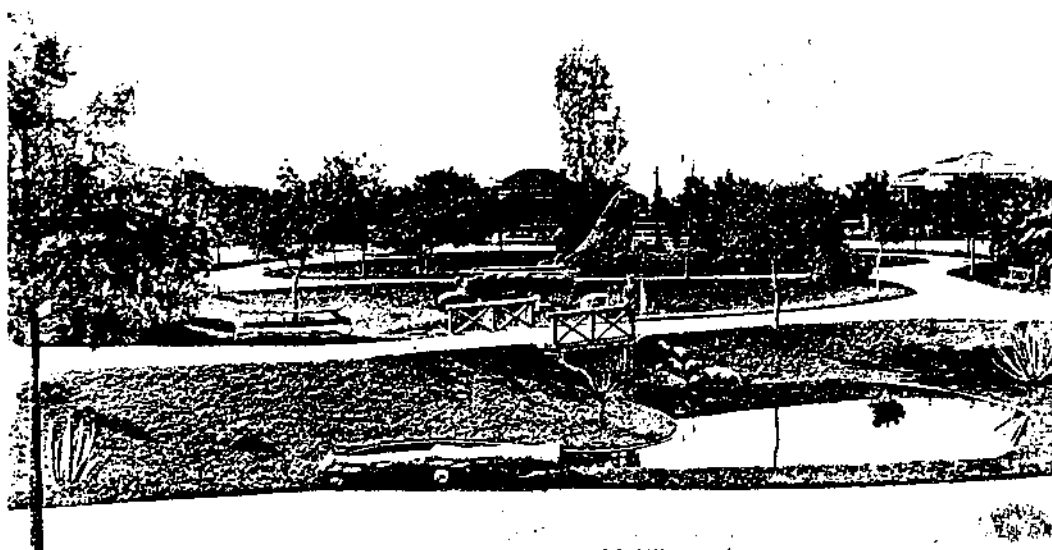
Palácio Presidencial—B. Horizonte—Minas—Brasil

(O. Balem Phot.)

PALÁCIO PRESIDENCIAL

Fonte: BELLO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)

Praça da Liberdade - Belo Horizonte - E de Minas - Brasil.

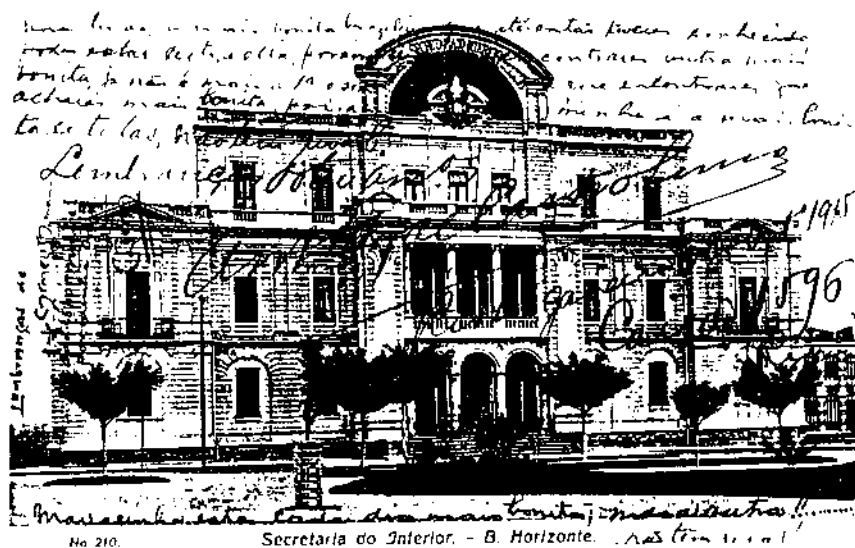


Praça da Liberdade--Ponte Rustica--B. Horizonte--Minas--Brasil

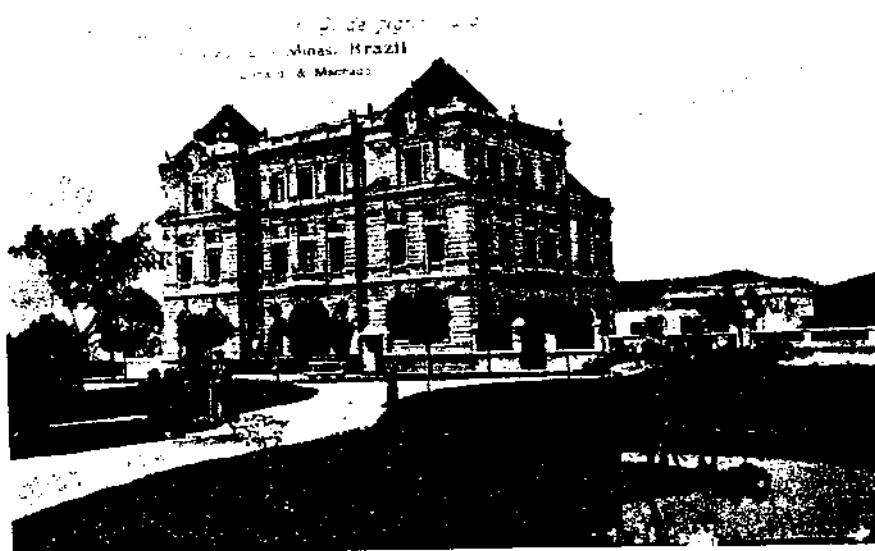
O. Belem-Phot.

VISTA GERAL DA PRAÇA DA LIBERDADE COM O SEU TRAÇADO ORGÂNICO

Fonte: BELLO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)



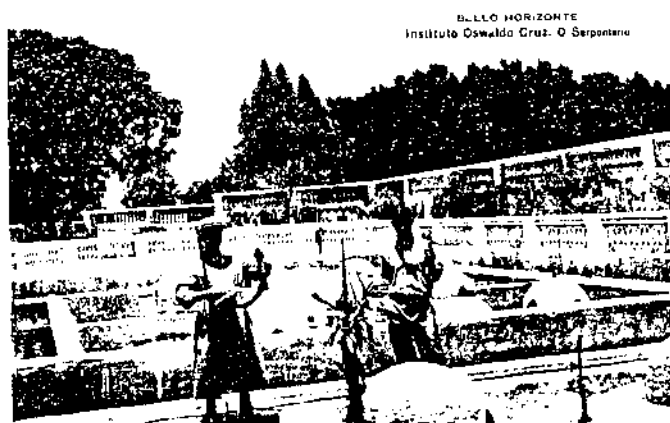
SECRETARIA DE INTERIOR



SECRETARIA DA AGRICULTURA



CASTELINHO

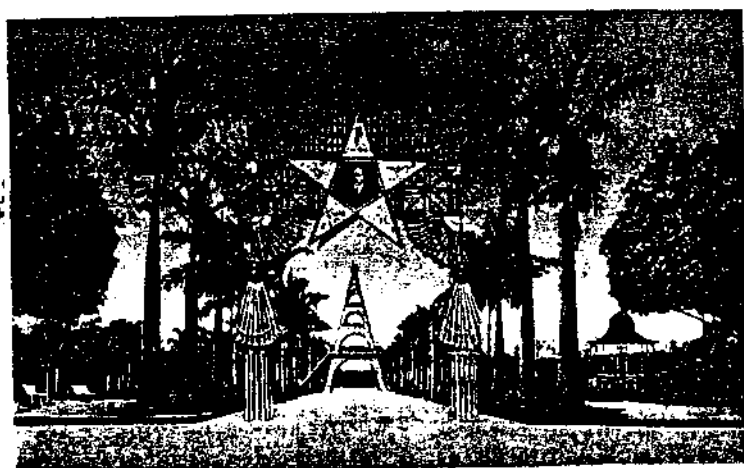


SERPENTARIO

Fonte: BELLO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)



SOLAR NARBONA E PALACETE DANTAS



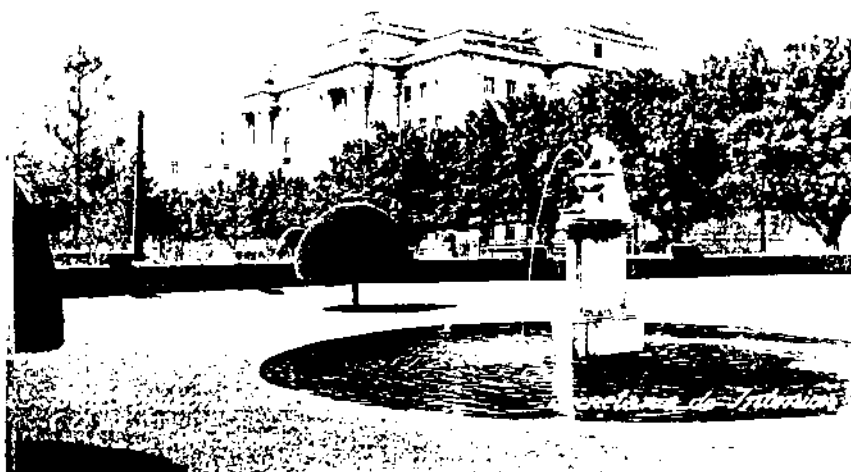
PRAÇA DA LIBERDADE, POSSE DO GOVERNADOR RAUL SOARES

Fonte: BELLO HORIZONTE: BILHETE POSTAL (1997)



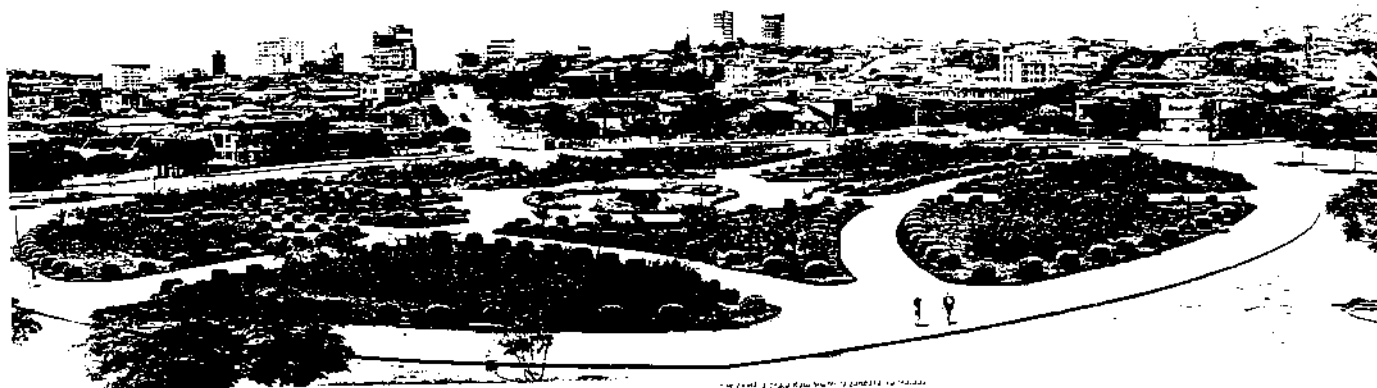
PALÁCIO EPISCOPAL

Fonte: ARQUIVO EUNICE VIVACQUA



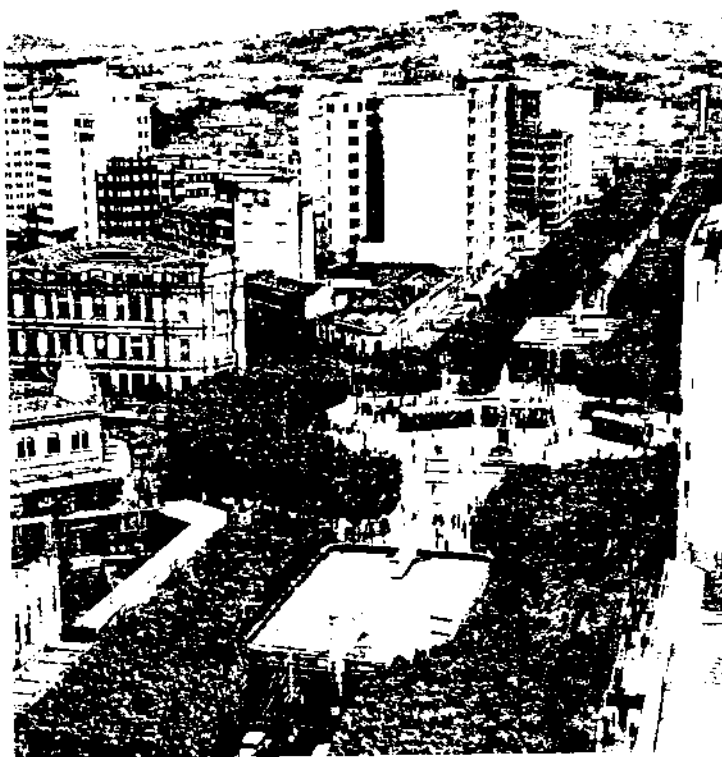
CENAS DA PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 30

Fonte: ARQUIVO EUNICE VIVACQUA



PRAÇA RAUL SOARES, 1940

Fonte: BELO HORIZONTE: DO CURRAL DEL REI À PAMPULHA (1982))



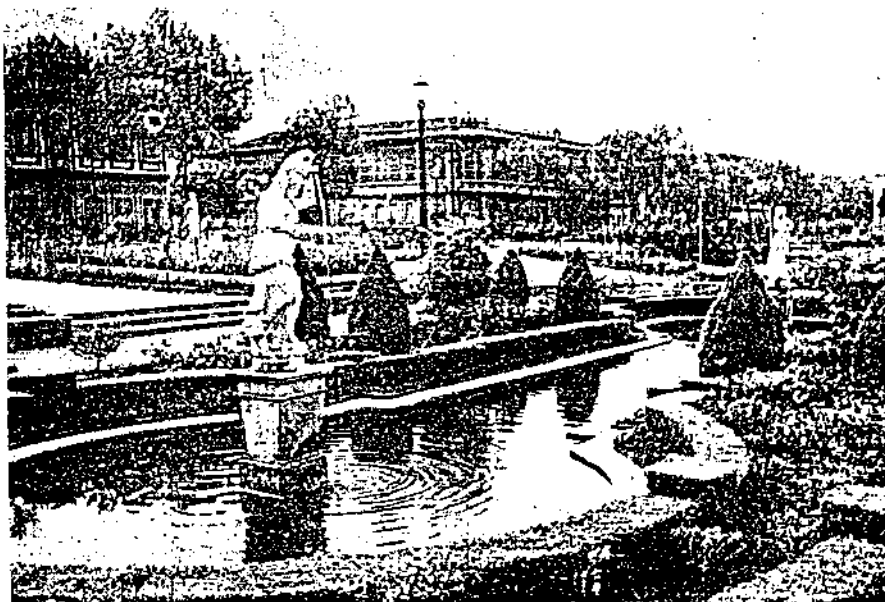
PRAÇA RAUL SETE, 1948

Fonte: BELO HORIZONTE: CIRCUITO DA MEMÓRIA (1997)



PRAÇA DA REPÚBLICA

Fonte: BILHETE POSTAL (1997)



Fuente Rui Barbosa e ao fundo a Escola de Engenharia

PRAÇA RUI BARBOSA

Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE



PRAÇA DA LIBERDADE, EM DETALHE RÉPLICA DO PICO DO ITACOLOMI

, OURO PRETO



PODA DOS *FIGUS* DA PRAÇA DA LIBERDADE

FONTE: ESTADO DE MINAS

DIÁRIO DA TARDE



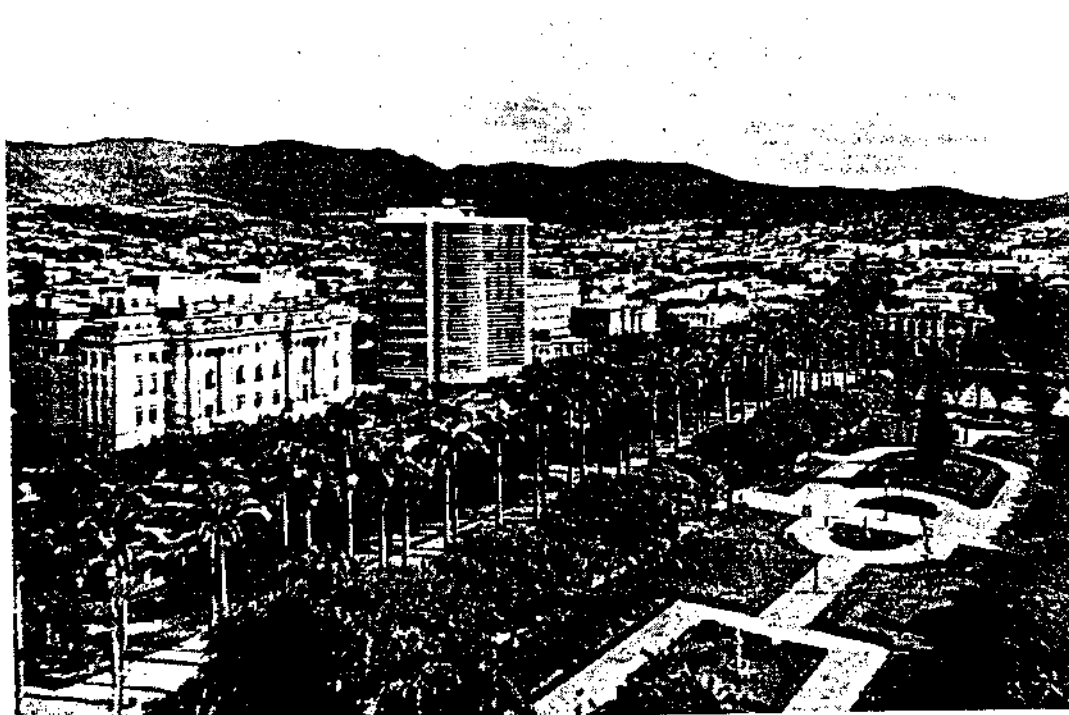
PALÁCIO DA LIBERDADE COM O GRADIL

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE



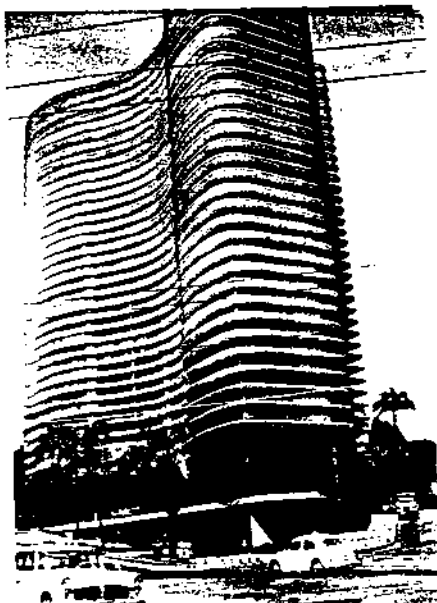
VISTA GERAL DA PRAÇA DA LIBERDADE, DÉCADA DE 40 (observar o "Castelinho" à esquerda)

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE



VISTA GERAL DA PRAÇA COM O EDIFÍCIO NIEMEYER

Fonte: JORNAL DO IAB (Ano 1, n.º 1)



EDIFÍCIO NIEMEYER, DÉCADA DE 60

Fonte: GERALDO CALDEIRA



EDIFÍCIO IPSEMG (g)



PRAÇA DA LIBERDADE
TRÁFEGO DE VEÍCULOS NA ALAMEDA CENTRAL (DÉCADA DE 60)

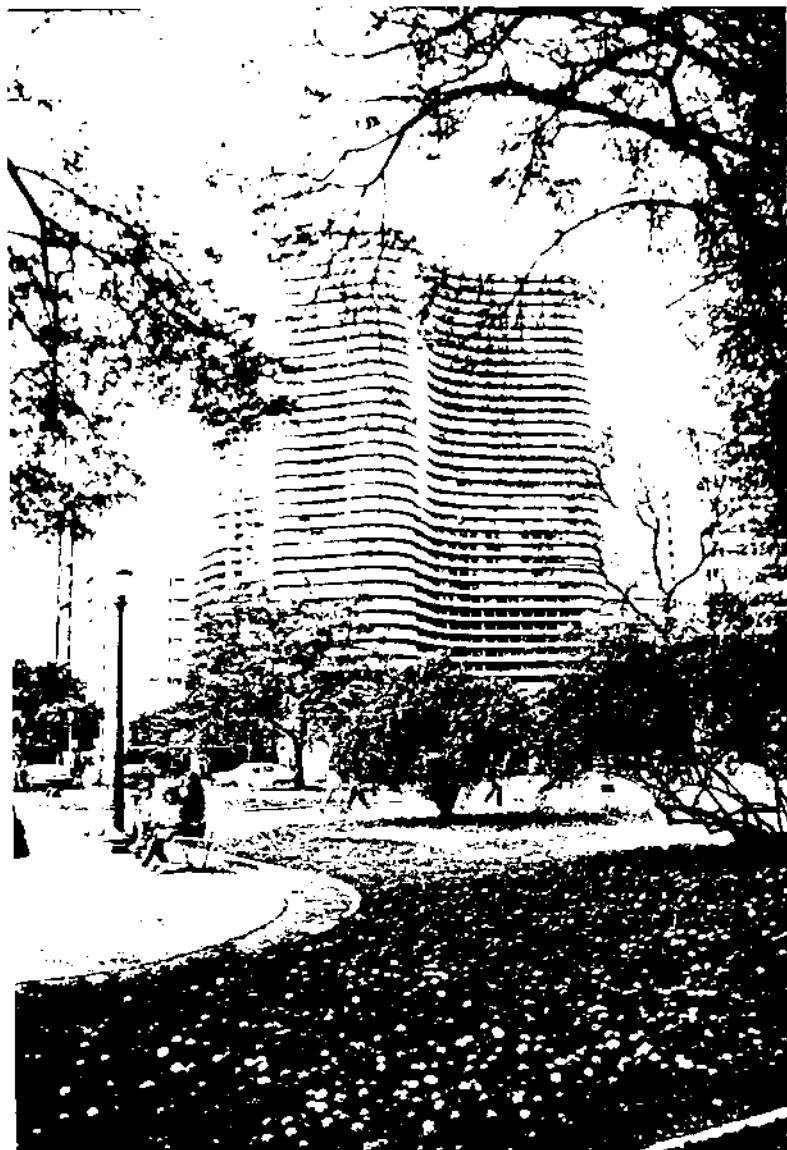
Fonte: GERALDO CALDEIRA



EDIFÍCIO MAPE



O EDIFÍCIO MAPE AO FUNDO (F)



EDIFÍCIO NIEMEYER (C)



SECRETARIA DE SEGURANÇA (D) PÚBLICA E DE OBRAS PÚBLICAS (E)



SECRETARIA DE FAZENDA (H)



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (I)



o prédio onde funciona o Centro Cultural Tancredo Neves abriga características de diversas épocas

CENTRO DE APOIO TURÍSTICO TANCREDO NEVES (J)



BIBLIOTECA ESTADUAL LUÍZ DE BESSA (K)

Vão acabar com a Praça da Liberdade

Sylvio de Vasconcellos

"Não se trata de defender um imobilismo urbano, saudosista e piegas. O progresso se impõe. Entretanto, a destruição pura e simples **daquilo já incorporado à maneira de ser local**, sem razões de apoio, para em seu lugar construir coisa muito menos significativa, é providência que não decorre nem facilita o desenvolvimento. Antes o acanha, desfigurando e enfeando o ambiente físico que define a cidade.

Agora, fala-se em modificar a Praça da Liberdade. Para quê, meu Deus? Que terá a ver a modificação ou modificações pretendidas com imposições do desenvolvimento? De que se beneficiará nossa Capital com a modificação de seu traçado? Por que modernizá-la, como se modernização fosse palavra mágica que tudo justificasse?

Lá está a Praça da Liberdade posta em sossego, com seus recantos bucólicos, seu coreto e espelho d'água, aléias acolhedoras, tufos de verdura e lembrança de famoso roseiral. Tudo à sombra das palmeiras imperiais, em penachos carinhados pelo vento.

A passagem central, em direção ao Palácio, figura perspectiva da própria história do homem. É a via processional, nascida antes da civilização egípcia, e presente, pelo tempo afora, na arquitetura monumental. Não tem feito mal a ninguém: o trânsito nela se processa tranqüilamente e os transeuntes ultrapassam-na sem maiores problemas.

As palmeiras dão escala ao espaço, ordenam direção, erguem-se altivas, sentinelando o conjunto administrativo plantado em volta delas. Sem o caminho que delimitam, que balizam impávidas, a razão de ser dessas palmeiras se dissolverá na banalidade inútil.

Belo Horizonte possui dois conjuntos paisagísticos de alto nível. Correspondem a padrões eternos de jardinagem, dos quais são modelos perfeitos: o parque municipal ajustado às composições inglesas em seu orgânico traçado, e a Praça da Liberdade, conforme soluções francesas de risco geométrico racional. Correspondem aos dois caminhos fundamentais do paisagismo, dos quais todos os outros decorrem. O primeiro ligado aos projetos feitos no Brasil por Glaziou; a segunda inclinada a Versalhes.

Basta comparar os dois conjuntos citados com outras praças da cidade – a Raul Soares por exemplo – para se ver em como são infinitamente superiores a tudo que se tentou fazer depois, supostamente moderno. Poucos arranjos no Brasil se comparam ao nosso Parque e Praça da Liberdade. Talvez o Passeio Público de Mestre Valentim, no Rio de Janeiro, ou a Praça da República. **De feição francesa, não há coisa alguma superior à Praça da Liberdade.**

Em consequência, a **Praça é elemento original, peculiar da cidade, fonte de inspiração permanente, testemunho de bom gosto, elemento da própria autenticidade urbana.** Modifica-la para quê, meu Deus? Que ódio particular teria provocado, que complexos, que sanha destruidora? Será mera vontade de entrar na história como aquele infeliz que incendiou o templo grego? Há tantas outras maneiras positivas de ingressar na reverência dos pósteros!

A Praça da Liberdade lá está, posta em sossego. Sua história é a própria história da cidade.

Lá a infância brincou, extasiada com as cores das roseiras de mil flores. Houve tempo em que concursos se realizaram, de carrinhos de bebê, enfeitados como préstitos ou barcos triunfais. Mamães orgulhosas desfilavam, cuidando crianças que viriam a ser, mais tarde, os pró-homens da pátria.

A banda ocupava o coreto, enquanto donzelas e mancebos se olhavam, se piscavam, se roçavam e se amavam em silêncio. Era o "footing". Rapazes de um lado e outro da alameda central, suspirando pelas moças em procissão. O então presidente do Estado, vez por outra, comparecia. Namoros e noivados. Quantos casamentos brotaram naquele ambiente sugestivo, ao encanto da batida, alimentados pelo leite da Lua derramado pelo chão?

Não eram só os grã-finos. Do outro lado estava a população mais humilde, cumprindo o mesmo amor. A sinhazinha e sua mucama, o presidente e o funcionário mais modesto da secretaria, o moço e o velho, pais e filhos, nivelados na liberdade encantada da Praça.

Aqui mora um busto ilustre, discreto como é próprio dos mineiros. Não se exhibe, nem se ostenta. Não pede aplausos e reverência. Apenas eterniza seus méritos. Ali há uma fonte cantarolando águas em balé de corpos femininos, cheios de graça. Mais além pipilam pardais em algazarra. **É o oásis mágico da cidade sufocante**, da solidão, das amarguras e esperanças e do tempo percebido.

Outrora vicejavam flores. Rosas, principalmente. De mil cores e tamanhos, profusas. Em buquês. Hortênsias, cravos e violetas. Árvores de vários tamanhos e espécies. Arbustos. Palmeirinhas e palmeirões. O progresso foi passando e engolindo as belezas mais frágeis. Restou só grama, lisa, igual, descolorida.

Agora, **porque está feia de abandono**, crestada pela falta d'água, entregue à própria sorte, querem acabar com ela. Até parece que a queriam matar de fato, desde longa data. E para não dar na vista o crime, a foram matando aos poucos, de sede e fome, sem compaixão. Dizem que está feia. Esquecem-se de que a enfearam. Dizem que a cidade mudou e cresceu. Por isso deve também ser mudada a Praça. Como se o fato de uma criança tornar-se adulta, justificasse a troca de sua mãe. O menino cresceu, agora precisa de outra mãe. **Isso alegam para o crime que se anuncia de se acabar com a figura tradicional da Praça**. Coisa que jamais ocorreu à lucidez de um carioca, londrino ou parisiense: mudar, por exemplo, a figura do Passeio Público, do Hyde Park ou do Bois de Boulogne. Ao contrário. Nada prova mais a inteligência do adulto, sua maturidade e ânsia de progresso do que o respeito às próprias raízes e à tradição. Quanto mais desenvolvida a cidade, mais culta, mais progressista, mais se apegam a suas origens e a seu caráter primitivo, matriz forjadora de seu porvir. Desmentir o passado, envergonhar-se do caráter fundamental definidor de personalidade é, prova do ser imaturo. É falsa identidade, falsidade intrínseca. Aventureirismo acobertado por falsos argumentos.

A Praça da Liberdade lá está, posta em sossego. Mais vale deixá-la envelhecer assim, sem cuidados, em ruína nobilitante, do que liquidá-la desrespeitosamente, como coisa imprestável. Está quase centenária. É documento vivo de toda uma época, de um evento histórico traduzido da fantástica iniciativa de se construir uma nova capital para as Minas. **É testemunho fisionômico da primeira cidade planejada do Brasil**. Está indissoluvelmente ligada aos acontecimentos sociais e políticos de nossa terra.

Conformou o gosto, promoveu amor.

A Praça já está velhinha, é certo. Mas não incomoda ninguém. Não está rabujenta nem caduca. Só pede um pouco de água. Não mais. Para que possa novamente sorrir em flores.

Há centenas de locais para outras experiências modernas de jardinagem, espalhados pela vastidão da cidade que se expande. É fazer outras praças, muitas, ao jeito que parecer, moderninhas ou modernas, faceiras ou sofisticadas. A velha Praça não se opõe a isso. Antes sugere. **Escasseia o verde na Belo Horizonte moderna, entulhada de ruelas em emaranhado especulativo.** Modifique-se a Praça Raul Soares que está bem a pedir modificações. Os subúrbios anseiam por outras praças que não existem. Deixem a Praça da Liberdade em paz. Já que seu próprio nome enuncia liberdade, deixem que tenha a liberdade de existir. Como sempre foi, certinha, um pouco pretensiosa, é verdade, mas posta em sossego.

Já mutilaram o parque. Já tiraram o pirulito de seu berço inicial. Acabaram com o vergel da cidade, com as rosas e o arvoredor. Muito foi feito em prol do chamado progresso e, de fato, sacrifícios eram necessários para que Belo Horizonte crescesse. Contudo, muitas injustificadas iniciativas foram também tomadas sob a invocação do desenvolvimento. E mais: muitas emendas ficaram piores que os sonetos que pretendiam corrigir. Haja vista o infeliz arranjo da Praça Sete, desmerecendo a justa homenagem aos fundadores da Capital. Haja vista a triste escultura de Tiradentes.

E o mais lamentável é que as modificações para pior se deram exatamente em logradouros que constituíam a própria fisionomia tradicional da cidade, seu caráter inicial e seu peculiar modo de ser. Sem que nenhuma vantagem justificasse a modificação". (grifos meus)

Rondó da Praça da Liberdade

Carlos Drummond de Andrade

A PRAÇA DA LIBERDADE, coroa de Minas, estava posta em sossego. E era um sossego cheio de graça. No fundo, o Palácio da Liberdade vigiava. Mesmo sendo apenas um nome, a divina Liberdade encantava a Praça.

Vinha o passado e sentava-se num banco, tomando a fresca ou tomando luar. Vinha o presente, ajeitava-se ao lado dele. Os dois puxavam uma dessas infundáveis conversas mineiras, saborosas e lerdas. As palmeiras ouviam. Os ficus ouviam. E calavam, num calar mineiro.

Mas o progresso exige fontes luminosas musicais.

Na Praça da Liberdade muita coisa aconteceu. Muito amor nasceu e viveu. Na alameda elegante, moças desfilavam perante rapazes, às quintas e domingos. Ah, como pisavam de leve na areia, com força em nossos corações!

Mesmo sem ser para namoro ou casamento, a Praça era a Praça, e convidava. Que quantidade de silêncio, nas horas imensas! À noite, nem te conto. Folhas e flores e olores e langores: entrelaçados.

Mário de Andrade passou por ali e sentiu a "jovialidade infantil do friozinho", em poema célebre. Pedro Nava cantou o jardim cheio de rosas, na tarde burocrática. Poetas poetijardinavam, superlíricos, na Praça oferecida ao verso.

Mas o progresso exige fontes luminosas musicais.

Secretarias de Estado, em redor, tentavam dar à Praça um ar de protocolo-geral. A Praça reagia, com seu verde que te quero-verde. Só admitia despachar com os pássaros, indeferindo os barulhentos, arquivando os desafinados.

Carros deslizavam, levando e trazendo senadores da velha guarda, marechais da política nacional, estrangeiros conspícuos. O Rei e a Rainha da Bélgica passaram por lá, em carruagem dourada pela imaginação do povo. O Príncipe de Gales lançou-lhe um olhar enevoado de uísque, com fagulhas de futura paixão pela futura Duquesa de Windsor. **A Praça distribuía a todos o mesmo sorriso, sem distinção de classe ou casta.**

Vinha dos municípios a onda de requisições de delegado de polícia para bater, e de queixas dos que eram batidos pelo delegado. Prefeitos de muita ronha, juizes mal pagos, professoras jamais pagas, boiadeiros, loucos e hippies, todos afluíam à Praça, que a todos acolhia com sombra e doçura, sem ligar ao Palácio.

Diretamente embaixo do sol e das estrêlas privativas do céu de Minas, reinando sobre a cidade povoada de edifícios grandiosos, a Praça não tinha farolagens de grandeza. Era simplesmente a Praça, dama de bom-parecer e império suave.

Mas o progresso exige fontes luminosas musicais.

Então, o Prefeito considerou as árvores e mandou botá-las abaixo, porque árvores atrapalham o moderno urbanismo.

Mandou abrir pistas que deixem passar maior número de veículos em maior velocidade, porque a cidade passou a existir para a máquina, e o amigo da natureza que se enforque no último galho ao vento.

Mandou projetar passagens subterrâneas, para que da Praça se descortine apenas o sombrio intestino, devidamente azulejado em forma de túnel.

Porque o progresso exige fontes luminosas musicais.

E mandou aprestar miríficas fontes, bastante luminosas e bastante musicais, que são o sonho de todo prefeito, nas montanhas mineiras, nas coxilhas do Rio Grande, nos igarapés da Amazônia, nos algodoais do Camboja ou nas cumeadas do Tibete.

Adeus, singelo espelho d'água da Praça, adeus, coreto histórico/sentimental dos seresteiros e das charangas caprichadas. Dai o fora, que aí vêm roncando escavadeiras e tratores, e surgem novas pistas e aperfeiçoamentos mil, que nem as velhas árvores respeitam, quanto mais êsse laguinho e essa saudade da valsa de Ouro Preto.

Chegada é a hora de rezamos, ó mineiros, por alma da que foi a Praça da Liberdade, em sua forma e em seu caráter. **Pois passou o tempo das praças**, e chegou o tempo dos shows mirabolantes, junto a auto-estradas delirantes.

E o progresso, ou o que quer que seja, exige cada vez mais fontes, fontes bem luminosas na escuridão, e bem musicais em meio à cacofonia geral". (grifos meus)

A Volta do Cine Grátis

187

Um presente para a população da cidade no seu centésimo aniversário. Assim, define-se o mais novo projeto da Secretaria Municipal de Cultura em parceria com as administrações regionais: o "BH Cine". A partir de junho, serão exibidos, gratuitamente, 100 filmes em locais públicos, tais como praças, escolas, ginásios, resgatando as melho-



res produções nacionais e internacionais.

Além de promover maior integração entre as pessoas, o projeto pretende criar novos espaços de cultura e lazer. A primeira exibição aconteceu no dia 12, às 19 horas, na Praça da Liberdade, com o filme "O Carteiro e o Poeta".

PBH



ESTADO DE MINAS
O Grande Jornal das Minas

APRESENTAM

VIVA A PRAÇA

Um domingo por mês na Praça da Liberdade

com a

BANDA DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS e



GRUPO DE TEATRO ATRÁS DO PANO

e m

TEM DE TUDO NESTA RUA

BASEADO NO LIVRO DE MARCELO XAVIER

UM OLHAR APAIXONADO SOBRE A CIDADE

TEM DE TUDO NESTA RUA mostra flashes divertidos do cotidiano urbano emoldurando personagens como os poetas, artistas populares, camelôs, fotógrafos, vendedores ambulantes...

Dia 31 de agosto de 1997 - Domingo - 16 horas
ALAMEDA TRAVESSIA - PRAÇA DA LIBERDADE

PBH

Formas geométricas e arrojadas despertam interesse pelas esculturas



Esculturas invadem praça

Oito esculturas em aço, com formas geométricas e arrojadas, estão na Praça da Liberdade. As cores fortes e sem meios tons atrainem a curiosidade e os formatos intrincados, explorando espaços vazios e a tridimensionalidade, atraem o observador. Antes que se dê conta, a pessoa já está tocando e conhecendo a arte do escultor austriaco Franz Weissmann, 80 anos.

Há 70 anos no Brasil e 50 em Minas, Weissmann foi responsável pela geração de artistas como Amílcar de Castro, Farnese de Andrade e Mary Vieira,

ao aceitar o convite de Guignard para constituir a primeira escola de arte moderna em Belo Horizonte. Seguindo a linha abstrata geométrica nas obras expostas, o escultor tem formação variada. "Ja experimentei todos os caminhos possíveis e impossíveis, através de muitos anos de experiência", disse, resumindo seu currículo.

Com obras no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e em outras cidades fora do Brasil, ele decidiu expor seus trabalhos na rua para poder ter maior contato com a população. "A galeria é um ambiente

muito requintado, na qual o homem comum teme entrar. Quero me comunicar com o povo e a melhor maneira é por os trabalhos na praça", disse.

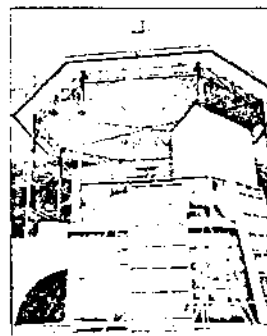
As peças expostas na promoção do BDMG Cultural são do acervo pessoal do escultor e ficarão na praça até 10 de agosto. No dia 11 elas irão para a Sala Manoel da Costa Athayde, no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, onde poderão ser

H.D.
Glor

Coreto da Liberdade, palco do Palio

A Praça da Liberdade, que vem sendo um dos pontos preferidos da população de Belo Horizonte por sua beleza, não será afetada pelo lançamento mundial do Palio. A autorização para o evento, o primeiro de caráter comercial a acontecer na Praça da Liberdade, passou pelo Iepha, Regional Centro-Sul da Prefeitura, MBH e Secretaria do Meio-Ambiente. A Fiat se responsabilizou por quaisquer danos que possam ocorrer na praça, tombada pelo patrimônio histórico.

A partir de segunda-feira, e até o dia 21, a praça vai se transformar em um grande estande de exposição do veículo, com modelos em 11 cores estacionados no local. Dentro do coreto, começou a ser montado ontem um banco de informações sobre o carro e cada um dos quatro cantos da praça terá



PEDRO GRAEFF

O PROJETO da Fiat para o coreto e a praça foi aprovado pelo Iepha

um banner, espécie de estandarte para a divulgação do Palio.

Até agora, a Praça da Liberdade só estava aberta a atividades de caráter cultural. Uma exceção foi aberta pelo Iepha para

o lançamento do Palio. A justificativa da presidente do órgão, Jurema Machado, é a projeção internacional que BH vai ganhar com o evento: "A utilização será em caráter excepcional, considerando que a cidade vai fazer parte da mídia mundial durante uma semana. É uma oportunidade de Belo Horizonte ser vista através de seu patrimônio tombado".

Para prevenir possíveis intervenções na arquitetura e conservação da praça, o projeto inicial apresentado pela Fiat sofreu algumas alterações. Além da exposição dos carros, não haverá outros eventos na praça. Sua utilização será também fiscalizada pelo Iepha, que tem garantias de que não haverá danos físicos no espaço. "A postura é de muito rigor, para não banalizar o espaço da praça", acrescenta Jurema Machado.

EM 13/04/96

ALGUMAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS QUE OCORREM NO ESPAÇO DA PRAÇA

Transferência para a Afonso Pena permite, enfim, recuperar a praça

188

O domingo de Carnaval, 10 de fevereiro, será o último dia de feira na Praça da Liberdade. A partir do dia 17 de fevereiro, as feiras de Arte e Artesanato de quinta-feira e de domingo estarão funcionando na avenida Afonso Pena, ocupando as duas pistas entre a rua da Bahia e a confluência das ruas Pernambuco e Timbrás. Já as feiras de sexta-feira (plantas) e sábado (comidas típicas, antiguidades e artes plásticas), passarão a funcionar na avenida Bernardo Monteiro entre as avenidas Brasil e Alfredo

Balena. A decisão, que há dois anos é motivo de discussões entre feirantes e PBH, foi transmitida oficialmente ontem à tarde, pelo prefeito Eduardo Azeredo, em entrevista. Pela manhã, Eduardo Azeredo reuniu com 20 vereadores para expor o projeto de recuperação da Praça da Liberdade e a forma de reorganização das feiras nos seus novos locais de funcionamento.

As feiras

A mudança, segundo Eduardo Azeredo, tem o prazo necessário para a publicação do decreto e distribuição das novas credenciais aos expositores. Só na avenida Afonso Pena, eles são em número de três mil, distribuídos em 3.232 módulos e 15 setores, especificados de acordo com a mercadoria. Na exposição que fez sobre o novo local, o administrador da Regional Centro-Sul, Roberto Martins, afirmou que toda a feira será montada no asfalto, de forma que os passeiros estarão desimpedidos para os pedestres. Existem, no trecho, apenas três prédios residenciais, cujas garagens não dão para a avenida Afonso Pena, de forma que não haverá transtorno com relação ao acesso dos veículos dos moradores do local, e o trânsito na avenida, segundo pesquisa feita pela PBH, equivale a menos de 45% do verificado em dias úteis o que favorece o fluxo desse fluxo, que será feito da mesma forma adotada, por exemplo, para as comemorações do dia 7 de Setembro, Dia da Independência. Assim, o tráfego será bloqueado naquele trecho, das 5 às 16 horas, para que a feira funcione das 8 às 14 horas, todo domingo.

O espaço será dotado de pipi-móveis, ambulância, "stands" de informações e equipamentos de limpeza, e além dos três mil expositores, a feira contará, ainda, com cerca de 150 ambulâncias de alimentos e bebidas, não-selacionados, mas distribuídos em três grupos, no início, no meio e no final da feira (Timbrás com Pernambuco).

Para Roberto Martins, o novo espaço — 36.200 metros quadrados, numa extensão de 750 metros da avenida — tem muito mais a oferecer aos feirantes. Ele lembra que o local é central, plano e situado em um trecho nobre da avenida, próximo à maioria dos hotéis. A nova feira será vizinha do Parque Municipal, contando com o sombreamento das árvores do Parque, do cantinho central da avenida e dos prédios do local, que, além disso, não contém jardins que possam ser ameaçados pela aglomeração de público.

De fácil acesso para pessoas originárias de qualquer ponto da cidade, pois para a área convergem o sistema viário e o sistema de transporte coletivo do município e da Região metropolitana — 70% das linhas de ônibus do Município e 40% da Região Metropolitana passam a uma distância de, no máximo, quatro quarteirões da nova feira —, a oferta de estacionamento, nas imediações — explica o administrador da Regional Centro-Sul — será ampla, compreendendo cerca de 3.500 vagas, sem fechamento de vias além do próprio trecho da feira.

Na avenida Bernardo Monteiro, os expositores de sexta-feira e de sábado terão uma área disponível de 6.500 metros quadrados, sob dois renques de ficus remanescentes da arborização original da cidade. A área será pavimentada e receberá iluminação especial, e as feiras funcionarão nos mesmos dias e locais atuais, sendo que na sexta-feira não haverá bloqueio de tráfego, e, no sábado, apenas o trecho da feira será fechado ao trânsito, permanecendo abertas todas as transversais. Ali, a oferta de estacionamento é adequada à demanda e há apenas uma residência no trecho onde ocorrerá o evento.

Recuperação

A luta pela transferência das feiras para outros locais, com o objetivo de reestruturar e conservar a Praça da Liberdade, vem desde o início da gestão de Pimenta da Veiga, em janeiro de 89. Simultaneamente ao anúncio da PBH, de sua intenção

de mudar o local da feira, foi criado o Comitê Pró-solução da Praça da Liberdade, por alguns dos inúmeros expositores do evento. Enquanto, por parte da PBH, a intenção de mudança era respaldada por entidades ambientalistas e do patrimônio histórico e cultural, por outro lado, o comitê passou a desenvolver intensas campanhas de preservação das feiras no local, tentando mobilizar a opinião pública para a defesa de seus interesses.

Para a Prefeitura, no entanto, a continuidade das feiras significaria a degradação, cada vez mais acelerada, daquele espaço, e, ao mesmo tempo, através de seu administrador regional Centro-Sul, a PBH argumentava com a impossibilidade de desenvolver ali qualquer projeto de reestruturação sem a retirada, mesmo que temporária, do evento. O primeiro local cogitado para a transferência foi a Praça Rui Barbosa (da Estação), ideia que recebeu forte resistência dos expositores (parte deles representada pelo comitê). Nessa época, a ideia era transferir todos os expositores para a Praça da Estação, enquanto a Praça da Liberdade era restaurada. Posteriormente, voltariam para lá apenas os expositores de fato e na Praça da Estação ficariam os expositores de produtos diversos industrializados, criando, assim, uma feira de variedades.

A resistência continuou grande, salientada por campanhas junto à população que não excluíam nem os tradicionais abateiro-assinados. Mesmo agora, com as perspectivas oferecidas pelo novo local, o comitê resiste a sair da Praça da Liberdade. Convidados a participar do processo de mudança e mesmo de gestão do evento no novo local, lideranças do comitê se recusaram à proposta.

Na semana passada, o vereador João Batista de Oliveira, do PMDB, apresentou à Câmara Municipal um projeto de lei propondo o tombamento das feiras e determinando sua permanência na Praça da Liberdade. O projeto, ainda em tramitação, é considerado no mínimo "inútil" pelo prefeito Eduardo Azeredo. "Não se tombam mercadorias ou eventos", afirma Eduardo Azeredo, explicando que a Lei Orgânica é bem clara quando dá ao Executivo o poder de gerir o bem público.

D.T.
23/01/91

Feira de Arte e Artesanato de B.H.

Com mais de 40 mil visitantes, a Feira se consagra como festa da criatividade e maior atração turística da cidade

Sucesso na Afonso Pena

Com o sucesso da Feira de Arte e Artesanato de B.H. em Afonso Pena, a Prefeitura de Belo Horizonte anunciou a transferência das feiras de quinta e domingo para a avenida Afonso Pena, entre a rua da Bahia e a confluência das ruas Pernambuco e Timbrás. A decisão foi tomada pelo prefeito Eduardo Azeredo, após reunião com 20 vereadores. O novo espaço, de 36.200 metros quadrados, oferece condições ideais para o funcionamento das feiras, com estacionamento amplo, sombreamento e facilidade de acesso.

Decisão de coragem

A Prefeitura de Belo Horizonte tomou uma decisão corajosa ao decidir a transferência das feiras de quinta e domingo para a avenida Afonso Pena. A decisão foi tomada pelo prefeito Eduardo Azeredo, após reunião com 20 vereadores. O novo espaço, de 36.200 metros quadrados, oferece condições ideais para o funcionamento das feiras, com estacionamento amplo, sombreamento e facilidade de acesso.

E.M.
28/03/91

Liberdade: a volta da praça dos poetas

Coloção Mineiriana



Entre os jardins que a cercam, a Praça da Liberdade sofre uma ampla reforma que atinge a arborização e o mobiliário

OPINIÃO 24 a 2/3/91

Obras prontas vão reviver o clima romântico daqueles anos 20, cheio de lirismo

Coloção Mineiriana

A Praça da Liberdade dos anos 20, comanda em ponto a versão por Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nave, Guimarães Rosa e Fernando Sabino, estará de volta dentro de dez meses, com as obras de restauração e recuperação paisagística que a Prefeitura de Belo Horizonte iniciou esta semana. Para que isto fosse possível, todas as feiras que ali se realizavam foram transferidas para as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro em instalações e áreas muito melhores do que as anteriores.

A Praça da Liberdade foi implantada durante a construção da cidade e, até a década de 60, era o principal cartão de visita de Belo Horizonte. Em 1920, ela passou por sua última grande reforma, ganhando jardins, arborização e canteiros franceses para receber a visita do rei da Bélgica em 1922.

A partir da década de 60, com a criação de diversas feiras, a praça foi perdendo suas características, seu traçado, arquitetura e vegetação e ficou totalmente degradada. A Praça da Liberdade descrita por Carlos Drummond de Andrade em uma de suas antigas crônicas falava de um local bucólico, cheio de flores, natividades e paz, um quadrum tanto diferente do que os últimos 20 anos de feira construíram.

O projeto da nova praça, elaborado pelo grupo da arquitetura de Vascoscelos, começa com uma pesquisa histórica e arqueológica para se determinar como era o projeto inicial. A partir desse levantamento, que mostrou até que tipo de vegetação era utilizada, foi feito o novo projeto que promoverá profundas modificações urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas, no mobiliário urbano e sistema de iluminação.

Entre essas modificações, estão a volta das alamedas laterais, suprimidas pelo estacionamento, a retirada do asfalto e devolução do piso de pedras roladas, e arborização e jardins franceses do início do século.

O projeto prevê ainda a restauração das construções, lojas e a fonte luminosa, que será toda computadorizada. Só a fonte luminosa, segundo a arquiteta Jo Vascoscelos, já será uma grande atração para belo-horizontinos e turistas.

Outra atração será a nova iluminação, com três níveis que obedecerão à altura da vegetação. Para a mais baixa, a luz será branca. A média terá luz amarela e as grandes árvores e palmeiras imperiais receberão iluminação branca.

Não haverá nenhum tipo de fixação e todo sistema será subterrâneo, como no projeto original.

Obra aprovada

O projeto arquitetônico e paisagístico apresentado no início do mês pelo prefeito Eduardo Azeredo já foi aprovado por diversos setores sociais de Belo Horizonte e mineiros ilustres que não vivem mais aqui, como o escritor Fernando Sabino, que, em telegrama, congratulou-se com o projeto pela recuperação da Praça da Liberdade: "Nascido e criado na Praça da Liberdade, venho manifestar-lhe minha

satisfação pela feliz iniciativa de restaurar seu traçado original que, para mim, significa recuperar o cenário de minha infância". Afirmou o autor de "O Grande Montecarlo" e "Encontro Marinho".

Veredores como Arlindo Córdova, José Lincoln Magalhães, Osmar Bicalho, José Lino de Souza Barros e o presidente da Câmara, Sérgio Coutinho, também aplaudiram o novo projeto. Para eles, "recuperar a Praça da Liberdade não significa apenas a recuperação de um espaço público, mas de grande parte da história e da política, não só de Belo Horizonte, mas também de Minas Gerais, uma vez que a praça foi palco de grandes e importantes momentos da história mineira".

Também o setor artístico-cultural de Belo Horizonte considera vital a recuperação da Praça da Liberdade, como o diretor de teatro Pedro Paulo Cava e a artista plástica Lara Tupinambá, para quem recuperar nossa principal praça é também recuperar grande parte do nosso cultural e patrimônio histórico de nossa cidade".

Merma opinião têm os empresários que, na última semana, levaram ao prefeito Eduardo Azeredo o apoio à recuperação da praça e a transferência de todos os eventos que ali eram realizados para as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro.

Em carta, os presidentes da Federação do Comércio, Renato Rossi, da Associação Comercial, Lúcio Bomprelli, do Clube dos Diretores Lojistas, Jorge Rolin, da União dos Varejantes, José César Rocha, e do Centro das Indústrias de Minas Gerais, Santaquinha, afirmaram que "a praça é a alma de um povo visto a olho aberto. O estado a que chegou a principal praça pública da Capital da Minas depois de contra a maioria de seu povo e convergência a quem tenha um sentido mínimo de civilização".

Para esses mesmos empresários, a decisão do prefeito Eduardo Azeredo permitirá o resgate de grande parte da história da praça, "algo de tantos momentos magníficos de nossa história e de nossa política", lembrando, entre outros, a posse de Tancredo Neves como governador de Minas e sua regresso vitorioso de Brasília, quando se elegeu presidente da República, além do triste momento da despedida dos mineiros a seu grande líder, em abril de 1933.

As obras já se iniciaram, após a espera de dez meses, quando deverão estar concluídas, para que a praça, as flores, os natividades, a poesia e os poetas possam desfrutar de volta.

Nova praça resgatará vocação poética de BH

Por uma das fachadas, os jardins de restauração da praça da Liberdade recuperam parte do que os mineiros consideram de praça, com a vocação poética de Belo Horizonte. Na praça, que até hoje não possui um jardim, as modificações de projeto a favor da praça de Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nave, Guimarães Rosa e Fernando Sabino, estão chegando ao fim. A praça, que até hoje não possui um jardim, as modificações de projeto a favor da praça de Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nave, Guimarães Rosa e Fernando Sabino, estão chegando ao fim.



Entre os jardins que a cercam, a Praça da Liberdade sofre uma ampla reforma que atinge a arborização e o mobiliário

Piso, placas e postes já foram retirados

A praça da Liberdade está sendo preparada para receber a reforma. O projeto prevê a retirada do asfalto e a devolução do piso de pedras roladas, e arborização e jardins franceses do início do século.

O projeto prevê ainda a restauração das construções, lojas e a fonte luminosa, que será toda computadorizada. Só a fonte luminosa, segundo a arquiteta Jo Vascoscelos, já será uma grande atração para belo-horizontinos e turistas.

Outra atração será a nova iluminação, com três níveis que obedecerão à altura da vegetação. Para a mais baixa, a luz será branca. A média terá luz amarela e as grandes árvores e palmeiras imperiais receberão iluminação branca.

Não haverá nenhum tipo de fixação e todo sistema será subterrâneo, como no projeto original.

O projeto arquitetônico e paisagístico apresentado no início do mês pelo prefeito Eduardo Azeredo já foi aprovado por diversos setores sociais de Belo Horizonte e mineiros ilustres que não vivem mais aqui, como o escritor Fernando Sabino, que, em telegrama, congratulou-se com o projeto pela recuperação da Praça da Liberdade: "Nascido e criado na Praça da Liberdade, venho manifestar-lhe minha

satisfação pela feliz iniciativa de restaurar seu traçado original que, para mim, significa recuperar o cenário de minha infância". Afirmou o autor de "O Grande Montecarlo" e "Encontro Marinho".

Veredores como Arlindo Córdova, José Lincoln Magalhães, Osmar Bicalho, José Lino de Souza Barros e o presidente da Câmara, Sérgio Coutinho, também aplaudiram o novo projeto. Para eles, "recuperar a Praça da Liberdade não significa apenas a recuperação de um espaço público, mas de grande parte da história e da política, não só de Belo Horizonte, mas também de Minas Gerais, uma vez que a praça foi palco de grandes e importantes momentos da história mineira".

Também o setor artístico-cultural de Belo Horizonte considera vital a recuperação da Praça da Liberdade, como o diretor de teatro Pedro Paulo Cava e a artista plástica Lara Tupinambá, para quem recuperar nossa principal praça é também recuperar grande parte do nosso cultural e patrimônio histórico de nossa cidade".

Merma opinião têm os empresários que, na última semana, levaram ao prefeito Eduardo Azeredo o apoio à recuperação da praça e a transferência de todos os eventos que ali eram realizados para as avenidas Afonso Pena e Bernardo Monteiro.

Em carta, os presidentes da Federação do Comércio, Renato Rossi, da Associação Comercial, Lúcio Bomprelli, do Clube dos Diretores Lojistas, Jorge Rolin, da União dos Varejantes, José César Rocha, e do Centro das Indústrias de Minas Gerais, Santaquinha, afirmaram que "a praça é a alma de um povo visto a olho aberto. O estado a que chegou a principal praça pública da Capital da Minas depois de contra a maioria de seu povo e convergência a quem tenha um sentido mínimo de civilização".

Para esses mesmos empresários, a decisão do prefeito Eduardo Azeredo permitirá o resgate de grande parte da história da praça, "algo de tantos momentos magníficos de nossa história e de nossa política", lembrando, entre outros, a posse de Tancredo Neves como governador de Minas e sua regresso vitorioso de Brasília, quando se elegeu presidente da República, além do triste momento da despedida dos mineiros a seu grande líder, em abril de 1933.

As obras já se iniciaram, após a espera de dez meses, quando deverão estar concluídas, para que a praça, as flores, os natividades, a poesia e os poetas possam desfrutar de volta.

E.M. 11/08/91

REPORTAGENS SOBRE A REINAUGURAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE

HOJE

Beaga

SEGUNDA-FEIRA, 9/12/1991 □ PÁGINA 1

A Praça da Liberdade está pronta para ser devolvida ao povo

*Palco para o povo
e as lendas fatais*

O espaço da Praça da Liberdade foi definido a partir da edificação dos quatro principais prédios administrativos da cidade: o Palácio Presidencial e as secretarias de Finanças, Interior e Educação. O local escolhido era o mais alto da cidade, exigindo a remoção de 2 milhões de metros cúbicos de terra. O planejamento do engenheiro Aarão Reis previa que as residências dos secretários e funcionários públicos ficariam na região.

A inauguração da nova cidade, em 1897, se deu com grande festa popular na Praça da Liberdade. O espaço era, na verdade, um grande descampado, e para a festa foi levantada uma tenda que abrigou as autoridades. O primeiro projeto paisagístico levou à instalação de espelhos d'água, lago, uma alameda principal e o coreto. O corpo de funcionários públicos do Estado, muitos originários de Ouro Preto, tornou o local o seu ponto de encontro e recordações da cidade natal. Aos poucos, ela virou também o local do futebol e dos flores.

Segundo o professor Radames Teixeira, da Escola de Arquitetura da UFMG, uma lenda jicomonizou por muito tempo os ocupantes do Palácio da Liberdade. Desterrada de seu antigo local de moradia, uma mulher que sofria de bócio, com fama de bruxa, teria criado uma praga maldita que de quatro em quatro anos mataria um governador. As mortes de Raul Soares e Olegário Maciel deram força à previsão.

A primeira grande mudança ocorreu em 1920. Naquele ano, o principal acontecimento social da cidade foi a visita do presidente da República, Epitácio Pessoa, e a companhia dos reis da Bélgica.



PAULO CHAMARGOS
JORNALISTA

N o momento em que foram retirados os tapumes que cercam a Praça da Liberdade, na quinta-feira, quando Belo Horizonte completa 94 anos, a população da cidade vai ganhar um de seus melhores espaços. O processo de restauração da praça, fechada desde fevereiro, está em sua fase final, com os operários e técnicos dando os últimos retoques para o momento tão esperado. É o que será visto vai surpreender positivamente a todos que estavam acostumados com aquele espaço mal-cuidado e sujo onde se realizavam feiras e brincadeiras.

A perseguição das características do segundo projeto da praça, de 1920, marcado pelo traçado geométrico, perspectivas profundas e o alinhamento da vegetação, noroeste todo o trabalho de pesquisa e desenvolvimento realizado pela equipe coordenada pela arquiteta Jô Vasconcelos. No entanto, ela garante que não está se voltando às suas feições originais. "Não tinha sentido, por exemplo, um piso de seibo", diz. A incorporação de novas tecnologias e recursos dão o toque de contemporaneidade ao projeto. Segundo ela, a Praça da Liberdade representa, atualmente, a principal concentração de arquitetura política da cidade, com edificações que vão do estilo art-deco, representada pelo Palácio Cristo Rei, ao moderno (Edifício Niemeyer) e contemporâneo (Centro de Apoio ao Turismo), além das diversas secretarias e do Palácio da Liberdade.

Os primeiros contatos com a PBH visando a reforma foram mantidos em maio de 1989, mas só em outubro daquele ano o trabalho foi iniciado. Segundo Jô Vasconcelos, a primeira medida foi um levantamento físico da praça, com o cadastramento de todos seus itens. Em seguida, o arquiteto Ricardo Lanza deu início a uma pesquisa histórica fundamentada para se conhecer o que

material estava muito espalhado", diz. A planta original dos anos 20 só foi encontrada em São Paulo.

Após a superposição das plantas das diversas intervenções sofridas, foi iniciada uma pesquisa arqueológica para detectar elementos originais, com a realização de oito perfurações. O trabalho apresentou bons resultados. Um deles foi o encontro da forma original das sarjetas que contornam todas as calçadas, em tijolo maciço de barro. Antigos moradores da região também foram ouvidos. A entrevista com dona Maria Lúcia Machado de Almeida, por exemplo, que realizava sessões fotográficas nos anos 20 e 30, influenciou na ordenação das árvores e na definição da vegetação.

A partir de um estudo de sondagem, com prospeções até a última camada do solo, foi confirmada a suspeita de que a praça estava 80 centímetros acima do nível normal. Cerca de 12 mil metros cúbicos de terra foram extraídos dos jardins, com o corte da base das palmeiras e árvores. A alameda central teve o asfaltamento retirado, dando lugar ao calçamento em paralelepípedos. O excesso de terra e asfalto prejudicou o conjunto da vegetação, inclusive com a perda de duas palmeiras imperiais. Espécies semelhantes foram transferidas de outros locais, adaptando-se rapidamente ao novo terreno.

"Tivemos também a preocupação de acabar com a poluição visual que a cercava por todos os lados", diz Jô Vasconcelos. Assim, a fiação elétrica da praça foi colocada em tubulações subterrâneas, com a retirada dos postes de concreto. A iluminação será feita por 25 postes ingleses — únicos resquícios da primeira Praça da Liberdade, de 1897, — junto com o coreto — e modernas luminárias subterrâneas. O sistema de irrigação artificial, que determina a quantidade de água necessária, forma vistosos jardins durante as tardes e

H.D. 9/12/91

REPORTAGENS SOBRE A REINAUGURAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE

PRAÇA DA LIBERDADE

Belo Horizonte resgata seu símbolo mais charmoso

A restauração das lagoas que rodeiam a Praça da Liberdade, a reforma da fachada de Belo Horizonte e a recuperação de seus espaços urbanos, em todas as frentes, estão em tempo recorde — tudo isso levando-se em conta a importância da execução —, as obras de restauração e reforma da praça propõem-nos um resgate da própria identidade do local, um resgate não só de BH, mas de identidade de todo o Estado.

A tradicional Praça da Liberdade é mostrada ao público, agora com as feições originais da década de 20, quando foi totalmente remodelada para a recepção dos reis belgas em visita a Minas. O que se procurou, após tantas pesquisas em documentos da época, foi trazer de volta contornos traçados para os jardins e a alameda dos jardins, quando no Palácio de Versaille. A arquiteta Jô Vasconcelos, responsável por um projeto de recuperação da praça, conta que o projeto surgiu a partir de uma pesquisa e utilização das novas tecnologias e materiais utilizados no século.

A arquiteta cita o exemplo das obras, que no projeto original se constituíram de sítios, o que seria inviável, uma vez que este tipo de material, com as obras e trânsito intenso, poderia provocar ruína. Optou-se, assim, por um piso para os passeios e um canteiro coberto por grama natural, na qual, com o tempo, a grama mostra-se muito mais integrada ao conjunto da praça. Novas tecnologias também estão presentes na conservação das esculturas, nas fontes luminosas e na iluminação dos jardins, considerando-se um sistema automatizado. Cada tipo de iluminação vai ter uma iluminação própria, em três níveis, de acordo com seu tamanho e características.

O administrador da Regional Centro-Sul, Roberto Martins, coordenador das obras de restauração da Praça da Liberdade, salta que a inauguração das obras é o momento de um projeto desenvolvido em conjunto com o prefeito Eduardo Azeredo, em meio à retomada da praça e a transferência das feições e obras ali realizadas para a avenida Afonso Pena e proximo ao ponto para a avenida Carandá. Assim, o projeto é a reorganização dos feios, agora em in-

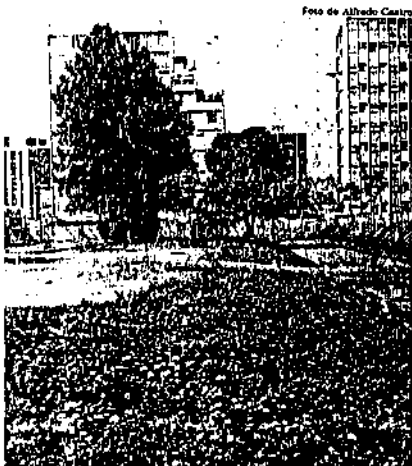
tal mais apropriado e com grande sucesso, passamos a recuperar a praça, que durante mais de 20 anos sofreu toda sorte de degradação e vandalismo, com a destruição quase completa de verdadeiras obras de arte", disse o administrador.

A degradação cobriu abaixo várias espécies de árvores e a primeira coisa que se removeu, em cerca de 23 mil metros cúbicos de terra a uma camada de mais de um metro de profundidade, devido à forte contaminação. Também foi retirada a cobertura de asfalto que cobria a alameda central, de paralelepípedos, e assim o resgate do piso original. Foram preservadas características importantes da praça, como a iluminação, em postes de ferro importados, e o concreto, peça que está localizada na Praça da Liberdade desde o primeiro projeto arquitetônico, logo após a fundação da cidade.

A praça ganhou ainda três novas palmiras imperiais, transplantadas para a alameda Travesa, em substituição a outras espécies que morreram no canteiro já em fase adulta. Foram retiradas

ainda várias espécies gigantes, inadequadamente plantadas na praça, onde representariam risco às outras espécies de vegetação, uma vez que estas árvores assumem dimensões gigantescas, tendo sido replantadas em locais mais apropriados. O contorno da nova praça agora é definido por dezenas de ipês roais transplantados para o local já em idade adulta.

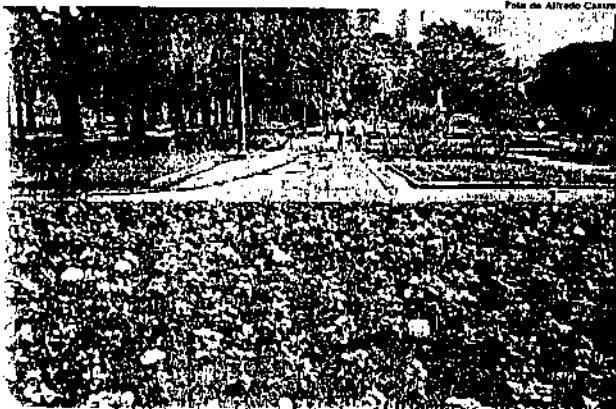
A execução do projeto de recuperação da Praça da Liberdade trouxe como elemento novo a parceria entre a Prefeitura e a Mineração Brasileira de Ferro (MIBR). A empresa arca com todas as despesas e execução de várias etapas das obras. "Tal parceria — disse Eduardo Azeredo — era inevitável porque, se de um lado estamos dispostos e preparados para pagar o preço da recuperação da praça, de outro desejávamos que ela fosse compatível com os recursos da MIBR, sem prejuízo de outras obras prioritárias que estamos realizando nos setores de saúde, educação e saneamento". O dilema que a Prefeitura deixou de aplicar nas obras da Praça, segundo Azeredo, foi invocar em obras em vilas e favelas.



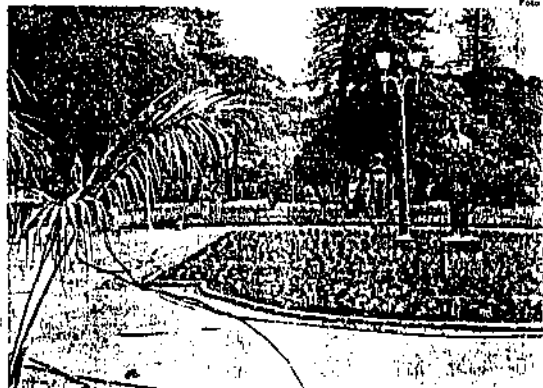
Os canteiros de flores voltaram em todo seu esplendor antigo. Que sejam preservados.



A alameda central da praça, que teve restaurado o calçamento de paralelepípedos.



E.M. 12/12/91



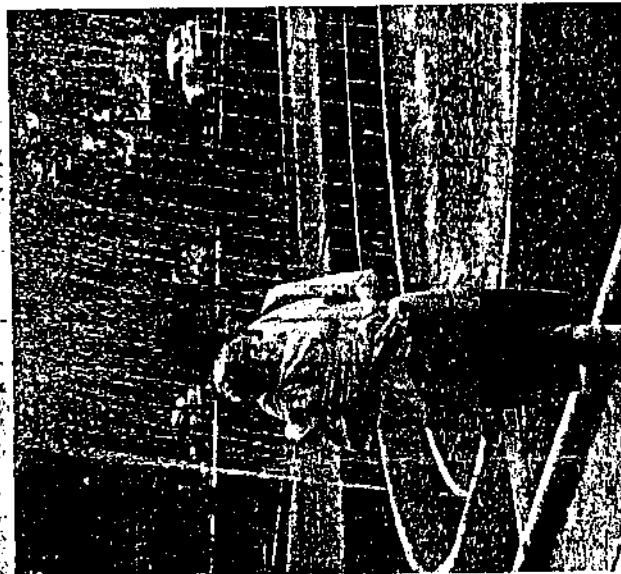
REPORTAGENS SOBRE A REINAUGURAÇÃO DA PRAÇA DA LIBERDADE

O encanto da nova Praça da Liberdade

Populares passam o dia admirando detalhes da fonte, dos monumentos e canteiros



Foto de Gabriel da Paiva



Seguindo o filho, a jovem mãe passeia pelas alamedas

Alvares fez questão de registrar a beleza da praça



A imponência das palmeiras imperiais impressionou os visitantes que ontem, durante todo o dia, percorreram a Praça da Liberdade

Depois de sete meses de espera, centenas de pessoas reservaram ontem um pouco de tempo para o primeiro passeio na praça da Liberdade, após a restauração, observando detalhes dos monumentos, das palmeiras imperiais recentemente transplantadas, encorçadas por cabos de aço, até se refestelarem nos bancos espalhados pelos jardins. A parada em frente às fontes, com seus repuxos verticais, era inevitável, provocando surpresas e encantamento. Entre um comentário e outro, os visitantes munidos de máquinas fotográficas, registravam o momento, outros experimentavam a nova visão da Alameda da Traversia, de cima do coreto, peça original do primeiro projeto da praça, com suas formas inspiradas em estilo inglês.

Na troca de impressões, a preocupação manifestada pela maioria dos visitantes com sua preservação. As funcionárias do Ipêseng, Carla Catoni e Yeda Cardoso, que aproveitavam o horário de almoço para um passeio, são de opinião que o policiamento deve ser constante e rigoroso para evitar o vandalismo. A preservação e manutenção da praça será feita pela Mineração Brasileira Reunidas (MBR), responsável pela execução do projeto. Em convênio com a Prefeitura de Belo Horizonte, manterá durante um ano duas equipes de limpeza, que ficarão responsáveis pelo trabalho de varrição e de vigilância. A Polícia Militar também vai manter policiamento a pé durante o dia e soldados da Cavalaria à noite para fazer a ronda na praça.

Ontem mesmo, uma equipe de engenheiros da MBR visitou a praça para consertar possíveis danos ocorridos durante a inauguração, na noite de quinta-feira, e para a sentir a reação do público. Não houve danos. As 22 liveiras instaladas e os 45 bancos poderão ser aumentados, dependendo da reação dos usuários. A

empresa de paisagismo Sapucaia continuará a acompanhar os trabalhos na praça, que terá um cordão externo de ipês roxos e interno de ipês amarelos. As palmeiras imperiais transplantadas, objeto de admiração dos visitantes, terão que ser mantidas seguras por cabos de aço até vencer o período biológico, de seis meses, embora já estejam enraizadas.

As fontes, a maior com dez repuxos verticais grandes e 30 pequenos, denominada Lagoa Cruzeiro do Sul, e uma outra de linha mais romântica, foram a atração. As fontes, segundo o administrador regional Centroministrador Roberto Martins, serão ligadas três vezes durante o dia, das 10 às 12h, das 16 às 18h e das 20 às 22h. Nos primeiros dias, o horário será estendido até as 13h.

O clima bucólico e tranquilo atraiu namorados e antigos moradores da região, a exemplo do funcionário público aposentado, Jayme Alvares, que, de máquina fotográfica em punho e um velho guarda-chuva dependurado no braço, não se cansava de tirar fotos e admirar a beleza do lugar. O ex-funcionário viu apenas um detalhe que não o agrada: o número de bancos que considera pequeno para o grande fluxo de pessoas. Morador antigo da cidade, ele testemunha que a praça da Liberdade, "nunca esteve tão bonita". O engenheiro Roberto Fernandez nasceu em Belo Horizonte e, quando criança, costumava brincar na praça com seus irmãos, levados pela mãe. Ontem, depois de um longo período de ausência da praça, ele voltou, ocupou um dos bancos da alameda central e encontrou o ambiente ideal para estudar. Na verdade, confessou, estava revivendo sua infância, porque "tudo está como antes, apenas a cor do fundo da fonte que era cinza, hoje é verde, mas está tão bonito como antes, nos meus tempos de menino".

Feira gigante enche de cores domingos de Belo Horizonte

RENATO SCAROL/TEMPORE

BELO HORIZONTE — Perder a praia no domingo para fazer turismo a 100 quilômetros de distância, em Belo Horizonte, não parece o programa de um dia. Entretanto, para quem gosta de fazer um passeio diferente e bom, compareça à capital mineira, onde se encontra o maior e mais movimentado mercado de artesanato do Estado. A feira se encontra na Av. da Afonso Pena, bem no centro da cidade, e montada uma gigantesca feira de artesanato, onde são vendidos mais de 200 tipos de produtos, desde roupas e quadros até uma gama de outros itens em pedra-sabão.

A feira existe há 35 anos e é o principal ponto turístico de Belo Horizonte nos finais de semana. Para os turistas do seu gênero, há mais de três mil barracas armadas uma ao lado da outra de forma organizada. A feira se estende por aproximadamente 200 metros ao longo da avenida e é visitada por um público estimado em 70 mil pessoas a cada domingo.

Tudo começou por acaso, em 1959, quando mais de 20 artistas plásticos reuniram-se para expor suas obras na Praça da Liberdade. Aos poucos, outros artistas foram se juntando ao grupo e preencheram todos os espaços da praça. Na década de 70, o evento foi chamado de feira hippie, devido à quantidade de caberlhos que iam vender seus rol-ups. Hoje, há mais de 30 anos da década de 80, a Praça da Liberdade ficou pequena para tantos expositores e a feira foi organizada, em 91, a transferir a feira para a Av. da

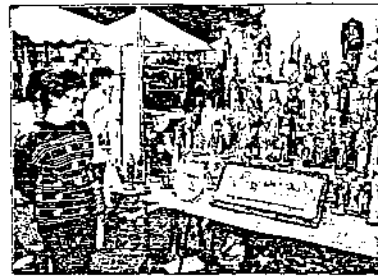
da Afonso Pena, uma das mais movimentadas da cidade.

De lá, a feira avança para um verdadeiro mercado de produtos do interior e de outros estados, que vem a procura de produtos baratos, principalmente roupas, para revender em suas cidades. Elas vêm em ônibus lotados e montam barracas que as barracas começam a ser desmontadas. Os compradores geralmente ficam pequenos para a quantidade de produtos adquiridos.

A primeira impressão de uma feira é muita confusão e gritaria dos vendedores. Mas, na feira de artesanato de Belo Horizonte, isso não acontece. Com quase todos os expositores são cadastrados, ninguém anuncia aos berros os seus produtos. Tudo é feito com muita calma e organização. Para facilitar as coisas, a feira é dividida em setores: no setor de roupas, só se vende roupas; no setor de comida, não se vende nenhuma vendendo peças em madeira.

O principal chamado da feira são os seus preços. Como não podem impor preços sobre os seus produtos, os expositores podem vender mais barato. Bem mais interessantes que os comerciantes estabelecidos, muitos aceitam negociar um preço melhor para o comprador.

A pesar de suas dimensões, a feira é organizada para não confundir os compradores. Existem setores de artesanato em couro, grata, tecidos, madeira e outros produtos. O visitante, desta forma, pode escolher seus produtos depois de pesquisar preços dos demais expositores e passar para os outros setores sempre sabendo das opções.



Imagens sacras (acima) e quadros atraem a atenção dos visitantes



Madeira, barracões na Avenida Afonso Pena: diversos, comita típica e artesanato mineiro e baía preço

Uma festa para quem gosta da cozinha mineira

BELO HORIZONTE — Passar o domingo na feira de artesanato de Belo Horizonte é um passeio agradável mesmo para quem não tem a intenção de sair de lá com as malas cheias. Além de ver trabalhos interessantes feitos por artesãos da capital e do interior do Estado, é possível observar nas barracões iguarias típicas da cozinha mineira, como torresmo, peixe frito na hora, pão de queijo recheado com lombinho e bolinho de feijão. Tudo acompanhado, claro, de uma cerveja gelada.

Entre os trabalhos que chamam a atenção na feira está o do

artista plástico J. Lodu. Há 13 anos ele expõe suas obras na praça. São quadros feitos de sucata e pequenos trabalhos em madeira. Uma de suas peças, que no último domingo de venda por 2.200 URVs, é a passagem de uma cidade grande, onde os edifícios são feitos de materiais encontrados no lixo de oficinas.

No setor de roupas, uma infinidade de peças em linho, seda e algodão, entre outros tecidos, de trabalho, de lazer, de qualquer ocasião. Leone Maria de Moraes, há sete anos expondo na feira, é um exemplo. Ela, que trabalha com seda, um trabalho delicado e fino, que demora dias para ser concluído.

Célia Vieira é outra veterana artista da feira. Há 12 anos ela vende um grande número de peças em madeira e grato. Com a maioria dos expositores, ela chega à Avenida Afonso Pena na madrugada de domingo, quando começa a montar sua barraca. No final da tarde, já vendeu de 20 a 30 uma grande quantidade.

Quem quiser comer mais do que só observar, pode optar também por dezenas de restaurantes e lanchonetes instaladas nas imediações da feira de artesanato. Três dos principais botequins da capital, o Oitavo, o Del Rey e o Real Palace, estão localizados a poucos metros da feira. O Real tem seu restaurante aberto ao público em geral e não apenas aos hóspedes.

Em muitas barracas os vendedores concordam em parcelar as compras em até três pagamentos. A maioria, contudo, divide a compra em uma entrada e mais uma parcela, normalmente com 30 dias de prazo. A feira conta também com uma área exclusiva para atender os visitantes. Quando ocorrem problemas com cheques, todos os expositores são uniformados imediatamente o mesmo acontecendo nos serviços de utilidade pública. Existem pessoas treinadas para atender casos de crianças perdidas ou mesmo de adultos que acabaram se desorientando.

O GLOBO 19/05/94



REVISTA
JORNAL DO
BRASIL

REPORTAGENS SOBRE A FEIRA DE ARTE E ARTESANATO



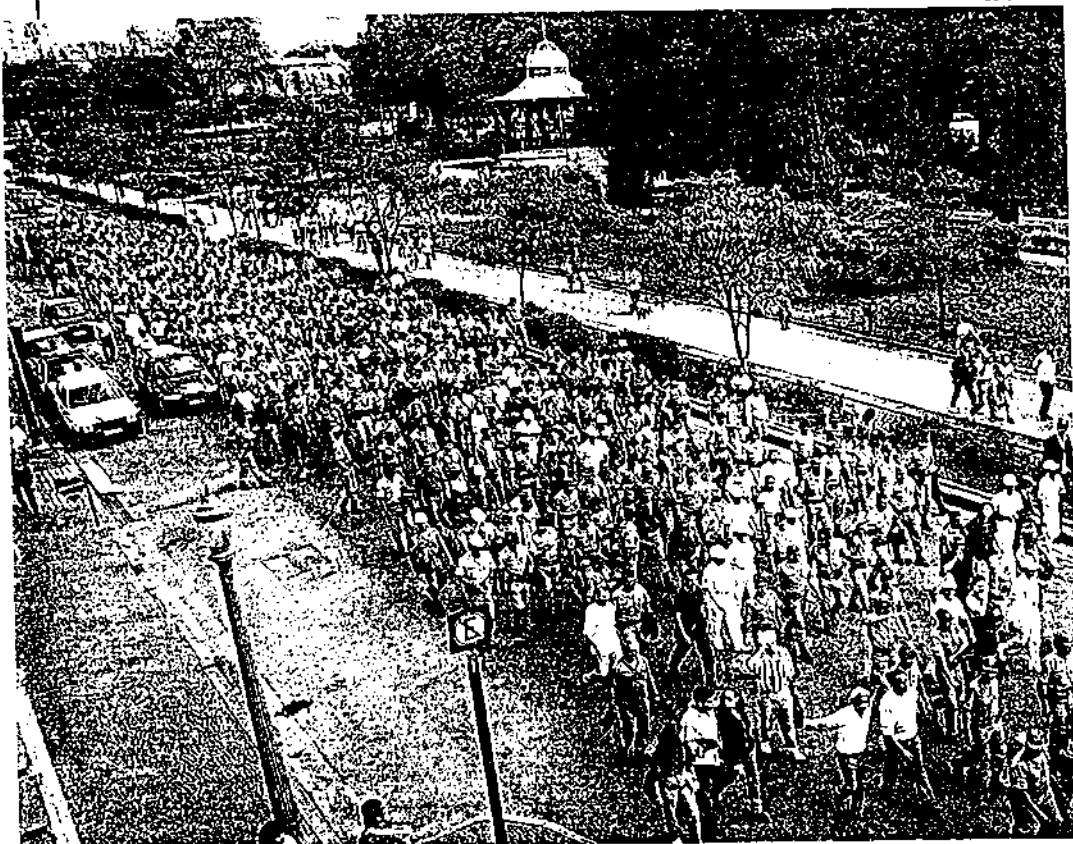
A Praça da Liberdade foi, durante toda a manifestação da Polícia Militar, o grande teatro de operações da guerra travada entre os praças rebeldes e o governo de Minas Gerais

REPORTAGEM

ATUAL

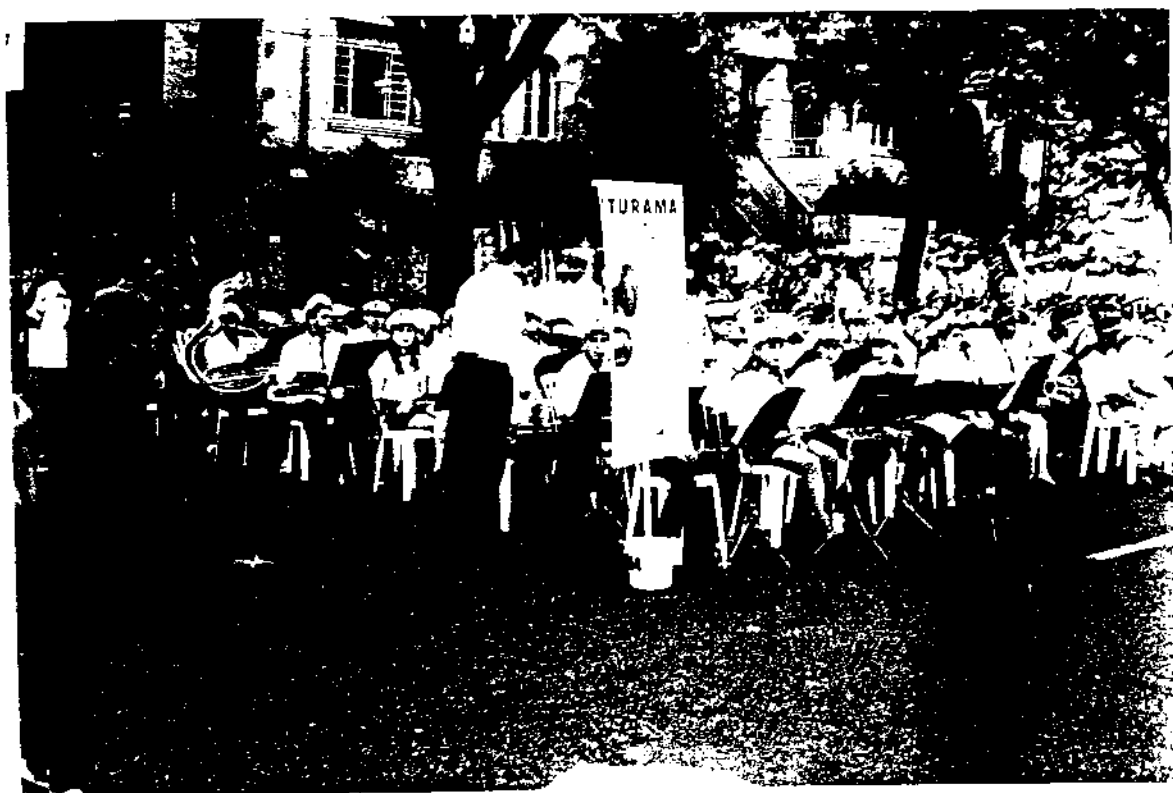
BELO HORIZONTE • SÁBIA

BETO NOVAES



Passeata dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais, na praça da Liberdade, seguindo em direção à avenida João Pinheiro

PRAÇA DA LIBERDADE, CENÁRIO DA MANIFESTAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR (1997)



100 BANDAS NA PRAÇA DA LIBERDADE.
CELEBRAÇÃO DOS 100 ANOS DE BELO HORIZONTE

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Nicholas e NUSSDORFER, Laurie. *Architecture de la Renaissance Italienne de Brunelleschi à Michel-Ange*. Flammarion/Musée des Monuments Français, 1995.
- ALBANO, C.; LEMOS, C.; WERNECK, N. e MENICUCCI, T.. *A Cidade na praça: poder, memória, liberdade*. VIII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, 1984. (mimeo)
- ALBANO, Celina e WERNECK, Nisia. O Centro em questão – “Anotações sobre espaço e vida cotidiana”. Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n.º 17, São Paulo, 1986.
- ANDERSON, Stanford. *Calles. Problemas de Estructura y Diseño*. Gustavo Gili, Barcelona, 1981.
- ANDRADA, Martim Francisco Coelho. *Avenidas de Belo Horizonte*. Tese (Livre Docência). Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 1962.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. “*Jardim da Praça da Liberdade*”. In *Alguma Poesia*. Edições Pindorama, Rio de Janeiro, 1930.
- “*Jornal Falado no Salão Vivacqua*”. In *Esquecer para Lembrar: Boitempo III*. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1970.
- “*Praça da Liberdade sem Amor*”. In *Esquecer para Lembrar: Boitempo III*. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1979.
- ANDRADE, Carlos Roberto M. e SEGAWA, Hugo. *A Construção da Paisagem Urbana Moderna no Brasil*. In *PROJETO*, revista dos Engenheiros Agrônomos Paisagistas. AEASP, São Paulo, 1996.
- ANSAY, Pierre e SCHOONBRODT, René. (dir.) *Penser la Ville: choix de textes philosophiques*. AAM Editions, Bruxelles, 1989.
- ARANTES, Otilia. “*Urbanismo: em fim de linha. Moderno e Pós-moderno*”. Caderno Mais, Jornal FOLHA de SÃO PAULO, São Paulo, 05/12/1993^a.
- “*A Ideologia do “Lugar Público” na Arquitetura Contemporânea (Um Roteiro)*” In *O Lugar da Arquitetura Depois dos Modernos*, Studio Nobel/FAPESP/EDUSP, 1993^b.
- ARAÚJO, Laís Corrêa de. (org.). *Sedução do Horizonte*. Fundação João Pinheiro/CEHC. Coleção Centenária, Belo Horizonte, 1996.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1987.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. Martins Fontes, São Paulo, 1992.
- AYMONIO, Carlo. *O significado das Cidades*. Presença, Lisboa, 1984.
- BACZKO, Bronislaw. “*Une Ville Nommée Liberté – L’Utopie et la Ville*”. In *Lumières de L’Utopie*. Payot, Paris, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. HUCITEC, São Paulo/ Brasília, 1987.

BARRETO, Abílio. *Bello Horizonte - Memória histórica e descritiva - História Antiga e História Média*. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1994.

BARROS, José Márcio. *Cenas de um Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1994.

BENEVOLO, Leonardo. *As Origens da Urbanística Moderna*. Presença, Lisboa, 1987.

BENJAMIN, Walter. "Sobre Alguns Temas em Baudelaire". In Flávio KOTHE (org.). Walter Benjamin (sociologia). Editora Ática, São Paulo, 1991.

-----"Paris. Capital do Século XIX". In Flávio KOTHE (org.). Walter Benjamin (sociologia). Editora Ática. São Paulo, 1991.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade*. Companhia das Letras. São Paulo, 1986.

BORSI, Franco. *Leon Batista Alberti: l'Opera Completa*. Electa Editrice, Milano, 1980.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. *De festeiros aos caras pintadas: apropriação das praças como espaço de lazer, cultura e cidadania*. Monografia (Especialização em Urbanismo). Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. "Metropóles: As Faces do Monstro Urbano (as Cidades do século XIX)". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

----- . *Londres e Paris no Século XIX - O Espetáculo da Pobreza*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.

----- . "Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades" In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992, p. 11-26.

----- (org.) *Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX*. Marco Zero, São Paulo, 1993.

BURKE, Peter. "A Falta que uma Praça Faz: São Paulo precisa de um oásis de sociabilidade". Caderno Mais, Jornal FOLHA de SÃO PAULO, São Paulo, 27/04/1997.

CACCIARI, M.;TAFURI, M. e DAL CO, F. "Dialética de lo Negativo en las épocas de la Metrópoli" In De la Vanguardia a la Metrópoli. Gustavo Gili, Madri, 1972.

CALDEIRA, Júnia. *Espaços Públicos: Praças. Estudo de caso: intervenção e tombamento da Praça da Liberdade*. Belo Horizonte. Puccamp, Campinas, 1994.

- CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. "A Construção de um Sonho: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Editora da UNICAMP, Campinas, 1997.
- CAUQUELIN, Anne. *Essai de Philosophie Urbaine*. PUF, Paris, 1982.
- CHACHAM, Vera. *A memória dos Lugares em um tempo de demolições: a Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Sociologia, FAFICH/ UFMG, Belo Horizonte, 1994.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. Perspectiva, São Paulo, 1979.
- *O Urbanismo: utopias e realidades*. Perspectiva, São Paulo, 1979.
- *L'Allégorie du Patrimoine*. Seuil, Paris, 1992.
- COSTA, Eduardo e NOVATO, Ana Cristina. *Os Primeiros 100 Anos*. Gráfica e Editora 101 Ltda., 1997.
- COULANGES, Fustel de e DENIS, Numa. *A Cidade Antiga*. Hemus, São Paulo, 1975.
- CRUZ, A. M. L. da e VARGAS, J. D.. "Os salões da Nova Capital". In Laís Corrêa ARAÚJO (org.). *Sedução do Horizonte*, FJP/CEHC, Coleção Centenária, Belo Horizonte, 1996.
- DEWITTE, Jacques. "Éloge de la Place: Camillo Sitte ou l'agoraphilie". In *La Ville Inquiète*. Gallimard, Paris, 1987. (mimeo)
- DIAS, Padre Francisco Martins. *Traços Históricos e Discriptivos de Belo Horizonte*. Typografia do "Bello Horizonte", Belo Horizonte, 1897.
- DRUMMOND, Roberto. "Na Praça da Liberdade". Belo Horizonte, 1995. (xerox).
- DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *BH - Horizontes Históricos*. C/ART, Belo Horizonte, 1996.
- ESTANISLAU, Lídia Avelar. "Referências Culturais". *Jornal HOJE em DIA*. Belo Horizonte, 12/11/1996.
- "Memória e Patrimônio Cultural". SMC/PBH. Belo Horizonte, 1997.
- "Belo Horizonte: Memória e Patrimônio Cultural". Conferência B.H.100: Um olhar sobre suas praças, Instituto Itaú Cultural, Belo Horizonte, 26/08/1997.
- FAVOLE, Paolo. *La Plaza en la Arquitectura Contemporánea*. Gustavo Gili, S.A. Barcelona, 1995.
- FERNANDES, Carlos Dias. "Na Acrópole das Rosas". In *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 09/05/1925.
- FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992.

- FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. *Leitura sem Palavras*. Atica S.A., São Paulo, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Vozes, Petrópolis, 1989.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Saneamento Básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 Anos*. Volumes I a V. FJP/CEHC. Belo Horizonte, 1996.
- *Belo Horizonte: Bilhete Postal - Coleção Otávio Dias Filho*, FJP/CEHC, Belo Horizonte, 1997.
- GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença, Lisboa, 1989.
- GOMES, Leonardo José Magalhães. *Memória de ruas: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte*. Secretaria Municipal de Cultura, Museu Abílio Barreto, Belo Horizonte, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. "Do feudalismo para o capitalismo". In *A transição do feudalismo para o Capitalismo*. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, Forense/Universitária, 1968.
- *A Era das Revoluções. Europa 1789-1848*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.
- *A Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991*. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista. Uma crítica de Brasília e sua Utopia*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1993.
- HOYET, Jean-Michel (org.). *Metropole 90. Catalogue de L'exposition*. Edition Pavillon de L'Arsenal, Paris, 1990.
- JEAN, Georges. *Voyage en Utopie*. Découvertes Gallimard Philosophie, Évreux, 1995.
- JORNAL ESTADO de MINAS. *7 Décadas: a História e a Vida de Minas em Retrato*. Belo Horizonte, s/d.
- JULIÃO, Leticia. *Belo Horizonte – itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. In Eliana de Freitas DUTRA (org.). *BH: Horizontes Históricos*, Editora C/ Arte, Belo Horizonte, 1996.
- KATO, Akinori. *Plazas of Southern Europe*. Process Architecture Co., Ltd., Tokyo, 1990.
- KLIASS, Rosa Grena. *Parques Urbanos de São Paulo*. Pini, São Paulo, 1993.
- KOTHE, Flávio R. Walter Benjamin (sociologia). trad. Flávio R. Kothe. Editora Ática, São Paulo, 1991.
- KOSTOF, Spiro. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1991.

- *The City Assembled: The elements of Urban Form Through History*, Bulfinch Press Book Little, Brown and Company, London, 1992.
- KRIER, Robert. *Espace de la Ville*. AAM Editions, Bruxelles. 1975.
- LACAZE, Jean-Paul. *La Ville et L'Urbanisme*. Flammarion, Évreux. 1995.
- LAMPARELLI, Celso Monteiro. "O ideário do Urbanismo em São Paulo em Meados do século XX". In Cadernos de Pesquisa do LAP. FAUUSP, mar.-abr. 1995.
- LANA, Ricardo. *Conjunto Urbanístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: Uma Proposta de Preservação*. PBH, Regional Centro-Sul, Belo Horizonte, 1990.
- LE CORBUSIER. *A carta de Atenas*. Ed. Hucitec-EDUSP, São Paulo, 1989.
- LEMONS, Celina Borges. "*Determinações do Espaço Urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*". Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1988.
- *Construção Simbólica dos Espaços da Cidade*. In MONTE-MÓR. Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte, 1994.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital. Apontamentos Históricos*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1905.
- LOBATO, Monteiro. "Belo Horizonte, a Bela". In Laís Corrêa de ARAÚJO. org. *Sedução do Horizonte*. FJP/CEHC. Belo Horizonte, 1996.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da Cidade*. Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- LOYER, François. *Paris XIXe Siècle. L'immeuble et la Rue*. Ed. HAZAN, Paris, 1994.
- MAGALHÃES, Beatriz de A & ANDRADE, Rodrigo F. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. UFMG, Belo Horizonte, 1989.
- MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. "A Noiva do Trabalho: uma capital para a República". In Eliana de Freitas DUTRA (org.). BH: Horizontes Históricos, Editora C/ Arte, Belo Horizonte, 1996.
- MEYER, Regina. "*Debate: Paisagismo e Cidade – Conversações no Jardim*", revista AU - Arquitetura & Urbanismo, Pini, São Paulo, ano 12, n.º 75, DEZ/JAN, 1998.
- MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. org. *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. CEDEPLAR/ PBH. Coleção B.H.100 Anos, Belo Horizonte, 1994.

- MORRIS, A.E.J.. *History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions*. Longman Group UK Limited, London. 1974. (trad. *Historia de la Forma Urbana: desde sus origenes hasta la Revolución Industrial*. Gustavo Gili, 4ª edição. Barcelona. 1992).
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte. 1970.
- MÜLLER, Wermer e VOGEL, Gunter. *Storia dell'Architettura della Origini all'Età Contemporanea*. Editore Ulrico Hoepli, Milano. 1996.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. trad. Neil R. da Silva. Martins Fontes, São Paulo, 1991.
- NAVA, Pedro. *Beira-mar: memórias 4*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1978.
- NETO, Isaías de Carvalho S.. *Espaço & Lugar: centralidade urbana*. Dissertação (Doutorado em Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, São Paulo, 1991.
- A NOVA CAPITAL. *Revista Geral dos Trabalhos - I* (da Comissão Construtora da Nova Capital). Rio de Janeiro, abril. 1895.
- PANZINI, Franco. *Per i Piaceri del Popolo: L'evoluzione del giardino pubblico In Europa dalle origini al XX secolo*. Zanichelli Editore, Bologna, 1997.
- PECHMAN, Robert Moses. "Um Olhar sobre a Cidade: Estudo da Imagem e do Imaginário do Rio na Formação da Modernidade" In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. UFBA. Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992.
- "Os excluídos da Rua: ordem urbana e cultura popular". In Stella BRESCIANI. *Imagens da Cidade séculos XIX e XX*. Editora Marco Zero ANPUH/S.P. FAPESP. 1993.
- PENNA, Otávio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte: 1711-1930*. Belo Horizonte: Santa Maria. s/d.
- PENA, Gustavo. "Praça da Liberdade". In Minas Gerais. Belo Horizonte, 16/04/1903.
- PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. *A Torre Kubitschek. Trajetória de um Projeto em 30 Anos de Brasil*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IFHC/Unicamp, Campinas, 1989.
- PINON, Pierre e CARS, Jean des. *Paris. Haussmann. "Le Paris d'Haussmann"*. Ed. du Pavillon de L'Arsenal, Picard Éditeur, Paris, 1991.
- PIRENNE, Henri. *As cidades da Idade Média*. Europa-America, Lisboa, 1964.

PLAMBEL. *O Processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897 – 1970*. Belo Horizonte. 1979.

RAGON. Michel. *L'homme et les Villes*. Ed. Albin Michel S. A., Paris, 1995.

REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade "paradigma" e a República: o nascimento do espaço Belo Horizonte em fins do século XIX..* Dissertação (Mestrado em Sociologia). Departamento de Sociologia e Antropologia. FAFICH/ UFMG. Belo Horizonte. 1994.

REIS, Nestor Goulart. "*Algumas Experiências Urbanísticas do Início da República: 1890-1920*". In Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, FAUUSP, n.º1, jul.-ago. 1994.

----- "*Notas sobre o Urbanismo no Brasil: Primeira parte: período colonial*". In Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo, FAUUSP, n.º9, jul.-ago. 1995

----- "*Notas sobre o Urbanismo no Brasil. Segunda parte: XIX e XX*". In Cadernos de Pesquisa do LAP. Série Urbanização e Urbanismo. FAUUSP, n.º9, set.-out. 1995.

RENAULT, Delzo. *Chão e Alma de Minas*. Memória sócio econômica e política de 1920 a 1937. Francisco Alves. Rio de Janeiro. 1988.

RESENDE, André Lara. "*A educação Urbana*". In Jornal FOLHA de SÃO PAULO, São Paulo, 26/08/1997.

RESENDE, Otto Lara. "*A volta dos Jardins*". In Jornal FOLHA de SÃO PAULO, São Paulo, 01/01/1992.

RIBEIRO, Marília Andrés. "*Um Novo Olhar sobre Belo Horizonte*". In Anais do V Congresso Brasileiro de História da Arte. 25-29 de outubro de 1993. São Paulo. 1995.

RODRIGUES, Carlos. *História de Belo Horizonte: Duas Épocas*. Belo Horizonte, C.R., Brasília, 1981.

ROLNIK, Raquel. "*História Urbana: História na Cidade?*" In FERNANDES, A. e GOMES, M. A. de F. *Cidade e História. Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX*. UFBA, Faculdade de Arquitetura, ANPUR, Salvador, 1992, p. 27-29.

RONCAYOLO, Marcel e PAQUOT, Thierry. (dir.) *Villes & Civilisation Urbaine: XVIIIe - XXe Siècle*. Larrouse, Paris. 1992.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. trad. Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 1980

SALGADO, Ivone. "*Cultura Urbanística na Grã-Bretanha no século XVIII*". In Cadernos Didáticos. Faculdade de Arquitetura. PUCCAMPINAS, Campinas. 1997.

----- "*A Obra de Pierre Patte e a Idéia do Embelezamento Total da Cidade*". In Cadernos Didáticos. Faculdade de Arquitetura. PUCCAMPINAS, Campinas, 1997.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. "O Ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930". In Annateresa FABRIS (org.). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. Nobel-Edusp, São Paulo, 1987.

----- "*La pensée française dans la fondation de Belo Horizonte: des représentations aux pratiques*" In *Revue de L'Art. Haussmannisme*. Nº 106. CNRS, Paris, 1994.

----- Catálogo da Exposição: *Belo Horizonte: o Nascimento de uma Capital*. MASP. São Paulo, 1996.

SANTOS, Manoel Hygino. "A Praça Rejuvenescida". In *Jornal FOLHA de SÃO PAULO*, São Paulo, 01/01/1992.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do Público: jardins no Brasil*. Studio Nobel: FAPESP, São Paulo, 1996.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade*. trad. Lygia Araújo Watanabe, Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

----- *La Ville à Vue d'Oeil: urbanisme et société*. PLON, Paris, 1992.

SILVA, Newton & D'AGUIAR, Antônio Augusto. *Belo Horizonte: a cidade revelada*. Fundação Odebrecht, Belo Horizonte, 1989.

SILVA Luiz Roberto. *Doce Dossiê de Belo Horizonte*, Belo Horizonte, 1981.

SILVEIRA, Victor. "Jardim da Praça da Liberdade". In *Minas Gerais, 1925*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1926.

SITTE, Camillo. *Der Städtebau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*. Viena, 1889. (trad. A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos. Editora Ática, São Paulo, 1992).

SCHORSKE, Carl E. *Viena Fin-de-siècle: política e cultura*. Editora da UNICAMP/Cia. das Letras. São Paulo, 1988.

TELLES, Vera da Silva. "Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt". In *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 2(1):23 —48, 1º semestre, 1990.

VASCONCELLOS, Sylvio. "Vão acabar com a Praça da Liberdade". In *Jornal ESTADO de MINAS*, Belo Horizonte, 01/08/1969.

VEIGA, Cynthia Greive. *Cidadania e Educação na Trama da Cidade: a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Dissertação de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. da UNICAMP, Campinas, 1993.

VIDLER, Anthony. "Las Calles en el Pasado". In Stanford ANDERSON (ed.). *Calles: Problemas de estructura y diseño*. Gustavo Gili, Barcelona, 1981.

VIVACQUA, Eunice. *Salão Vivacqua: lembrar para lembrar*. CECH/Fundação João Pinheiro, Coleção Centenária, Belo Horizonte, 1997.

WEBER, Eugen. *França: Fin de Siècle*. trad. Rosaura Eichenberg. Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

ZUCKER, paul. *Town and Square: from the Ágora to the Village Green*. Columbia University Press. New York, 1959.

PERIÓDICOS

AU - Arquitetura e Urbanismo. Debate: Paisagismo e Cidade. Pini, São Paulo, Ano 12, n.º75 DEZ/JAN, 1998.

d'A. *Belo Horizonte: les prémices de Brasília*. Le Magazine de la Création Architecturale. N.º 60. SEA, Paris, Novembre, 1995.

DESIGN & INTERIORES. *Equipamentos urbanos. Liberdade restaurada*. N.º 30, Ano 5.

LE COURRIER DU CNRS. *La Ville*. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique. N.º 81, Meudon, été 1994.

----- Villes. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique. N.º 81, Meudon, mai 1996.

ESPAÇOS & DEBATES. *Leituras da Cidade*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, N.º 29, São Paulo, 1989.

----- *Temporalidade: Memória e Cotidiano da Cidade*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, N.º 33, São Paulo, 1990.

----- *Cidade e História*. Revista de Estudos Regionais e Urbanos N.º 34, São Paulo, 1991.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 18/12/1991.

JORNAL DE CASA. *"Beagá recupera seus palacetes"*. Belo Horizonte, 1º a 07/04/1990.

"Praça da Liberdade, presente que traz de volta os anos 20. Belo Horizonte, 8 a 14/12/1991.

"Aos 94 anos, um Belo Presente para Beagá". Belo Horizonte, 15 a 21/12/1991.

"E a Liberdade nunca foi tão bela!". Belo Horizonte, 15/12/1991.

"Na nova praça, restaurada, uma escultura à liberdade". Belo Horizonte, 15 a 21/12/1991.

"Praça da Liberdade: restaurado um símbolo de Minas". Belo Horizonte, 22 a 28/12/1991.

JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO. Belo Horizonte, 14/05/1991.

JORNAL DIÁRIO DE MINAS. *"Para a visita dos soberanos belgas"*. Belo Horizonte, 03/08/1920.

Belo Horizonte, 20/07/1985.

Belo Horizonte, 13/12/1991.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. *"Praça da Liberdade"*. Belo Horizonte, 14, 16 e 17/05/1990.

"Transferência para a Afonso Pena permite, enfim, recuperar a praça". Belo Horizonte, 23/01/1991.

"Praça da Liberdade: Empresa vai pagar obras de reforma". Belo Horizonte, 14 /05/1991.

Belo Horizonte, 13,14 e 15/12/1991.

"A Praça", Belo Horizonte, 23/12/91.

"Procura-se uma palmeira imperial". Belo Horizonte, 17 e 18/07/1993.

Belo Horizonte, 24/07/1993.

Belo Horizonte, 05/08/1993.

Belo Horizonte, 07/04/1995.

JORNAL ESTADO DE MINAS. *"Com pecados e defeitos, levo você no meu peito, belo, Belo Horizonte"*. Belo Horizonte, 30/11/1980.

"De volta a Seresta", Belo Horizonte, 18/06/1983.

"Praça da Liberdade vai ganhar Centro de Lazer". Belo Horizonte, 22/12/1984.

"Secretário diz que feiras ameaçam Praça da Liberdade". Belo Horizonte, 26/03/1987.

"A arte, a praça e a cultura estão gritando por socorro". Belo Horizonte, 13/01/1989.

Belo Horizonte, 04/07/1989.

"Feiras da Praça: preservar o quê?", Belo Horizonte, 06/07/1989.

Belo Horizonte, 16/05/1990.

Belo Horizonte, 16 e 25/10/1990.

"Feira de artesanato vai para a avenida". Belo Horizonte, 25/11/1990.

Belo Horizonte, 27/01/1991.

"Ultimo niote de feira na Praça da Liberdade". Belo Horizonte, 8/02/1991.

"Feira da Liberdade vive hoje seu último dia". Belo Horizonte, 10/02/1991.

"Vida-Vida". Belo Horizonte, 15/02/1991.

"À espera da nova (velha) Praça da Liberdade. Ai que saudade que dá". Belo Horizonte, 03/03/1991.

"Feira de Arte e Artesanato de BH: com mais de 40 mil visitantes, a Feira se consagra como festa da criatividade e maior atração turística da cidade". Belo Horizonte, 28/03/1991.

"Obras da Liberdade serão aceleradas". Belo Horizonte, 14/05/1991.

"As quatro faces de um sinal quebrado". In *Cenas de BH*. Belo Horizonte, 19/07/1991.

"Cristais belgas compunham o equipamento". In *Descobrimo a Cidade*. Belo Horizonte, 19/07/1991.

"Praça da Liberdade ganha nova palmeira". Belo Horizonte, 08/08/1991.

"Nova praça resgatará vocação poética de BH". Belo Horizonte, 11/08/1991.

"Nova Liberdade esconde seus encantos". Belo Horizonte, 13/09/1991.

Belo Horizonte, 19, 20 e 27/10/1991.

"Liberdade: tombamento oficial será hoje". Belo Horizonte, 11/12/1991.

"Rosas florescem por trás dos tapumes". In Cenas de BH. Belo Horizonte, 08/12/1991.

"Praça da Liberdade, presente de aniversário". Belo Horizonte, 08/12/1991.

"Inauguração de praça marca os 94 anos de BH". In Cidades. Belo Horizonte, 12/12/1991.

"A Praça da Liberdade está de volta!: BH recebe hoje, ao completar 94 anos, sua romântica e querida praça, reintegrada em sua dignidade". In Turismo. Belo Horizonte, 12/12/1991.

"Praça da Liberdade volta a ser do povo". Belo Horizonte, 13/12/1991.

"Valeu a pena esperar ...". Belo Horizonte, 14/12/1991.

"Prisma protege a 'alma' da praça". In Cenas de BH. Belo Horizonte, 12/01/1992.

"Feira Hippie ocupou espaço 22 anos". In Descobrindo a Cidade. Belo Horizonte, 09/02/1992.

"Liberdade revive o Domingo na Praça". Belo Horizonte, 09/02/1992.

"Praça da Liberdade explode em cores". Belo Horizonte, 10/05/1992.

Belo Horizonte, 28/05/1992.

Belo Horizonte, 04/06/1992.

"Liberdade duas vezes praças". In Cenas de BH. Belo Horizonte, 19/06/1992.

Belo Horizonte, 28/06/1992.

Belo Horizonte, 16/08/1992.

"Plantio de mudas, um incentivo importante". In Descobrindo a Cidade. Belo Horizonte, 10/09/1992.

Belo Horizonte, 15/09/1992.

"Liberdade: Tombamento Oficial Será Hoje". Belo Horizonte, 11/12/1991.

"A Praça da Liberdade: Belo Horizonte resgata seu símbolo mais charmoso". In Turismo, Belo Horizonte, 12/12/1991.

"Inauguração de Praça Marca os 94 Anos de B.H.". Belo Horizonte, 12/12/1991.

Belo Horizonte, 20/12/1992.

Belo Horizonte, 26/01/1993.

"Liberdade pode virar um centro de cultura". Belo Horizonte, 04/03/1993.

"Descaso com prédios históricos é antigo". In Descobrindo a Cidade. Belo Horizonte, 27/03/1993.

"Aos 60 anos, orgulho do crescimento vertical". In Descobrindo a Cidade. Belo Horizonte, 29/04/1993.

Belo Horizonte, 22 e 27/05/1993.

"Praça impressionou jornalista em 1901". In *Descobrimo a Cidade*. Belo Horizonte, 04/07/1993.

Belo Horizonte, 11/07/1993.

Belo Horizonte, 03/08/1993.

Belo Horizonte, 12/09/1993.

"Ficus da praça foram condenados em 1970". In *Descobrimo a Cidade*. Belo Horizonte, 13/10/1993.

"Abandono da praça era um problema na década de 30". In *Descobrimo a Cidade*. Belo Horizonte, 17/10/1993.

Belo Horizonte, 30/11/1993.

"Liberdade: uma praça para abrigar o poder". Belo Horizonte, 04/09/1994.

"Prefeitura cortou todos os ficus da Liberdade". In *Descobrimo a Cidade*. Belo Horizonte, 24/03/1994.

"Raio mutila um pinheiro na praça". In *Cenas de BH*. Belo Horizonte, 23/04/1994.

"Fantasia jorra com as águas e traz calma". Belo Horizonte, 05/08/1994.

Belo Horizonte, 09/01/1995.

Belo Horizonte, 20, 28 e 30/03/1995.

"Em defesa das nossas praças". Belo Horizonte, 25/04/1995.

"Pequenos instantâneos da Liberdade". Belo Horizonte, 03/03/1996.

Belo Horizonte, 15/03/1996.

"Coreto da Liberdade, palco do Pálio". Belo Horizonte, 13/04/1996.

Belo Horizonte, 29/04/1996.

Belo Horizonte, 13 /06/1996.

Belo Horizonte, 04/07/1996.

Belo Horizonte, 30/11/1996.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 01/01/1992.

JORNAL DA GAZETA MERCANTIL. *"Cr\$ 300 milhões para restaurar a histórica Praça da Liberdade"*, São Paulo, 1º a 3/06/1991.

JORNAL O GLOBO. *"Feira gigante enche de cores domingos de Belo Horizonte"*. Rio de Janeiro, 19/04/1994.

JORNAL HOJE EM DIA. *"Patrimônio da Praça é destruído pelas feiras"*. Belo Horizonte 09/07/1989.

Belo Horizonte 16/05/1990.

"Praça da Liberdade será restaurada". Belo Horizonte 22/05/1990.

Belo Horizonte 08/01/1991.

"Feiras são Opção de Lazer para Belo-horizontino". Belo Horizonte, 28/06/1991.

"Praça da Liberdade: MBR conclui obras antes do tempo". Belo Horizonte 05/09/1991.

"A Praça da Liberdade está pronta para ser devolvida ao povo". In Beagá. Belo Horizonte, 9/12/1991.

"Praça da Liberdade é Tombada pelo Patrimônio". In Beagá. Belo Horizonte, 11/12/1991.

"Praça da Liberdade: espetáculo marca reabertura e vai fechar o trânsito". Belo Horizonte 12/12/1991.

Belo Horizonte 12, 13, 14, 15 e 16/12/1991.

"PBH humaniza Belo Horizonte". Belo Horizonte 26/12/1991.

"Brincar na praça é bom e sai de graça". Belo Horizonte 12/04/1992.

Belo Horizonte 22/10/1993.

"Esculturas invadem praça". Belo Horizonte 06/08/1994.

Belo Horizonte 09/03/1995.

"Praça da Liberdade pode ser o símbolo de B.H.". Belo Horizonte 12/03/1995.

Belo Horizonte 09/06/1995.

Belo Horizonte 07/09/1995.

"Praça da Liberdade é motivo de polêmica". In Cultura. Belo Horizonte 23/10/1995.

Belo Horizonte 04 e 05/11/1995.

"Tombamento de imóveis alimenta polêmica em BH". Belo Horizonte 14/01/1996.

Belo Horizonte 30/01/1996.

Belo Horizonte 02/12/1996.

"Praça da Liberdade: a visão carioca de um lugar tão agradável". Belo Horizonte 26/03/1997.

Belo Horizonte 26/03/1997.

JORNAL INTERNACIONAL. *"Presente para Belo Horizonte: Liberdade restaurada"*. Belo Horizonte, 21 a 27/12/ 1991.

JORNAL MINAS GERAES. Belo Horizonte, 02 e 03 /01/ 1929. (mimeo)

JORNAL MINAS GERAIS. *"Palácio da Liberdade começa a ser restaurado pelo IEPHA"*. Belo Horizonte, 27/02/1992.

"Praça da Liberdade faz 100 anos". Belo Horizonte, 09 /09/ 1995.

JORNAL OPINIÃO. *"Liberdade: a volta da praça dos poetas"*. Belo Horizonte, 24/02 a 02/03/1991.

"O triste lazer da periferia". Belo Horizonte, 28/09 a 04/10/1991.

JORNAL O TEMPO. Belo Horizonte, 14/06/1997.

JORNAL TRIBUNA de MINAS. Belo Horizonte, 19 a 25/05/1991.

ÓCULUM. *Olhar Estrangeiro*. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, N.º 4, FAUPUCAMP, Campinas, 1993.

----- *Centro e Periferia*. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, N.º 5/6, FAUPUCAMP, Campinas, 1995.

----- *Habitat*. Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, N.º 7/8, FAUPUCAMP, Campinas, 1995.

LE MONITEUR ARCHITECTURE **AMC**. *Espaces Publics*. Revue du Moniteur, No 64, Publications du Moniteur, Paris, Septembre, 1995.

----- *Espaces Publics Ruraux*. Revue du Moniteur, N.º 74, Publications du Moniteur, Paris, Octobre, 1996.

PARIS PROJET. *Espaces Publics: Amenagement Urbanisme Avenir*. Revue Preparée par L'Atelier Parisien d'Urbanisme (APUR), No 30-31, Paris, 1993.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Ano XXXIII – Belo Horizonte, 1982.

REVISTA DO PATRIMÔNIO. *Cidade*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N.º 23, IPHAN, 1994.

REVISTA ISTOÉ MINAS. "Valorização do verde. Restaurados, a praça da Liberdade e o Parque Municipal dão mais qualidade a BH". Belo Horizonte, 06/01/93.

REVISTA PÓS. N.º1. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP/ FAPESP, dezembro 1990.

----- *O estudo da História na Formação do Arquiteto*. N.º 1. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP/ FAPESP, 1996.

REVUE DE L'ART. Haussmannisme. Revue du Centre National de la Recherche Scientifique. No 81, Meudon, mai 1996.

STORIA DELLA CITTÀ. *Le Piazze: lo spazio pubblico dal Medioevo all'età contemporanea*. Rivista internazionale di storia urbana e territoriale. Nos 54,55,56. Electa, Milano, 1993.

OUTRAS FONTES

Arquivo Público Mineiro

Arquivo da Cidade de Belo Horizonte

Biblioteca Pública Estadual Luíz de Bessa - Sala Mineiriana

Biblioteca Pública do IEPHA

Biblioteca da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Biblioteca da CEMIG

Museu Histórico Abílio Barreto

Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte

Entrevista Jason Barroso Santa Rosa - IEPHA - julho de 1997.

Entrevista Jô Vasconcellos, julho de 1997.

Entrevista Lídia Estanislau, - SMC-PBH- julho de 1997.